
CIÊNCIA POLÍTICA À PORTUGUESA

*A disciplina contada pelos
seus protagonistas*

MARCELO CAMERLO
ANDRÉS MALAMUD
RAQUEL VAZ-PINTO
(organizadores)



ICS

Ciência Política à Portuguesa

A Disciplina Contada pelos Seus Protagonistas

Marcelo Camerlo,
Andrés Malamud e
Raquel Vaz-Pinto
(organizadores)

ICS

Imprensa
de Ciências
Sociais

Instituto de Ciências Sociais
da Universidade de Lisboa

Av. Prof. Aníbal de Bettencourt, 9
1600-189 Lisboa – Portugal
Telef. 21 780 4700 – Fax 21 794 0274

www.ics.ulisboa.pt/imprensa
E-mail: imprensa@ics.ul.pt

Instituto de Ciências Sociais — Catalogação na Publicação
Ciência política à portuguesa: a disciplina contada pelos seus protagonistas /
org. Marcelo Camerlo, Andrés Malamud e Raquel Vaz-Pinto. – Lisboa: ICS.
Imprensa de Ciências Sociais, 2020. – 326 pp.; 23 cm

ISBN 978-972-671-647-1
ISBN EPUB 978-972-671-648-8
ISBN PDF 978-972-671-649-5
Ciência política / Portugal
CDU 32



© Instituto de Ciências Sociais, 2020

Paginação e Capa: Carlos Vieira Reis
Imagem da capa e contracapa: “Um problema difícil” (1975) de João Abel Manta.
Coleção do Museu de Lisboa/Câmara Municipal de Lisboa – EGEAC
Revisão: Levi Condinho
Impressão e acabamento: Gráfica Manuel Barbosa & Filhos, Lda.
Depósito legal: 477.594/20
1.ª edição: Dezembro de 2020

Índice

COLABORADORES	9
PREFÁCIO	13
A CIÊNCIA POLÍTICA EM PORTUGAL <i>Andrés Malamud, Marcelo Camerlo e Raquel Vaz-Pinto</i>	17
FILOSOFIA POLÍTICA segundo João Cardoso Rosas <i>Jorge Mateus e Pedro Góis Moreira</i>	31
ELITES segundo Pedro Tavares de Almeida <i>Thierry Dias Coelho, Sara de Athougua Filipe e Cláudia Generoso de Almeida</i>	53
DEMOCRACIA segundo António Costa Pinto <i>João Tiago Gaspar, Beatriz Viegas e Gustavo Gouvêa Maciel</i>	71
GOVERNO segundo Marina Costa Lobo <i>Pedro Silveira e Hugo Ferrinho Lopes</i>	87
PARLAMENTO segundo André Freire <i>Dinis Amaral e José Pedro Almeida</i>	99
PARTIDOS POLÍTICOS segundo Carlos Jalali <i>Júlio Fazendeiro e Mariana Carmo Duarte</i>	119
COMPORTAMENTO POLÍTICO segundo Pedro Magalhães <i>Susana Rogeiro Nina e Sofia Serra-Silva</i>	139
MOVIMENTOS SOCIAIS segundo Tiago Fernandes <i>Isabel Gorjão Santos, João Moniz e Rui Coelho</i>	161
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA segundo João Bilhim <i>Luís F. Mota, Monique Borges e Mafalda Dias</i>	181
FEDERALISMO segundo Viriato Soromenho-Marques <i>Patrícia Fernandes</i>	195

CIÊNCIA POLÍTICA À PORTUGUESA

PODER LOCAL segundo Filipe Teles <i>Susana Coroado e José Miguel Duarte</i>	217
RELAÇÕES INTERNACIONAIS segundo Maria Raquel Freire <i>Felipe Albuquerque, Paulo Pacheco e Isabel Sardo</i>	231
ESTUDOS EUROPEUS segundo Luís Lobo-Fernandes <i>José Guimarães e Pedro Gonçalo Laranjeira</i>	251
ESTUDOS DA PAZ segundo Luís Moita <i>Maria Castello Branco e Sara Epifânio</i>	277
POLÍTICA EXTERNA segundo Nuno Severiano Teixeira <i>Pedro Seabra</i>	297
CONCLUSÕES com Adriano Moreira <i>Raquel Vaz-Pinto, Andrés Malamud e Marcelo Camerlo</i>	317

Colaboradores

FELIPE LEAL ALBUQUERQUE *é bolsheiro Marie Curie e doutorando no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, com uma tese sobre política externa brasileira em regimes multilaterais: estratégias, limitações e objetivos.*

JOSÉ PEDRO ALMEIDA *é técnico superior na representação permanente de Portugal junto da União Europeia (REPER), em Bruxelas, com funções na área da cultura e dos media.*

CLÁUDIA GENEROSO DE ALMEIDA *é doutorada em Ciência Política e Relações Internacionais e investigadora auxiliar no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Os seus interesses de investigação incluem democratização pós-guerra, memória e justiça transicional, eleições, violência eleitoral e protesto, com foco em África.*

DINIS AMARAL *é doutorando em Ciência Política na Universidade de Aveiro. A suas áreas de interesse são os parlamentos e a representação política.*

MONIQUE BORGES *é mestre em Planeamento Regional e Urbano, pela Universidade de Aveiro. Tem desenvolvido investigação aplicada na área do planeamento estratégico e do apoio à decisão a nível regional e local.*

MARCELO CAMERLO *é investigador principal do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. A sua principal área de trabalho é o estudo comparado das elites executivas.*

MARIA CASTELLO BRANCO *é estudante de pós-graduação na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.*

RUI COELHO *é estudante de pós-graduação no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa.*

THIERRY DIAS COELHO *foi amigo e colega brilhante, cálido e generoso, que nos deixou cedo de mais.*

SUSANA COROADO *é doutorada em Política Comparada pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, na qual estuda a captura nas agências reguladoras em Portugal.*

MAFALDA DIAS é estudante de pós-graduação no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa.

MARIANA CARMO DUARTE é doutoranda em Ciências Políticas e Sociais no Instituto Universitário Europeu de Florença. Trabalhou como assistente de investigação no CIES, ISCTE-IUL (2017-2019).

JOSÉ MIGUEL DUARTE é mestre em Ciência Política pela Universidade de Aveiro. Exerce funções de técnico superior no município de Oliveira do Bairro.

SARA EPIFÂNIO é estudante de mestrado em Globalização e Dinâmicas Regionais na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Além de Estudos da Paz, os seus temas de interesse académico incluem política externa e estudos europeus.

JÚLIO FAZENDEIRO é doutorando em Política Comparada no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Os seus interesses de investigação centram-se nos partidos políticos, especialmente na filiação partidária e na transparência das organizações partidárias.

PATRÍCIA FERNANDES é licenciada em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade do Porto e em Filosofia pela Universidade do Minho. É professora auxiliar convidada na Universidade da Beira Interior e na Universidade do Minho.

SARA DE ATHOUGUIA FILIPE é doutoranda em História no Instituto Universitário Europeu de Florença. A sua tese é sobre a aristocracia europeia do século xx e o seu papel reformador no contexto imperial. O estudo das elites políticas – históricas e atuais – é um dos seus mais vincados interesses académicos.

JOÃO TIAGO GASPAR é doutorando no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e coordenador da equipa de estudos da Fundação Francisco Manuel dos Santos.

JOSÉ GUIMARÃES é mestre em Relações Internacionais pela Universidade do Minho e atualmente é consultor em Bruxelas, atuando na área dos assuntos Europeus relacionados com o Mercado Único Digital.

PEDRO GONÇALO LARANJEIRA é estudante de pós-graduação no ISCTE-IUL.

HUGO FERRINHO LOPES é doutorando em Política Comparada no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, professor assistente convidado

na Universidade da Beira Interior e investigador associado do Observatório Político. Os seus interesses de investigação passam por instituições políticas (em especial, partidos políticos), representação política e atitudes e comportamentos políticos.

GUSTAVO GOUVÊA MACIEL é bolseiro de doutoramento no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. A sua pesquisa centra-se no estudo da opinião pública sobre ética e corrupção em contextos democráticos.

ANDRÉS MALAMUD é investigador principal do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Especializado em integração regional, instituições políticas e política latino-americana.

JORGE D. M. MATEUS é mestre em Filosofia Política pelo Instituto de Letras e Ciências Humanas da Universidade do Minho. Atualmente, desenvolve investigação nas áreas da ética do melhoramento humano e da filosofia política no Centro de Ética, Política e Sociedade da Universidade do Minho.

JOÃO MONIZ é bolseiro de doutoramento do programa doutoral em Ciência Política da Universidade de Aveiro e da Universidade da Beira Interior. Investiga as dinâmicas de conflito político e a politização da União Europeia no Parlamento Europeu.

PEDRO GÓIS MOREIRA é doutorado e mestre em Ciência Política e Relações Internacionais pelo Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica Portuguesa, sendo também mestre em história pela Universidade de Leiden. Foi investigador convidado na University of Dallas (Texas, EUA).

LUÍS F. MOTA é pós-doutorado em Administração Pública pela Universidade de Aveiro e investigador na unidade de investigação em Governança, Competitividade e Políticas Públicas dessa mesma universidade. É professor adjunto no Instituto Politécnico de Leiria.

SUSANA ROGEIRO NINA é doutoranda em Política Comparada no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, com uma bolsa financiada pelo projeto ERC MAPLE.

PAULO PACHECO é estudante de pós-graduação no Universidade dos Açores.

ISABEL GORJÃO SANTOS é aluna do doutoramento em Estudos sobre a Globalização da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Trabalha atualmente na Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal – AICEP Portugal Global.

ISABEL SARDO é mestre em *Relações Internacionais* pela *Universidade de Coimbra*. Reside atualmente no Reino Unido, onde trabalha com estudantes internacionais e respetivas embaixadas.

PEDRO SEABRA é doutorado em *Ciência Política*, com especialização em *Relações Internacionais*, pelo *Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa*. É investigador do *Centro de Estudos Internacionais*, do *ISCTE-IUL*, professor auxiliar convidado nesse mesmo instituto e assessor do *Instituto de Defesa Nacional*. As suas áreas de investigação são: *relações internacionais*, *segurança internacional*, *dinâmicas regionais do Atlântico Sul* e *cooperação de defesa em África*.

SOFIA SERRA-SILVA é doutorada em *Política Comparada* pelo *Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa*. Atualmente é investigadora no *IPRI*, *Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa* e professora auxiliar convidada do *Departamento de Sociologia da Universidade da Beira Interior*. Os seus interesses de investigação são: *parlamentos*, *envolvimento público*, *media digitais* e *novas tecnologias de informação*.

PEDRO SILVEIRA é professor auxiliar convidado na *Universidade da Beira Interior* e na *Universidade Nova de Lisboa*, investigador do *IPRI-NOVA*, da *Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa*. As elites políticas, o governo e a liderança política estão entre os seus principais interesses de investigação.

RAQUEL VAZ-PINTO é professora auxiliar convidada na *Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa*. Os seus interesses de investigação são *política externa e estratégia chinesa*; os *EUA* e o *Indo-Pacífico*; a *Europa* e o *mundo*; e *liderança e estratégia*.

BEATRIZ VIEGAS é licenciada em *Relações Internacionais* pela *Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra* e mestre em *Ciência Política* pelo *ISCTE-IUL*.

PREFÁCIO

A política é uma construção coletiva; a Ciência Política, também. Porém, na história aparecem com frequência alguns protagonistas individuais, aqueles que abriram caminhos ou lideraram a caminhada. Este livro é sobre alguns deles, portugueses que descobriram, inovaram e mudaram a maneira de entender a política em Portugal. Mas não é apenas sobre eles, é também com eles. São os próprios pioneiros da Ciência Política portuguesa que nos relatam a sua experiência, passando pelos seus sonhos e frustrações até chegar à afirmação e alguns à consagração. E quem puxa por eles para reconstruir as suas histórias é a próxima geração, mais de 30 estudantes de pós-graduação das mais importantes instituições do país que aceitaram o desafio colocado pelos coordenadores do livro. Aqui, a história encontra-se com o futuro – e são os próprios protagonistas a relatarem esse encontro.

A nossa inspiração proveio de dois volumes já clássicos que reuniram vários dos maiores politólogos do mundo. O primeiro, publicado em 1997, foi organizado por Hans Daalder, um académico holandês que pediu a 27 pioneiros da política comparada europeia que escrevessem capítulos autobiográficos. O segundo, publicado em 2007, foi organizado pelo argentino Gerardo Munck e o estadunidense Richard Snyder, e é mais parecido com o nosso: contém entrevistas em profundidade a 15 colegas que revolucionaram a Ciência Política ocidental. Outros autores têm organizado coletâneas similares dedicadas a cobrir casos nacionais; a nossa é, orgulhosamente, a primeira para Portugal.

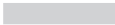
Os nossos entrevistados foram selecionados em função do seu pioneirismo e da sua representatividade. Todos eles contribuíram decisivamente para a consolidação de, pelo menos, uma área-chave da Ciência Política em Portugal, e selecionamos 15 dessas áreas. A lista não é exaustiva. Ficaram de fora, por exemplo, a ética política (que só se sobrepõe parcialmente com a filosofia política)

e as políticas públicas (que já se autonomizaram da administração pública). Nem todos os grandes politólogos portugueses estão no livro, mas todos os que estão são grandes – mesmo sendo, alguns deles, ainda jovens.

Os entrevistadores foram 37 estudantes, inicialmente de mestrado, e depois de doutoramento e pós-doutoramento de 11 universidades portuguesas, desde os Açores à Beira Interior. Todos eles fizeram um trabalho extraordinário, desde a seleção prévia do material bibliográfico, passando pela preparação e execução das entrevistas até à revisão posterior do material, que parecia (como sempre) que nunca mais acabava. A todos eles, que trabalharam sem outro incentivo que não fosse aprender e ver este livro publicado, fica publicamente expresso o nosso enorme agradecimento: eles também são protagonistas da *Ciência Política à portuguesa*. Deixamos uma palavra especial para Thierry Dias Coelho, um querido membro da equipa, que faleceu antes de ver a obra terminada.

Como ler este livro? Ele é composto por um capítulo introdutório e 15 capítulos temáticos. Cada capítulo temático realiza um balanço da área em Portugal através da visão de um protagonista fundacional, ou destacado. Nesta parte procuramos responder a três questões: Como surgiu esta área de estudos em Portugal e quais foram as etapas da sua evolução? Como se tem estudado (métodos, teorias, etc.)? Qual é a sua agenda atual e quais as suas perspetivas futuras?

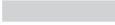
Este livro ajudará a desvendar uma disciplina relativamente nova em Portugal, mas cujos protagonistas gozam de prestígio no país e no estrangeiro. As páginas que se seguem permitem entender porquê.



Referências

DAALDER, Hans. 1997. *Comparative European Politics. The Story of a Profession*. Londres: Pinter.

MUNCK, Gerardo L., e Richard Snyder. 2007. *Passion, Craft, and Method in Comparative Politics*. Baltimore, MD: Johns Hopkins University Press.



A CIÊNCIA POLÍTICA EM PORTUGAL

Andrés Malamud,
Marcelo Camerlo
e Raquel Vaz-Pinto

Portugal é um país velho com uma Ciência Política nova. Em 1143, quando o reino de Leão e Castela reconheceu a sua independência, nasceu um Estado que hoje é o terceiro mais antigo da Europa. Porém, as diferenças com os outros dois mais antigos são notáveis: enquanto França e Inglaterra se constituíram rapidamente como potências europeias, a localização geográfica de Portugal na periferia do continente europeu, juntamente com o maior peso e tamanho do vizinho ibérico, tiveram impacto no pensamento político nacional.

Em 1910, Portugal tornou-se uma república. Pouco mais adiante, em 1926, um golpe de Estado viria derrubar o governo constitucional, e um regime autoritário e tradicionalista vigorou até 1974. No dia 25 de abril de 1974, uma rebelião militar acabou com a ditadura e criou as condições para a dissolução do império colonial. A efetiva viragem pró-europeia, democratizante e modernizadora de Portugal tem apenas quatro décadas. Até então, era um país pouco desenvolvido e concentrado nas suas «províncias ultramarinas». E mesmo que o desenvolvimento moderno das ciências sociais se tenha iniciado em 1962, quando Adérito Sedas Nunes fundou o Gabinete de Investigações Sociais (GIS), a Ciência Política só se consolidou como disciplina autónoma uma vez estabelecida a democracia. O GIS desdobrar-se-ia anos mais tarde numa unidade de ensino e noutra de investigação: o Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE) e o Instituto de Ciências Sociais (ICS), respetivamente.

Juntamente com a Alemanha e toda a Europa do Sul, Portugal faz parte do grupo de países onde a génese da Ciência Política contemporânea foi afetada pelas dinâmicas próprias dos regimes autoritários. Até 1974, o pensamento académico sobre a política ficou circunscrito às faculdades de Direito, que forneciam a legitimação ideológica e os quadros de governo ao regime. A natureza e a duração da ditadura infundiram um viés conservador, católico e corporativo, à reflexão sobre a organização social e política. Alguns funcionários tiveram um papel relevante na institucionalização inicial da Ciência Política. É o caso de Adriano Moreira, ex-ministro das Colónias e do Ultramar no Instituto Superior de Estudos Ultramarinos – hoje transformado no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP) da Universidade de Lisboa.

Para além do GIS e do ISCSP, a génese da moderna Ciência Política portuguesa teve uma terceira fonte: o exílio. Portugal teve uma diáspora predominantemente francófona, o que aproximou os seus intelectuais da Sociologia e da História como disciplinas, e do ensaísmo como estilo. Porém, o impacto do retorno foi menor do que casos comparáveis, como a Grécia (cujos investigadores na diáspora se formaram maioritariamente em Inglaterra), ou o Brasil, cujos estudantes mais destacados foram doutorar-se nos Estados Unidos. A seguir à democratização, a liderança da Sociologia na modernização das ciências sociais, assim como a constante centralidade da História no debate intelectual, dificultaram a afirmação da Ciência Política. Por isso, e à semelhança de outros casos na Europa Ocidental, as raízes da política comparada encontram-se na Sociologia Política, enquanto as Relações Internacionais se fundam na história. Pioneiros como Maria Carrilho (que estudou o papel político dos militares) e Manuel Braga da Cruz (que investigou sobre regimes políticos e sistemas eleitorais) regressaram do estrangeiro e fixaram-se nas duas instituições derivadas do GIS: o ISCTE e o ICS. Ainda hoje, estes centros aglutinam a maioria dos profissionais e da produção em política comparada do país (Camerlo, Homem Cristo e Koçak 2015), conjuntamente com a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Embora a política comparada *stricto sensu* ocupe um lugar recente na disciplina, nas últimas duas décadas foi

adquirindo maior centralidade, deslocando a teoria política como conteúdo e o ensaísmo como estilo. O seu núcleo de praticantes continua a ser pequeno de acordo com os critérios internacionais, mas tem um alto nível de visibilidade pública e de internacionalização.

Para apreender as peculiaridades do caso português é necessário colocá-lo em perspectiva comparada. No Brasil, em contraste com os Estados Unidos e com a Argentina, a Ciência Política e as Relações Internacionais têm-se desenvolvido por trilhos separados. Enquanto a Ciência Política adotou um enfoque mormente nomotético, na procura de regularidades nos fenómenos observáveis, as Relações Internacionais preferiram um enfoque ideográfico, na busca de realçar as particularidades. Assim, a Ciência Política brasileira evoluiu a partir da Sociologia e tornou-se teoricamente mais densa e metodologicamente mais quantitativa, enquanto as Relações Internacionais mantiveram uma forte vinculação com a história e preferiram as metodologias qualitativas e a periodização à teorização. Notavelmente, o caso português combinou aspetos de ambos os percursos.

Em Portugal, quer a Ciência Política, quer as Relações Internacionais (RI) tiveram o seu início de percurso na História e cultivaram, se algum, os métodos qualitativos. Desde o fim do século xx, porém, a Ciência Política foi-se tornando cada vez mais comparativa e quantitativa, enquanto as RI mantiveram a matriz inicial. Apesar desta divergência, as duas comunidades conservaram-se unidas ao abrigo da Associação Portuguesa de Ciência Política, que conseguiu gerir as discrepâncias disciplinares e manter o *affectio societatis*. No caso de uma comunidade científica pequena, foi esta convivência que permitiu a realização em Portugal de grandes encontros internacionais. Entre eles ressaltam a *Seventh International CISS Millennium Conference* (International Studies Association, Buçaco 2007), *2007 ECPR Joint Sessions of Workshops* (European Consortium for Political Research, Lisboa 2009), *Third Global International Studies Conference* (World International Studies Committee, Porto 2011) e *26th IPSA World Congress of Political Science* (International Political Science Association, Lisboa 2021).

No início de 1985 publicou-se o número fundacional da efêmera *Revista Portuguesa de Ciência Política*. O diretor era José Manuel Durão Barroso. No editorial, Barroso fazia uma avaliação da Ciência Política portuguesa e constatava as seguintes características: (1) inexistência de um ensino estruturado a nível da licenciatura; (2) forte autodidatismo e ausência de teoria; (3) falta de estudos empíricos rigorosos, predominando o estilo ensaístico de tradição francesa ou o comentário jornalístico; (4) falta de estudos comparados; (5) pouca abertura ao exterior, sendo os intercâmbios com instituições estrangeiras baseados em contactos pessoais; (6) pronunciado pendor ideológico, com forte clivagem entre estudiosos de esquerda e de direita (Barroso 1985).

Trinta anos depois, Camerlo e Malamud (2015b) contrastavam o diagnóstico de Barroso e chegavam a um panorama muito mais otimista: (1) o ensino da Ciência Política em Portugal está fortemente estruturado, tanto na graduação como na pós-graduação; (2) o exercício da disciplina está institucionalizado e expressa-se numa associação profissional; (3) estudos empíricos rigorosos são cada vez mais frequentes, embora sempre convivam com artigos ensaísticos – e se complementem com comentários jornalísticos; (4) os estudos comparados, sobretudo com a Europa do Sul, são abundantes; (5) a abertura ao exterior é enorme devido a três fatores: o perfil de carreira dos principais politólogos, as crescentes necessidades de financiamento e o estímulo da FCT à internacionalização da ciência; e (6) o pendor ideológico já não é relevante na produção académica. Não deixa de ser irónico, da mesma forma que reflete a evolução e a internacionalização da Ciência Política portuguesa, que o diretor da sua primeira revista (e autor daquele famoso editorial) tenha chegado a governar Portugal e a presidir a Comissão Europeia.

A seguir fazemos um balanço das três grandes áreas de desenvolvimento da disciplina: o ensino, a investigação e a vida associativa.

O ENSINO

O ensino da Ciência Política surge em Portugal ainda durante o regime autoritário do Estado Novo. O seu nascimento deve-se, fundamentalmente, a uma abordagem jurídica de assuntos de Estado e, mais tarde, a uma abordagem mais autónoma sobre a problemática colonial – e, por isso, mais focada sobre aspetos administrativos. A criação do Instituto Superior de Estudos Ultramarinos (hoje ISCSP-ULisboa) acontece nesse contexto, assimilando e aumentando o âmbito da Escola Colonial associada, então, à Sociedade Portuguesa de Geografia. De certo modo, foi esse o primeiro passo no ensino da Ciência Política em Portugal (Moreira 2006).¹

O ensino da Ciência Política foi, depois, fazendo o seu caminho. Em 1964, com o Instituto Católico de Ciências Sociais (Universidade de Évora), e em 1972, com a Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa e com o Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, onde o estudo das temáticas associadas à disciplina surge em cursos com outras designações, nomeadamente na área da Sociologia. De resto, a associação da Ciência Política à Sociologia, nestes primeiros passos, foi reforçada com o lançamento da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, em 1972, sob orientação do sociólogo Boaventura de Sousa Santos. Estavam, deste modo, lançadas as bases para a afirmação da Ciência Política, que sucedeu nas décadas de 1980 e 1990, com grandes avanços em termos de diversidade de oferta educativa, através de uma disseminação de formações pela rede de instituições de ensino pública e privada (Moreira 2006).

Esses avanços tiveram três principais aspetos que merecem ser assinalados. O primeiro é que os cursos de Ciência Política tiveram uma fundação tardia relativamente aos cursos de Relações Internacionais. Entre 1975 e 1990, todos os cursos fundados neste domínio ocorreram na área das Relações Internacionais, sendo que apenas em 1991 nasce um curso da área da Ciência Política.

¹ O ISCSP-ULisboa sinaliza a sua fundação em 1906, com a criação da Escola Colonial. Esta é renomeada Escola Superior Colonial, em 1927, Instituto Superior de Estudos Ultramarinos (ISEU), em 1954, e Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina (ISCSPU), em 1962.

O segundo aspeto é que, até ao final da década de 1990, esse atraso em relação às Relações Internacionais não foi compensado, mantendo-se assim esses cursos em maior número na oferta educativa do que os de Ciência Política. O terceiro aspeto é que os primeiros cursos de Ciência Política surgiram em instituições privadas (nas universidades Lusófona, Internacional e Lusíada), sendo que apenas mais tarde, em 1996, a Universidade Nova de Lisboa lança o curso de Ciência Política na rede de oferta pública, muito embora não abdique, na designação do curso, da referência às Relações Internacionais. A Ciência Política crescerá, desde então, afirmando-se sobretudo na década de 2000.

Em síntese, durante o período 1975-1998 foram criados catorze cursos em doze universidades, sobretudo em Lisboa (Moreira 2006). A partir de então, os dados evidenciam um importante crescimento na quantidade e variedade de cursos e no número de alunos. De acordo com os dados disponibilizados pela Direção-Geral de Estatísticas de Educação e Ciência (DGEEC), em 2012 ofereciam-se 70 cursos de Ciência Política nos três ciclos de ensino (licenciatura, mestrado e doutoramento). Entre eles havia uma ligeira vantagem das universidades públicas (37 contra 33), particularmente nos ciclos de pós-graduação. Mais acentuada é a assimetria na distribuição dos alunos, com as universidades públicas triplicando as privadas em todos os ciclos.

A INVESTIGAÇÃO

Os temas predominantes nos projetos de investigação financiados pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) ou pelas redes europeias são os usuais no resto do continente. Aparecem com regularidade estudos sobre o funcionamento do sistema político, as dinâmicas de formação do governo, as carreiras das elites políticas, a organização dos partidos e o funcionamento parlamentar, as campanhas eleitorais e o posicionamento ideológico, a opinião pública e o comportamento eleitoral. O eixo temático autoritarismo-democratização não tem perdido atualidade, embora tenham vindo a ganhar crescente importância as investigações comparadas sobre a qualidade da democracia e os

regimes políticos, em particular o semipresidencialismo. Mesmo quando as atribuições constitucionais do Presidente português são similares às de um chefe de Estado num regime parlamentar, a sua figura adquire proeminência devido a causas institucionais como a eleição popular direta e o poder de agenda, que impactam sobre as expectativas dos atores políticos e da cidadania.

Os estudos de área estão subdesenvolvidos. Não existem centros de investigação especializados sobre a América do Norte, a América Latina ou a Ásia (a China constitui uma recente exceção, junto com o Instituto do Oriente do ISCSP), embora já tenha havido sobre África. Aqui torna-se evidente o passado colonial, porque os países mais estudados são os lusófonos. Os estudos europeus aparecem bifurcados: ou estão abrangidos pelas Relações Internacionais e se concentram na agenda da Comissão Europeia, ou aparecem fundidos com a política comparada, que é fortemente eurocêntrica. As comparações mais frequentes realizam-se com os países da Europa do Sul, embora também existam trabalhos comparativos com o resto da Europa Ocidental e, nas últimas duas décadas, com as novas democracias da Europa Oriental.

Os estudos comparativos sobre a América Latina são, em contraste com a vizinha Espanha, minúsculos. Nem sequer o Brasil aparece num lugar relevante das agendas de investigação. Isso não se deve a qualquer menosprezo, mas, antes pelo contrário, ao facto de o gigantismo e a distância da antiga colónia intimidar a velha metrópole, mais próxima em tamanho das suas antigas colónias africanas. Os poucos comparatistas que se especializam em Portugal sobre a América Latina são originários dessa região (Camerlo e Malamud 2015a).

Se a «estrangeiração» da política comparada demonstra a escassez de recursos humanos formados localmente, também manifesta o alto grau de abertura e internacionalização da Ciência Política portuguesa – e da ciência portuguesa em geral. Uma característica central do sistema científico português é que os editais, sejam para projetos, bolsas ou posições permanentes, não exigem cidadania portuguesa. Ainda mais, as candidaturas para projetos financiados pela FCT devem fazer-se em inglês, pois são

avaliados por júris internacionais. Neste aspeto, o mercado académico português é mais parecido com o holandês ou com os países nórdicos do que com o resto da Europa do Sul. É proverbial o protecionismo académico de França, Itália e Espanha, caracterizadas por circuitos universitários fechados, burocracias mais pesadas e restrições de contratação para estrangeiros e pessoas que não falem a língua nativa.

Desde a década de 1990, dois *think tanks* promoveram a investigação sobre as Relações Internacionais de Portugal: o já desaparecido Instituto de Estudos Estratégicos Internacionais (IEEI), fundado por Álvaro de Vasconcelos, e o Instituto Português para as Relações Internacionais (IPRI), fundado por Nuno Severiano Teixeira e Carlos Gaspar e atualmente integrado na Universidade Nova de Lisboa. Ambas as instituições contaram com o patrocínio do governo português, da União Europeia e das principais fundações portuguesas, especialmente a Gulbenkian e a Luso-Americana para o Desenvolvimento (FLAD).

Das revistas portuguesas que publicam artigos de Ciência Política, quatro aspetos merecem ser assinalados. O primeiro é a presença de publicações que não são específicas da disciplina. De um total de 13 revistas, três são «interdisciplinares» e duas estão associadas a outra disciplina. Entre as oito revistas específicas, quase metade pertence à subdisciplina de Relações Internacionais. O segundo aspeto é a posição ocupada pelas revistas da Ciência Política no *ranking* ClassifICS, construído no ICS (<http://www.classifics.ics.ulisboa.pt/>): só três delas recebem avaliação neste sistema, indicando um reconhecimento heterogéneo por parte da comunidade académica. O terceiro aspeto foca-se nas trajetórias das revistas. Por um lado, são muito recentes: as publicações reconhecidas pelo ClassifICS foram criadas apenas a partir de 2004, bastante mais tarde que as revistas interdisciplinares e de Sociologia. Por outro lado, são irregulares: com exceção da *R:I Relações Internacionais*, apresentam falhas de periodicidade e a frequência dos seus números é baixa, sendo difícil na maioria dos casos encontrar evidências da sua existência pela internet. Note-se também que a primeira revista da disciplina, criada em meados dos anos 1980, teve uma vida de menos de quatro anos.

Finalmente, as revistas mais bem classificadas, com uma trajetória consolidada e uma presença contínua, são geridas por centros de investigação: o Instituto de Ciências Sociais (ICS-ULisboa) e o Centro de Estudos Sociais (CES-Coimbra) com suas revistas interdisciplinares, *Análise Social* e *Revista Crítica de Ciências Sociais*; o Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-IUL) com *Sociologia Problemas e Práticas*; e o Instituto Português de Relações Internacionais (IPRI-UNL) com *R:I Relações Internacionais*.

Uma análise exploratória da produção académica na revista *Análise Social* (ICS) durante o período 1986-2014 oferece os seguintes resultados. Primeiro, observa-se uma importante participação da Ciência Política em relação ao conjunto das disciplinas sociais: 180 sobre 775 artigos, cerca de um quarto do total. Segundo, a política comparada confirma a sua posição dominante, com mais de metade dos artigos de ciência política (95 de 180). A seguir vêm as Relações Internacionais com um quarto dos

Quadro 1

Revistas de Ciência Política (ou áreas afins) publicadas em Portugal desde a sua criação até 2020

Revista	Disciplina	Criação (fim)	Pertença institucional
<i>Análise Social</i>	Interdisciplinar	1963	ICS-ULisboa
<i>Revista Crítica de Ciências Sociais</i>	Interdisciplinar	1978	CES-UCoimbra
<i>Revista de Ciência Política</i>	Ciência Política	1985 (1989)	IEP-UCP
<i>Sociologia – Problemas e Práticas</i>	Sociologia	1986	CIES-IUL
<i>Estudos Políticos e Sociais (Public Sciences and Policies)</i>	Ciência Política	1990	ISCSP-UTL(UL)
<i>Fórum Sociológico</i>	Sociologia	1992	CESNOVA
<i>Janus</i>	RI	1997	UAL
<i>Portuguese Journal of Social Science</i>	Interdisciplinar	2002	ISCTE-IUL
<i>Relações Internacionais</i>	RI	2004	IPRI-UNL
<i>Res Pública</i>	Ciência Política e RI	2005	ULHT
<i>Lusíada. Política Internacional e Segurança</i>	RI	2008	FCES-ULusíada
<i>Perspetivas</i>	Ciência Política e RI	2005	NICPRI-UMinho
<i>Revista Portuguesa de Ciência Política</i>	Ciência Política	2011	FCSH-UNL

Fonte: Dados coligidos no âmbito da presente pesquisa.

artigos, seguidas pela teoria política e pelas políticas públicas. Em terceiro lugar, os temas predominantes correspondem a participação política, partidos políticos e democracia, seguidos de longe por poder executivo e parlamento.

Uma análise recente de nove revistas para o período 2000-2012 chega a conclusões similares (Cancela, Dias Coelho e Ruivo 2014). De 300 artigos observados, os temas mais estudados são democracia e desenvolvimento (58), opinião pública (54) e eleições e comportamento político (41), seguidos de *partidos e organizações* (28), *parlamentos, executivos e burocracia* (17) e *constituições e poder judicial* (13). Os autores concluem que a política comparada portuguesa se tem focalizado mais no comportamento político do que nas instituições formais, expressando assim a importância da Sociologia Política e o afastamento definitivo do Direito. Futuras investigações deveriam incluir a produção editorial em livros, assim como publicações realizadas no estrangeiro. Por exemplo, nos últimos quinze anos, politólogos baseados em instituições portuguesas publicaram em revistas de alto impacto tais como *American Journal of Political Science*, *Comparative Politics*, *European Journal of Political Research*, *West European Politics*, *Latin American Politics and Society*, *Party Politics* e *Cambridge Review of International Affairs*.

A COMUNIDADE ACADÉMICA

Em setembro de 1998 foi constituída a Associação Portuguesa de Ciência Política (APCP) com o objetivo de «contribuir para a autonomia e o desenvolvimento da Ciência Política no país». Desde a sua criação, a associação tem tido um único presidente da Assembleia-Geral, o professor Adriano Moreira. No entanto, foram presidentes da Direção os professores Manuel Braga da Cruz (1998-2002), João Carlos Espada (2002-2006), António Costa Pinto (2006-2010), João Cardoso Rosas (2010-2012), Raquel Vaz-Pinto (2012-2016), e Carlos Jalali (2016-2020).

Os congressos da APCP tiveram o seu início em Lisboa, em 1999, e consolidaram-se com frequência bienal a partir de 2004. Em três oportunidades tiveram lugar fora da cidade capital: em 2010

(Aveiro), 2014 (Coimbra) e 2018 (Braga), com o objetivo claro de descentralização. A APCP tinha-se constituído em setembro de 1998, escolhendo como presidente um doutorado em Ciência Política pela primeira vez em 2010. Em 2012, elegeu a sua primeira presidente mulher.

Desde a primeira convocatória, a participação tem experimentado um crescimento sustentável, sobretudo a partir do momento em que o congresso se tornou periódico. Assim, o número total de participantes cresceu de 90 (em 1999) até atingir os 500 (em 2014), com um pico de 550 no congresso de Aveiro (2010). Neste rápido crescimento é importante destacar a evolução da participação feminina. Esta começa de modo muito marginal em 1999, com uma presença equivalente a 12% do total de participantes, para, a partir de aí, evidenciar uma tendência sempre crescente até quase se equiparar à quota masculina em 2014. Pela sua parte, a participação de membros provenientes de instituições estrangeiras flutuará, desde 2004, em torno de uma média de 30%. No conjunto, observamos 14% de participações do Brasil, 6% de Espanha e 2% de Inglaterra. Outros países com presença significativa são Alemanha, Estados Unidos, seguidos de Itália e França.

O conteúdo das apresentações divide-se em quatro grandes áreas. Por um lado, encontram-se as subdisciplinas de *política comparada* (que funciona como «chapéu de chuva») e *Relações Internacionais* (incluindo estudos europeus), que representam conjuntamente 74% do total das 2040 participações (com 37% cada uma delas). Por outro lado, aparecem as subdisciplinas *políticas públicas* e *teoria política*, com uma participação média de 12% e 13% respetivamente. Se descontarmos o pico de 2010, que afetou todas as subdisciplinas de modo similar, observa-se que as duas últimas começam de modo modesto e experimentam um lento mas progressivo crescimento. Pela sua parte, *Relações Internacionais* é a que cresce de modo mais acentuado, passando de 19% das participações, em 1999, para 47% em 2014, quando se converteu na subdisciplina com maior afluência. Em contraste, *política comparada* teve um melhor começo, mas estagnou nos últimos dois congressos, apresentando uma tendência

quase sempre em queda, passando de 58%, em 1999, para 27% em 2014.

CONCLUSÕES

A Ciência Política portuguesa evidencia uma emergência tardia, tanto em comparação com outros países, como em relação a outras disciplinas no âmbito nacional. Como consequência das características do regime autoritário do Estado Novo, do tipo de exílio académico e do predomínio, inicialmente, do Direito e, posteriormente, da Sociologia, passados 10 anos da transição democrática não se verificava qualquer indício de vida institucional por parte da Ciência Política portuguesa.

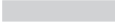
A disciplina cresce de modo muito acentuado a partir de finais dos anos 1990, passando a contar, em 2014, com quase 70 cursos, 5000 alunos, 17 instituições de ensino, oito revistas reputadas, meio milhar de participantes em cada congresso da APCP e, mais recentemente, do direito a albergar o Congresso Mundial de Ciência Política da IPSA em 2021. Embora estes desenvolvimentos testemunhem um papel crescente das novas universidades privadas, eles continuam fortemente ancorados nas universidades públicas do Centro e do Norte do país.

Apesar do seu crescimento abrupto, a autonomia local da disciplina é ainda parcial. Por um lado, a Ciência Política continua a ocupar espaços não exclusivos, como mostram o número e a qualificação das revistas de Ciência Política no mapa geral de revistas académicas onde os politólogos publicam. Por outro lado, temas próprios da Ciência Política são tratados por centros ou investigadores de outras disciplinas, questão ilustrada pelo número de publicações com temática de Ciência Política escritos por não politólogos. É internacionalmente onde a Ciência Política produzida em Portugal ganha destaque, como manifestam as cada vez mais numerosas publicações em revistas classificadas nos quartis superiores.

Por último, destacam-se internamente quatro grandes subdisciplinas. A *política comparada* e as *Relações Internacionais* que, em conjunto podem chegar a representar 70% da disciplina, e as

políticas públicas e a *teoria política*. As evidências disponíveis indicam que, ao longo do tempo, é *Relações Internacionais* a que mais tem crescido e se tem institucionalizado. Em sentido contrário, a produção em *política comparada* é a que mais tem diminuído, mas apenas em termos relativos.

Resumindo, podemos afirmar que a Ciência Política portuguesa está hoje mais equilibrada internamente que nunca, tão madura como a de países comparáveis na Europa e mais internacionalizada do que na maioria deles. As entrevistas que se seguem assim o demonstram.



Referências

- BARROSO, José Durão. 1985. «Editorial». *Revista de Ciência Política* 1: 3-5.
- CAMERLO, Marcelo, Alexandre Homem Cristo, e Canberk Koçak. 2015. «Ciência política em Portugal. O balanço de uma experiência recente». In *O Sistema Político em Portugal numa Perspetiva Comparada. Entre a Teoria e a Prática*, coord. Conceição Pequito. Cascais: Editora Principia.
- CAMERLO, Marcelo, e Andrés Malamud. 2015a. «La política comparada en Portugal». In *La Agenda de la Política Latinoamericana Comparada*, coords. Mirtha Geary, Juan Lucca e Cynthia Pinillos. Rosario: Editorial del Revés.
- CANCELA, João, Thierry Dias Coelho, e João Pedro Ruivo. 2014. «Mapping political research in Portugal: scientific articles in national academic journals (2000-2012)». *European Political Science*, vol. 13, 4.ª ed.: 327-339.
- DUARTE, Mariana Carmo, e Joana Calado Mendes. 2019. «O ensino universitário da Ciência Política e das Relações Internacionais em Portugal». *APCP Newsletter*, verão, 5-7.
- MOREIRA, Adriano. 2006. «Political science in Portugal». In *The State of Political Science in Western Europe*, coord. H. D. Klingemann. Opladen & Farmington Hills: Barbara Budrich Publishers, 311-323.
- RAMOS PINTO, Pedro. 2011. «Os trilhos da Ciência Política portuguesa: uma conversa com David Goldey». *Análise Social*, XLVI (200): 605-610.

FILOSOFIA POLÍTICA

segundo

João Cardoso Rosas

*Jorge Mateus
e Pedro Góis Moreira*



JOÃO CARDOSO ROSAS

estudou na Universidade do Porto (licenciatura e mestrado) e no Instituto Universitário Europeu de Florença (doutoramento). É professor associado no Departamento de Filosofia do Instituto de Letras e Ciências Humanas da Universidade do Minho. Tem também sido professor ou investigador visitante em Lisboa, Madrid, Oxford e Providence. As suas áreas de interesse são a ética e a filosofia política. A sua produção académica tem sido dirigida, sobretudo, para as teorias contemporâneas da justiça, do pluralismo doutrinal e ideológico e dos direitos humanos.

Qual foi o seu percurso intelectual e institucional?

Depois da licenciatura em Filosofia na Universidade do Porto (1985) fiz um mestrado em Filosofia Social e Política (1990), também na UP, ao mesmo tempo que tinha a interessante experiência de lecionar a disciplina de Filosofia no ensino secundário. Nesse tempo, os mestrados eram longos, com dois anos curriculares seguidos de dois anos de tese. Quando estava nesse processo concorri para a Universidade do Minho (UM), para lecionar história das ideias políticas e sociais. Comecei a trabalhar na UM e, entretanto, completei o mestrado. Seguidamente lecionei vários anos em Braga, fui fazer um doutoramento (defendido em 2001) no Instituto Universitário Europeu de Florença, combinado com a Universidade da Califórnia em Berkeley, onde passei um ano. Depois disso voltei à Universidade do Minho, onde passei a lecionar sobretudo filosofia política contemporânea (desde 2009), tendo tido entretanto posições de visitante noutras instituições, como a Brown University (um semestre como professor), a University of Oxford (um semestre como *research fellow*) e o Instituto de Filosofia do CSIC (Consejo Superior de Investigaciones Científicas) – Madrid (um semestre como investigador visitante). Tenho também dado cursos mais breves de filosofia política contemporânea no IEP (Instituto de Estudos Políticos) da Universidade Católica, na Universidade Autónoma de Madrid e, mais recentemente, no ISCTE (Instituto Universitário de Lisboa).

Que motivos o levaram a interessar-se e a estudar filosofia política?

Quando cursava Filosofia na Universidade do Porto (UP) a filosofia política interessou-me não ainda como um campo autónomo, ou bastante independente, da restante reflexão filosófica – como viria a acontecer mais tarde –, mas antes como uma porta de entrada para a filosofia geral. Ou seja, para mim a filosofia política tratava de questões que diziam respeito à cidadania e ao Estado, mas punha em marcha uma reflexão muito mais alargada que buscava os fundamentos, éticos, epistémicos e, em última instância, ontológicos que só a tradição filosófica podia fornecer.

Completo a licenciatura e o mestrado em Portugal, na Universidade do Porto, mas obteve o doutoramento no Instituto Universitário Europeu de Florença. Que razões o levaram a optar por fazer o seu doutoramento no estrangeiro?

Face à situação da filosofia política em Portugal nos anos 80, quando quase ninguém conhecia nem mesmo [John] Rawls, o doutoramento só poderia ser feito no estrangeiro. Concorri para doutoramento no IUE (Instituto Universitário Europeu) e nos Estados Unidos através da Fulbright, tendo obtido ambas as bolsas e sendo colocado em Florença e na New School, em Nova Iorque. Mas como apreciava o pensamento de Steven Lukes, que seria meu primeiro orientador em Florença, optei pelo IUE. Além disso, o facto de ser mais perto e de eu não conhecer os Estados Unidos também contribuiu para a decisão. A entrada no IUE implicou uma bolsa para doutoramento que era concedida pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros. Acabei por escrever a tese em inglês para que os orientadores a pudessem ler, embora isso não me agradasse particularmente (a minha segunda língua era o francês, como acontecia com quase todos os da minha geração).

Que escola de pensamento mais o influenciou? Que filósofos marcaram o seu percurso? E dos académicos que conheceu pessoalmente, quem o influenciou mais?

Como inicialmente estava interessado na conexão entre a filosofia política e outras áreas da filosofia, interessei-me pelo pensamento de Karl Popper, por poder fazer uma ponte direta entre política, por um lado, e a epistemologia e a teoria do conhecimento, por outro. Mas o pensamento de Popper interessou-me também pelo distanciamento face ao marxismo. Na Universidade do Porto o ensino da filosofia política nos anos 80 do século xx era muito marcado por uma visão que poderia chamar «cato-marxista» (ou católico-marxista). Essa visão redundava facilmente em dogmatismo ideológico. Por isso o pensamento de Popper parecia um bom antídoto liberal. A partir daí interessei-me por outros pensadores de matriz mais inglesa. Após o mestrado, descobri, pela via da filosofia política de língua inglesa, o pensamento de John Rawls. Para minha surpresa, Rawls era já dominante na filosofia

política em termos internacionais, mas nunca me tinham falado dele na Universidade do Porto, dominada pela filosofia francesa e alemã. Com ainda maior surpresa descobri que Rawls, assim como autores que vieram no seguimento dele, como Robert Nozick, Michael Sandel, Michael Walzer, *et cetera*, eram até então praticamente desconhecidos em Portugal e ninguém os lecionava nas universidades. Isso despertou ainda mais o meu interesse por esses pensadores e passei a empreender um trabalho de divulgação dessa vertente da filosofia política em Portugal. Quando fui para doutoramento não deixei de ser também influenciado pelos meus principais supervisores e professores da altura, como Steven Lukes, Jeremy Waldron e Will Kymlicka. Na Universidade do Minho fui também influenciado por Acílio Estanqueiro Rocha, que praticava filosofia política na tradição francesa, com um nível de rigor que eu não tinha antes encontrado.

Quem identifica como adversários intelectuais? Contra que argumentos construiu os seus?

Como disse acima, inicialmente o adversário intelectual era um certo dogmatismo cato-marxista. Daí o apelo do pensamento liberal de autores como Popper. Mas depois dessa oposição a um certo «comunitarismo de esquerda», marquei também oposição ao «comunitarismo de direita» de alguns autores contemporâneos, ou ainda de muitos dos chamados «straussianos» (os seguidores de Leo Strauss), cuja marca principal continuava a ser – como no caso dos marxistas que conhecia – o dogmatismo, o fechamento à crítica, o estilo oracular.

Quais considera terem sido os seus principais contributos para o estudo e o desenvolvimento da filosofia política em Portugal?

Acho que contribuí, na medida das minhas possibilidades, para atualizar o ensino e a investigação da filosofia política em Portugal. Introduzi o ensino da filosofia política contemporânea de língua inglesa, de autores como Rawls, Nozick, Sandel, Walzer, Nagel, Iris Young e Kymlicka. Mais tarde, escrevi ensaios e editei livros nessa linha. Criei cursos de pós-graduação no mesmo sentido, na Universidade do Minho (primeiro um mestrado em Ética

e Filosofia Política, mais recentemente um mestrado em Filosofia Política, o único especializado no assunto em Portugal). Fundei um grupo de investigação chamado Grupo de Teoria Política, para juntar pessoas de Filosofia e Ciência Política, mas que faz sobretudo filosofia política e ética aplicada. Entretanto, este grupo evoluiu para centro de investigação, sediado na Universidade do Minho: trata-se do Centro de Ética, Política e Sociedade (CEPS). Organizei várias conferências, seminários e ciclos de palestras dedicados à filosofia política contemporânea, trazendo a Portugal autores como Lukes, Waldron, Ackerman, Adam Swift, Jonathan Wolff, Richard Bellamy, Charles Beitz, Thomas Pogge, Samuel Scheffler, entre muitos outros.

Nos últimos anos, desempenhou cargos diretivos na Associação Portuguesa de Ciência Política e na Sociedade Portuguesa de Filosofia. Que mais-valias guarda dessas experiências e que impacto podem elas nutrir no desenvolvimento da filosofia política a nível académico?

Estive alguns anos na Associação Portuguesa de Ciência Política (APCP) como membro da Direção e, no seguimento disso, foi-me feito o desafio – pelo António Costa Pinto – de concorrer à presidência. Aceitei por achar que em Portugal a vida das sociedades científicas na minha área era algo pobre e precisava de um novo dinamismo. Uma das constatações das minhas estadias no estrangeiro, particularmente nos Estados Unidos, foi a da vitalidade das associações científicas e como isso é importante para criar uma comunidade de ciência. Empenhei-me assim na APCP, procurando além do mais abrir caminho para a teoria e filosofia política no âmbito dos Estudos Políticos. Sempre achei que quem fica restrito a estudos de política comparada, ou Relações Internacionais, por exemplo, sem frequentar o pensamento político, os grandes autores, as correntes contemporâneas, fica a perder. Pouco se entende de política quando não há prática de teoria e filosofia política. Pensei que trazer essa mensagem era um segundo tipo de impacto que gostaria de ter. Isso gerou também um certo cansaço e acabei por sair, achando que tinha dado o meu contributo. Mais tarde fui desafiado para a Sociedade Portuguesa de Filosofia, da

qual era já membro do Conselho Científico, pelo Ricardo Santos. Achei que aqui havia também duas missões a desempenhar. Por um lado, a mesma missão de criar uma verdadeira comunidade de investigadores, coisa que é muito difícil na filosofia em Portugal. Em segundo lugar, queria vencer as dicotomias que se instalaram entre filosofia analítica e filosofia continental. Isso parecia-me – e continua a parecer-me – improdutivo, embora eu próprio seja conotado, não sei se justamente, com a «filosofia política analítica». As impressões que guardo destas experiências associativas são boas, mas com um misto de cansaço, uma vez que estes lugares implicam constantes deslocações a Lisboa e eu vivo a 350 km de distância.

Neste momento, é o presidente da Direção da Sociedade Portuguesa de Filosofia para o biénio 2015-2017.¹ Atendendo à sua formação em filosofia política e à proximidade académica e institucional com esta área, podemos esperar algum contributo especial por parte da SPF [Sociedade Portuguesa de Filosofia] no âmbito da filosofia política?

Como presidente da SPF não posso favorecer nenhuma subárea da filosofia. Mas certamente procuro que a filosofia política não seja desfavorecida face aos domínios mais tradicionais da metafísica, da filosofia do conhecimento, etc. Talvez tenha contribuído para que a filosofia política e a ética tenham atualmente alguma visibilidade a nível dos congressos, encontros de professores e até do prémio de ensaio filosófico que a SPF organiza. Mas não me cabe, enquanto presidente da SPF, dar mais relevo à filosofia política do que aquele que ela tem entre os praticantes nacionais nas várias áreas da filosofia.

À semelhança de outros filósofos, já considerou escrever um livro que se apresente como guia para aprender a viver, refletindo nele as suas preocupações filosóficas com o futuro?

Sim, se calhar todos os filósofos têm essa tentação existencial. Até mesmo aqueles cujo trabalho é notoriamente analítico tendem por

¹ Esta entrevista teve lugar em 2016.

vezes a passar ao registo da introspeção ou do autoexame (pense-se em Nozick (1989) e no livro *The Examined Life*). Se os anos e a vitalidade ajudarem penso ainda escrever um livro desse tipo, voltado para a reflexão existencial e ética (já tenho um plano...).

E da relação do filósofo político com a atividade política prática, que benefícios ou malefícios crê daí resultarem? Já ponderou ou pondera vir a ter uma vida política ativa, exercendo funções num governo? Nesse caso, que cargo desejaria ter?

Procurei ter uma intervenção política mais ativa através dos jornais. Por isso durante dez anos publiquei crónicas semanais, sobretudo na imprensa económica. Acho que os filósofos políticos podem trazer uma linguagem e um tipo de análise que fazem alguma diferença no panorama do comentário político. Esclarecer termos, mostrar alternativas, são algumas das coisas que um filósofo político pode fazer. Acho que a filosofia política também deve ser – e nem pode deixar de ser – uma filosofia pública. A minha visão é antiplatónica. O filósofo pode ajudar a esclarecer e tem instrumentos para isso, mas o conhecimento que formula não é uma *epistême*, um conhecimento certo e indubitável, é antes uma espécie de *doxa*, de opinião, mas acompanhada das melhores razões. Também já tive alguma atividade mais diretamente política em *think tanks*. Mas descobri que estes dificilmente são levados a sério em Portugal, ou têm as condições materiais mínimas. Em geral são apenas instrumentos que os principais partidos usam estrategicamente para alcançar o poder justificando a sua luta política com apelo ao saber e à academia. Já fui sondado para cargos políticos por duas vezes, mas recusei porque isso implicaria ir viver para Lisboa, o que não está nos meus planos. Tenho algum ceticismo quanto à vocação dos filósofos para a política prática. O (contra-) exemplo de Platão é inolvidável. Mas há muitos casos mais próximos de nós, como o de Michael Ignatieff. Tenho colegas e ex-alunos que enveredaram pela política e – eles que me perdoem – os resultados não me parecem brilhantes. Como disse acima, creio que os comentadores com preocupações filosóficas tendem a centrar-se mais em questões de doutrina e de pensamento, não focando tanto aquilo que é o

hábito da maior parte dos comentadores e que é apenas o jogo político, a tentativa de alcançar o poder e mantê-lo. Em Portugal o comentário político é dominado por jornalistas profissionais ou pelos próprios agentes políticos e isso é empobrecedor. Acho que a atenção à doutrina é importante para dar significado à ação política. E que é também relevante pensar a política em termos normativos e não apenas como luta pelo poder. Claro que existe a tentação, para o filósofo político como para qualquer outro especialista, de usar a sua autoridade académica simplesmente para defender os partidos ou fações da sua preferência. Mas isso deve ser evitado. Não é essa a contribuição específica do filósofo político.

Em que está a trabalhar agora e/ou qual a sua agenda futura?

Neste momento voltei a trabalhar um pouco em história da filosofia política – já não o fazia há anos – por achar que é possível retomar o interesse no assunto a partir de preocupações contemporâneas, mais do que ficando centrado nas metodologias contextualistas, sobretudo da Escola de Cambridge que predominaram até recentemente. Ou seja, acho importante recorrer mais à história da filosofia política como forma de fazer filosofia política contemporânea. Estou também a trabalhar em filosofia dos direitos humanos, por achar que a linguagem desses direitos se tornou o grande discurso normativo da atualidade, desde o final da Guerra Fria, embora geralmente com défice reflexivo. Por fim, tenho-me voltado para a análise crítica das ideologias políticas. Creio que é uma área fundamental, mas que tem sido largamente negligenciada pela filosofia política mais recente.

Numa frase, como definiria a filosofia política?

Sou antiessencialista. Por isso considero que a filosofia política é «aquilo que os filósofos políticos fazem» – e fazem coisas diversas, até mesmo atendendo apenas ao contexto nacional. Num texto em que procuro definir a filosofia política que eu próprio pratico escrevi: «A filosofia política não se coloca acima da política, embora tenha desta uma perspetiva refletida e desinteressada. A filosofia política não reclama para si nenhuma via direta de

conexão com a verdade e não pretende exercer uma autoridade derivada desse pretenso conhecimento especial. A filosofia política endereça os problemas práticos e as dúvidas morais da sociedade. Ao fazê-lo, procura orientar e reconciliar. Mas procura também definir as bases racionais da esperança numa sociedade melhor. Neste sentido, a filosofia política é uma forma de reflexão sobre as sociedades em que vivemos e sobre o exercício do poder nos estados que as enquadram – mas voltada para o muito longo prazo» (Rosas 2012, 26).

Podemos falar de um corpo de filósofos políticos especificamente formados em filosofia política, ou os investigadores e académicos desta área têm formação diferente? Até que ponto essa formação noutras áreas do saber tem impacto na abordagem dos temas da filosofia política? E qual a distinção entre filosofia política e teoria política?

A maior parte dos filósofos políticos tem formação em Filosofia. Mas há vários outros casos: formações em Direito, História, Economia, etc. Naqueles que fazem «teoria política» nos departamentos de Ciência Política há vários com formação em Ciência Política empírica (basicamente, política comparada). Mas também aí se encontra gente com outras formações. É possível que aqueles com formação em filosofia se preocupem mais com problemas de fundamentos. Mas nem sempre é assim. Uma vez que, como se disse acima, a filosofia política atual tende a ser bastante autónoma em relação a outros saberes, os diversos praticantes tendem a fazer coisas que não se distinguem pela sua formação de base. O caso da teoria política nos departamentos de Ciência Política é interessante. Aí também se faz filosofia política, mas com a designação de teoria política por razões institucionais. Assim, podem encontrar-se departamentos de Filosofia onde alguém faz teoria política americana mais direcionada às questões doutrinárias e institucionais do que a questões de fundamentos, tal como se encontra em departamentos de Ciência Política quem faça uma filosofia política mais tradicional, em torno de temas como o direito natural e os fundamentos antropológicos da ação política. Ou seja, podemos em princípio distinguir a filosofia política da teoria política

dizendo que esta está mais preocupada com questões doutrinárias e institucionais, enquanto aquela se preocupa mais com questões de fundamentos. No entanto, muitas vezes faz-se filosofia política usando o rótulo «teoria política» ou faz-se teoria política usando o rótulo «filosofia política». Na verdade, as duas abordagens estão próximas e não há grande mal nisso. É mais uma questão institucional que tem a ver com o facto de os investigadores em teoria/filosofia política estarem em departamentos de Ciência Política, ou em departamentos de Filosofia.

Diria que a filosofia política influencia a vida social, política e económica, ou que é esta que influencia a filosofia política e a forma como esta é feita? Ou estamos perante uma relação intercambiável?

Em geral é intercambiável. É claro que o contexto é que coloca os problemas mais prementes. Não pensamos no vazio, mas em função de problemas que se levantam num determinado momento e não deixando de ter em conta a tradição da história das ideias. Mas nunca deixo de espantar-me com o modo como as ideias podem fazer o percurso contrário e influenciar os factos históricos, nem sempre da melhor forma ou sem consequências não intencionais e perversas. O caso mais claro é o das ideias de Marx e o modo como elas e os seus inúmeros avatares em grande parte determinaram o século xx. O nazismo também não é isolável de certas tendências da filosofia política alemã – e não apenas de Heidegger ou de Nietzsche. Na política atual o pensamento conservador tem alguma influência, mantendo os mesmos temas desde o seu fundador Edmund Burke. Mas mais influente é o pensamento liberal de matriz hayekiana ou até nozickiana. Este pensamento aparece muitas vezes nas defesas mais ideológicas do mercado livre e de uma certa noção de liberdade. As ideias igualitárias, de Rawls, ou neorawlsianas, são talvez menos influentes, ou têm uma influência mais difusa. Em todo o caso, as influências são sempre indiretas e mitigadas – e os resultados incertos.

Que prioridades colocaria na agenda do estudo da filosofia política para o futuro?

A filosofia política deve manter-se firmemente ancorada nos paradigmas éticos e políticos, mas tratar ao mesmo tempo os temas que a situação histórica e o debate público requerem, como sejam hoje as questões da globalização, da pobreza global, das novas formas de guerra e terrorismo, das migrações, da multiculturalidade, da crise ambiental, etc.

Considerando o panorama nacional, podemos falar da Filosofia Política enquanto disciplina autónoma?

Creio que, com a aproximação das nossas práticas de filosofia política ao que se faz internacionalmente, se gerou também em Portugal pelo menos uma autonomia relativa da filosofia política face a outros subdomínios da Filosofia. Com efeito, o tipo de filosofia política que eu próprio contribuí para introduzir em Portugal acabou por estabelecer esse campo de investigação, embora não fosse essa a minha motivação inicial, de uma forma consideravelmente autónoma quer face a outros subdomínios da Filosofia, quer ainda face à Ciência Política empírica, ou outras ciências sociais. No entanto, mantenho que continua a ser sempre interessante e produtivo apostar em cruzamentos de saberes, quer com a epistemologia ou a ontologia, por exemplo, quer ainda com a política comparada, a sociologia do poder ou a teoria da constituição, para dar exemplos da área do Direito e da Ciência Política.

Quais as causas desse processo de autonomização da filosofia política relativamente a outras disciplinas (Ciência Política, Direito, Sociologia, etc.)?

A principal causa foi o pensamento de Rawls e a filosofia política pós-rawlsiana. Ela tornou-se uma «indústria académica» tão vasta e com uma linguagem tão própria que passou a ter uma autonomia relativa face a outros domínios. O próprio percurso de Rawls, no sentido de uma filosofia «política, não metafísica» a partir dos anos 80 contribuiu definitivamente para a situação atual. Mas outros contributos no mesmo sentido poderiam ser invocados, como o caso do pragmatismo americano de Richard Rorty ou, na Europa, a evolução também pós-metafísica da filosofia política de

Jürgen Habermas (em especial a partir de *Faktizität und Geltung*). Houve, portanto, uma confluência teórica no sentido da autonomização da filosofia política.

Podemos identificar uma relação causal entre essa autonomização e o desenvolvimento político, social e económico portugueses?

A pergunta é interessante, mas a conexão não é direta. Creio que a conexão existente tem a ver com o facto de que, face ao desenvolvimento económico e também científico em Portugal, passámos a viver o mesmo tempo que os nossos parceiros europeus e americanos em termos de agenda de investigação e reflexão. Ao vivermos esse mesmo tempo, o que não acontecia antes dos anos 80, passámos também a partilhar com os outros contextos académicos esse processo geral de autonomização da filosofia política. Desenvolvi o tema há já alguns anos, mas não voltei a ele (ver Rosas 2002: 243-255).

Que temas constituem o foco de atenção dos primeiros filósofos políticos portugueses?

Sempre houve algum pensamento político em Portugal, mas não sou especialista em história das ideias políticas no país. Noto que os meus colegas que investigam a área se interessam sobretudo por aquilo a que se chama «estudos de receção». Isto é, analisam a receção em Portugal das ideias de Rousseau no século XVIII, ou das ideias de Auguste Comte no século XX, por exemplo. Mas não conheço nenhuma obra de filosofia política em Portugal original ao ponto de ser influente para além das nossas fronteiras e do Brasil.

Pode identificar as etapas mais importantes do desenvolvimento da área em Portugal?

Creio que a área se desenvolveu recentemente em Portugal sobretudo com a constituição de grupos de jovens investigadores na Universidade de Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, Universidade Católica de Lisboa e Universidade do Minho. Esta história é recente e ainda é difícil destacar etapas.

Que temas movem atualmente os filósofos políticos em Portugal? No seu entender, qual ou quais os temas mais prementes em filosofia política?

Muitos dos filósofos políticos portugueses estão ainda dedicados a temas históricos. Fazem investigação sobre autores: Locke, Espinosa, Rousseau, Kant, Hegel, Marx, Arendt, Foucault, etc. Alguns procuram tratar temas contemporâneos e entrar nas discussões internacionais sobre justiça local e global, federalismo e europeísmo, multiculturalismo, democracia e direitos humanos, questões de guerra e paz, política ambiental, etc.

Quem foram os académicos e investigadores que impulsionaram a filosofia política em Portugal? E hoje, quem são? Pode identificar os mais importantes profissionais a trabalharem na área da filosofia política em Portugal neste momento?

Há dois nomes particularmente importantes em Portugal: Viriato Soromenho-Marques e Diogo Pires Aurélio. O primeiro passou dos estudos históricos (Kant) para temas fundamentais da filosofia e teoria política contemporânea. O segundo dedicou-se sobretudo à história da filosofia política na Época Moderna, mas por vezes também se aproximou de temas contemporâneos. Ambos fizeram escola e deixaram jovens investigadores a trabalhar em filosofia política na Universidade de Lisboa e na Universidade Nova de Lisboa. Nesta última, é ainda de destacar o trabalho de António Marques na formação de um grupo de investigação de gabarito em ética e filosofia política. Na tradição conservadora da teoria política destaco João Carlos Espada. Fez um trabalho extremamente relevante na Universidade Católica e fez também escola, deixando discípulos que se dedicam em especial à história do pensamento político e ao pensamento liberal-conservador. Destacaria por fim o grupo da Universidade do Minho, no qual tenho tido a sorte de estar rodeado de alguns investigadores de enorme qualidade, tanto portugueses como de outros países sobretudo da Europa do Sul e que trabalham a filosofia política contemporânea, as suas implicações em termos de políticas públicas e também temas escolhidos de história da filosofia política. Há, depois, núcleos mais pequenos, mas também muito relevantes. Na Uni-

versidade do Porto não há propriamente filosofia política contemporânea, mas existe uma escola que trabalha a filosofia política na Idade Média, em torno de José Meirinhos. Em Coimbra há docentes que trabalham com rigor sobretudo a filosofia política alemã. Existe também uma vertente mais ligada à investigação sociológica, mas que faz teoria política, com claro destaque para Boaventura de Sousa Santos (que tem muitos discípulos, como é sabido). Também na Covilhã, na Universidade da Beira Interior, existe trabalho meritório tanto de história como de filosofia política contemporânea – neste caso destacaria a obra de André Barata. Na Universidade dos Açores há um pequeno núcleo, com destaque para Carlos Amaral, que fez formação nos Estados Unidos. Em Évora já existiu trabalho em filosofia política, mas foi algo descontinuado por razões institucionais. Em Aveiro houve algum trabalho episódico, mas nunca houve ensino de filosofia.

Tal como sucede noutras Academias, nomeadamente nos EUA, França e Alemanha, é possível identificar uma escola de pensamento ou uma contribuição filosófica paradigmática relevante desenvolvida por pensadores portugueses? Neste sentido, podemos falar de uma filosofia política portuguesa?

Não, não existe filosofia política portuguesa, tal como, de resto, também não existe filosofia portuguesa, mas apenas filosofia em Portugal – e filosofia política em Portugal.

Que pontos fracos encontra na área da filosofia política em Portugal? E pontos fortes?

Os pontos fracos são a incipiência da comunidade académica enquanto tal, a sua pequena dimensão e a sua ainda escassa internacionalização. Os pontos fortes são o surgimento de uma nova geração cuja agenda e cujo estilo de investigação estão já alinhados com o que se faz na Europa e Estados Unidos. Mas isso sofreu alguma erosão recentemente com a falta de financiamento proveniente da FCT, durante a crise iniciada em 2008.

Parece-lhe que os decisores políticos têm incentivado o desenvolvimento desta área, ou ela é preterida relativamente a outras

áreas, resultado das condições políticas e socioeconómicas que o país atravessa?

A filosofia política foi preterida nos últimos anos em termos de financiamento de projetos, mas o mesmo aconteceu com outras subáreas das ciências sociais e humanas. Creio que isso é um erro que deriva não apenas da nossa conjuntura, mas também das políticas europeias ao longo de décadas. Elas ajudaram a que a Europa perdesse a liderança nas ciências sociais e humanas, precisamente a única área do conhecimento onde teria tido a possibilidade de manter um domínio global.

Enquanto investigador em Oxford e professor visitante em Providence e Madrid, como classifica o atual nível de desenvolvimento da filosofia política nessas academias comparativamente com o seu desenvolvimento em Portugal?

O nível da filosofia política em Portugal está abaixo dessas academias. Nos Estados Unidos e em Oxford o domínio da filosofia política está extremamente consolidado, com práticas estabelecidas, uma comunidade que se reconhece mutuamente, revistas hierarquizadas pela sua importância, cátedras de referência, etc. Em Espanha a questão não é assim tão simples, mas a comunidade é muito maior, há muito mais praticantes, e a relação com a academia internacional é mais antiga. Há já mais tempo que os espanhóis vivem o mesmo tempo dos praticantes de filosofia política noutras paragens. Além disso, trazem à filosofia política internacional uma diferença específica que tem a ver com as relações especiais que várias instituições em Espanha têm com a América de língua espanhola. Em Portugal nada disso acontece. Estranhamente, a relação com o Brasil é ténue e nós não somos para os brasileiros o mesmo tipo de referência que Espanha é para os latino-americanos em geral. Depois, em Portugal, e apesar dos esforços associativos recentes nos quais estive envolvido – e ainda estou –, não existe verdadeiramente um sentido de comunidade dos filósofos políticos, talvez porque não existam revistas académicas de referência, talvez porque somos uma comunidade pequena e provinciana, na qual tendem a prevalecer mais as questões pessoais do que as discussões intelectuais genuínas.

Por exemplo, muitas vezes vejo teses de doutoramento e mestrado que tratam de temas que foram já objeto de pesquisa em Portugal, mas os autores omitem constantemente as referências portuguesas. Note-se que isso não acontece noutras ciências sociais ou no direito, no qual a referência mútua é constante. Isto mostra que a filosofia política em Portugal ainda tem um longo caminho a percorrer.

Como perspectiva o desenvolvimento da filosofia política em Portugal?

Há possibilidades e investigadores promissores. Mas a instabilidade das políticas públicas para a investigação e o ensino e o escasso rejuvenescimento da academia têm sido obstáculos relevantes.

Crê que o atual modelo de organização institucional seguido pelas universidades portuguesas onde se leciona filosofia estimula o desenvolvimento da filosofia política e contribui para a sua gradual autonomização?

A universidade portuguesa deu um salto extraordinário em poucas décadas, mas continua a ser algo provinciana e avessa à inovação. Podia fazer-se mais e melhor com os recursos existentes. Mas isso não é um problema específico da filosofia política.

Crê que o facto de não existir uma associação científica nacional inteiramente dedicada à filosofia política tem repercussões no desenvolvimento desta área? Pensa que no futuro pode nascer uma associação deste tipo? Se sim, quais as linhas de ação mais urgentes?

Como a comunidade é pequena, a associação não é uma premissa. Acho que há alguma vantagem em manter os filósofos políticos associados à APCP (Associação Portuguesa de Ciência Política) e à SPF (Sociedade Portuguesa de Filosofia). Pode ser que no futuro surjam secções de filosofia política no quadro destas duas entidades. Acho que seria mais produtivo do que uma associação autónoma que tenderia a ser praticamente um pequeno grupo de amigos ou conhecidos.

Como classifica o desempenho dos Centros de Investigação ligados a esta área? E a nível da produção científica, que pontos destaca positiva e negativamente?

Os centros de investigação das universidades mais pequenas e com menos alunos foram desaparecendo ou sendo transformados em centros mais difusos e juntando diferentes ciências sociais e humanas. Preocupa-me em particular a junção da filosofia política às chamadas ciências da comunicação – não creio que isso seja intelectualmente estimulante para os filósofos políticos. Devido à sua dimensão e capacidade de financiamento, as universidades de Lisboa e Nova de Lisboa, através do Centro de Filosofia da UL e do Instituto de Filosofia da Nova são as que têm melhores condições materiais. Mas poderiam aproveitá-las melhor. Pelo menos no passado houve alguma falta de organização e empenho. Na Universidade do Minho a filosofia política esteve num centro generalista de estudos humanísticos e isso também foi prejudicial. Mas agora está concentrada no Centro de Ética, Política e Sociedade, com grandes vantagens. A produção científica nos três centros assinalados vai surgindo, mas tem conhecido problemas pela inconstância do financiamento para bolsheiros e recursos de investigação. Se o atual contexto de dificuldades financeiras for ultrapassado, pode retomar-se o processo de convergência com as práticas internacionais.

Pensa que a oferta de formação em filosofia política é adequada à procura existente?

Ainda fazem falta programas doutorais mais consistentes. A única forma de tentar ultrapassar os obstáculos e as insuficiências seria provavelmente a criação de programas interuniversitários de pós-graduação – eventualmente um em Lisboa e outro no Norte – juntando as principais instituições. Mas isso é muito difícil por questões organizacionais e pessoais. Não existe em Portugal uma cultura colaborativa entre as instituições. Elas tendem a ver-se como concorrentes e não como parceiras – e isso é mau.

Neste momento, é coordenador do mestrado de Filosofia Política da Universidade do Minho, lecionando também aos alunos da

licenciatura em Filosofia nessa universidade.² Que recomendações deixa a quem pretende iniciar estudos e seguir carreira na investigação nesta área?

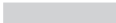
Para quem pretende fazer investigação recomendo que, depois da base que obtiveram na Universidade do Minho, continuem os seus estudos no estrangeiro. Na filosofia política a Universidade do Minho é sem dúvida um lugar de excelência para uma formação a nível do segundo ciclo em Portugal. Mas depois disso deve ir-se para um grande *campus* americano, ou para uma universidade de referência na Europa. Mesmo aos alunos que optam por fazer o seu doutoramento na Universidade do Minho recomendo sempre uma estadia de pelo menos um semestre no estrangeiro. As razões para esta opção são as que decorrem da fraqueza e da pequena dimensão da comunidade académica neste domínio acima assinaladas.

Considera que se deve encorajar o estudo desta área, mesmo sabendo que o índice de empregabilidade é muito reduzido e que as perspetivas profissionais orientadas para o ensino são limitadas?

A empregabilidade é um problema em todas as áreas de ciências sociais e humanas – e não só. Mas a minha experiência, especialmente nos Estados Unidos, mostra que o problema está mais na sociedade do que na academia. Pessoas com uma boa formação em filosofia – e especialmente em filosofia política – podem e devem fazer muitas coisas para além da investigação e do ensino. Podem trabalhar na política e no jornalismo, no tratamento de informação e na gestão de pessoal, em editoras e produtores de conteúdos, assessorar o governo e instituições políticas, etc. Infelizmente, as empresas e outras organizações em Portugal estão à espera de encontrar saídos da academia jovens que estejam preparados para uma função específica dentro da empresa ou da organização. Isso é um absurdo e também não acontece com os formados por exemplo em Economia ou Gestão. O que seria inteligente – e é feito pelas empresas e pelas instituições americanas –

² Deixou o cargo em 2016, ao tornar-se presidente do Instituto de Letras e Ciências Humanas da Universidade do Minho.

seria recrutar gente com capacidades, incluindo com formação em filosofia política, e depois dar-lhes formação mais específica na própria empresa ou organização. Acho que os jovens que estudaram filosofia política podem dar muito à sociedade, não apenas na investigação e no ensino.



Leituras recomendadas

- SMITH, Steven. 2012. *Political Philosophy (The Open Yale Courses Series)*. New Haven: Yale University Press.
- KYMLICKA, Will. 2012. *Contemporary Political Philosophy. An Introduction*. Oxford: Oxford University Press.
- SWIFT, Adam. 2013. *Political Philosophy*. Cambridge: Polity Press.

Obras de referência

- ANDRÉ, José Gomes, José Manuel Santos, e Bruno Peixe Dias, coords. 2016. *Teorias Políticas Contemporâneas*. Lisboa: Documenta.
- AURÉLIO, Diogo Pires. 2014. *O mais Natural dos Regimes: Espinosa e a Democracia*. Lisboa: Temas e Debates.
- BALSEMÃO-PIRES, Edmundo. 2006. *Povo, Eticidade e Razão. Contributos para o Estudo da Filosofia Política de Hegel*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- BARATA, André. 2012. *Primeiras Vontades. Da Liberdade Política para Tempos Árduos*. Lisboa: Documenta.
- BERTRAND ROMÃO, Rui, e António Bento, coords. 2008. *Guerra, Filosofia e Política*. Covilhã: Universidade da Beira Interior.
- CUNHA, Paulo Ferreira. 2009. *O Essencial sobre Filosofia Política Contemporânea*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- ESPADA, João Carlos. 1997. *Direitos Sociais de Cidadania: Uma Crítica a F. A. Hayek e Raymond Plant*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- ROSAS, João Cardoso. 2002. «Rawls in Portugal and Spain». *European Journal of Political Theory*, vol. 1(2): 243-255.
- ROSAS, João Cardoso. 2011. *Concepções da Justiça*. Lisboa: Edições 70.
- ROSAS, João Cardoso. 2012. *Futuro Indefinido: Ensaios de Filosofia Política*. Braga: Edições Húmus.
- ROSAS, João Cardoso, coord. 2020. *História da Filosofia Política*. Lisboa: Editorial Presença.
- SÁ, Alexandre. 2009. *O Poder pelo Poder: Ficção e Ordem no Combate de Carl Schmitt em torno do Poder*. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa.
- SOROMENHO-MARQUES, Viriato. 2002. *A Revolução Federal. Filosofia Política e Debate Constitucional na Fundação dos EUA*. Lisboa: Edições Colibri.

ELITES

segundo

Pedro Tavares de Almeida

Thierry Dias Coelho

Sara de Athouguia Filipe

Cláudia Generoso de Almeida



PEDRO TAVARES DE ALMEIDA

é professor catedrático da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, onde foi vice-presidente do respetivo Conselho Científico (2013-2018) e dirigiu durante oito anos o Departamento de Estudos Políticos (2009-2017). Tem uma vasta obra publicada, com difusão internacional, nas áreas da cidadania e representação política, dos estudos eleitorais e das elites, e do Estado e Administração Pública.

Quando e como surgiu a Ciência Política no seu percurso académico?

Os estudos sobre eleições e partidos no Portugal liberal, que iniciei no final dos anos 70, ainda como estudante finalista do curso de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, levaram-me inevitavelmente a explorar alguma da literatura especializada nessas duas áreas temáticas que são centrais no âmbito da Ciência Política. Nessa altura, li alguns académicos de referência, como Maurice Duverger ou Giovanni Sartori, bem como autores clássicos que produziram obras seminais sobre os partidos políticos, como Moisei Ostrogorsky e Robert Michels, que existiam na biblioteca do meu avô materno, António Ginestal Machado (1874-1940). No campo dos estudos eleitorais, um dos autores que então mais me influenciaram foi Stein Rokkan, que «descobri» por intermédio do professor Jorge Gaspar, com quem trabalhei temporariamente no Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa. Ainda como estudante da Faculdade de Letras, o meu colega António Costa Pinto foi um interlocutor privilegiado na exploração e partilha da bibliografia politológica. Posteriormente, a circunstância de ter ingressado na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, a lecionar a disciplina de Sociologia Política, da qual sou o responsável científico desde meados dos anos 80, levou-me a aprofundar e a alargar o campo de reflexão politológica, na medida em que, a par dos estudos eleitorais e sobre partidos, comecei a frequentar regularmente a literatura sobre elites, democracia, regimes políticos, etc. Em algumas dessas áreas especializadas beneficieei então igualmente das muitas conversas com o Manuel Braga da Cruz.

De que maneira a sua formação em História contribuiu para a visão que tem da Ciência Política enquanto investigador?

A primeira observação que gostaria de fazer é que a compartimentação dos saberes disciplinares não é, de todo, benéfica, sem prejuízo de se reconhecer a identidade própria de cada campo científico. Por outras palavras, o entrincheiramento ou ensimesmamento disciplinar é algo que não me parece muito

interessante, nem muito fértil do ponto de vista intelectual e do avanço do conhecimento. Assim, considero errada tanto a postura dos historiadores que rejeitam, por vezes até hostilmente, os contributos da Ciência Política, como dos politólogos que menosprezam os ensinamentos da História, sendo que essas atitudes relevam de preconceitos intelectuais ou da ignorância, ainda que dissimulada por alguma arrogância disciplinar. Do mesmo modo, também não sou favorável a que haja pretensões «imperialistas», por assim dizer, de qualquer campo disciplinar sobre outros campos. Portanto, a posição que me parece mais interessante e mais fecunda é a de abertura à interdisciplinaridade – ou seja, a possibilidade de beneficiarmos reciprocamente dos conhecimentos que vão sendo produzidos em cada um dos campos. Qual a importância da História? Para mim, a variável «tempo» é uma variável crítica, no sentido em que é decisiva para podermos perceber as dinâmicas e os processos sociais e políticos, seja os fatores de bloqueio ou de mudança, seja as continuidades ou descontinuidades/ruturas. Sem o recurso a essa variável, não podemos obviamente perceber como é que determinadas configurações institucionais e políticas se foram construindo, como é que emergiram e como é que se consolidaram ou não posteriormente.

«History without political science has no fruit; political science without history has no roots» – esta frase de John R. Seeley serve de epígrafe à sua tese de doutoramento. Considera que a História e a Ciência Política decorrem em paralelo, aliando-se em determinados momentos, ou deverão coexistir de forma constante?

Há uma caminhada em paralelo, mas que deve ser em permanente diálogo, permitindo uma fecundação recíproca entre os dois campos disciplinares. Se, por um lado, os historiadores têm uma grande sensibilidade para a análise diacrónico-longitudinal, procurando captar as dinâmicas sociais e políticas na média e longa duração, por outro, a História carece dos contributos da Ciência Política, nomeadamente pela utensilagem teórica e metodológica que esta desenvolveu.

Até onde devemos recuar para compreender essas dinâmicas?

Não há uma temporalidade canônica ou uma cronologia preestabelecida. Depende da natureza das interrogações e dos problemas que são formulados, os quais, por sua vez, podem exigir recuar ou avançar mais ou menos no tempo. Há perspectivas onde a curta duração é importante. Quando analisamos aquilo que são as chamadas «conjunturas críticas» ou *turning points*, podemos fazer uma abordagem mais intensa desses momentos onde há uma maior vitalidade dos processos de transformação e de resistência e que, portanto, podem ser particularmente relevantes para percebermos aquilo que ocorreu antes e depois. Por exemplo, se se quiser fazer uma investigação sobre as transformações no perfil das elites, é importante avaliar em que medida é que certos acontecimentos críticos, como eventuais mudanças de regime político, implicaram uma brusca recomposição dos diversos grupos da elite. Porém, se nos confinarmos a esse tempo curto, não saberemos se essa alteração é episódica ou se, pelo contrário, anuncia um novo padrão de recrutamento das elites, o que só é verificável alargando as balizas temporais da pesquisa. Não há, pois, uma resposta canônica e definitiva que diga qual é a «cronologia ideal» a adotar. Isso depende da natureza dos problemas e também do tipo de informação disponível, que muitas vezes condiciona as possibilidades de abordagem, pois há áreas de investigação onde as fontes documentais e a evidência empírica acumulada são muito mais ricas e abundantes, enquanto para outros períodos ou para outros temas há uma maior carência dessas informações, e isso obviamente condiciona a periodização que se possa estabelecer numa determinada investigação. Acresce ainda que as capacidades e os recursos de que dispõe um investigador isoladamente são muito diferentes dos de uma equipa a trabalhar num projeto coletivo, onde é mais viável alargar as comparações no tempo e no espaço.

No seu percurso, ter-se-á deparado com referências intelectuais e literárias que influenciaram o rumo das suas investigações ou que lhe despertaram ou aguçaram o interesse por determinados temas. Que autores considera terem sido determinantes para a

sua forma de olhar para as ciências sociais, em geral, e para a Ciência Política, em particular?

É um pouco difícil fazer um elenco dos autores mais influentes, porque, muitas vezes, houve contributos pontuais de autores «secundários» que podem ter sido relevantes para os caminhos que segui em termos de investigação. De qualquer maneira, há referências centrais que, em diversos momentos, revisito e me ajudaram a moldar a minha maneira de pensar e de problematizar os fenómenos que estudo. No âmbito geral das ciências sociais, sem dúvida que a marca de Max Weber é inquestionável. Não digo todo o legado weberiano, mas alguns dos seus contributos mais importantes para a Sociologia Política. Um autor que muitas vezes é subestimado nessa constelação dos chamados «pais fundadores» das ciências sociais é Georg Simmel. Dele recordo, sobretudo, dois pequenos textos que me foram muito úteis no estudo dos conflitos e do sigilo de voto – «A luta» e «O segredo e as sociedades secretas». São dois ensaios notáveis. Depois, obviamente, autores mais recentes, como Shmuel Noah Eisenstadt – de quem publiquei, aliás, alguns dos estudos mais importantes sobre a questão da modernidade e da modernização –, Reinhard Bendix, Barrington Moore ou Michael Mann, tiveram uma grande importância para mim. No que diz respeito às áreas de pesquisa mais específicas, no campo dos estudos eleitorais, o já referido Stein Rokkan foi talvez a influência mais marcante; no campo do estudo das elites, realço, numa primeira fase, Wright Mills, com o livro *A Elite do Poder* (1956), e Robert Putnam, cuja obra *The Comparative Study of Political Elites* (1976) tem resistido à usura do tempo, oferecendo uma das sínteses e problematizações mais fecundas sobre o tema. Mais recentemente, destaco, entre outros, os nomes de Jean Blondel e de Juan Linz, cujas reflexões teóricas e orientações metodológicas foram um guia fundamental para as minhas pesquisas empíricas sobre o recrutamento das elites ministeriais e parlamentares.

Na ficção, as personagens definem-se através do conflito com um rival. Edmond Dantès, por exemplo, nunca se teria tornado no célebre Conde de Monte Cristo se não tivesse como inimigo

Fernand Mondego. Transpondo para um plano académico e intelectual, haverá adversários ou opositores cujos argumentos poderão despertar uma «irritação» produtiva?

Bom, não tenho veia de polemista e procurei sempre que as antipatias pessoais – que podem existir – ou divergências ideológicas não influenciassem a minha apreciação do valor intelectual e científico do trabalho realizado por outros colegas. Se o consegui ou não, isso não me cabe a mim avaliar. Dito isto, creio que as polémicas que radicam na revisão crítica de teses e argumentos, com as subsequentes réplicas, são seguramente muito úteis e desejáveis, contribuindo para uma clarificação dos argumentos e o avanço do conhecimento. Há, no entanto, muita polémica que me parece estéril e indesejável, tendendo a «fulanizar-se», baseada que está em inimizades e rivalidades pessoais, ou a reafirmar oposições irreduzíveis e sobejamente conhecidas. Sobre polémicas e/ou debates frutíferos, no estudo das elites há, por exemplo, as revisões críticas que foram feitas da obra de Wright Mills, nomeadamente os contributos de Robert Dahl para a chamada «teoria pluralista das elites»; nos estudos eleitorais, a discussão sobre as consequências políticas dos modos de escrutínio – a partir da obra clássica de Maurice Duverger e das correlações que o autor estabeleceu entre os sistemas eleitorais e a configuração e dinâmica dos sistemas partidários – foi muito enriquecida com as opiniões críticas de Douglas Rae, Giovanni Sartori ou Dieter Nohlen, sendo um debate continuamente renovado. Não há, aliás, debates «encerrados»; há sempre a possibilidade de, em qualquer momento, se renovarem argumentos e reformularem hipóteses interpretativas, através quer de um refinamento conceptual quer de um robustecimento da evidência empírica.

Já mencionámos a interdisciplinaridade que integra o estudo das ciências sociais. No livro Eleições e Caciquismo no Portugal Oitocentista, começa por apresentar uma pintura de José Malhoa, ilustrando a compra de votos, e, no terceiro capítulo, refere as potencialidades dos textos literários para as investigações feitas no âmbito das ciências sociais, ainda que alerte também para os seus limites como fonte, nomeadamente no estudo

das elites. De que forma, então, a atenção a considerações artísticas poderá complementar o estudo da Ciência Política e, mais concretamente, o estudo das elites?

Em primeiro lugar, a inclusão da pintura do José Malhoa na referida obra justifica-se por ser uma das raras representações pictóricas alusiva à «compra de votos» no Portugal liberal, uma das práticas atinentes ao caciquismo eleitoral. No caso vertente, usei-a como mera ilustração extratexto, com a vantagem de ser uma imagem praticamente inédita, reproduzida a partir de um postal ilustrado que existe na Biblioteca Nacional. A obra original foi enviada para uma exposição no Brasil no início do século xx, tendo sido dada como desaparecida ou perdida; por circunstâncias que não vêm agora ao caso, há uns anos soube que estava na posse de um particular – como e quando a adquiriu, são pormenores que ignoro. Agora, na minha opinião, o recurso a um leque diversificado de fontes documentais, sejam fontes escritas ou visuais, ajuda a produzir uma visão mais integrada dos objetos de estudo e, muitas vezes, a desvendar aspetos até aí ignorados. Para determinados períodos históricos e para certo tipo de temas (por exemplo, as mentalidades e atitudes, ou até o perfil sociológico, dos principais atores sociais), a literatura de ficção – nomeadamente, a chamada literatura naturalista ou realista no século xix – é fértil em informações que nos permitem um retrato, porventura não inteiramente fiável, mas pelo menos aproximado, com contornos sugestivos, das personagens que pertencem aos vários segmentos da elite coeva. O que permite falar em «imaginação historiográfica» ou «imaginação politológica» é também a capacidade de explorar as virtualidades heurísticas de fontes documentais improváveis ou menos comumente usadas, rastreando indícios e pistas que podem ser muito úteis.

Max Weber, ao falar da ciência como vocação, aponta para a ideia de que o papel desempenhado pela inspiração não é de menor importância na ciência do que na arte. O que o inspirou, então, a enveredar pelo estudo das elites?

Já indiquei alguns autores que contribuíram para a minha formação intelectual e que, de uma maneira ou de outra, me

influenciaram nos caminhos de investigação que prossegui e no tipo de modelos explicativos ou de interpretações que fui elaborando sobre os temas que estudei. Especificamente para o estudo das elites e, em particular, para algumas metodologias por mim utilizadas, destaco dois historiadores e quatro politólogos. Quanto aos primeiros, sublinho o contributo de uma obra de Ronald Syme, intitulada *The Roman Revolution* e publicada em 1937, que foi relevante para mim, não pelo contexto epocal que aborda, mas pelo facto de ser uma das obras pioneiras no uso do método prosopográfico, tendo Syme reconstituído as relações de parentesco, os casamentos e interesses que podiam ser partilhados pelas principais famílias da Roma republicana e imperial. Igualmente importante foi Lewis Namier, autor de uma obra clássica sobre a estrutura política inglesa no tempo de Jorge III e obreiro dos alicerces da grande história do parlamento britânico, que utilizou também a metodologia prosopográfica para tentar explicar os padrões de votação dos parlamentares, tendo demonstrado que na sua conduta prevaleciam as ligações e interesses locais e não tanto os problemas e as questões nacionais. No plano mais específico da Ciência Política, os já citados Wright Mills e Robert Putnam e, mais tarde, os vários trabalhos de Jean Blondel sobre os ministros, mas também de Juan Linz sobre o recrutamento dos parlamentares em Espanha nos séculos XIX e XX.

Quais os principais desafios que encontrou e que, possivelmente, continua a encontrar nessa área de investigação sobre elites políticas?

Primeiro, os investigadores deparam-se com a escassez e/ou falta de fiabilidade das fontes oficiais. A informação disponível sobre os titulares dos principais órgãos políticos (ministros, parlamentares ou autarcas) é, em geral, pobre e pouco rigorosa, carecendo com frequência de sucessivas confirmações. Temos, aliás, conhecimento – é público – de currículos adulterados ou fabricados que foram disponibilizados por entidades oficiais. Esse é um problema sério para o estudo do perfil sociodemográfico e do *cur-sus honorum* das elites políticas contemporâneas. Para períodos

mais recuados, há situações desiguais e variadas. Há épocas em que existe um acervo de dados relevantes acessíveis e outras onde a carência é total e, portanto, têm de se cruzar – e, aí está, voltamos ao ponto anterior – fontes documentais muito variadas que permitam uma aproximação expressiva e eloquente de algumas características dos grupos que estamos a estudar. A segunda dificuldade prende-se com a amplitude do enfoque comparativo, no tempo e no espaço. Os projetos mais ambiciosos (pela extensão temporal, número de casos nacionais e/ou de variáveis) implicam a formação de equipas qualificadas, o que nem sempre é fácil pela exiguidade dos recursos disponíveis para financiar esses mesmos projetos. Houve alguns avanços nas últimas décadas e, por isso, foi possível, através de financiamentos nacionais e internacionais, organizar algumas equipas que levaram a cabo investigações de vulto sobre as lógicas e os padrões de recrutamento parlamentar e ministerial na Europa.

Na tragédia Fausto, de Goethe, quando a personagem principal é confrontada com os argumentos da tradição racionalista da personagem Wagner, que defendia que todo o saber deveria advir dos clássicos, Fausto rebate, dizendo: «O pergaminho – será fonte sagrada / Onde de um trago a sede saciar? / O teu alívio será igual a nada / Se da própria alma te não brotar.» Na sua opinião, quais as contribuições intelectuais que poderão conferir o estatuto de «clássico» a um investigador?

Em primeiro lugar, «o tempo, esse grande escultor», na frase de Marguerite Yourcenar, encarregar-se-á de certificar o estatuto de «clássico» das obras publicadas, que são aquelas que representam contributos mais decisivos e duradouros no avanço do conhecimento. As obras clássicas são, decerto, aquelas que melhor resistem à usura do tempo, mantendo-se como fontes e referências inspiradoras, quer por representarem contributos seminais, desbravando terrenos até então inexplorados, quer pela inovação analítica e pela solidez empírica das investigações realizadas. As obras clássicas não são apenas as mais antigas, que iniciaram uma temática nova, são também as obras mais recentes que renovaram profundamente o conhecimento numa área particular.

Esteve envolvido em dois projetos recentemente publicados, Technocratic Ministers and Political Leadership in European Democracies (codireção de António Costa Pinto e Maurizio Cotta) e The Politics of Representation: Elections and Parliamentarism in Portugal and Spain, 1875-1926 (codireção de Javier Moreno Luzón). Em relação ao primeiro, poderia explicar sucintamente o argumento e por que razão é importante perguntar «quem governa nos regimes democráticos europeus?», tendo em consideração o contexto atual?

A importância da pergunta formulada decorre do facto de que quem governa ocupa posições estratégicas de comando e de decisão, gerindo recursos críticos (isto é, valiosos) para as sociedades e comunidades em que se inscrevem. Mais concretamente, o conhecimento do perfil dos governantes, mobilizando, por um lado, variáveis sociodemográficas – como aquelas que têm a ver com a origem geográfica, o género, o perfil etário, a educação, a experiência profissional, etc. – e, por outro, variáveis mais especificamente ligadas aos itinerários de carreira política – como a experiência parlamentar/autárquica ou de liderança no interior dos partidos – ajudam-nos a explicar aquilo que são as lógicas de seleção e os padrões de recrutamento dos titulares dos principais órgãos de poder e de decisão. Isso permite-nos também entrever algumas características mais gerais de funcionamento da sociedade e do regime democrático. Por exemplo, o grau de abertura ou de fechamento dos processos de seleção e o tipo de recursos e competências que são valorizados no processo de recrutamento dessas elites. Além do mais, o estudo das transformações na composição das elites também nos pode ajudar a explicar diferentes padrões atitudinais e comportamentais. A investigação sobre ministros tecnocratas e liderança política nas democracias europeias vem na continuação de um estudo anterior, que codirigi com os colegas António Costa Pinto e Nancy Bermeo, focado na Europa do Sul e com uma amplitude temporal mais ampla. O presente estudo sobre os tecnocratas tem um âmbito cronológico mais delimitado, ao mesmo tempo que faz uma abordagem comparativa mais alargada, cobrindo 14 países. A investigação parte do reconhecimento de que, desde o

pós-II Guerra Mundial, os governos nas democracias europeias são, por definição, «governos partidários». Os partidos políticos, que já eram entidades relevantes desde finais do século XIX e princípios do século XX, adquiriram então uma importância acrescida porque se tornaram organizações mais robustas e mais enraizadas na sociedade civil, embora com variações de país para país. Não obstante essas variações, os partidos passaram a monopolizar, em larga medida, a representação política e a ser o suporte orgânico dos executivos. Os governos suprapartidários, extrapartidários, ou muitas vezes definidos como governos técnicos ou tecnocratas, não são algo desconhecido. De facto, nos primeiros tempos do pós-II Guerra Mundial há alguns exemplos desse tipo de governos, mas eram geralmente considerados a exceção à regra. Porém, o que se verifica nas últimas décadas – e aqui, uma vez mais, há variações cronológicas de país para país – foi que, apesar da proeminência dos governos partidários, estes tendem a recrutar, em número cada vez mais expressivo, indivíduos sem qualquer experiência política relevante: aqueles que, muitas vezes, se designam por tecnocratas, pois muitos desses indivíduos são selecionados pelas suas competências especializadas, derivadas da formação académica (professores universitários) ou da experiência profissional em grandes organizações nacionais e internacionais. Portanto, são indivíduos que não apresentam qualquer experiência de socialização parlamentar, não foram deputados – ou, no caso de sistemas bicamerais, senadores –, nunca tiveram experiência de liderança partidária a nível nacional, regional ou local, ainda que possam ter uma filiação partidária mais ou menos ténue, e não tiveram qualquer experiência autárquica. Há casos em que não só os governos recrutam mais tecnocratas, como são formados, maioritariamente ou exclusivamente, por tecnocratas. Isto é, não se trata apenas de governos partidários com vários ministros com este perfil, mas também de governos, no seu todo ou maioritariamente, de natureza tecnocrata. Este fenómeno acontece mais nas chamadas democracias da terceira vaga, seja na Europa do Sul ou na Europa do Leste. No entanto, também se manifesta noutras democracias europeias, embora com um impacto ou uma extensão variados. Como tal, é um fenómeno que se justifica estudar,

tanto mais que alguns ministros tecnocratas não ocupam posições secundárias nos executivos, mas sim pastas que são particularmente influentes, como por exemplo a pasta das Finanças. Por conseguinte, não são atores secundários que estão numa relação subalterna em relação aos ministros políticos; muitas vezes são ministros que adquirem uma grande influência no interior dos executivos. O problema da tecnocracia tem suscitado várias reflexões, sobretudo desde os anos 60. Há obras que apontavam no sentido da expansão do fenómeno tecnocrático, que tinha a ver, em termos de um argumento muito geral, com a crescente complexidade das sociedades, a qual obrigava a que os processos de governação fossem necessariamente mais sofisticados e exigentes e, portanto, competências políticas dissociadas de competências técnicas não seriam suficientes para enfrentar os desafios atuais da governação. Claro que este é um argumento muito geral. Na obra *Technocratic Ministers and Political Leadership in European Democracies*, o que se procurou foi, por um lado, fazer o mapeamento do fenómeno em vários países, sinalizando as principais diferenças e variações, e, por outro, identificar argumentos mais específicos, mais discriminantes, utilizando sobretudo variáveis explicativas de carácter institucional e político. No elenco de hipóteses testadas incluem-se, entre outras, o impacto do sistema de governo, em particular dos regimes semipresidencialistas, o sistema eleitoral e o grau de fragmentação partidária dos parlamentos, e a crise organizacional e reputacional dos partidos e atores políticos. Um dos aspetos que não pudemos analisar é o das consequências políticas desta mudança parcial nos processos de recrutamento e seleção dos membros dos governos, ou seja, em que é que isso se traduziu. Num melhor desempenho dos executivos? Num reforço da confiança dos cidadãos nas instituições democráticas? Claro que um problema que se coloca é saber se é benéfica e funcional a dicotomia entre «competências políticas» e «competências técnicas», uma vez que – recorrendo a uma fórmula célebre – a Política não é apenas a administração científica dos bens, mas também uma gestão dos homens e, como tal, ambas as competências são indispensáveis a um «bom governo». Como referiu, aliás, Robert Putman, em *The Comparative Study of Political*

Elites, a solução ideal seria, por isso, o recrutamento de indivíduos com um perfil híbrido, combinando competências políticas e competências técnicas.

Quanto ao livro The Politics of Representation: Elections and Parliamentarism in Portugal and Spain, 1875-1926, de que forma uma análise comparada pode pôr em relevo características específicas das arenas parlamentares e eleitorais?

Começo por recordar a citação de Goethe que utilizei em epígrafe neste livro – «Compara-te aos outros. Vê quem és!» –, frase que sintetiza, de forma eloquente, as virtualidades heurísticas da análise comparada. A comparação permite, seguramente, identificar similitudes e diferenças, e, nessa medida, oferece-nos uma visão muito mais integrada das características institucionais e políticas que podem manifestar-se num determinado período e em determinados países. No caso de Portugal e de Espanha, é sabido que os dois países ibéricos partilham características estruturais e culturais significativas, mas existem igualmente especificidades e contrastes relevantes que não devem ser ignorados – veja-se, por exemplo, a importância das clivagens territoriais ou o papel da violência política. Há também dinâmicas institucionais e políticas convergentes. Por exemplo, no que respeita à evolução do sistema eleitoral em Portugal, tanto na Monarquia Constitucional como na Primeira República, há vários dispositivos que foram claramente inspirados ou até mesmo decalcados de reformas eleitorais que tinham sido feitas no país vizinho; do mesmo modo que há reformas institucionais em Portugal que antecedem aquelas que foram feitas no mesmo sentido em Espanha. Por força da proximidade geográfica e de uma história comum, o caso espanhol interessa-nos muito como termo de comparação.

No estudo da elite governante, os traços específicos do caso português variam em função do contexto histórico que estamos a analisar. Se nos situarmos no século XIX é muito interessante ver que em Portugal, em consequência da natureza da revolução liberal e da guerra civil (1832-1834), ocorreu uma precoce «plebeização» – isto é, um predomínio de plebeus –, em contraste com aquilo que aconteceu quer na vizinha Espanha, quer

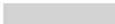
em outros países europeus, onde era mais expressiva a presença de gente com linhagem aristocrática e títulos nobiliárquicos até finais do século XIX e princípios do século XX. Já no contexto do atual regime democrático, creio que há dois elementos que merecem ser sublinhados. Um tem a ver com o elevado capital escolar (título académico de nível superior) das elites políticas portuguesas, e aqui refiro-me aos dois segmentos fundamentais, elites ministeriais e parlamentares, o que não acontece em outras democracias europeias, onde o processo de recrutamento é bastante mais aberto desse ponto de vista. Por exemplo, as investigações de Jean Blondel e dos seus colegas apontavam, em estudos publicados em meados dos anos 80, que, em certos países, cerca de um terço dos ministros não tinha uma habilitação escolar de nível superior. Portanto, desse ponto de vista há, aparentemente, um critério mais elitista no recrutamento ministerial em Portugal. Um outro elemento distintivo da elite ministerial da democracia portuguesa é a fraca experiência de socialização parlamentar, o que remete para a importância dos ministros ditos «independentes», os tecnocratas.

De que forma considera que os estudos realizados em Portugal contribuíram para a investigação das elites políticas a nível internacional?

Sem prejuízo de se reconhecer o mérito de trabalhos de investigação realizados por outros colegas, creio que os livros *Who Governs Southern Europe?* e *Technocratic Ministers...*, publicados em prestigiadas editoras de língua inglesa, e com apreciável difusão (aferrida pelas tiragens, recensões em revistas académicas e citações bibliográficas), contribuíram decisivamente para colocar o caso português no mapa das investigações internacionais e dos estudos comparados sobre as elites ministeriais.

Por fim, e tendo em conta que o seu contacto direto e constante com jovens que iniciam e aprofundam os seus estudos na área da Ciência Política, que conselhos lhes daria? No cenário das tendências e exigências atuais, quais as aptidões e qualidades que, na sua opinião, um jovem investigador deve ter?

Em primeiro lugar, recomendo que os investigadores tenham um espírito aberto às diferentes tradições disciplinares e linhagens intelectuais, com a consequente capacidade para integrar diversos ângulos de abordagem e chaves de leitura. Penso que uma postura fundamental na investigação é não nos acantonarmos em ilusórias fortalezas do saber e estarmos abertos a diferentes perspectivas e orientações analíticas. O segundo conselho é que não se deixem aprisionar pela bibliografia mais recente – muito extensa e, por vezes, redundante –, descurando a leitura, amiúde inspiradora, dos autores «clássicos». O conhecimento científico constrói-se respeitando a memória. O terceiro conselho é que valorizem o método comparativo, otimizando as suas virtualidades heurísticas e interpretativas. Por último, e para que sejam viáveis programas de pesquisa mais ambiciosos, que manifestem disponibilidade para o trabalho coletivo, desejavelmente em equipas pluridisciplinares que agreguem investigadores com formações diferenciadas e experiências de trabalho diversas.



Leituras recomendadas

- BEST, Heinrich e John Higley, coords. 2017. *The Palgrave Handbook of Political Elites*. Cham: Palgrave Macmillan.
- BLONDEL, Jean e Jean-Louis Thiébault, coords. 1991. *The Profession of Government Minister in Western Europe*. Nova Iorque: St. Martin's Press.
- PUTNAM, Robert D. 1976. *The Comparative Study of Political Elites*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice Hall.

Obras de referência

- CONTI, Nicolò, Maurizio Cotta, e Pedro Tavares de Almeida, coords. 2012. *Perspectives of National Elites on European Citizenship*. Londres e Nova Iorque: Routledge.
- COSTA PINTO, António, Maurizio Cotta, e Pedro Tavares de Almeida, coords. 2018. *Technocratic Ministers and Political Leadership in European Democracies*. Cham: Palgrave-Macmillan.
- COTTA, Maurizio, e Pedro Tavares de Almeida. 2007. «From servants of the State to elected representatives: public sector background among members of Parliament». In *Democratic Representation in Europe: Change, Diversity and Convergence*, coords. Maurizio Cotta e Heinrich Best. Oxford: OUP, 51-76.
- TAVARES DE ALMEIDA, Pedro. 1991. *Eleições e Caciquismo no Portugal Oitocentista*. Lisboa: Difel.
- TAVARES DE ALMEIDA, Pedro. 1995. *A Construção do Estado Liberal*. Lisboa: FCSH-UNL.
- TAVARES DE ALMEIDA, Pedro. 2005. «Recruitment and role of the Portuguese administrative elite: the directors-general, 1851-1910». *Jahrbuch für Europäische Verwaltungs-geschichte*, 17: 149-168.
- TAVARES DE ALMEIDA, Pedro. 2010. «Elections in Portugal». In *Elections in Europe. A Data Handbook*, coords. Dieter Nohlen e Philip Stöver. Baden-Baden: Nomos Verlag, 1525-1577.
- TAVARES DE ALMEIDA, Pedro, António Costa Pinto, e Nancy Bermeo, coord. 2003. *Who Governs Southern Europe? Regime Change and Ministerial Recruitment 1850-2000*. Londres: Frank Cass. [Reeditado em 2012 pela Routledge; duas edições em língua portuguesa, em 2006 e 2012].
- TAVARES DE ALMEIDA, Pedro, e Javier Moreno Luzón. 2018. *The Politics of Representation: Elections and Parliamentarism in Portugal and Spain, 1875-1926*. Brighton: Sussex Academic Press.

DEMOCRACIA

segundo

António Costa Pinto

João Tiago Gaspar

Beatriz Viegas

e Gustavo Gouvêa Maciel



ANTÓNIO COSTA PINTO

é doutorado pelo Instituto Universitário Europeu em 1992 e agregado pelo ISCTE-IUL em 1999. Atualmente é investigador coordenador no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Foi presidente da Associação Portuguesa de Ciência Política (2006-2010). As suas obras têm incidido sobretudo sobre áreas como o autoritarismo, as transições democráticas e a «justiça de transição» em Portugal e na Europa, as elites políticas e as mudanças de regime.

Licenciou-se em História. Porquê?

Comecei pela alínea de Direito, ainda no Liceu Pedro Nunes, em Lisboa, em parte por razões familiares, uma vez que o meu pai era advogado e eu tinha «nascido» no Direito. Mas também porque, no início dos anos 1970, o Direito era a área, não só profissional como científica, que apontava para os estudos políticos, visto que não existiam cursos de Ciência Política em Portugal. Mais tarde, por razões que se prendem com o meu ativismo no movimento estudantil contra a ditadura, acabei por interromper os estudos durante alguns anos e quando regresssei em 1975 continuavam a não existir licenciaturas em Ciência Política, visto que o ISCSP estava «ocupado»¹ e era, nessa altura, essencialmente uma escola de administração colonial. Daí ter escolhido o curso de História, que, em 1975, adotou uma estrutura curricular muito interdisciplinar, na Universidade de Lisboa.

Onde se doutorou?

Fiz o doutoramento no Instituto Universitário Europeu, em Florença. Cheguei a hesitar entre a Universidade de Wisconsin, para a qual tinha tido um convite e que cheguei a visitar. Mas, em 1985, fui falar com Philippe Schmitter, um politólogo norte-americano que tinha estudado os autoritarismos brasileiro e português, assim como as transições democráticas, e decidi-me pelo Instituto Universitário Europeu, em Florença. Quando cheguei, no ano seguinte, Schmitter tinha partido para a Universidade de Stanford, tendo sido orientado pelo historiador britânico Stuart Woolf. Fui então convidado por Philippe Schmitter para completar o terceiro ano do programa de doutoramento na Universidade de Stanford. O seminário dele tinha muitos convidados e foi uma bela experiência.

¹ Durante a fase mais conturbada da transição portuguesa que durou de 1974 a 1976, várias instituições universitárias portuguesas foram «ocupadas» por movimentos estudantis ligados à extrema-esquerda. Durante esse período, as aulas foram canceladas, as avaliações muito reduzidas e alguns docentes, associados ao Estado Novo, foram saneados.

Quais foram os temas desenvolvidos durante esse período?

Nessa altura interessava-me estudar o Estado Novo em comparação com outros regimes autoritários, sobretudo pela sua longa duração e pelo facto de ter sido um regime político que, depois de 1945, já evidenciava algumas das características que hoje marcam vários regimes autoritários e híbridos.

Em Florença fui convidado de um programa de investigação que Schmitter tinha no Instituto Universitário Europeu, que estudava dois temas: as transições democráticas e o neocorporativismo enquanto modelo assumido por diversas democracias nas suas relações com os grupos de interesse. Portugal tinha tido um sistema corporativo e uma transição democrática por rutura, pelo que me pareceu interessante estudar esses temas. A grande vantagem do Instituto Universitário Europeu era ser uma placa giratória por onde passavam muitos convidados, projetos e seminários.

A sua experiência na oposição ao Estado Novo teve algum impacto na sua investigação sobre a ditadura e a transição democrática que se seguiu?

Sim. Mas acabei por chegar mais tarde ao estudo das transições. A minha tese foi essencialmente um estudo de caso de um partido político fascista no quadro da crise das democracias no período entre as duas guerras. Fui bastante influenciado pelos trabalhos de Juan Linz, que foi provavelmente o politólogo mais importante no estudo do autoritarismo entre os anos 1960 e os anos 1980, e que inclusivamente fez parte do meu júri de doutoramento. Quando estive nos Estados Unidos da América fazia peregrinações regulares à sua casa em New Haven, pois ele era professor em Yale. Foi o mais completo cientista político que conheci. De uma cultura e uma criatividade invulgares.

A transição portuguesa teve três características que a tornaram interessante para o estudo comparado das democratizações: 1 – o seu carácter de rutura; 2 – a crise do Estado, com grande radicalização de movimentos sociais; 3 – ter levado a um processo de consolidação democrática, que teve de lidar com o legado do autoritarismo e com as características da crise pré-revolucionária da

transição portuguesa. Muitas destas características, como a grande dinâmica de incerteza e de radicalização, estavam pouco encapsuladas na literatura internacional sobre as transições democráticas e os processos de mudança de regime em transições democráticas que ocorreram por «*rutura pactada*», como os casos brasileiro e espanhol, eram dominantes. Também por isso, a minha experiência oposicionista à ditadura e durante 1974-1975 foi marcante e relevante no estudo da transição. Esse período não só me tornou, do ponto de vista ideológico, num crente na democracia liberal, como despertou em mim o interesse pelas dinâmicas de crise. Basicamente, a transição portuguesa tornou-me um grande crente na democracia representativa, a famosa «democracia liberal».

Foi um dos primeiros autores a defender que o Estado Novo foi um regime mais próximo do autoritarismo de Dollfuss na Áustria, do franquismo e do regime de Vichy, do que do fascismo italiano. Essa ousadia causou-lhe dissabores na academia?

Nem por isso. Como abdicara da dimensão ideológica e do ativismo político, a minha tendência era para o estudo académico, utilizando as dimensões teóricas e metodológicas das ciências sociais para analisar estes regimes. Mas obviamente a linguagem política da época apontava para aí. Nos anos 1970 a literatura internacional já enquadrava o Estado Novo português com as tipologias nas quais me baseei para definir o regime como autoritário, como fizera Juan Linz. Depois esse debate acabou por ser um pouco ultrapassado, na medida em que havia casos curiosos de cientistas sociais que se situavam à direita do espectro político, como Manuel de Lucena, e que apesar disso caracterizava o Estado Novo como fascista. Muitas vezes é esquecido que o primeiro cientista social português a elaborar estudos académicos com um mínimo de interesse sobre o Estado Novo português e até sobre os processos de transição da república liberal para o autoritarismo foi o sociólogo Hermínio Martins, falecido em 2015, que foi professor em Oxford e que colaborou com Juan Linz e Alfred Stepan no estudo da queda dos regimes democráticos. A sua obra, apesar de dispersa, marcou-me significativamente e não poderia deixar passar a oportunidade de a relembrar.

E, nos dias que correm, ainda há uma visão ideológica do Estado Novo?

Em quase toda a Europa, mas sobretudo nas democracias da terceira vaga, as transições levaram a debates muito politizados sobre a natureza dos regimes ditatoriais passados. A memória do autoritarismo passado nos regimes democráticos é por definição politizada. Mas também há disciplinas que são mais politizadas do que outras. Situando-me na fronteira entre a História e a Ciência Política, é curioso que a história contemporânea seja muito mais politizada do que a Ciência Política, por paradoxal que pareça. Portugal não foge à regra. No que diz respeito ao Estado Novo, os historiadores têm interpretações muito mais politizadas do que os politólogos. Em parte porque os historiadores do contemporâneo se encaram também como «guardiões do templo do passado». A clivagem direita-esquerda entre os historiadores está mais presente, daí que tenham alguns debates sobre o revisionismo historiográfico a propósito da Primeira República ou do salazarismo, ou mesmo da democratização.

No que toca ao estudo da democracia, quais foram as obras que mais o marcaram?

Foram basicamente três. Primeiro, toda a obra de Juan Linz, que é muito dispersa. Linz estudou regimes autoritários, regimes totalitários, processos de transição e consolidação da democracia, entre muitas outras coisas. A mais importante será o livro que escreveu em coautoria com Alfred Stepan, *The Breakdown of Democratic Regimes* (1978). Segundo, a obra *Transitions from Authoritarian Rule*, de Philippe Schmitter e Guillermo O'Donnell, da Johns Hopkins University Press (1986). Este interesse coincidiu com uma fase em que fui descobrindo a autonomia do político. Uma grande parte da minha geração provém de uma marca estruturalista forte nas ciências sociais e estas obras foram muito importantes porque remetem para o estudo de algo que sempre me fascinou e continua a fascinar na Ciência Política: a mudança política. É a dinâmica de incerteza, quer sob o ponto de vista institucional, quer sob o ponto de vista do regime político, mas também no que toca às dinâmicas de crise e queda de regimes políticos, que

continua a fascinar-me e que estes autores privilegiavam. Terceiro, toda a obra de Robert Dahl.

Como e quando surgiram os primeiros estudos sobre democracia em Portugal?

O estudo da transição democrática portuguesa foi iniciado por políticos portugueses, mas sobretudo por investigadores estrangeiros, nomeadamente norte-americanos, que vieram estudar o caso português, como Philippe Schmitter, Thomas Bruneau, Howard Wiarda, Lawrence Graham, Walter J. Opello, e vários outros, mais jovens, como Paul Manuel. Eram, quase todos, *brasilianistas* que vieram estudar Portugal nos anos 1970 e 1980. Depois dessa primeira vaga, este tema acabou por ser ocupado também pelos historiadores com o mesmo percurso, como Kenneth Maxwell.

Acha que a academia portuguesa tem conseguido acompanhar a literatura internacional no estudo da democracia?

Sim e não. Em muitas dimensões há uma nova geração de cientistas políticos portugueses, uns mais quantitativos, outros mais qualitativos, que têm acompanhado a literatura internacional. Há áreas em que isso não acontece. Mas isso remete para a estrutura e o desenvolvimento da Ciência Política em Portugal. Para dar um exemplo, contam-se pelos dedos os portugueses que trabalham a nova literatura em Ciência Política sobre instituições políticas em regimes autoritários. Não é que não conheçam os trabalhos de Jennifer Gandhi ou Milan W. Svobik, entre outros, mas não é uma área que esteja muito desenvolvida.

Tem alguma explicação para isso?

Julgo que tem muito a ver com a organização da Ciência Política europeia e portuguesa, que é muito dominada por quatro áreas: o estudo dos regimes democráticos, dos partidos, das atitudes políticas e da União Europeia. Do ponto de vista do estudo das transições democráticas e dos regimes autoritários, são raríssimos os politólogos portugueses que realizam teses ou fazem estudos de caso que não toquem a realidade nacional ou europeia. Há obviamente exceções. Posso dar os exemplos de duas jovens politólogas

do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa que têm realizado estudos aturados sobre a consolidação democrática, as atitudes políticas contemporâneas face ao Estado Novo, comparando-as com as atitudes face ao franquismo ou à Europa de Leste, ou sobre os sistemas partidários africanos. Na Universidade Nova de Lisboa encontramos também alguns. A internacionalização recente da academia portuguesa foi bastante importante.

Portugal não tem, igualmente, uma grande tradição no estudo daquelas áreas que se situam entre as Relações Internacionais e a política comparada, como a análise das mudanças no sistema internacional e os seus impactos nos sistemas políticos nacionais, por exemplo.

O facto de a «terceira vaga de democratização» ter começado em Portugal pode ter contribuído para o afunilamento dos estudos da democracia no nosso país?

Talvez. Compreende-se que a transição democrática e a realidade da Europa do Sul tenham despertado o interesse de muita gente, mas hoje é menos compreensível que outros temas fiquem por explorar dentro dos estudos sobre a democracia. Voltar a alguns desses temas seria, num certo sentido, sintoma da «desprovincialização» da Ciência Política portuguesa.

Quais são as principais abordagens dos estudos da democracia?

As correntes nesta área de estudo são simples. A seguir aos estudos das transições democráticas, que nos últimos anos têm sofrido uma grande renovação, surgiram os estudos sobre a consolidação da democracia e, seguidamente, a descoberta dos estudos sobre a qualidade da democracia.

Recuperando a tese de Fukuyama, partindo do princípio de que a democracia é o sistema político dominante, os estudos sobre a qualidade da democracia passaram a dominar a investigação nesta área. Estes, para além da vertente académica, têm uma vertente aplicada, que corresponde à procura das instituições. Ou seja, estudos sobre atitudes, sobre a crise da democracia representativa, sobre a emergência de novos partidos, entre outros, recolhem o interesse das instituições financiadoras.

Considera, portanto, que os estudos sobre a qualidade da democracia vão predominar nos próximos anos?

É provável, tendo em conta a forma como o financiamento europeu funciona tematicamente. As grandes fundações internacionais começaram a criar uma série de indicadores que servem simultaneamente para medir a transição de regimes híbridos para a democracia e, principalmente, para testar variadíssimas dimensões da qualidade da democracia. Perante a insatisfação da cidadania em relação às suas instituições (e não apenas as instituições políticas) e também os grandes desafios que se colocam às democracias consolidadas, obviamente o estudo da qualidade da democracia passou a mobilizar muitos cientistas políticos. Mas o agente externo é determinante. A seguir veio a crise, de seguida a centralidade do populismo e a desconsolidação, etc. É natural e normal que assim seja. Infelizmente acabarão por vir os regimes híbridos e os novos autoritarismos.

Tem lecionado e investigado em grandes universidades americanas e europeias, como Stanford, Georgetown e Oxford. Vê grandes diferenças entre a investigação produzida na Europa e nos Estados Unidos?

Há uma grande diferença entre a Ciência Política americana e o estado da arte da Ciência Política europeia. A Ciência Política europeia é mais fechada, não do ponto vista metodológico, mas no que diz respeito às áreas de estudo. Contam-se pelos dedos os *latino-americanistas* na Europa, para não falar de *asianistas*, ou de especialistas em regimes híbridos, para dar outro exemplo. A maior parte deles está nos Estados Unidos ou produz a partir de lá, e, alguns, no Reino Unido. Nos últimos anos (e não quero ofender nenhum dos meus colegas europeus) a maioria dos trabalhos mais marcantes sobre a América Latina, a Rússia, ou a China, vem dos departamentos norte-americanos. O mesmo se passa em política comparada.

E qual será a razão para isso?

A configuração institucional da Ciência Política europeia é bastante diferente da sua congénere americana. São aparentemente

iguais no que toca aos departamentos e outras estruturas, mas não no que diz respeito ao financiamento. Acontece que a União Europeia é um grande agente aglutinador de áreas de estudo, com uma grande capacidade de mobilização da comunidade académica. Os cientistas políticos europeus praticam muito menos a investigação individual, pacata e livre de constrangimentos financeiros, que é dominante nos EUA. Hoje em dia, para conseguirem financiamento para as suas investigações, os europeus têm de candidatar-se a grandes projetos que mobilizem qualquer coisa como 40 ou 50 politólogos de 10 ou 12 países. Esta configuração acabou por permitir o desenvolvimento de diferentes áreas de estudo, como os estudos europeus, e de atitudes perante a União Europeia. Mas não quero «culpar» a UE, antes pelo contrário. O seu papel na «desprovincialização» nacional da Europa tem sido muito importante.

Voltando a Portugal, como tem visto o desenvolvimento da Ciência Política no nosso país?

A Ciência Política em Portugal sofreu dois fortes bloqueios voluntários ou involuntários à sua institucionalização: o Direito e a Sociologia. Com a transição democrática a Sociologia dominou as ciências sociais numa fase inicial, sobretudo em Lisboa, na Universidade Nova e no ISCTE-IUL. A prova do desenvolvimento tardio da Ciência Política em Portugal é a data da fundação da Associação Portuguesa de Ciência Política (1998). Esta associação, aliás, foi um produto da europeização. Criou-se a federação das associações de Ciência Política e foi a associação europeia que sugeriu a criação da congénere portuguesa.

Esses bloqueios atrasaram o seu desenvolvimento?

Sim. Mas apesar do atraso em relação a democracias mais antigas, a Ciência Política em Portugal desenvolveu-se de forma muito rápida. Nasceu em parte do Direito, em parte da Sociologia Política e também da História Política. Os primeiros estudos modernos que introduziram a Ciência Política em Portugal começaram com politólogos americanos que vieram estudar a transição democrática, como referi anteriormente. Eram quase todos

brasilianistas, que já falavam português e que associamos a um grupo chamado International Conference on Modern Portugal, que reuniu em 1973 em Yale, com Juan Linz e depois com um historiador, Douglas Wheeler, despertado pelo marcelismo e pela possibilidade de mudança em Portugal. Por comparação, quer o Brasil, quer Espanha, tinham já uma literatura em Ciência Política relativamente mais vasta e antiga.

Tendo em conta o seu trajeto, quão importante foi a internacionalização dos investigadores para os estudos da democracia em Portugal?

Depois dos estudos iniciais desencadeados por politólogos norte-americanos, surgiu, nos anos 1990, uma geração nova de investigadores portugueses que beneficiou do investimento na internacionalização, motivada pela política de expansão de bolsas levada a cabo por Mariano Gago, ministro da Ciência e da Tecnologia. Tendo sido membro de comissões da Fundação para a Ciência e a Tecnologia que avaliavam candidaturas a bolsas de doutoramento e pós-doutoramento, cheguei a presenciar discussões profundamente provincianas sobre o interesse de estudar a política portuguesa em instituições internacionais, como a Universidade de Oxford, por exemplo. Apesar da resistência de alguns sectores, houve uma série de gente que se doutorou no estrangeiro a partir dos anos 1990, sobretudo em universidades inglesas, americanas, e no Instituto Universitário Europeu, que acabou por regressar a Portugal e que teve um grande impacto no desenvolvimento da Ciência Política contemporânea, e não apenas nos estudos da democracia. Entretanto foram-se desenvolvendo polos de qualidade em Portugal. Confesso que vejo o decréscimo significativo de bolsas para o estrangeiro e de mobilidade, nos últimos anos, e também de candidatos internacionais que queiram vir para Portugal, com algum receio.

Fazendo uma pequena incursão por assuntos da ordem do dia, como é que interpreta a emergência de líderes populistas na Europa e qual o impacto que estes têm nas democracias consolidadas?

Sinceramente, como cientista político com uma matriz histórica, sinto dificuldade em ficar surpreendido e evito utilizar os chamados mecanismos de aprendizagem académica com base no passado, porque eles também nos dizem pouco sobre este assunto. Há três pontos importantes sobre os quais vale a pena refletir:

1. Os limites da democracia representativa. Em grande parte, o que está em causa remete para a crise dos partidos políticos e da sua capacidade de representação. E remete igualmente para uma comunidade política que está a ser subvertida por novas dimensões de comunicação, como as redes sociais. A crise de representação tem como causa principal a crise económica. Durante muitos anos a Ciência Política correlacionou o desenvolvimento económico e a sociedade de bem-estar com a sociedade democrática e a estabilidade do sistema político democrático. Uma das principais ruturas desencadeadas pela terceira vaga de democratização foi o fim das versões mecânicas dessa correlação. Mas quando falamos em crise da democracia representativa, falamos principalmente das democracias consolidadas da Europa e da América do Norte, esquecendo que a grande expansão de sistemas políticos democráticos foi global. É fundamental colocar as coisas em perspetiva.
2. A emergência de novos partidos não deve ser confundida com dinâmicas de tipo populista, como acontece frequentemente. Há que pensar também esta dimensão de crise das instituições representativas com a diversidade política da Europa, que de facto é uma instituição política de tipo novo para a qual, é preciso reconhecer, os politólogos têm olhado com instrumentos políticos clássicos: o modelo federal ou confederal, por exemplo. As instituições da União Europeia desafiam a política comparada neste ponto. Há outras dimensões em que tal não acontece. Muitas das dimensões do populismo contemporâneo refletem um aparente regresso, em tipo novo, do «soberanismo» nacionalista e antiglobalização.

3. Tem-se verificado um regresso ao estudo do autoritarismo, dos regimes híbridos e dos fenómenos de desconsolidação democrática, na investigação sobre processos de mudança de regime. Tal não acontece apenas devido à persistência de regimes autoritários, como a China, cujo processo de transição de uma ditadura de tipo socialista para uma ditadura de tipo de capitalismo de Estado é, em termos analíticos, verdadeiramente fascinante. Mas também devido à emergência de novos tipos de regimes autoritários e híbridos, e ainda, devido ao aparecimento inesperado de alguns casos de «desconsolidação» democrática, como a Hungria e talvez a Polónia. Os últimos números do *Journal of Democracy*, que é uma espécie de barómetro de grande divulgação do estado dos estudos sobre a democracia no mundo, são ilustrativos.

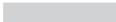
Na sua opinião, quais serão os próximos passos dos estudos da democracia?

A Ciência Política tem uma dimensão mais imediatista do que outras ciências sociais, sendo mais influenciada pela agenda política. Está por isso mais sujeita a que certos temas fiquem na moda e todos corram para lá. É facilmente previsível que os estudos sobre populismo venham a florescer. Pelo mesmo motivo, na Ciência Política europeia, onde a agenda da União Europeia é muito dominante, fenómenos como o Brexit ganharão imensa preponderância. Internacionalmente há um grande défice no estudo da globalização. A Ciência Política tem tido grandes dificuldades com este conceito. Se consultarmos as revistas de Ciência Política tradicionais não vamos encontrar muita coisa sobre globalização. Outras ciências sociais, como a Economia ou as Relações Internacionais, têm produzido muito mais sobre esse assunto.

A qualidade da democracia será outra prioridade. A curto prazo, no entanto, a agenda da política comparada deverá regressar ao estudo das dinâmicas de mudança: crises, regimes híbridos, desconsolidação democrática, autoritarismo, populismo. Politicamente é um problema, mas analiticamente é mais interessante.

E, por fim, o que recomendaria a um jovem investigador nesta área?

Olhe, desde logo, ser aberto metodologicamente. De preferência, ser culto em ciências sociais e, sobretudo, ter mobilidade nacional e internacional.



Leituras recomendadas

- BERMAN, Sheri. 2019. *Democracy and Dictatorship in Europe*. Nova Iorque: Oxford University Press.
- FISHMAN, Robert, 2019. *Democratic Practice: Origins of the Iberian Divide in Political Inclusion*. Oxford: Oxford University Press.
- LINZ, Juan, e Alfred Stepan. 1978. *The Breakdown of Democratic Regimes*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press.
- O'DONNELL, Guillermo, Philippe C. Schmitter, e Laurence Whitehead. 1986. *Transitions from Authoritarian Rule: Comparative Perspectives*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press.
- PRZEWORSKI, Adam. 2010. *Democracy and the Limits of Self-Government*. Nova Iorque: Cambridge University Press.
- WEYLAND, Kurt. 2017, *Making Waves: Democratic Contention in Europe and Latin America since the Revolutions of 1848*. Nova Iorque: Cambridge University Press.

Obras de referência

- BELCHIOR, Ana Maria. 2010, *Democracia e Representação Partidária*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- CABRAL, Manuel Villaverde, Marina Costa Lobo, e Rui Feijó, coords. 2009. *Portugal uma Democracia em Construção*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- FERNANDES, Tiago. 2017. *Variedades da Democracia na Europa do Sul, 1968-2016: Uma Comparação entre Espanha, França, Grécia, Itália e Portugal*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- LOBO, Marina Costa. 2006. *Governar em Democracia*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- MARTINS, Hermínio. 2018, *As Mudanças de Regime em Portugal*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- PINTO, António Costa, Luís de Sousa, e Pedro C. Magalhães, coords. 2013. *A Qualidade da Democracia em Portugal: A Visão dos Cidadãos*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- SCHMITTER, Philippe C. 1999. *Portugal: do Autoritarismo à Democracia*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- TEIXEIRA, Nuno Severiano *et al.*, orgs. 2017. *A Europeização da Democracia Portuguesa*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

GOVERNO

segundo

Marina Costa Lobo

Pedro Silveira

e Hugo Ferrinho Lopes



MARINA COSTA LOBO

é doutorada em Ciência Política pela Universidade de Oxford, com uma tese sobre o poder do primeiro-ministro e o funcionamento do governo no Portugal democrático e obteve a habilitação em Ciência Política na Universidade de Lisboa em 2011. Atualmente, é investigadora principal do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, onde desenvolve trabalhos na área dos comportamentos políticos dos portugueses em perspectiva comparada. Tem publicado sobre instituições políticas em Portugal, partidos políticos e a UE, e sobre o comportamento de voto. Em 2016 ganhou um Projeto ERC – European Research Council – Consolidator Grant, intitulado «Mapping and Analysing the Politicisation of the EU before and after the Eurozone Crisis» (MAPLE).

Porque é que optou pela Ciência Política como formação académica e área de estudo?

A primeira década da democracia em Portugal, até 1986 essencialmente, foi um momento de grande politização na sociedade. Na minha família falava-se muito de política e eu tive sempre a convicção de que a política era de facto importante para a vida das pessoas. Não só porque houve uma revolução, o 25 de Abril de 1974, mas muito também devido ao «processo revolucionário em curso» (PREC), um tempo em que a política esteve muito à flor da pele, digamos assim. Tudo isto foi vivido muito intensamente na minha família, e também por isso a política foi sempre um tema que me interessou muito. Daí, naturalmente, o meu interesse pela Ciência Política. No entanto, como em Portugal a oferta de cursos em Ciência Política era relativamente escassa, falamos da década de 1990, optei por ir estudar para Inglaterra, onde o curso era bastante comum, tal como é hoje em dia em Portugal. No Reino Unido, permite-se combinar várias disciplinas, ou seja, podia-se escolher uma combinação de áreas diferentes e foi o que fiz – escolhi Economia e Política –, e só no mestrado me centrei na política europeia. Houve um interesse anterior, que teve a ver com a transição política de Portugal do salazarismo para a democracia, que se conjugou com a possibilidade que tive de escolher Ciência Política como uma das componentes da minha licenciatura.

E até que ponto o Reino Unido foi importante no seu percurso posterior?

Foi extremamente importante porque foi lá que verdadeiramente me formei, onde fiz a licenciatura, mestrado e doutoramento, este último com bolsa FCT (Fundação para a Ciência e a Tecnologia). Aliás, eu fui uma das primeiras bolseiras da FCT em Ciência Política, na altura JNICT (Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica). No Reino Unido, a Ciência Política era já uma disciplina muito consolidada e tive a oportunidade de estudar com professores que ainda hoje em dia são reconhecidos, e estão muito ativos, por exemplo, no domínio da integração europeia e da relação de países individuais com a União Europeia. Sendo que a Grã-Bretanha sempre foi um dos principais países na investigação

em ciências sociais na Europa, ter a possibilidade de estudar aí foi uma grande oportunidade. Por outro lado, as metodologias, a forma como se abordam as questões, tornaram essa experiência muito enriquecedora para mim. Ou seja, eu sempre quis estudar e compreender a evolução da política portuguesa, mas a experiência britânica deu-me um olhar, de certa forma, externo sobre a realidade portuguesa. No Reino Unido existia muita gente interessada nos ditos grandes países europeus, como a Alemanha, a França ou a Itália, mas poucos estudavam a Europa do Sul, e muito menos Portugal. A aprendizagem da política europeia nos grandes países foi a base da minha formação, que depois permitiu enquadrar o caso português.

Como é que surge a presidencialização do governo como tema de doutoramento?

Eu comecei a fazer o doutoramento em 1997, pouco depois do fim do cavaquismo, período que tinha mudado a forma de funcionamento do regime semipresidencial e do governo em Portugal. Testemunhei esses acontecimentos e pareceu-me o fenómeno mais interessante que estava a acontecer no nosso país. Por outro lado, havia também um projeto que acompanhava e que estava a ser desenvolvido pelo Vincent Wright, em Oxford, sobre o funcionamento dos executivos – era um tema que marcava a investigação no Reino Unido. Além disso, sempre me interessei muito por partidos, até antes de me interessar pela figura do primeiro-ministro, e a maneira como abordei o funcionamento do governo tem muito a ver com a evolução dos partidos e como se transformaram em veículos de personalização dos líderes à medida que a militância foi perdendo importância. A ideia foi primeiro olhar para os partidos – a maneira como foram mudando e se foram tornando cada vez mais dependentes dos líderes –, e depois como isso dependia e era influenciado pelo próprio funcionamento do governo.

Quem são as suas referências intelectuais?

Sou uma (neo)institucionalista, o que quer dizer que a minha perspetiva da política é a de que as instituições têm autonomia

própria uma vez criadas e são fundamentais para compreender a realidade social, na tradição de March e Olsen. Não tenho uma visão exclusivamente sociológica da realidade, em que são as correlações de forças sociais que determinam os desfechos políticos. O institucionalismo evoluiu para uma perspectiva de escolha racional, embora não comungue dessa visão. Sou antes apologista do novo institucionalismo histórico, em que as instituições e o seu funcionamento dependem da sua génese e do seu percurso, admitindo que há conjunturas críticas que podem alterá-las, e têm consequências que importa compreender para perceber o funcionamento da democracia. No domínio eleitoral, Seymour Martin Lipset e Stein Rokkan foram o meu ponto de partida para compreender como os partidos políticos representam clivagens sociais, que na Europa estavam congeladas desde os anos 1920, mas que se encontram em realinhamento hoje. Outra referência muito importante foi a de Anthony Heath, um brilhante politólogo do comportamento eleitoral em Oxford e que publicou um livro que me marcou: *Understanding Political Change*. Nesse livro, analisava a consolidação do partido Tory, no período de Margaret Thatcher, através de sondagens. Foi extraordinário para mim perceber a ligação entre a maneira como as pessoas percecionam a política – e também como isto pode ser afetado pelas políticas públicas – e as respetivas consequências eleitorais.

E daqueles com quem conviveu pessoalmente, quais os que tiveram mais impacto no seu percurso?

Em Oxford, o meu orientador David Goldey, e o seu duplo interesse por França e Portugal, ajudou-me a compreender a especificidade do modelo semipresidencial português. Os investigadores portugueses que primeiro conheci foram aqueles que frequentavam o Portuguese Studies Seminar organizado anualmente pelo meu orientador em Oxford, dos quais destacaria o Manuel Villaverde Cabral. Através da revista *Análise Social*, onde se publicava toda a melhor investigação que se se fazia sobre Portugal, fui identificando os principais investigadores sobre política portuguesa pós-25 de Abril, e que viria a conhecer no ICS (Instituto de Ciências Sociais). Desta instituição destacaria o Manuel Braga da Cruz,

pioneiro dos estudos sobre partidos em Portugal, antes e depois do 25 de Abril, o António Barreto pelos estudos sobre a sociedade portuguesa, o Manuel de Lucena sobre o semipresidencialismo, e o António Costa Pinto sobre Portugal e a União Europeia. A partir de 2001, as minhas investigações beneficiaram muito do trabalho conjunto com o Pedro Magalhães e o André Freire, com quem colaborei ao longo de anos. Mais recentemente, destacaria dois colegas com quem desenvolvi trabalhos distintos, mas que moldaram o meu pensamento: Octavio Amorim Neto, com quem trabalhei sobre o semipresidencialismo, e Michael Lewis-Beck no domínio do comportamento de voto, e, especialmente, do voto económico.

A sua investigação tem sido marcada por uma grande amplitude de áreas – Sistemas de Governo, Partidos, Comportamentos Eleitorais, Atitudes Políticas. A especialização científica é sobrevalorizada?

Uma vez um colega antropólogo avisou-me de que «os temas secam», e lembro-me de duvidar dele. Mas hoje reconheço que ele tinha razão, claro. Temos a necessidade de explorar novas áreas para nos sentirmos motivados. Além disso, existe ainda outra razão para a falta de especialização científica, que se prende com o facto de ter sentido, especialmente no início da carreira, dificuldade em recusar convites para colaborar em investigações. Por um lado, queremos fazer coisas novas e, por outro, não podemos escolher tudo aquilo que fazemos. Mas à medida que o tempo foi passando fui ganhando mais capacidade de escolha. E apesar da dispersão, fui desenvolvendo temas com alguma solidez, tal como os efeitos do líder no comportamento eleitoral ou o voto económico na Europa do Sul. Existe um fio condutor, que é o meu interesse pelas lideranças políticas, os partidos e a responsabilização dos líderes políticos.

Quais considera terem sido as suas principais contribuições para o estudo do governo?

Infelizmente, parece-me que não desenvolvi tanto o tema do estudo do funcionamento do governo como poderia ter feito.

A partir do meu doutoramento, e depois de ter publicado a tese, não dei muita continuidade ao tema. O meu livro *Governar em Democracia* tentava retratar a maturidade do sistema partidário português e a sua presidencialização em torno da figura do primeiro-ministro. Atualmente, penso que este sistema está em declínio, devido à erosão dos dois principais partidos que sustentavam essa presidencialização. Para além do livro, existem os estudos sobre o semipresidencialismo que desenvolvi posteriormente com o Octavio Amorim Neto, nomeadamente o artigo no *European Journal of Political Research* sobre o Presidente português, cuja ideia central é que o governo aumentou os seus poderes não à custa do Presidente, mas sim dos partidos. Ou seja, existiu uma governamentalização dos partidos e não um esvaziamento dos poderes do Presidente, que continuam iguais desde 1982. Mas tenho alguma pena de não ter contribuído mais para o tema e gostava de ver essa área mais desenvolvida, porque o governo é absolutamente central em Portugal e está muito pouco estudado.

Dos poucos estudos que existem, quais acha que constituíram contribuições significativas para esta área em Portugal?

Já referi Braga da Cruz e Manuel de Lucena como fundamentais para a compreensão do funcionamento do governo em Portugal. Mais recentemente, o tema das elites foi amplamente trabalhado por António Costa Pinto e Pedro Tavares de Almeida. Existem ainda os trabalhos da Catherine Moury, que levantaram questões interessantes sobre as promessas eleitorais, antes e depois da crise económica, e do Carlos Jalali e da Patrícia Silva sobre patronagem política, isto é, a relação dos políticos com a administração pública. Há também investigação feita sobre o governo e Europa, como por exemplo do José Magone, sobre a forma como o governo se relaciona com a Europa, o Ministério dos Negócios Estrangeiros, a Secretaria de Estado e outras instituições, bem como o trabalho de Octavio Amorim Neto sobre os militares no governo. No entanto, há muito para fazer em relação à dinâmica interna do governo ou do poder do ministro das Finanças em relação às políticas públicas – como é que isso é decidido e com que consequências. Há um estudo interessante, que está desatualizado e

que era interessante atualizar, do Jürgen von Hagen, que relaciona a orgânica do governo com a capacidade de controlo dos orçamentos. Existem países onde o ministro das Finanças tem muito poder e, portanto, consegue controlar bastante bem a despesa dos ministérios, e outros em que isso não acontece. É uma questão de se encontrarem mecanismos para se controlar a despesa pública. Portugal é um caso interessante, porque nem é sempre de maioria nem é sempre de coligação, uma raridade na Europa. Se fôssemos um país de maioria absoluta, podiam-se criar mecanismos duradouros de controlo da despesa. Se fôssemos um país de coligação também, mas o problema é que nós variamos muito e, portanto, nada dura e o funcionamento do governo vai variando em função do seu tipo, sem criar rotinas. E, depois, acho muito interessante perceber o que aconteceu durante os anos da *Troika*, ou seja, em que medida foi possível ou não aumentar a eficácia do governo.

Porque é que acredita que existem tão poucos estudos de governo em Portugal?

Nós somos poucos! Se bem que isso até deve dar alento a pessoas que queiram contribuir. Na verdade, é difícil estudar o governo, porque não é uma instituição aberta e transparente, como é o parlamento, onde grande parte do trabalho é público. Em larga medida, aquilo que ocupa o governo não está facilmente acessível a um investigador. O que é preciso é ser mais criativo, mais imaginativo na forma como se abordam os indicadores que possam avaliar o funcionamento do governo. Mas por isso é que o trabalho de Von Hagen é muito interessante, já que acho que era importante refletir sobre a forma como o governo funciona e que impacto têm os diferentes tipos de governo sobre a eficácia governativa, a corrupção, a qualidade de democracia. Não há verdadeiramente uma reflexão sobre isso.

O que é que acha que marca a diferença entre o estudo do governo pela Ciência Política e pelo Direito?

As diferenças são enormes, como se pode depreender da resposta anterior. Direito são as regras do jogo, e as regras do jogo são muito importantes, mas são o ponto de partida do jogo político,

que depois depende de muitos outros fatores. Na Ciência Política estamos interessados nas regras do jogo, mas, depois, em particular na forma como estas interagem com os atores políticos e com o eleitorado, e se transformam.

Como vê a importância da colaboração que mantém com instituições como a Fundação Francisco Manuel dos Santos (FFMS) e o Instituto de Políticas Públicas Thomas Jefferson (IPP)?

É muito importante que haja *think tanks* em Portugal para fazerem a mediação entre a universidade e a sociedade civil. É importante poder contribuir construtivamente para o debate que existe em Portugal, e a FFMS ou o IPP são veículos para esse efeito. Se existissem várias instituições desse tipo, acho que aumentava a capacidade de reflexão do país.

Recebeu um importante financiamento europeu para uma bolsa de investigação. Pode explicar-nos em traços gerais os principais objetivos do projeto e a sua relevância para a Ciência Política em Portugal?

O projeto ERC (European Research Council) visa analisar a importância que a União Europeia tem adquirido na política portuguesa antes e depois da crise do euro. Tentar perceber em que medida é que esta europeização da política transforma a política nacional, e em particular a forma como os cidadãos fazem escolhas eleitorais. Há quem pense que já não é o governo que determina as políticas, é a Europa, ou Bruxelas. Que impacto é que essa perspetiva da supranacionalização da política tem no voto? O projeto em si tem três componentes: a análise dos *media*, debates parlamentares e comportamento de voto, para compreender o fenómeno do impacto da Europa em cada uma dessas áreas. É um estudo comparativo entre seis países, incluindo Portugal. São recolhidos muitos dados sobre *media* em Portugal, sobre debates parlamentares e sobre comportamento eleitoral, ficando essas bases de dados disponíveis para a comunidade utilizar. Por outro lado, haverá a possibilidade de publicar sobre como é que a Europa entra nos debates mediáticos e também nos debates parlamentares. Outro fator que pode ser interessante para a Ciência Política é a vontade

de o ERC constituir equipas em Portugal, com recursos para trabalhar, dando maior oportunidade para se fazer aqui investigação, em vez de estarmos em projetos que são liderados fora do país.


Para além deste projeto qual é a sua agenda de investigação futura?

Gostaria de escrever um livro onde resumisse a minha investigação sobre a personalização da política. É um livro que está parcialmente escrito, mas preciso de alguns meses para conseguir terminá-lo. Nesta obra académica abarco a questão da crescente importância dos líderes nos partidos, no governo e no voto dos eleitores. Além disso, enquanto coordenadora do Estudo Eleitoral Português, temos também várias ideias para publicação, juntando os vários colegas que se têm interessado pelo tema e usam os dados que vamos recolhendo em cada eleição.

E por fim, o que recomendaria a um jovem investigador nesta área?

Uma das coisas que recomendo a um jovem investigador é que pense um tema, uma questão de investigação relevante do ponto de vista científico, já que o objetivo último é contribuir para um debate científico internacional. Isto é importante porque, por vezes, os investigadores não têm o mínimo conhecimento da área e escolhem temas de uma forma muito pessoal. Acho que é uma pena, porque é um trabalho a que se vai dedicar muito tempo e seria bom que essa dedicação encaixasse em debates mais alargados e que estejam a ocorrer. Depois recomendo não ter medo de expor as suas ideias e de ir a fóruns onde possam apresentar os seus *papers*. Só progredimos quando mostramos quem somos do ponto de vista científico. Esta interação entre aprendizagem e participação é fundamental e traduz uma atitude de curiosidade intelectual permanente. Por exemplo, quando se vai a um seminário, é preciso fazer perguntas. Ouvir, mas também fazer perguntas, ser interventivo. Há maneiras muito simpáticas de intervir, até criticamente. Quando se tem bolsa de investigação, uma bolsa de doutoramento, é um privilégio enorme poder ter tempo para investigar e é talvez a única altura da nossa vida profissional em que não

se têm muitas outras obrigações. Só se tem aquela, que é fazer a tese. E acho que se deve resistir um bocado às tentações das publicações e dos projetos paralelos, e de solicitações que se recebem em catadupa, e que tiram ao jovem investigador a capacidade de se dedicar à tese, que é única naquele momento. Quando fiz a minha tese de doutoramento, estava esquecida numa biblioteca em Oxford, não havia *e-mails* sequer, e eu não recebia solicitações nenhuma – um verdadeiro luxo! Hoje, sei que é difícil recusar convites, mas é preciso saber gerir isso com algum egoísmo, porque tem retorno a prazo e é mais importante que o investimento ocasional. Acho que é preciso ter coragem para o fazer. Por isso, encorajo os meus alunos dessa maneira. Depois recusam coisas quando eu lhes peço, e isso custa. Mas vejo que resultou!



Leituras recomendadas

- ANDEWEG, Rudy B. *et al.*, eds. 2020. *The Oxford Handbook of Political Executives*. Oxford: Oxford University Press.
- BAKVIS, H., R. Rhodes, e P. Weller, eds. 2016. *The Hollow Crown: Countervailing Trends in Core Executives*. Londres: Springer.
- ELGIE, R. 2011. *Semi-presidentialism: Sub-types and Democratic Performance*. Oxford: Oxford University Press.
- HALLERBERG, Mark, Rolf Rainer Strauch, e Jüngen von Hagen. 2009. *Fiscal Governance in Europe*. Cambridge: Cambridge University Press.
- MOURY, Catherine. 2013. *Coalition Government and Party Mandate: How Coalition Agreements Constrain Ministerial Action*. Londres: Routledge.
- PINTO, António Costa. 2018. *Technocratic Ministers and Political Leadership in European Democracies*. Londres: Palgrave Macmillan.
- POGUNTKE, T., e P. Webb. 2007. *The Presidentialisation of Politics*. Oxford: Oxford University Press.
- RHODES, R. A. W., e Paul 't HART, orgs. 2014. *The Oxford Handbook of Political Leadership*. Oxford: Oxford University Press.

Obras de referência

- CABRAL, Manuel Villaverde, Marina Costa Lobo, e Rui Graça Feijó, eds. 2009. *Portugal: Uma Democracia em Construção: Ensaios de Homenagem a David B. Goldey*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- CAMPINOS, Jorge. 1978. *O Presidencialismo do Estado Novo*. Lisboa: Perspectivas & Realidades.
- COELHO, Mário Baptista. 1989. *Portugal: O Sistema Político e Constitucional, 1974-1987*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- CRUZ, Manuel Braga da. 1995. *Instituições Políticas e Processos Sociais*. Lisboa: Bertrand.
- FREIRE, André, e António Costa Pinto. 2005. *O Poder dos Presidentes: A República Portuguesa em Debate*. Lisboa: Campo da Comunicação.
- LOBO, Marina Costa. 2006. *Governar em Democracia*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- LOBO, Marina Costa, e Octavio Amorim Neto. 2009. *O Semipresidencialismo nos Países de Língua Portuguesa*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- PINTO, António Costa, e Paulo Canelas Rapaz, eds. 2018. *Presidentes e (Semi) Presidencialismo nas Democracias Contemporâneas*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- SILVA, Patrícia Sousa. 2018. *A Arte de Governar: Partidos, Governo e Administração Pública*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- SILVEIRA, Pedro. 2020. *Os Secretários de Estado: Conflito e Liderança no Ministério*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- TAVARES DE ALMEIDA, Pedro, António Costa Pinto, e Nancy Bermeo, coords. 2006. *Quem Governa a Europa do Sul? O Recrutamento Ministerial, 1850-2000*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

PARLAMENTO

segundo

André Freire

*Dinis Amaral
e José Pedro Almeida*



ANDRÉ FREIRE

é professor catedrático em Ciência Política, diretor do doutoramento em Ciência Política, de 2015 até à presente data, e diretor da licenciatura em Ciência Política, 2009-2015, ISCTE-IUL (Instituto Universitário de Lisboa), e investigador sénior do CIES-IUL. Tem dirigido vários projetos de pesquisa sobre comportamento eleitoral e atitudes políticas, sobre instituições e reformas políticas, e ainda sobre representação política (ver o website dos vários projetos sobre representação aqui: <http://er.cies.iscte-iul.pt/pt-pt>). Sobre estes assuntos tem publicado com abundância, nacional e internacionalmente, em livros e revistas académicas.

Começou por estudar Sociologia, tendo enveredado progressivamente pela Ciência Política: primeiro, pela Sociologia Política (área na qual realizou o seu doutoramento) e, depois, alargando o âmbito da sua investigação a uma série de outras áreas. Este percurso académico foi premeditado? Ou, pelo contrário, foi refletindo a evolução dos seus próprios interesses científicos, bem como o facto de a Ciência Política ainda não ser uma disciplina plenamente autónoma quando iniciou o seu percurso universitário?

De facto, não havia nem licenciaturas, nem doutoramentos em Ciência Política. Mas sempre me interessei muito pelo estudo da política e dos fenómenos políticos. E, de algum modo, ao longo do curso de Sociologia, cedo comecei a orientar as minhas pesquisas e temáticas para a questão da política, da sociologia política. Naquele tempo, as licenciaturas eram de cinco anos e a tese final que fiz foi sobre comportamentos eleitorais e geografia eleitoral, etc. E, portanto, já era muito apontada neste sentido. A opção pela Sociologia, em termos de curso, tinha a ver com isto. Depois, quando fiz o mestrado, também não havia grande oferta nesta área. Só havia um no ICS-UL, «mestrado em ciências sociais», em que uma das variantes combinava história e sociologia e ciência política, coisas que me interessavam (interesse-me muito por história política, também – acho-a absolutamente crucial para o entendimento dos fenómenos sociais e políticos, embora, em termos de prática, esteja muito mais voltado para o estudo da contemporaneidade). Era uma área que me interessava... Mas, de facto, não havia nem licenciatura, nem mestrado, nem doutoramento em Ciência Política. Na altura, a nível dos doutoramentos havia apenas o «doutoramento em Sociologia Política» no ICS-UL, que foi o que eu escolhi, por isso mesmo. Notem, porém, que o Comité de Pesquisa em «Sociologia Política» faz parte simultaneamente da associação internacional de Ciência Política (IPSA) e da Associação Internacional de Sociologia (ISA), assim como de forma equivalente das associações da Ciência Política (ECPR, etc.) e de Sociologia europeias.

Os parlamentos, curiosamente, começaram por ser objetos de estudo de outras áreas disciplinares, como o Direito ou a Filosofia.

Que diferenças vislumbra entre essas abordagens e a que é praticada, hoje, pela Ciência Política?

Bem, eu acho que uma das virtualidades (poderá também ser uma limitação, mas eu vejo-a como uma virtualidade) da Ciência Política é que ela é exatamente uma área de estudos que resulta de uma confluência de vários contributos. Nomeadamente, do Direito, da História, das ciências sociais propriamente ditas, e da Filosofia, talvez. Eu acho que a Ciência Política é, ela própria, uma combinação de contributos. Ou seja, é uma ciência, com o seu objeto e o seu método, a sua autonomia, os seus autores, as suas obras; mas é uma ciência cuja marca fundamental resulta do contributo de várias áreas. Mas qual é a abordagem específica da Ciência Política face a estas outras? Bem, desde logo, comparando com o Direito, tenta refletir mais sobre aquilo que existe e é menos normativa, menos prescritiva. Embora eu ache que nós, na Ciência Política, também não devemos cair na «naturalização» do *status quo*: «isto é o que existe, é o que a gente estuda, não podemos refletir sobre universos alternativos». Acho que isso é um erro. Mas, tirando isso, a nossa abordagem não é uma abordagem prescritiva; é uma abordagem de tentar perceber o que existe e quais são as razões por que existe, e porque é que funciona, e porque é que funciona melhor ou pior. Comparando com a História, a Ciência Política é uma abordagem mais centrada na contemporaneidade – embora também haja politólogos que estudam o passado. E estudam-no de outra forma, porque têm esta abordagem dos modelos e dos quadros teóricos, que é uma abordagem um pouco mais formalizada do que, na História, onde amiúde não acontece bem assim. Mas as fronteiras, aqui, não são completamente rígidas, não é?, porque há pessoas que são mais narrativas na Ciência Política e, se calhar, outras que são mais «formalizadas» na História. E, depois, o contraste face às ciências sociais – sobretudo a Sociologia Política –, para mim, são duas faces de uma mesma abordagem. E o que é que distingue, então, uma e outra? Eu acho que é sobretudo a ênfase nos fatores explicativos. A Sociologia Política dá uma ênfase maior às explicações de baixo para cima, isto é, dos fenómenos sociais para os fenómenos políticos. Ou seja, estou naturalmente a simplificar, mas no sentido de fazer depender as

dinâmicas políticas e o funcionamento dos sistemas políticos a partir do que se passa na sociedade envolvente. Já a Ciência Política é uma abordagem mais de cima para baixo, isto é, dá mais ênfase aos fenómenos políticos como fatores explicativos das dinâmicas e do funcionamento dos sistemas políticos. Mas, basicamente, uma não existiria sem a outra; o facto de se dar mais ênfase a uma explicação ou a outra é uma diferença de pontos de vista, porque eles não são mutuamente exclusivos – eu diria que são complementares.

Nesse percurso, quem foram as suas principais referências intelectuais, em particular na área de estudo dos parlamentos?

Bem, embora os parlamentos sejam uma área que eu tenho pesquisado e estudado (ver, por exemplo, os seguintes livros fruto de vários projetos de investigação que temos dirigido sobre esta temática e a da representação política ao longo dos anos: Freire 2001; Freire *et al.* 2016, 2020; Lisi *et al.* 2020), tenho também escrito sobre comportamentos eleitorais, participação política, a minha tese de doutoramento é sobre [a clivagem] esquerda-direita: as atitudes políticas dos cidadãos, comparando países, sobre o que é que significa esquerda-direita, qual é a sua ancoragem social, partidária e em termos de valores. As coisas que tenho feito sobre parlamentos têm muito a ver com o estudo das elites políticas (o recrutamento parlamentar, partidário), o estudo das atitudes e comportamentos de eleitos e de eleitores... claro que também tenho estudado a questão do papel das instituições, como é que as instituições modelam as relações entre eleitos e eleitores (ver, por exemplo, Freire *et al.* 2002). E, por isso, as minhas referências intelectuais na Ciência Política são bastantes e de diferentes ordens. Não tenho uma, tenho várias, porque também não tenho um tema, tenho vários. Que dão contributos diferentes para os vários temas – e os temas conectam-se. Do ponto de vista dos estudos sobre a democracia, o Arend Lijphart é um autor muito importante para mim. Naturalmente, também o Robert Dahl, o Norberto Bobbio (embora seja mais da teoria política, foi alguém que segui bastante). Do ponto de vista dos estudos empíricos da representação política e da relação entre

eleitos e eleitores, de novo o Arend Lijphart, o Bingham Powell, Sören Holmberg, Philip Converse, Hermann Schmitt e o Jacques Thomassen. E depois, em termos de atitudes e comportamentos, que é um cimento de tudo isto: o que é que as pessoas pensam, o que é que as pessoas fazem e que importância é que isso tem para o funcionamento da democracia e das instituições. E aí, os estudos sobre o comportamento eleitoral, aqueles estudos mais históricos, do Philip Converse, Martin Lipset, Stein Rokkan, Ronald Inglehart, Hans-Dieter Klingemann... há muita gente, eu confesso que tenho dificuldade em dizer que são estes ou que são aqueles. Tenho vários.

Quais diria que são os seus principais contributos na área de estudos dos parlamentos, em Portugal? E contra que argumentos construiu os seus?

Bem, essas perguntas obrigam a pensar um pouco mais... Mas, em primeiro lugar, uma das abordagens novas que introduzi (quer dizer, não eram novas em termos internacionais, mas eram novas cá) é o estudo da representação política do ponto de vista da relação entre as preferências dos eleitores e as preferências dos legisladores ou dos governantes – e a influência que isso tem no *policy-making* (Freire *et al.* 2016, 2020; Lisi *et al.* 2020). E porque é que isto nos interessa? Porque o que nós esperamos, numa democracia, é que as preferências (pelo menos da maioria) dos eleitores tenham uma tradução significativa, determinante, embora mediada, nas políticas públicas, nos *outputs* do sistema político. E como é que isso se processa? Do meu ponto de vista, que eu tenho tentado sublinhar nos estudos sobre a representação política, um dos elementos nesse domínio é a congruência entre as preferências dos eleitores e as preferências dos eleitos, nomeadamente os legisladores (deputados), mas também os governantes (membros do gabinete), habitualmente segmentados por partidos (sobretudo nas democracias europeias, muito centradas nos partidos enquanto agentes fundamentais da representação política). Porque, se elas forem congruentes, a probabilidade de as preferências maioritárias no parlamento terem uma tradução no governo e, depois, no *policy-making* levará a que a probabilidade

de se ajustarem as políticas públicas às preferências (pelo menos da maioria) dos eleitores seja maior, logo, que a democracia tenha mais qualidade. Esta é a ideia fundamental destes estudos de representação política que eu tenho conduzido. Já havia outras pessoas em Portugal que tinham estudado o parlamento e que têm uma obra [relevante], nomeadamente os professores Manuel Braga da Cruz e Cristina Leston-Bandeira, entre muitas outras pessoas. Mas, se calhar, esta abordagem, que combina análise institucional (ou seja, o estudo do parlamento, enquanto instituição, e dos seus membros) com análise micro (isto é, análise das atitudes e dos comportamentos dos eleitores e dos eleitos, em regra segmentados por partidos ou considerados para o total do parlamento), essa combinação de áreas era relativamente inexplorada quando eu comecei. Mas, na verdade, só era uma inovação em Portugal, porque a Ciência Política em Portugal está subdesenvolvida, desde logo porque durante a ditadura, como sabem, as ciências sociais eram relativamente proscritas – havia o GIS, que depois foi o ICS-UL, e pouco mais. Eu trouxe isto para Portugal, mas já não era, de modo algum, uma inovação em termos nacionais. Uma outra inovação que trouxe para Portugal, na altura com a Marina Costa Lobo e o Pedro Magalhães (sob a égide do António Barreto), foi a dos estudos eleitorais, com base em inquéritos por amostragem, representativos da população adulta portuguesa, que dirigimos, no ICS-UL, entre 2001 e 2006 (e eles depois continuaram até à atualidade). Tais estudos foram pioneiros em Portugal porque os que existiam até aí eram baseados quer na geografia eleitoral, quer em dados agregados dos resultados eleitorais (Jorge Gaspar, Joaquim Aguiar, as minhas dissertações de licenciatura e de mestrado, etc.), quer ainda em sondagens que não eram propriamente estudos académicos pré- e/ou pós-eleitorais (as sondagens conduzidas pelo Mário Bacalhau, especialmente, ou ainda algumas sondagens comerciais). Essa era a componente eleitoral, dos cidadãos, que eu depois vim a continuar nos estudos sobre o parlamento e a representação política (desde 2006-2007), juntando à componente dos eleitores a dimensão dos eleitos, dos representantes políticos, todos enquadrados pelas regras institucionais (sistema eleitoral, regimento da

Assembleia da República, etc.). Portanto, há uma certa continuidade entre os estudos eleitorais, que iniciei em Portugal com os inquéritos pós-eleitorais, e os estudos parlamentares e sobre a representação política, em que também fui, de algum modo, pioneiro no nosso país. Um outro tema que também tenho focado (e, se não estivéssemos em 2018 – quando a entrevista foi originalmente gravada –, teria talvez mais dificuldade em dizer isto) é o tema da incorporação dos vários partidos na governação, nomeadamente os partidos da esquerda radical (PCP, PEV, BE, hoje em dia também o PAN e o LIVRE). Esse é um tema sobre o qual escrevo, pelo menos, desde 2007 (para uma revisão geral do que tenho feito, em português, ver Freire 2017). E também na dimensão normativa, analisando não apenas as razões para o que vou dizer a seguir, mas tirando também daí as consequências normativas. Nós tínhamos um problema estrutural no sistema político: a direita entendia-se para governar, a esquerda não se entendia. Isso era um problema, desde logo, de incorporação de cerca de 10% a 18% do eleitorado (que vota habitualmente na esquerda radical) que estava excluído da participação, não do parlamento, mas do *policy-making*, a nível do governo (por razões várias, também por responsabilidade deles, mas que não interessa desenvolver aqui). Portanto, era um problema de inclusividade. E era um problema também de democracia: para haver escolhas com significado dos eleitores, é preciso que haja diferenças entre os partidos. E este desequilíbrio no sistema político levava a que os parceiros preferenciais do Partido Socialista fossem a direita, ou o centro-direita, como preferirmos. E que consequências é que isso tem do ponto de vista da clareza das alternativas? Obscurece-as. Porque tornava o Partido Socialista um dos partidos mais centristas da família socialista europeia. E, portanto, a distância entre a esquerda e a direita gerava uma certa indiferenciação, com reflexos a nível da clareza das alternativas. E havia um problema de responsabilidade, porque quem nunca participa no governo pode prometer tudo. Finalmente, havia um problema de qualidade da democracia, por incongruência nas preferências entre eleitores e eleitos dos vários partidos das esquerdas (PS, BE, PCP, PEV): desde pelo menos 2009, todas as sondagens revelavam que os

constituintes/eleitores de todos os partidos de esquerda eram maioritariamente a favor de entendimentos das esquerdas para governar, enquanto os dirigentes dos vários partidos de esquerda não se conseguiam entender para governar, até final de 2015 (ver Freire 2017). Portanto, esta mudança, desde 2015, que ocorreu, em boa parte devido à liderança socialista (mas também às inflexões na liderança do BE e do PCP) e ao contexto que se criou, por vários fatores, é uma mudança que eu acho fundamental. Não sei se vai perdurar, pode ser uma coisa episódica; mas acho que, correndo bem (como tem sido o caso), é uma coisa muito positiva para o funcionamento do sistema político. E eu, aqui, não fui o único, mas terei sido, talvez, dos poucos politólogos que bateram nesta tecla de uma forma consistente, sistemática e reiterada, ao longo de, pelo menos, cerca de dez anos. Eu acho que nós, na Ciência Política, também devemos assumir isto, porque, se não assumirmos, estas coisas andam escondidas: não tomamos posição, mas na verdade tomamos sempre, mesmo quando parece que não o fazemos – desde logo, porque naturalizamos o *status quo*. Ao não dizermos nada, naturalizamos o *status quo*, como se fosse o princípio e o fim da História. E o que estava não funcionava bem e era desejável que não funcionasse assim – por razões analíticas e também cidadãs. E como é que isto se liga ao estudo dos parlamentos? Liga-se ao problema de saber como é que convertemos maiorias eleitorais e maiorias parlamentares em maiorias de governo. E isto também se liga à minha visão da democracia – por isso, é que vos falei do Arend Lijphart. Eu sou a favor da ideia do compromisso, da incorporação e da inclusividade. E, portanto, acho que aí também dei um contributo. Aliás, eu já em 2012 tinha escrito um livro com o Luke March (*A Esquerda Radical em Portugal e na Europa*. Porto: Quid Novi), em parte, também para fazer (confesso que foi deliberado!) uma certa pedagogia, para explicar que, na Europa Ocidental, pelo menos desde o fim da Guerra Fria, nós não éramos a norma, nós éramos um caso desviante, na ausência de entendimento entre as esquerdas para governar. E acho que aí estava quase a falar sozinho (no que à esmagadora, senão mesmo à quase totalidade, dos cientistas políticos diz respeito, naturalmente).

Essa questão que já aflorou era outra que também queríamos explorar: não tanto a Ciência Política e a sua evolução, mas o papel do politólogo no debate público – numa perspectiva cívica, digamos assim, não tanto académica. Uma questão que, aliás, não é isenta de controvérsia: há quem acuse os politólogos de adotarem uma postura ideologicamente neutra, que reduz a análise política ao mero «taticismo», evitando emitir juízos valorativos que possam comprometer a sua reputação de isenção científica. Por outro, numa perspectiva inversa, há quem alerte para os perigos de se confundir a objetividade científica com a subjetividade da intervenção política em nome individual. Como vê esta discussão?

Eu acho que essa questão é pertinente. E não é fácil. Mas acho que é possível separar as coisas: eu sou capaz e acho que os outros também são capazes. Quer dizer, as nossas intervenções no espaço público não são artigos em revistas científicas, são coisas distintas. E, aliás, como já explicou Max Weber, há muito tempo, até na escolha dos temas se estão a fazer opções valorativas. A ideia de que é possível uma objetividade completa, expurgarmos as nossas análises de valores e abordagens valorativas, isso não é possível. Mas há um objetivo, de seguirmos um determinado protocolo de investigação e de tentarmos confrontar o que dizemos com a evidência empírica, de tentarmos sustentar empiricamente as nossas posições. Acho que isso é um objetivo que nós prosseguimos enquanto cientistas políticos. Dito isto, acho que, em qualquer dessas posições que você descreveu, há pontos pertinentes e não é fácil a separação: em qualquer delas, há riscos. Mas, na minha opinião, a ideia de uma Ciência Política que apenas descreve, ou interpreta e explica, que tenta compreender aquilo que existe, sem refletir sobre o universo de possibilidades, é uma Ciência Política, também, algo ideológica. Porque isso é falso, isso é naturalizar o que existe, como se não pudesse haver outra coisa. E o que nós estamos a viver, hoje – esta época chamada do «fim das ideologias» –, na verdade, já alguém disse e acho que com razão, não é a época do fim das ideologias; é a época da hegemonia do neoliberalismo, que é uma coisa um bocadinho diferente. E, portanto, eu percebo que nós tentemos uma abordagem que siga os protocolos

da ciência e que tentemos ancorar empiricamente aquilo que dizemos. Mas a Ciência Política (e isto é uma reflexão minha, sobre a Ciência Política em geral) não deve ser apenas a ciência daquilo que existe. A Ciência Política e, sobretudo, os seus protagonistas (embora, também aqui, haja diversidade – e eu acho que a diversidade é um valor em tudo: o pluralismo é um valor consubstancial da democracia e também das ciências políticas, ou seja, do acesso à verdade, que é intrinsecamente plural, do meu ponto de vista) devem refletir não apenas sobre o que existe, mas também sobre as alternativas. E, portanto, devem tomar posição aqui e ali, explicitando os seus valores e os seus pressupostos. E, além disto, do ponto de vista da intervenção nos *mass media* (através dos artigos de opinião), aí, por maioria de razão, embora tenhamos um estatuto a defender e um *ethos* profissional, não estamos ali a fazer artigos científicos, estamos a agir também como cidadãos. Portanto, o que é desejável é que haja pluralismo. O pluralismo é que nos salva. Coisas assépticas, em que há uns tipos que vêm falar, não contaminados, como se fossem uns marçianos – isso não existe.

Há uns anos, granjeou popularidade a tese que apontava para o declínio dos parlamentos. Por outras palavras, entendia-se que os parlamentos, nascidos como órgãos legislativos, tenderiam a converter-se em órgãos fiscalizadores da ação dos governos. Qual a sua posição em relação a isto?

Bem, o António José Seguro, que foi meu orientando na sua dissertação de mestrado em Ciência Política no ISCTE-IUL, escreveu sobre isso – não apenas sobre isso, mas enquadrando essa questão (Seguro 2016). E o argumento dele é que, sendo verdade que há um declínio do papel legislativo das assembleias face aos executivos (e, acho eu, talvez não fosse desejável que houvesse tanta governamentalização), isso deve-se a várias tendências. Desde logo, o processo de integração europeia e a globalização, pela força que dão ao governo, no processo político, reforçam muito esse declínio. Mas também acho que não devemos ver as funções do parlamento apenas no âmbito da função legislativa. As funções de representação (enquanto órgãos plurais e coletivos,

os parlamentos são os órgãos políticos de representação por excelência), de debate político, de escrutínio e de controlo do governo são também muito importantes e não devem ser desprezadas, ou sequer subalternizadas.

Se tivéssemos de destacar quais os «momentos-chave» do estudo dos parlamentos em Portugal, quais apontaria?

Posso dizer-vos quais os grandes contributos que eu considero que tem havido, mas não sei se isso será divisível em fases... Em primeiro lugar, como aliás já disseram noutra das perguntas, naturalmente estas áreas começaram por ser estudadas, em boa medida, pela História (estudando o parlamento da Ditadura, da Primeira República e da Monarquia Constitucional) e também pelo Direito Constitucional. Essas áreas desbravaram o terreno em primeiro lugar, naturalmente com as respetivas influências internacionais. Depois, os estudos que acho que se afirmaram primeiro nestas áreas, do ponto de vista, por exemplo, do estudo das elites políticas e dos parlamentos, são os estudos do Manuel Braga da Cruz e da Cristina Leston-Bandeira, que foram estudos pioneiros. Depois, houve outras pessoas: o Walter Opello, o José Magone, o Pedro Magalhães, penso, também fez tese sobre o parlamento e os tribunais... esses estudos são estudos históricos. Depois... houve uma pessoa do ISCSP-UL, o Vinícius Alves da Costa Sousa, que fez um estudo sobre o perfil social e político das elites parlamentares – que, sendo um outro tema, se liga a este. Era sobre os deputados, com base nas biografias dos deputados. Essa foi, digamos assim, a fase inicial. Depois, a partir daí, há muita gente. Eu tenho feito vários estudos, sobretudo sobre a representação política e parlamentar, mas não sou só eu, são várias pessoas, de várias áreas: eu, aliás, tenho uma visão muito aberta e gosto de comunicar com pessoas de outras áreas, muitas das quais têm feito estudos sobre isto. Agora, estava a olhar para a minha própria biblioteca [*aponta para um volume*] e estou a ver ali o Luís Sá, também um nome histórico no estudo do parlamento: embora ele seja originalmente do Direito, depois foi fazer a dissertação de mestrado em Ciência Política no ISCSP-UL e, a seguir, o doutoramento (também em Ciência Política) sobre o

lugar da Assembleia da República no sistema político – também uma obra fundamental, desta fase inicial, fundadora... Eu agora corro o risco de me esquecer de alguém, mas estes são autores fundamentais. E, depois, há várias pessoas que têm escrito, eu próprio, a Cristina [Leston-Bandeira] continua a escrever imenso, alguns dos nossos estudantes, membros das várias equipas... O António Filipe escreveu sobre as oposições parlamentares, o Luís Sá sobre o lugar do parlamento no sistema político. Agora, o António José Seguro escreveu um livro sobre a reforma do parlamento e o escrutínio do governo... O Jorge Fernandes também fez um livrinho para a Fundação Francisco Manuel dos Santos, e tem escrito bastante também a nível internacional, embora o estudo publicado na FFMS seja mais de revisão de literatura... há muita gente, hoje em dia, bastante gente mesmo... O Tiago Tibúrcio acabou a sua tese de doutoramento em Ciência Política, no ISCTE-IUL, sobre o parlamento, e tem escrito muito sobre petições... sobre as petições ao parlamento, sendo hoje em dia assessor do presidente do parlamento. Mas, além disso, queria sublinhar também um aspeto que me parece muito importante: os estudos que a própria Assembleia da República tem promovido. A Assembleia tem, hoje, em boa medida pela mão dos seus presidentes, mas também por um dos seus grandes inspiradores, o Dr. Rui Costa, antes diretor da Divisão de Estudos e Publicações, hoje secretário-geral adjunto do secretário-geral do parlamento. E, se virem, tem hoje uma coleção que não sei se são centenas, mas que são pelo menos muitas dezenas de livros. Muitos são históricos, mas agora estão a investir também no estudo da contemporaneidade. E aí também se encontra muita coisa.

Já que falou na Assembleia da República, aproveito para introduzir a segunda parte da questão: que instituições mais têm contribuído para o estudo desta área?

Bem, aí voltamos, naturalmente, à questão matriz fundadora da Ciência Política em Portugal: as Faculdades de Direito da Universidade de Lisboa e da Universidade de Coimbra, com a sua abordagem específica, deram um contributo bastante importante. E acho

que o ICS-UL também deu. O ISCTE-IUL, mais recentemente, tem dado [um contributo] com estes projetos, a Universidade Nova também. E, mais no estudo das elites do que dos parlamentos propriamente ditos, o ISCSP-UL (o Luís Sá fez a tese lá). E espero não me estar a esquecer de ninguém...

E que lacunas identifica, na Ciência Política portuguesa? Quais os aspetos ainda inexplorados e que valeria a pena explorar, em particular nesta área dos parlamentos?

Essa é outra das perguntas em que é preciso pensar um bocadinho... Bem, nós não temos, aqui, uma instituição – como existe em Inglaterra – à semelhança da Universidade de Hull, onde existe o Centro de Estudos Parlamentares, do Lord Philip Norton, não é? Talvez fosse desejável caminharmos nesse sentido, haver uma ou outra instituição que desenvolvesse mais estas temáticas e que tivesse um centro de estudos, com bases de dados, com arquivos... Bom, nós no CIES-IUL estamos a tentar consolidar um «Observatório da Democracia e da Representação Política» que poderá cumprir essa função, entre outras... Penso que as colaborações com o parlamento (embora me tenha perguntado sobre os pontos negativos...) têm sido um ponto muito positivo, mas que pode ser aprofundado. E acho que há um aspeto, que não é só desta área, mas também de outras: haver uma infraestrutura científica que archive os dados (isto é, a matéria-prima, não os estudos), em registo eletrónico ou outro, que fossem passíveis de ser usados por terceiros. Acho que essa é uma grande lacuna, em Portugal. Sei que no ICS-UL tentaram dar alguns passos nesse sentido, através do APIS (o Arquivo Português de Informação Social), mas acho que aí estamos muito atrasados. E acho que a Fundação para a Ciência e a Tecnologia devia apoiar mais e, até, obrigar a que se consolidasse um consórcio interuniversitário que criasse uma infraestrutura para o arquivo de todos os dados que fossem produzidos, de modo que eles pudessem ser reutilizados por outros, noutras pesquisas. Porque, por agora, fazemos isto *ad hoc*: eu tenho um *website* onde estão os meus dados todos... Bem, e, no passado, até havia pessoas que se recusavam a dar os dados, mas eu já nem vou falar disso, que até me aborrece só de pensar

nisso. Mas penso que isso já está relativamente ultrapassado. E todos beneficiam. Além disso, seria ainda desejável, por um lado, consolidar o financiamento dos estudos eleitorais nacionais (inquéritos aos eleitores nas eleições parlamentares), dos estudos sobre as elites parlamentares (inquéritos aos candidatos às eleições legislativas, eleitos e não eleitos), que já têm um longo lastro (2002-2019, para os primeiros; 2008-2020, para os segundos) mas estão sempre dependentes de financiamentos *ad hoc* (apesar de servirem uma larga comunidade e terem forte ancoragem internacional). E, por outro lado, era desejável promover maior articulação entre os estudos sobre os eleitores e sobre as elites. Estamos a tentar apontar nesse sentido através do projeto internacional (rede de infraestrutura científica) MEDem – *Monitoring Electoral Democracy*.

Já que falou nos dados – e quanto às metodologias? Sabemos que, num congresso recente, apresentou uma comunicação intitulada «A Ciência Política na era da globalização: a política comparada como grande tendência». Ou seja, enfatizando o papel que essa análise comparada pode ter na evolução da disciplina. E, aliás, em vários dos seus artigos é frequente o recurso a uma perspectiva comparada. Que contributos poderão advir do recurso ao método comparativo, especificamente na área de estudo dos parlamentos?

Eu acho que as várias metodologias são, em si mesmas, pertinentes; e que devemos escolhê-las tendo em conta a natureza dos nossos objetivos e a natureza dos dados disponíveis. E, portanto, não desmereceria outros métodos, como os estudos de caso, os estudos mais qualitativos e, até, descritivos e exploratórios. Acho que isso tem um valor em si, é uma coisa positiva. No entanto, acho que as comparações internacionais se têm expandido devido à própria globalização da ciência, das redes de intercâmbio, da produção de bases de dados que combinam vários países – e isso tem trazido mais possibilidades de comparação. Portanto, a ideia subjacente à comparação é a de que, para percebermos melhor a nossa situação, isso depende, em boa medida, de sermos capazes de ver como é que outros – quer em condições idênticas, quer em

condições diversas – tentam resolver problemas similares. E acho, portanto, que, para percebermos o funcionamento dos sistemas políticos, a comparação de vários tipos de sistemas e de vários tipos de relações com as sociedades envolventes é incontornável. Por isso, acho que o método comparativo é uma abordagem bastante importante na Ciência Política.

Essa questão conduz-nos a uma outra: esse processo de «internacionalização» da Ciência Política portuguesa parece ter progredido a um ritmo assinalável, nos últimos anos – não só por efeito da globalização, mas por uma série de outras causas que agora não vale a pena elencar. Verifica-se, com cada vez maior frequência, a participação de politólogos portugueses em projetos de investigação internacionais (quer como autores, quer como editores). Que fatores destaca como decisivos nesta evolução?

Bem, em primeiro lugar, há uma política de incentivos, por parte da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, que valoriza essa dimensão da internacionalização (embora o concurso para projetos de pesquisa de 2020 tenha sido especialmente decepcionante com uma taxa global de aprovação de projetos a concurso da ordem dos 5%, o que é irrisório e deixa de parte muitos projetos de mérito e forte componente de internacionalização). Depois, também houve uma nova geração, se calhar, com menos problemas com o inglês e que estudou no estrangeiro, que trouxe essa abordagem mais cosmopolita, se quiserem, mais virada para fora. E acho que tudo isso tem contribuído. E, atualmente, no sistema universitário, no sistema de atribuição de bolsas, no sistema de avaliação dos projetos, das equipas e dos centros de investigação, a publicação internacional e a inserção em redes internacionais são um valor acrescentado. E acho que a Ciência Política portuguesa, de facto, tem correspondido muito bem. Não tenho os números aqui, mas tenho ideia de que temos uma presença significativa em termos de artigos, livros, projetos, conferências internacionais. Encontramos, com regularidade, portugueses e equipas portuguesas, ou equipas multinacionais que incluem portugueses nos projetos e conferências internacionais – e penso que isso é significativo.

Quais os projetos de investigação em que, de momento, está a trabalhar? E qual a sua agenda, para o futuro?

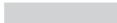
Bem, tenho sempre mais ideias do que aquelas que consigo concretizar... E agora estou naquela fase da vida em que se reduz a veleidade de concretizar tantas ideias... Mas tinha este projeto (coletivo), que vem na sequência dos dois anteriores sobre o estudo do parlamento e da representação política, chamado «Crise e Renovação da Democracia em Portugal e na Europa do Sul» – uma colaboração entre o ISCTE-IUL e a [Universidade] Nova, no âmbito, respetivamente, do CIES-IUL e do IPRI-UNL (ver, em termos de *outputs*: Freire *et al.* 2020; Lisi *et al.* 2020; um número especial da revista *South European Society & Politics*, ainda em processo de revisão das avaliações). E agora candidatei um projeto (infelizmente não aprovado, tal como 95% dos projetos admitidos ao concurso da FCT em 2020) sobre o estudo do impacto das desigualdades sociais (socioeconómicas, educacionais, de género, de base étnica, regionais, etc.) na representação político-parlamentar. Estão ambos na linha de continuidade dos estudos anteriores, embora, agora, com uma ênfase mais comparativa. Isto é: vivemos esta crise, esta crise foi altamente perturbadora da representação. Estamos agora numa nova fase, não sabemos qual vai ser o seu desfecho, ou sequer se vai ser duradoura ou não. O que nos propomos, com novas metodologias e mais comparação, é criar uma rede mais densificada noutros países (no projeto anterior trabalhámos muito com a Grécia – ver Freire *et al.* 2016 –, agora incluímos também a Itália e a Espanha nestas nossas comparações; e abrimos novas frentes, também, com a América Latina: ver Freire *et al.* 2020; Lisi *et al.* 2020). E continuamos a tentar fazer uma ponte para ligar, também, o estudo da representação política na Europa do Sul com a América Latina. E depois, claro: continuo sempre a estudar a [clivagem] esquerda-direita, e também a nível dos parlamentares. Trato estes temas nas várias dimensões: a nível dos parlamentares e, também, a nível das atitudes dos eleitores. Também me desafiaram para umas coisas sobre populismo... tenho estado a ler um pouco sobre isso, mas por agora é uma coisa, ainda, um pouco diletante. E, além disso, tenho um outro interesse, que se liga ao meu foco sobre a [clivagem]

esquerda-direita: estudar esse tema em termos históricos, a longo prazo, desde o século XIX. Interessa-me o estudo da modernização política, o aparecimento dos partidos, da alternância governativa e da divisão esquerda-direita. E queria ver se, numa equipa multidisciplinar, com historiadores, mas também com politólogos, sociólogos e outros, conseguíamos estudar isso com alguma profundidade – não sei, ainda, se vamos arranjar dinheiro e pessoas, mas acho que era importante estudar isso, com uma perspetiva sobretudo politológica, mas também multidisciplinar.

E que recomendações daria a um jovem investigador, a respeito de áreas que valha a pena explorar?

Bem, os temas, geralmente, são os alunos que os sugerem. Mas eu gostei de um tema de uma dissertação de mestrado sobre o trabalho de círculo dos deputados, no nosso sistema de listas fechadas e bloqueadas, vi no jornal... Essa é uma área interessante e menos explorada. Outra coisa que acho que era interessante estudar é a área da reforma do sistema eleitoral. Quer dizer, aqui também não há segredos e eu nem sequer sou um fetichista disso, porque há mudanças que podem ser para pior e, para isso, mais vale ficar como está. Porque, apesar de tudo, os grandes problemas não advêm do sistema eleitoral – isso é uma falsa ideia. Mas acho que era bom fazer algumas mudanças. E o estudo dessas mudanças, do meu ponto de vista, devia ter dois eixos. Primeiro: acho que é possível reformas em que o espectro das forças que nelas se revêm seja mais amplo do que os dois terços [de deputados]. Essas serão, desejavelmente, as melhores. Porque os pequenos partidos têm razão quando levantam reservas e receios a algumas reformas do sistema político. A reforma do sistema político, para ser virtuosa, do meu ponto de vista, teria de ser mais inclusiva, abranger mais forças do que os dois terços constitucionalmente exigidos. É uma reflexão a fazer, ainda que – sublinho – nós não tenhamos problemas gravíssimos a esse nível. E a outra ideia, para superar o bloqueamento, passava por incluir os eleitores nessas reformas. Já houve algumas tentativas, embora falhadas... (Há um livro sobre isso.) No fundo, reunir assembleias de cidadãos para a reforma do sistema eleitoral; reunir uma espécie de painéis de cidadãos,

escolhidos aleatoriamente, que recubram a diversidade demográfica, etária, sociológica e politológica... E que, depois, recebam formação, sejam confrontados com as diversas alternativas e que se pronunciem no sentido de uma decisão que, depois, seria transferida para o parlamento (porque quem decide, no final, não é um grupo *ad hoc*... é a Assembleia da República, que tem reserva legislativa nesse domínio). Mas tem havido alguns estudos sobre reformas dos sistemas eleitorais e dos sistemas políticos, baseados em assembleias deliberativas. E acho que é uma área que seria desejável explorar, porque há um bloqueamento, hoje, nessa área, em Portugal. E trazer os cidadãos para esse debate poderia ajudar a desbloqueá-lo.



Leituras recomendadas

- GROSSMAN, Emiliano, e Nicolas Sauger. 2007. *Introduction aux systèmes politiques nationaux de l'UE*. Bruxelas: Éditions De Boeck Université
- SAALFELD, Thomas, Kaare Strøm, e Shane Martin. 2014. *The Oxford Handbook of Legislative Studies*. Oxford: Oxford University Press.
- NORTON, Philip. 1990. *Parliaments in Western Europe*. Londres: Frank Cass.

Obras de referência

- BARRETO, António. 1992. «A Assembleia da República: uma instituição subalternizada». In *Os Silêncios do Regime*. Lisboa: Editorial Estampa.
- BELCHIOR, Ana Maria. 2011. *Democracia e Representação Partidária: A Elite Parlamentar e os Cidadãos*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- BRAGA DA CRUZ, Manuel. 1988. «Sobre o parlamento português: partidari-zação parlamentar ou parlamentarização partidária». *Análise Social*, XXIV, n.º 1, pp. 97-125.
- FERNANDES, Jorge M., e Cristina Leston-Bandeira, eds. 2019. *Iberian Legislatures in Comparative Perspective*. Oxon: Routledge.
- FREIRE, André, coord. 2001. *Recrutamento Parlamentar: Os Deputados Portugueses da Constituinte à VIII Legislatura*. Lisboa: STAPE/MAI.
- FREIRE, André et al. 2002. *O Parlamento Português: Uma Reforma Necessária*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- FREIRE, André et al., eds. 2016. *Political Representation in Times of Bailout: Evidence from Greece and Portugal*. Londres: Routledge.
- FREIRE, André. 2017. *Para lá da «Geringonça»: O Governo de Esquerdas em Portugal e na Europa*. Lisboa: Contraponto.
- FREIRE, André et al., coords. 2020. *Political Representation in Southern Europe and Latin America. Before and After the Great Recession and the Commodity Crisis*. Londres: Routledge.
- LESTON-BANDEIRA, Cristina. 2002. *Da Legislação à Legitimação: O Papel do Parlamento Português*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- LISI, Marco, André Freire, e Emmanouil Tsatsanis, eds. 2020. *Political Representation and Citizenship in Portugal: from Crisis to Renewal?*. Rowman & Littlefield: Lexington Books.
- SÁ, Luís. 1994. *O Lugar da Assembleia da República no Sistema Político*. Lisboa: Caminho.
- SEGURO, António José. 2016. *A Reforma do Parlamento Português, 2007-2014. Análise Organizacional da Função de Controlo Político*. Lisboa: Quetzal.
- TIBÚRCIO, Tiago. 2010. *O Direito de Petição perante a Assembleia da República*. Coimbra: Coimbra editora.
- VIEIRA, Mónica Brito, e David Runciman. 2008. *Representation*. Cambridge: Polity.

PARTIDOS POLÍTICOS

segundo

Carlos Jalali

*Júlio Fazendeiro
e Mariana Carmo Duarte*



CARLOS JALALI

é licenciado em Philosophy, Politics and Economics pela Universidade de Oxford, mestre em Economia do Desenvolvimento pela Universidade de Londres e doutorado em Ciência Política pela Universidade de Oxford. Atualmente, é diretor do Programa Doutoral em Ciência Política da Universidade de Aveiro. De momento é, ainda, presidente da Associação Portuguesa de Ciência Política. A sua produção científica, para além de livros e capítulos de livros, conta com dezenas de artigos em jornais científicos de renome.

Inglaterra foi a escolha para realizar todo o seu percurso académico, que culminou com a sua tese de doutoramento intitulada «The Evolution of the Portuguese Party System in Comparative European Perspective since 1974». Pode-nos falar um pouco sobre o porquê deste seu percurso? O porquê da escolha da Ciência Política? O porquê do estudo dos sistemas partidários? O porquê da escolha de Inglaterra?

No secundário sempre tive um grande interesse por processos de escolha coletiva e isso inclinou-me para duas áreas de interesse. Por um lado, a Economia, que analisa processos de escolha coletiva e os critérios a partir dos quais tomamos decisões coletivas, no sentido de maximizar a utilidade obtida a partir de recursos escassos. E, por outro lado, a Ciência Política. Embora não tenha tido contacto direto com a Ciência Política na escola, tinha muito interesse e seguia com atenção aquilo que ia acontecendo. Entre os 12 e os 15 anos de idade vivi no Reino Unido, porque os meus pais foram para Inglaterra fazer o seu doutoramento. Embora lá também não tenha tido Ciência Política no secundário, tive aulas de História que tinham um pendor analítico, porventura mais aprofundado do que tipicamente temos cá. Refletíamos sobre o impacto da Revolução Industrial, a agregação de interesses – aspetos que apresentam dimensões políticas. Portanto, quando estava a acabar o secundário, o meu interesse era juntar estas duas áreas: Economia e Ciência Política. A opção mais ou menos natural foi o Reino Unido. E digo mais ou menos natural por três fatores. O primeiro é que no Reino Unido existiam cursos que juntavam Economia e Ciência Política, algo que em Portugal não se encontrava. Era, também, um contexto que eu conhecia bem e por lá ter vivido dos 12 aos 15 dominava a língua. Terceiro, era uma boa opção em termos de relação custo-benefício. O facto de Portugal e Reino Unido fazerem parte da União Europeia (na altura ainda Comunidade Económica Europeia) significava que tinha acesso às mesmas condições que os estudantes britânicos e, como tal, não estava sujeito a propinas.

O processo de candidatura às universidades britânicas permite concorrer a várias ao mesmo tempo e depois escolher a que se prefere. Tinha sido admitido em algumas e a minha escolha

em 1992 – o ano em que acabei o secundário – era a Universidade de Warwick, onde começaria no outono de 1992. Contudo, um mês antes, decidi tirar um ano e participar num projeto socioeconómico ligado à comunidade Bahá'í. Entre outros países, estive na Guiné-Bissau, que foi uma experiência fantástica. Mas esta decisão teve uma consequência: tinha de repetir o processo de candidatura às universidades britânicas, agora para o ano letivo 1993-1994. E quando me estou a recandidatar os meus pais dizem-me: «Porque não concorres também a Oxford?» Como bom filho, respondi: «Está bem, pronto... pode ser», mas francamente sem grandes expectativas. Em dezembro de 1992, sou convidado para a entrevista da admissão e vou a Oxford basicamente sem saber o que era uma entrevista em Oxford. Quando cheguei, os outros entrevistados estavam todos de fato e gravata. Eu não fazia ideia e ia de calças de ganga rotas, com uma barba, enfim... os meus anos rebeldes! Cheguei lá e as entrevistas correram bem. Creio que este desconhecimento das entrevistas ajudou. Lembro-me, aliás, da primeira pergunta que me fizeram numa das entrevistas. Aquele que viria a ser o meu professor de Economia perguntou-me: «Ouvi dizer que Salazar é o último economista neoclássico da Europa. O que é que acha sobre isto?», ao que eu respondi: «O que é um economista neoclássico?». Esta minha resposta na realidade foi melhor que se pode pensar, porque aquilo que procuram em Oxford são estudantes que sabem pensar, não necessariamente aqueles que sabem tudo. Enfim, fui admitido e a licenciatura em Oxford foi uma experiência extraordinária a todos os níveis. O curso em que entrei era *Philosophy, Politics and Economics* e a partir do 2.º ano podíamos-nos concentrar em uma ou duas destas áreas. A minha escolha recaiu na Ciência Política e na Economia. O meu coração estava dividido entre as duas áreas. Para citar o Marco Paulo, tinha «dois amores» (*risos*).

No mestrado, segui a área da Economia. Ingressei em Economia do Desenvolvimento e, quando estava a meio do mestrado, surgiu a oportunidade de concorrer a uma bolsa da FCT para fazer o doutoramento. Nessa altura tive de decidir o que ia fazer: se Economia, se Ciência Política. Consultei mais pessoas e

os meus pais, que também são académicos, e eles disseram-me: «Escolhe aquilo de que realmente gostas, aquilo que realmente queres fazer.» Cheguei à conclusão de que era Ciência Política o que eu realmente queria fazer e regressei a Oxford, regressei para ser orientado pelo David Goldey, uma das grandes figuras na criação desta área da Ciência Política em Portugal. Tinha sido aluno do David Goldey na licenciatura e depois contactei-o no sentido de fazer o doutoramento em Oxford. Ele encorajou-me e concorri ao doutoramento, fui admitido e consegui bolsa. Voltei para fazer o doutoramento com o David Goldey sobre a evolução do sistema partidário português e não me arrependo da escolha que fiz. Em Oxford, quando tínhamos aulas na licenciatura, havia uma rivalidade amigável entre os professores de Economia e os de Ciência Política; eles muitas vezes brincavam que a sua área era superior à outra. Bem, após este percurso, eu posso confirmar que a Ciência Política é melhor (*risos*).

Mas porque é que foi especificamente investigar os sistemas partidários? E Portugal?

É importante contextualizar em termos temporais aquilo que nós fazemos. Quando estava a começar, havia pouquíssimo em termos de Ciência Política em Portugal e sobre Portugal. Era um caso muito pouco estudado. O meu interesse, desde o momento que fui para Oxford na licenciatura, prendia-se, em larga medida, com os casos lusófonos. Tive uma cadeira de Política Africana Subsariana na licenciatura, e na altura pedi para ter algumas sessões sobre os países da África Lusófona. Curiosamente, como meu docente para essa componente tive o João Gomes Cravinho, que na altura estava em Oxford a fazer o doutoramento. Outra das cadeiras que escolhi foi *Government and Politics in Western Europe* e um dos meus interesses era o caso português. Portanto, desde o início tive interesse no caso português, via que era um caso pouco estudado. Não era uma opção deliberada, no sentido de achar que «isto é algo que estrategicamente vai ser melhor». Interessava-me o caso português, achava que era um caso pouco estudado, um caso interessante e, portanto, a motivação era fundamentalmente essa.

Havia pouca produção nessa área científica?

Sim. Aliás, das pessoas que se doutoraram naquela altura, a maioria fez teses sobre Portugal. De uma forma ou de outra sobre Portugal: o Pedro Magalhães, a Marina Costa Lobo, eu, a Cristina Leston-Bandeira e, portanto, acaba por fazer-se algo que nos interessa e que vem colmatar uma falha nesse domínio.

Ao longo de todo este percurso terá, com certeza, referências intelectuais e estando em Inglaterra até conseguiu conhecer algumas delas, como é o caso de David Goldey.

Sim, nós tínhamos um contexto muito favorável, porque o grau de estímulo a que estávamos expostos era bastante elevado. Havia vários seminários com grandes nomes da Ciência Política, alguns em áreas que depois não estudei, como G. A. Cohen ou Adam Swift na Filosofia Política. Na área da Ciência Política, lembro-me de que na altura em que estava em Oxford estavam lá figuras como Anand Menon, Vicent Wright – entretanto falecido –, Jack Hayward, David Goldey, Al Stepan, Laurence Whitehead... Portanto, era muito frequente irmos a seminários onde estavam estas figuras e era interessante ver o debate intelectual que surgia nessas sessões. Apercebi-me da posição privilegiada que tinha quando saí de Oxford, porque lá tinha acesso a todos os livros, a todas as revistas, seminários frequentes... Não há muitos sítios que tenham isto. A nossa função aqui é também tentar criar esse tipo de ambiente cá.

Embora tivesse feito todo o seu percurso académico em Inglaterra, havia alguma referência intelectual portuguesa cujo trabalho despertava o seu interesse e o motivou?

As pessoas que eu conhecia em Oxford, no início, eram sobretudo os colegas portugueses, os investigadores portugueses que vinham a Oxford convidados pelo David Goldey para um *workshop* regular que ele organizava, que era o Portuguese Studies Workshop. As pessoas que fui conhecendo e com quem fui privando mais vinham, sobretudo, daí. A grande referência é Manuel Villaverde Cabral, que vinha sempre ao seminário e que era uma das pessoas a produzir algo relevante sobre o meu

tema em Portugal. Rui Feijó era outra figura que participava regularmente neste *workshop*. Também vieram outras pessoas. Lembro-me de passarem por lá João Bettencourt da Câmara, Vasco Pulido Valente, quando eu ainda estava na licenciatura, Fernando Rosas também esteve lá, José Luís Garcia, e havia outras pessoas de quem íamos ouvindo falar, como António Barreto, António Costa Pinto... Depois comecei também a ter mais contactos em Portugal e a conhecer, primeiro via *mail*, uma nova geração de cientistas políticos quando surgiu o primeiro estudo eleitoral em Portugal. Aí fiquei a conhecer, para além da Marina Costa Lobo que já conhecia de Oxford, o Pedro Magalhães, o André Freire, a Cristina Leston-Bandeira. O I Congresso da APCP em 1999 também foi muito importante, tive a oportunidade de conhecer aquilo que se ia fazendo em termos de Ciência Política em Portugal.

O professor foi o escolhido para ser o protagonista deste capítulo, mas existem em Portugal outros investigadores que tratam este tema. Queríamos que nos nomeasse os mais relevantes e de que forma é que estes também têm contribuído para o desenvolvimento do estudo dos partidos políticos em Portugal.

Receio pecar por omissão! Mas primeiro deixem-me fazer uma nota prévia: os partidos políticos acabaram por ser uma das áreas mais estudadas em Portugal. Portanto, acho que ainda há um pouco a perceção errada de que estudar Ciência Política é estudar partidos. É importante dizer que isso é uma perceção errada e que a Ciência Política é muito mais que isso, mas em Portugal, ao contrário de outros contextos onde o estudo dos partidos a partir de certa altura começou a declinar, este continua a ser um tema muito saliente. Aliás, se olharmos para a produção de teses, vemos que muitas delas continuam a ser sobre partidos. É um tema que continua muito presente e há muitas pessoas que de uma forma, ou de outra, trabalharam sobre partidos.

Manuel Meirinho Martins tem uma tese muito interessante sobre participação política com ligação muito forte aos partidos, André Freire tem trabalho sobre partidos, Pedro Magalhães também, mas pelo lado do comportamento eleitoral, assim como

Marina Costa Lobo pelo lado dos governos partidários. Alguns dos nomes que referi antes, como Villaverde Cabral, também têm coisas que têm a ver com militância, atitudes com algumas ligações a partidos. Mas Marco Lisi é porventura a pessoa mais relevante nos últimos tempos, tem um trabalho muito sólido sobre os partidos e tem-se especializado aí, de forma muito clara. Ana Belchior, Conceição Pequito, enfim... é mais fácil indicar pessoas que não trabalharam em algum momento sobre partidos (*risos*), é um tema pelo qual muita gente passou e é um tema, digamos, referencial na Ciência Política em Portugal. Mesmo coisas mais antigas, estava agora a lembrar-me de Joaquim Aguiar que foi uma figura importante numa fase inicial da Ciência Política em Portugal, também trabalhou sobre partidos.

Se olharmos para a primeira «Bíblia» da Ciência Política em Portugal, coordenada por Mário Baptista Coelho, esta tem duas partes: a primeira é sobre os sistemas políticos e a segunda é sobre o sistema constitucional. A parte sobre sistemas políticos inclui regime e transição democrática, partidos e ideologias, e eleições e sistemas de partidos e, portanto, o conteúdo tem muito a ver com os partidos. Nessa «Bíblia» temos Maria José Stock, uma pessoa-chave no início do estudo dos partidos. Temos, ainda, Mário Bacalhau que trabalhou a partir de inquéritos, Jorge Gaspar que trabalhou muito a geografia eleitoral. Portanto, há ali uma série de trabalhos pioneiros que depois serviram de base para uma geração de pessoas formadas sobretudo na década de 1990, inícios de 2000, muitas delas fora, outras em Portugal, e que trabalharam em larga medida os partidos. Nessa segunda geração estariam Marina Costa Lobo, Pedro Magalhães, André Freire, eu, Marco Lisi, Ana Belchior, Manuel Meirinho Martins, Conceição Pequito, entre outros.

Portugal teve tantas transformações sociais e políticas, mas não obstante o estudo das organizações partidárias não mereceu tanta atenção como seria de esperar. Só nos finais dos anos 1990, inícios de 2000, é que existiu de facto um boom, talvez por parte desta segunda geração. Para si, porque é que isto aconteceu?

Não é que não tenha havido um interesse antes. Por exemplo, o trabalho de Maria José Stock é, em larga medida, também sobre

o funcionamento interno das organizações partidárias. Mesmo a tese de doutoramento de Marcelo Rebelo de Sousa, de seguida publicada num livro, é um exemplo deste interesse, como o título bem o demonstra: *Os Partidos Políticos no Direito Constitucional Português*.

A minha hipótese de explicação é esta: há um interesse inicial, numa altura em que a Ciência Política ainda estava num estágio bastante embrionário, de uma série de pessoas que têm interesse na Ciência Política, muitas vezes vindas de outras áreas, como o Direito, a História, a Sociologia... A Ciência Política era bastante fragmentária enquanto área de investigação sistemática em Portugal. Isso refletiu-se nas pessoas que escreveram na primeira grande obra coletiva de Ciência Política no nosso país, *Portugal: O Sistema Político e Constitucional 1974-1987*. Este livro reúne todas as pessoas que faziam Ciência Política na altura, de uma forma ou de outra. O que podemos ver é que muitas delas são constitucionalistas. Basicamente, os autores da segunda parte do livro são constitucionalistas. Quando olhamos para a primeira parte do livro, vemos muitas pessoas que depois não desenvolveram uma carreira enquanto investigadores, mas que ponderaram essa possibilidade. Durão Barroso é um bom exemplo disso, é alguém que a certa altura esteve perante uma bifurcação: poder escolher uma carreira de investigação em Ciência Política ou uma de político. Obviamente, diria que fez a escolha errada (*risos*).

Depois a partir de meados da década de 1990 até 2005-2006, surge uma geração de pessoas que estão essencialmente focadas numa carreira de investigação, muitas delas treinadas fora do país, de uma faixa etária relativamente próxima e que partilha uma linguagem específica da Ciência Política. Isso depois fomentou esse *boom*, porque tínhamos mais pessoas a investigar e o grande interesse temático nesses anos eram os partidos, o que levou a que o número de trabalhos sobre o tema aumentasse.

Então, deve-se a uma alteração na própria academia portuguesa?

Eu diria que sim. Eu diria que há uma alteração em que passamos a ter pessoas que são treinadas especificamente em Ciência Política e que o são com uma grande componente empírica, tenham sido

treinadas fora ou em Portugal. Há um pendor empírico, analítico e metodológico que não havia antes e há mais investigadores, o que tem um impacto muito substancial.

Podemos afirmar que a mudança para um pendor mais empírico se deve à autonomização da Ciência Política das outras disciplinas, como a Sociologia, a Economia, a Filosofia?

Sim. Acho que é um círculo virtuoso que se gera, porque à medida que se vai desenvolvendo esta nova linha empírica, vai-se reforçando essa autonomização em relação a outras áreas e essa autonomização vai permitindo à Ciência Política afirmar-se cada vez mais como uma área própria. Mas é importante notar que isso nem sempre foi assim. No âmbito da FCT, por exemplo, durante muito tempo a Ciência Política esteve junta com o Direito, o painel era Direito e Ciência Política... a Ciência Política era vista como uma derivação do Direito. Para além disso, se virmos a lista de sócios fundadores da APCP, existem várias pessoas que são de Ciência Política, mas também várias pessoas cuja formação é diversa. A Ciência Política agora está muito mais autónoma e isso reflete-se no crescimento de cursos de Ciência Política, de alunos de Ciência Política, de doutoramentos de Ciência Política e reflete-se, também, na nossa produção científica enquanto área, que, a nível das ciências sociais, é particularmente boa.

Temos vindo a falar do desenvolvimento da Ciência Política, no geral, e da temática dos partidos políticos, em específico. Qual é, na sua opinião, o seu principal contributo para este desenvolvimento?

Eu acho que o meu contributo para esta área tem duas dimensões. A primeira, é a nível do sistema partidário. Esse foi o tema que estudei para a minha tese de doutoramento, sobre o qual me foquei bastante no início, e creio que dei um contributo no sentido de refletirmos sobre aquilo que é a natureza do sistema partidário português. Recentemente, voltei a esse tema com um ensaio da Fundação Francisco Manuel dos Santos. Foi interessante fazer essa ligação e, de certo modo, voltar ao tema inicial. A segunda dimensão é algo que também fiz relativamente cedo, que é um capítulo que saiu no primeiro livro do projeto do comportamento

eleitoral português. Neste analiso porque é que o sistema partidário português tem o formato que tem e porque é que o eleitorado português distingue tão pouco entre PSD e PS. Ou seja, porque é que temos este eleitorado centrista que parece oscilar, embora não direta e necessariamente, entre estes dois partidos. Analiso, ainda, o papel da revolução portuguesa na definição do sistema partidário português e dos alinhamentos eleitorais. Isto é, numa espécie quase *rokkaniana*, o momento genético da revolução acaba por definir linhas de divisão do sistema partidário que explicam vários fenómenos. Por exemplo, porque é que o eleitorado católico votava – atualmente talvez um pouco menos – PSD e PS de forma quase indistinta e não dividia centro, esquerda e direita; porque é que as dinâmicas de formação de governo por parte do PS privilegiavam, tipicamente, governos minoritários e porque é que este partido, quando se aliava, o fazia com os partidos à sua direita e não à sua esquerda.

Quem lia a sua obra ficava com a ideia de que estávamos a seguir o caminho de um bipartidarismo. Aliás, o seu livro, resultado da sua tese de doutoramento, é intitulado: Partidos e Democracia em Portugal, 1974-2005: Da Revolução ao Bipartidarismo. Era uma configuração que achava que sistema partidário português iria observar?

Eu sou péssimo a prever o futuro, honestamente. Olho para o passado e tento escrever o passado. A partir de aí o que faço é pensar se o passado se vai manter e se há algo que o leve a deixar de se manter. Bem, mas acho que se estão a referir ao governo anterior, não é? O governo anterior existe com este formato em larga medida por um motivo: a aliança Portugal à Frente (PàF). Sem PàF, o partido mais votado nas eleições de 2015 era, quase certamente, o PS. Se dividirmos a votação de PSD e CDS na PàF, o PS ganhava, mas ganhava por pouquíssimo, seria uma vitória por pouquinho, para citar o próprio António Costa. No entanto, se o PS fosse a lista mais votada nas eleições de 2015 e tivesse o maior grupo parlamentar, seria improvável haver «geringonça», porque a prática constitucional em Portugal é a de que o partido mais votado é o partido que tem a primeira oportunidade de formar

governo. Assim, Cavaco convidaria Costa para formar governo. O governo de Costa só não seria empossado se o seu programa de governo fosse rejeitado pela maioria dos deputados, o que nunca iria acontecer, porque era impossível na formação de governo os partidos todos se coligarem contra Costa. Portanto, teríamos um governo minoritário do PS, à semelhança de todos os outros do PS até agora (salvo três exceções: um onde se coliga com o CDS, outro com o PSD, e por fim um de maioria absoluta) e Costa teria de negociar cada orçamento um a um. Talvez tentasse fazer uma espécie de «geringonça» à esquerda, mas os partidos à esquerda não teriam incentivos para fazer um acordo escrito. O próprio Costa também não teria grandes incentivos para isso. Porém, como a PàF foi a lista mais votada, mas a maioria parlamentar era de esquerda, a única forma de Costa chegar ao governo e de haver um governo de esquerda era através destes acordos entre o PS e os partidos à sua esquerda. Portanto, há um incentivo que é criado pela aritmética parlamentar, algo que nunca tivemos antes. Enfim, as circunstâncias mudam, vamos ver o que acontece nas próximas eleições. Agora, se há uma coisa que nós ainda temos, embora menos do que tínhamos, é um eixo de competição em que quem vai liderar o próximo governo ou é o PS ou é o PSD. Isso ainda se mantém.

Voltando às contribuições para a temática dos partidos políticos, para além do seu trabalho que outros contributos podemos considerar como fundamentais para o desenvolvimento desta área da Ciência Política em Portugal?

A beleza da ciência é ser algo de cumulativo e cada um de nós vai dando o seu grão de areia a esta bela praia que é o conhecimento. Nunca tivemos em Portugal aqueles grandes momentos inovadores como temos a nível global. Nós não temos um Peter Mair, nós não temos um Lipset e Rokkan ou um Sartori, mas a maioria dos países também não os tem (*risos*). É fácil dizer-vos esses nomes porque são quatro ou cinco.

E a nível de Instituições, há alguma que tenha prestado um bom contributo para o desenvolvimento da área dos partidos políticos em Portugal?

Nós não temos muitas instituições em Portugal, mas todas elas têm contribuído de distintas formas. É importante referir o ICS. É um centro de investigação por onde tem passado ou está grande parte da comunidade científica na área da Ciência Política. De igual modo, o ISCSP. É a escola mais histórica e também tem trabalhado bastante sobre os partidos há já algum tempo. Sem o ISCSP o desenvolvimento da Ciência Política seria muito diferente. O mesmo é verdade sobre a Universidade Católica, a Universidade Nova e o ISCTE. Lisboa é, obviamente, um centro geográfico muito importante e há aí várias instituições e pessoas. No entanto, veja-se também o caso de Évora, que teve um papel importante com a investigação de Maria José Stock. Ou, mais a norte, a Universidade do Minho. E claro, a Universidade de Aveiro, até pelo trabalho de uma colega de Departamento, Patrícia Silva, que tem olhado para a relação entre os partidos e a administração pública. Por todos os lados há contributos. Obviamente, algumas instituições têm produzido mais porque têm uma maior massa crítica, mas todas elas têm contributos.

Na sua opinião, quais as principais dificuldades e condicionantes que o estudo dos partidos políticos enfrenta em Portugal?

Estou envolvido num projeto que usa uma boa metáfora. A ideia deste projeto é estudar a seleção de candidatos por parte dos partidos e a metáfora usada é a que consta num célebre livro sobre esse tema e que descreve esse processo como «o jardim secreto da política».¹ Acho que podemos aplicar essa metáfora, de uma forma geral, a todos os processos internos dos partidos. Nós não estamos dentro dos partidos, não podemos fazer observação participante, os dados que obtemos não são necessariamente fiáveis, estamos a falar com pessoas que têm experiência a responder a perguntas de entrevistas (*risos*) e tudo isto são condicionantes. Dito isto, creio que é uma área que, ainda assim, é passível de ser estudada razoavelmente bem. Se é verdade que temos de recorrer fundamentalmente a fontes indiretas, também é verdade que temos uma

¹ M. Gallagher e M. Marsh. 1988. *Candidate Selection in Comparative Perspective: The Secret Garden of Politics*. Londres: SAGE Publications Ltd.

abundância de fontes. Isto é, temos muitas pessoas com quem podemos falar e temos pessoas que estão em condições diferentes – pessoas que estão em cargos de dirigentes, ou estiveram antes, pessoas que estiveram nos partidos, mas saíram –, o que permite cruzar esses dados. Depois temos, ainda, informação secundária, uma vez que há notícias na imprensa, etc.

A principal dificuldade é, assim sendo, aceder à caixa negra dos partidos políticos?

Não estando diretamente na caixa negra, eu acho que existe forma de termos uma ideia razoavelmente boa do que está a acontecer lá dentro. Há muitos atores dentro dos partidos e não é difícil falar com eles. Aliás, há estudos que se baseiam em inquéritos a figuras partidárias e a taxa de resposta não é necessariamente muito má. Na verdade, todos os objetos de estudo são, de uma forma ou de outra, impenetráveis na sua essência e têm as suas limitações inerentes, mas acho que com os partidos conseguimos compensá-las razoavelmente bem. Agora, o que eu acho que é o passo inovador que se poderá vir a dar é incorporar outras formas de olhar para o funcionamento interno dos partidos. Por exemplo, usando metodologias experimentais. Neste projeto temos uma componente experimental e acho que há margem para inovação metodológica também no estudo dos partidos, o que nos permite penetrar, na medida do possível, neste «jardim secreto».

Falou-nos do seu novo projeto sobre seleção de candidatos e, portanto, essa será a sua agenda de investigação mais próxima. No entanto, em termos futuros, em que projetos e/ou temas gostaria de trabalhar?

Eu acho que esta questão da seleção de candidatos é interessante e o meu grande interesse agora passa, em termos metodológicos, por metodologia experimental. Nós temos feito alguns trabalhos aqui em Aveiro com base nisso. Estou envolvido em outros projetos que têm uma componente importante de metodologia experimental. Acho que essa é uma área ainda pouco explorada em Portugal, mas que é bastante promissora.

Utilizada bastante na Psicologia...

Sim, bastante na Psicologia, mas em Ciência Política é relativamente raro vermos trabalhos com base experimental. Começam agora a aparecer, mas são ainda escassos e, portanto, eu acho que essa é a grande tendência futura: termos um maior ecleticismo metodológico. Durante muito tempo pensava-se que a Ciência Política era basicamente regressões. Depois passou-se para uma dicotomia entre regressões e trabalhos muito qualitativos e históricos. Agora começamos a compreender que há espaço para uma grande diversidade metodológica e para haver complementaridade. Isto é, há um melhor diálogo metodológico em que nós triangulamos dados de entrevistas, com dados quantitativos, com dados experimentais. E creio que essa vai ser uma tendência de futuro.

Disse-nos várias vezes que é péssimo a prever o futuro.

Sou, sou muito mau (*risos*).

Ainda assim, quais é que considera que serão as agendas de investigação sobre a temática dos partidos políticos em Portugal?

Essa é uma excelente pergunta. Eu acho que há agora um interesse renovado nos partidos, sobretudo porque algo que até agora parecia largamente previsível já não o é. Isto é, os sistemas partidários estão cada vez mais em fluxo – surgem novos partidos, novas formas de organização partidária que já não estão adequadas aos modelos que tínhamos – e suspeito que esta nova dinâmica se vai manter durante algum tempo. Creio, também, que é importante olharmos para duas dimensões que estão a montante deste fluxo dos sistemas partidários. Uma tem a ver com o papel dos partidos na qualidade da democracia. Isto é, que diferença é que os partidos fazem para a qualidade da democracia. Outra, que é um termo que acho que deve surgir cada vez mais na agenda de investigação, é o papel dos partidos na qualidade da governação. É um aspeto que está ligado com a qualidade da democracia e sobre o qual é importante trabalhar. No caso português, onde o sistema partidário é razoavelmente estável e onde os partidos continuam a ter o monopólio da governação, acho que se torna particularmente

interessante perceber que diferença é que os partidos fazem para a qualidade da governação. Este é um aspeto que acho estar pouco enfatizado e que vai ganhar saliência em agendas futuras. Por fim, julgo, ainda, ser importante perceber como é que a participação política se relaciona com a participação nos partidos e vice-versa. Isto é, até que ponto é que há uma relação de ganhos e benefícios mútuos ou se é um jogo de soma nula. Acho que esta é uma dinâmica igualmente interessante de explicar.

Ainda na futurologia, como é que antevê o futuro da Ciência Política e do estudo dos partidos políticos em Portugal?


A Ciência Política em Portugal tem várias características positivas. Somos uma área jovem, mas que tem dado sinais de produção científica muito sólida, com um impacto social relevante e que tem sido uma das raras áreas a crescer nos últimos 15 anos, num contexto pouco favorável para o crescimento de áreas científicas. Agora, o desafio que temos de encarar muito seriamente enquanto área é demonstrar a importância da Ciência Política em termos do mercado de trabalho. A nível das ciências sociais em Portugal, esta é uma área que tem uma taxa de empregabilidade muito boa. Quando olhamos a nível internacional, é uma área com uma taxa de empregabilidade elevadíssima. Por exemplo, daquele curso que eu fiz em Oxford, 90% das pessoas iam ganhar salários milionários para bancos e consultoras. E essas companhias e bancos procuravam pessoas licenciadas em Ciência Política, porque são pessoas que sabem pensar. Agora, a pessoa que sabe sobre o modelo de Mair ou o de Duverger, vai usá-los no seu trabalho? Não, é pouco provável (*risos*). Mas ao saber pensar sobre essas coisas, sabe pensar sobre as coisas específicas de que aquela consultora ou aquele banco precisam. Em Portugal, ainda temos muito esta ideia de que um curso é para formar um profissional. Não é! É para formar alguém que sabe pensar e que depois pode aplicar essas competências de forma transversal. Portanto, nós temos de mostrar, de forma mais sistemática, a vantagem que estudar Ciência Política traz para alguém no mercado de trabalho. Nós fazemo-lo de forma pontual, mas enquanto área temos de olhar para este assunto globalmente, porque nos interessa a todos. Caso contrário, correremos

o risco de nos acontecer o que aconteceu com outras áreas das ciências sociais que tiveram um *boom* e agora estão com grandes dificuldades para preencher os seus cursos. Felizmente, acho que estamos a conseguir evitá-lo. A nossa investigação é muito boa, o nosso percurso a nível de pós-graduações é muito bom, mas temos de ter um fluxo constante de pessoas a entrar para a base da área, que são as de licenciatura, para que esta se mantenha... e se renove! Esta é das coisas que eu estou a gostar mais de ver à medida que o tempo passa: o surgimento de novas gerações de cientistas políticos e como cada geração é mesmo melhor do que a anterior. Mas para que isso aconteça precisamos de mais pessoas a entrar na base.

Que conselhos daria a futuros politólogos do país que quisessem estudar Ciência Política, no geral, e partidos políticos, em particular? Uma mensagem de esperança...

Exatamente, esperança (*risos*). Com o tempo tenho aprendido três coisas, que são algo contraintuitivas em Portugal, mas que se têm confirmado ao longo da minha vida profissional. Uma é: façam aquilo de que realmente gostam. Isto é contraintuitivo porque a ideia foi sempre: «o que é que tem empregabilidade? O que é que tem melhores saídas?». Vocês podem dizer que isto se deve à crise, mas isto foi sempre assim, mesmo no meu tempo. Quando estava a acabar o secundário, em 1992, toda a gente perguntava: «qual é o curso que tem mais saída?». Não se preocupem com isso, o importante não é se o curso tem saídas. Façam o curso que vos agrada, porque estão a investir tempo e esforço. Se gostam de Ciência Política e gostam de partidos, façam Ciência Política e façam partidos. A segunda é: não façam apenas aquilo que vos pedem nas aulas. Façam mais do que aquilo que o professor diz, aproveitem a universidade, vão a conferências, aproveitem para ler outras coisas – mas leiam também o que os professores vos pedem, não ignorem isso, essa não é uma boa estratégia (*risos*). Aproveitem este espaço que é a universidade, têm tantas oportunidades para pensar sobre aquilo que é o conhecimento, aproveitem isso. Eu vejo alguma tendência para os estudantes pensarem que a universidade é a sala de aula, aquilo que o professor diz, o *PowerPoint* que o professor deu.

É muito mais que isso e aproveitem essas oportunidades, porque quando acabarem o curso já não vão tê-las. A universidade é uma oportunidade única que temos para desenvolver competências analíticas e de reflexão que nos servem para a vida profissional. A terceira é: o importante são as competências que desenvolvemos, competências de análise, de reflexão, de compreender problemas complexos e saber analisá-los. Se vocês têm isso, a vossa carreira profissional vai correr bem, independentemente de terem tirado Ciência Política ou outro curso. A chave não é pensar sobre qual a nossa situação profissional ao fim de um ano de termos terminado o curso. Nessa altura algumas pessoas podem ter entrado para um emprego, outras não. Algumas podem ter entrado pelos conhecimentos que têm, pelas redes que têm, outras não. Mas a chave é ver onde a pessoa está daqui a 30 anos. E daqui a 30 anos, quem tem competências vai subir. Quem não tem não vai subir. Isso de certeza, porque as empresas podem, com essas redes, decidir recrutar alguém, mas ninguém progride sem essas competências. Assim sendo, invistam em Ciência Política porque gostam e porque é uma área que vos dá essas competências que vos vão ser úteis no mercado de trabalho. Portanto, estas são as notas que daria: aproveitem a universidade, escolham aquilo de que gostam e desenvolvam competências de análise, porque é isso que vos vai fazer a diferença.



Leituras recomendadas

- KATZ, Richard S., e William Crotty, coords. 2006. *Handbook of Party Politics*. Londres: Sage Publications, Inc.
- SCARROW, Susan E., Thomas Poguntke, e Paul D. Webb, coords. 2017. *Organizing Political Parties: Representation, Participation, and Power*. Oxford: Oxford University Press.
- WARE, Alan. 1996. *Political Parties*. Oxford: Oxford University Press.

Obras de referência

- AGUIAR, Joaquim. 1983. *A Ilusão do Poder: Análise do Sistema Partidário Português, 1976-1982*. Lisboa: Dom Quixote.
- BELCHIOR, Ana. 2010. *Democracia e Representação Partidária: A Elite Partidária e os Cidadãos*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- COELHO, Manuel Baptista, coord. 1989. *Portugal: O Sistema Político e Constitucional*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- COELHO, Miguel. 2014. *Os Partidos Políticos e o Recrutamento do Pessoal Dirigente em Portugal. O Caso do PS e do PPD/PSD*. Lisboa: Europress.
- JALALI, Carlos. 2007. *Partidos e Democracia em Portugal, 1974-2005: Da Revolução ao Bipartidarismo*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- LISI, Marco. 2011. *Os Partidos Políticos em Portugal: Continuidade e Transformação*. Lisboa: Almedina.
- LISI, Marco, e Paula do Espírito Santo, coords. 2017. *Militantes e Ativismo nos Partidos Políticos: Portugal em Perspetiva Comparada*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- SOUSA, Marcelo Rebelo de. 1983. *Os Partidos Políticos no Direito Constitucional Português*. Braga: Livraria Cruz.
- STOCK, Maria José. 1986. *Os Partidos do Poder Dez Anos Depois dos 25 de Abril*. Évora: Universidade de Évora.
- TEIXEIRA, Maria da Conceição Pequito. 2009. *O Povo Semi-Soberano: Partidos Políticos e Recrutamento Parlamentar em Portugal*. Coimbra: Almedina.

COMPORTAMENTO POLÍTICO

segundo

Pedro Magalhães

*Susana Rogeiro Nina
e Sofia Serra-Silva*



PEDRO MAGALHÃES

é doutorado em Ciência Política pela Ohio State University. Investigador principal do ICS-ULisboa. Faz investigação predominantemente na área da opinião pública, atitudes e comportamentos políticos e instituições políticas e judiciais. No âmbito do estudo desses temas desempenhou funções como diretor do Centro de Estudos e Sondagens de Opinião Pública da Universidade Católica Portuguesa. Atualmente é diretor do consórcio PASSDA (Production and Archive of Social Science Data), que reúne o Inquérito Social Europeu, o Estudo Eleitoral Português e o Arquivo Português de Informação Social.

Fale-nos um pouco sobre o seu percurso académico e as suas escolhas académicas?

Sou licenciado em Sociologia. Mas fui parar ao curso, confesso, sem fazer a mínima ideia do que estava a fazer. Eu estava na área C do Secundário, de Economia e Gestão, com a ideia de ir para uma ou outra na Universidade, mas depois no 12.º mudei de ideias, já não queria nada daquilo. O que sobrava era Psicologia e Sociologia, e fui para Sociologia, para o ISCTE, e tive sorte, porque gostei do curso e da escola. Gostei especialmente, nesse primeiro ano, das grandes teorias sociológicas, de Max Weber, Marx, Durkheim, e a ligação disso com a Teoria Política e Ciência Política. Muito através do Manuel Braga da Cruz, que era professor de Teorias Sociológicas. Com relativa rapidez fui-me encaminhando para o estudo da política. Só que, quer aí, quer até bastante mais tarde, no doutoramento, o meu ângulo de análise e interesse não era o comportamento político. Era muito mais o estudo das instituições. Fiz a tese de licenciatura sobre o parlamento, que foi basicamente uma atualização e tentativa de melhoria daquilo que o Braga da Cruz e o Miguel Lobo Antunes já tinham feito. A Cristina Leston-Bandeira, que ficou fiel a essa linha de investigação, e eu, fizemos inclusivamente a tese de licenciatura juntos. Uma tese de grupo. E mais tarde surgiu, em ligação ao tema dos parlamentos, a questão dos tribunais constitucionais, dos sistemas de governo, o papel político dos presidentes, da fiscalização preventiva na constitucionalidade, entre outros. Comecei então a interessar-me por esses temas. No que toca ao sistema judicial, surgiu na altura a oportunidade de escrever umas entradas no Dicionário sobre História de Portugal sobre o tema. Em torno disso escrevi depois um artigo para a *Análise Social* sobre a transição democrática e o sistema judicial. Há outra pessoa importante nisto tudo que foi o Pierre Guibentif, que foi meu professor de Sociologia de Direito. Gostei muito dele e da disciplina. E quando pensei em ir para os EUA, em 1995, foi para fazer um doutoramento sobre tribunais constitucionais. Sabia muito bem o que queria fazer. Ao contrário do que sucedeu com outros colegas no doutoramento, que mudaram de tema depois de terminada a parte letiva, continuei a querer trabalhar sobre esse tema. E foi assim que acabei por escrever uma

tese sobre o papel político dos tribunais constitucionais em Portugal e Espanha.

Depois houve uma conjugação de três fatores que mudaram a minha orientação. O primeiro foi que Ohio State, a Universidade em que me doutorei, é tradicionalmente um departamento muito forte em comportamento político. Mesmo não tendo sido esse o meu tema de tese, fui «bombardeado» com disciplinas e leituras sobre comportamento eleitoral, atitudes políticas e *surveys* (a Universidade tinha uma unidade de *surveys*). Em segundo lugar, quando voltei para Lisboa, para fazer a parte de investigação do doutoramento, o Braga da Cruz convidou-me para fazer parte do Centro de Sondagens da Universidade Católica. Eu aproveitei, tinha a formação da Ohio State, era uma oportunidade para aprender diretamente como se faz o trabalho de campo e isso despertou-me mais interesse ainda pelo tema. Isto, sem nunca abandonar a questão judicial: nesta altura estou a escrever a tese e acabei por escrever um artigo sobre a reforma judicial em novas democracias. Foi o meu primeiro artigo de relevo, publicado na *Comparative Politics*, que curiosamente é, de longe, ainda o meu artigo mais citado. Em terceiro lugar, tinha conhecido a Marina Costa Lobo, que também estava interessada em temas de comportamento político, e começámos a pensar em trabalhar juntos.

E o que o levou a ir para os EUA para fazer o doutoramento?

Em Portugal não havia Ciência Política, com exceção daquilo a que os juristas chamam «Ciência Política» e que passa ao lado do fundamental da disciplina. Havia alguns cientistas políticos, mas não havia Ciência Política propriamente dita, com cursos ou departamentos. As coisas mudaram muito depressa.

Era mais orientado para a Sociologia Política?

Sim, era a única maneira de fazer algo próximo da Ciência Política moderna. O Braga da Cruz era um cientista político, a Maria Carrilho estava entre a Sociologia Política e a Ciência Política, e havia outras pessoas, como o José Leite Viegas, por exemplo. Mas não havia Ciência Política propriamente dita. E nunca pensei em ir fazer o doutoramento na Europa. Porque o tema da tese era os

tribunais constitucionais e só nos EUA é que havia aquilo a que se chama *judicial politics*. Quase ninguém estudava poder judicial na Europa de um ponto de vista empírico, eram muito poucos. Portanto não tinha alternativa, tinha de ir para os EUA. Escolhi Ohio State porque era um departamento muito forte em *judicial politics*, no estudo do Supremo Tribunal americano, mas ao mesmo tempo com pessoas que estudavam a Europa do Sul.

A minha reorientação para o estudo do comportamento político dá-se, como dizia há pouco, em articulação com uma reorientação semelhante à da Marina. Ela tinha vindo de Oxford, estava a acabar o doutoramento também, e começámos a pensar em como poderíamos prolongar a nossa relação com o ICS quando tivéssemos terminado a tese. A única coisa que nos ocorreu foi «vamos fazer um projeto que nunca ninguém tenha pensado em Portugal, algo que faça falta à Ciência Política portuguesa». Mas éramos juniores, não podíamos montar isto sozinhos. E foi o António Barreto que nos ajudou. Ele estava nessa altura a fazer os volumes *A Situação Social em Portugal: 1960-1995* (A. Barreto 2000), com financiamento da Fundação Tinker. E a nossa ideia foi fazer o Estudo Eleitoral Português, algo que existia em muitos países, mas não em Portugal, e pudesse ser apresentado como uma espécie de extensão do trabalho do António Barreto: um projeto sobre comportamento político que alargasse o que se sabia sobre a sociedade portuguesa para além dos dados que o António estava a recolher e analisar para a *Situação Social*.

Também houve outra coisa que teve muita influência: há um momento em que existem várias pessoas a doutorarem-se ao mesmo tempo, e a nossa ideia era também pensar como poderíamos juntar estas pessoas todas, em vez de andarmos dispersos: eu, a Marina, o André Freire, o Filipe Carreira da Silva, o Michael Baum e o Carlos Jalali, entre outros. Como poderíamos fazer qualquer coisa em conjunto? E assim congeminámos este projeto do estudo eleitoral português. Apresentou-se o projeto à FCT. A ideia foi que, se queremos financiamento para um projeto de Ciência Política, temos de começar pelo básico, e o básico é «democracia e eleições». O coordenador do projeto era o António Barreto, que se reunia connosco e nos perguntava o que andávamos a fazer

(risos). Mas era muito importante para nós ter esse acompanhamento.

Outra coisa que fizemos foi pensar na questão do financiamento de uma maneira original. Estávamos muito preocupados com a questão da nossa independência e autonomia em relação ao poder político. Na altura não se sabia o que poderia acontecer num projeto com um tema destes. Então desenhamos um modelo em que éramos financiados por cinco instituições diferentes. Pedimos financiamento à Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), à Comissão Nacional de Eleições (CNE), ao Secretariado Técnico dos Assuntos para o Processo Eleitoral (STAPE), à Fundação Calouste Gulbenkian e à Fundação Tinker. Desta forma, fazia-se uma coisa com uma escala maior, todos ganhavam, mas nenhum financiador «dominava» o projeto. E é assim que ele nasce.

Da nossa parte foi uma decisão estratégica, a de nos concentrarmos neste tema. Era um dos temas mais basilares na Ciência Política, o estudo das eleições, capaz de gerar dados que todos pudessem usar e permitia fazermos isto no quadro de uma rede internacional. Logo em 2001 escrevemos ao projeto Comparative Study of Electoral Systems (CSES), que estava a começar, e dissemos que queríamos fazer parte (risos). Em suma, a ideia foi juntar estas pessoas todas e dizer ao ICS: «olhem temos um projeto, por favor não nos mandem embora» (risos). E para aquela altura, o projeto era muito grande e conseguimos um bom modelo de financiamento. Por fim, do ponto de vista da minha carreira, funcionou também desta forma: se eu apresentasse um projeto sobre o poder judicial, a FCT nunca iria financiá-lo, era uma ideia demasiado exótica para o nosso contexto, a de estudar o poder judicial com a perspectiva da Ciência Política. Logo, já que tenho um *skill set* para o estudo do comportamento político, vamos antes por aqui.

Digamos então que, de certo modo, se foi especializando nesta área do comportamento político quer pelo doutoramento quer pelas circunstâncias e oportunidades que foram aparecendo?

Digamos que foi metade devido a circunstâncias e, até um certo ponto, algum «oportunismo», e a outra metade devido ao meu

interesse pelo tema e às competências que o doutoramento me tinha dado para ele. Na verdade, eu interessava-me por muitas coisas, ainda hoje me interesso por diversas coisas ao mesmo tempo, talvez demasiadas. Não consigo estar muito tempo a fazer a mesma coisa, o que tem custos e vantagens. Eu também gostava do tema das eleições e ao mesmo tempo nunca deixei o tema do poder judicial.

Quais os académicos que o inspiraram ao longo do seu percurso? Teve oportunidade de os conhecer pessoalmente? E em que medida influenciaram o seu trabalho?

Claramente, para despertar o interesse pela Ciência Política, foi o Manuel Braga da Cruz. E em certo sentido — sobre o que significa ser um investigador em ciências sociais — foi o Pierre Guibentif. Foram ambos muito importantes. Depois mais tarde, quer a Maria Filomena Mónica, quer o António Barreto, pelo seu temperamento livre e pelas oportunidades que me deram. Mais tarde no doutoramento, foi o Richard Gunther, o meu orientador. E depois a partir daí é difícil encontrar uma pessoa em particular. O que foi muito importante para todos nós, no âmbito do projeto do comportamento eleitoral, foi a componente internacional. Porque de repente nós éramos «os portugueses do CSES». E essa componente internacional foi muito importante, antes de mais porque começámos a encontrar ao vivo as pessoas que líamos (*risos*). O nível de exigência, a maneira como se trabalha, sempre aquela preocupação de que tudo o que se faz tem de ser pensando para um público maior do que um público estritamente português, isso foi muito importante. Uma série de coisas que, para nós, agora são evidentes, mas que na altura fizeram a diferença. Eu diria que o que mais me influenciou na minha maneira de trabalhar foi mesmo ganhar cedo esta noção de que fazemos parte de um sistema que não é nacional.

Em Portugal existem outros investigadores que têm dedicado, igualmente, bastante do seu tempo a estudar o comportamento e as atitudes políticas. Do seu ponto de vista, quais são aqueles que mais têm contribuído para o estudo destes temas?

Houve uma pessoa com quem eu inicialmente não tinha um contacto muito direto mas que foi muito influente, o Manuel Villaverde Cabral. Quando começámos a trabalhar em conjunto no projeto [mencionado em cima], a analisar os dados e a olhar para trás para ver o que se tinha feito no passado, constatámos que havia pouca coisa. E muito do que havia foi realizado em perspetivas diferentes da nossa. Havia trabalhos de geografia eleitoral do grupo do Jorge Gaspar — muito interessantes — mas pouco voltados para dinâmicas políticas de médio e curto prazo, e com o problema de serem análises de dados agregados. Havia os trabalhos de Joaquim Aguiar, no seu estilo filosófico-especulativo, sempre interessante. Depois, havia pouca coisa na nossa linha, mas relevante: projetos do Jorge Vala sobre cultura política; os trabalhos do Mário Bacalhau, que tinha feito uma série de inquéritos e publicado livros, mas sem nunca dar o salto para a investigação académica mais aprofundada; e finalmente os trabalhos do Manuel Villaverde Cabral baseados em inquéritos à população, que me influenciaram bastante.

E na atualidade?

Na atualidade a lista é muito maior. O André Freire, de todos nós, era a pessoa mais direcionada para esta área desde o princípio. Aliás, antes de começarmos a utilizar em conjunto os inquéritos, ele já tinha feito algumas coisas com dados agregados a nível dos concelhos, tentando responder ao mesmo tipo de questões, mas tendo o problema da «falácia ecológica». De todos nós, era o mais claramente identificado com a área. E é evidente que ele fez, e faz, muita coisa importante, por exemplo no estudo do que é a esquerda e a direita para os eleitores, ou do *issue voting* (nem que seja para dizer que em Portugal os partidos e os eleitores estão completamente dispersos nesse ponto de vista). A Marina Costa Lobo tem feito muito trabalho no tema das lideranças e do voto económico. O Carlos Jalali tem também procurado responder a muitas das mesmas questões. O capítulo dele no nosso livro de 2004 é muito interessante e deixou uma marca na área. Fala sobre a ideia do eleitorado flutuante e de uma certa indiferenciação entre o PS e o PSD. Ele explica isso muito bem e cada

vez que trabalhamos esses temas temos de voltar sempre a esse capítulo.

Esperando não ser injusto, acho que são, entre os meus pares, as três pessoas que mais me influenciaram. Dos meus professores, para além do Manuel Braga da Cruz, foi o Manuel Villaverde, porque no fundo aquilo que ele escreveu usando inquéritos sobre a distância ao poder, o descontentamento político, os traços fundamentais da cultura política, é tudo aquilo a que vou beber quando escrevo o meu artigo de 2005 na *West European Politics*.

Já agora, o Mariano Torcal também foi muito importante. Ele tinha estudado em Ohio State e encontrei-o numa série de projetos. Nesse artigo e em trabalhos posteriores usei em grande medida o esquema conceptual dele sobre desafeição e descontentamento políticos, e aplico isso a Portugal. Ele na altura tinha feito a tese de doutoramento sobre isso, mas não tinha muita coisa publicada. Depois até acabámos por fazer coisas juntos.

O Pedro é dos poucos investigadores que mantêm ativamente uma presença profissional online em Portugal, não só com o blogue mas também com um website em que atualiza frequentemente os seus projetos e publicações. Porque é que o faz? E em que medida isso é importante para si, para a Ciência Política em Portugal e para a Ciência Política portuguesa no mundo?

Isto tudo começou com o blogue «Margens de erro». Eu estava a trabalhar no centro de Sondagens da Católica e estava muitíssimo frustrado com a maneira como se falava sobre as sondagens. Mesmo nas coisas mais elementares, o nível de discussão era péssimo e pensei em fazer alguma coisa. Com algum desconforto, obviamente, porque ao mesmo tempo era produtor e comentador desta informação. Mas decidi mesmo assim falar abertamente sobre este tema, sobre os resultados, sobre os dados, sobre os erros de interpretação. E assim, ao mesmo tempo que fazia isso, estava também a fornecer atualidade política.

A principal motivação foi esta: agora há isto dos blogues, ninguém lê as coisas que nós fazemos na academia, mas a informação sobre sondagens é muito discutida e debatida. Talvez eu pudesse contribuir para que o registo fosse um bocadinho diferente.

A minha motivação foi essa. Entretanto, as coisas mudaram muito. Basta ir ao *site* do Politico.eu ou do Europe Elects e está lá um agregador automático de sondagens. Escrevi um livro para a Fundação Francisco Manuel dos Santos onde resumi as coisas básicas que acho que o grande público deve saber sobre sondagens. Agora só ocasionalmente escrevo no blogue, quando quero tratar um determinado assunto com profundidade. Estou muito mais no *Twitter*, agora. Quando vejo coisas interessantes sobre o tema partilho, e quando encontro grandes disparates de interpretação de um resultado de uma sondagem comento. Mas é cansativo estar sempre a repetir as mesmas coisas...

E em que medida acha que isso se tornou importante?

A nível nacional, a intervenção pública dos politólogos tem muito que se lhe diga. De repente há imensos politólogos em todo o lado a falar. E em parte eu fiz parte disso, a Marina, o André e o Carlos fizeram parte disso. Quando se aparece e não se dizem muitos disparates (*risos*), quando aquilo não corre muito mal, a televisão ou os jornais voltam a chamar. Tenho de admitir que isto é importante, até como capital académico. Quando apresentamos um projeto, as pessoas sabem quem nós somos. Até podemos eventualmente gerar alguma irritação ou rejeição, mas não creio que isso seja decisivo. Este peso público é relevante, quer queiramos quer não. Às vezes pelas más razões. Há muitas pessoas que encontro e me perguntam «então quem é que vai ganhar as eleições?». É muito este ângulo, as pessoas abordam-nos quase sempre desta forma. Atribuem-nos um papel que nós não temos necessariamente. E depois isso levanta um problema: queremos cumprir esse papel ou não?

Eu tenho muitos dilemas com isso. Quando escrevia para o *Público* tinha sempre muitos dilemas desse género. Mas tentei resolvê-los: vou escrever baseado na investigação que faço ou que conheço. O que é muito difícil num artigo de jornal, porque tinha de quase fazer uma mini-investigação para cada artigo. Mas quis sempre que esse fosse o meu registo. Mas não é o registo de todas as pessoas que aparecem nos órgãos de comunicação social enquanto «politólogos». Eu não posso impor nada a ninguém.

Só me parece que, inevitavelmente, a nossa presença pública gera nas pessoas uma certa confusão sobre quem é que nós somos e o que fazemos. Hoje em dia, o próprio termo «politólogo» é usado para descrever a pessoa que vai dar uma qualquer opinião sobre um tema político, legitimado por um saber ou um título. Isso é uma coisa que muitas vezes me fez retrair da intervenção pública. Como imaginam, não há semana, quase não havia dia em que eu não recebesse um telefonema para dar a minha opinião sobre isto ou aquilo. Uma vez ligaram-me para comentar uns atentados terroristas em Bruxelas. E eu disse que tinha muita pena, mas não sabia nada sobre o assunto, e perguntei se não queriam entrevistar alguém especialista da área. Agora até funciono um pouco como intermediário no recrutamento de comentadores (*risos*): as pessoas ligam-me e eu sugiro outros colegas. Até tenho de me inteirar sobre o que as pessoas andam a fazer.

Acho importante que as pessoas que fazem investigação apareçam no espaço público, mas encontrar o registo certo é difícil. Nem sei bem qual é esse registo «certo». Mas há maneiras de intervir publicamente que são melhores para a disciplina, e outras que são piores. Muitas vezes, as pessoas parecem não ser capazes de distinguir as situações em que estão a transmitir algo que resulta do seu trabalho ou de uma leitura enquanto investigadores e aquelas em que estão em registo de pura intervenção e comentário político. É evidente que há sempre subjetividade e interpretação. É uma fronteira difícil, mas não é impossível negociá-la. A Economia parece ter resolvido isto de outra maneira: com algumas exceções, a maior parte dos economistas que aparecem nos meios de comunicação social não fazem investigação. Os melhores investigadores de economia em Portugal, se olharmos para a televisão, não ficamos a saber quem são, porque eles afastaram-se voluntariamente desse mundo. Há ótimas exceções, mas são isso mesmo, exceções.

A internet e a televisão têm públicos diferentes. Acha que a sua presença no blogue e no Twitter tem também um contributo para a sociedade?

Continuam a ser públicos muito restritos. Eu acho que ocasionalmente sim, isso acontece. Por exemplo, sucede várias vezes eu dar por artigos de jornal que têm erros. O meu contributo é igual ao de qualquer outra pessoa que está nas redes sociais e tem um saber especializado, que estão muito em cima do que é escrito e do que dizem os jornalistas. E mais do que uma vez sucedeu que artigos de jornal foram corrigidos porque eu comentei no *Twitter* que algo não estava bem. Essa é a contribuição mais direta. A contribuição mais geral para a sociedade, não sei até que ponto ela existe, porque estes públicos que se interessam por política nas redes sociais são muito restritos, apesar de lhes ser dada uma atenção desproporcional. Mas acho que hoje em dia já não se fala da mesma maneira das sondagens como se falava. Fui eu? Em parte, talvez tenha sido, sim. Mas há outra coisa que não queria que passasse despercebida. É que as redes sociais são muito importantes para divulgarmos o nosso trabalho junto dos nossos colegas. Eu tenho a certeza de que tenho citações de trabalhos que fiz que não teria se não os tivesse dado a conhecer nas redes sociais. É um grande meio de comunicação profissional, no qual os cientistas políticos mais jovens devem tentar investir, para conhecerem os trabalhos dos outros e darem a conhecer os seus.

No seu caso, acha que o Twitter abrangeu um público maior que o blogue?

O blogue abrangia um público maior na altura das eleições, mas hoje há outras fontes de informação que o substituem. Não invisto nele da mesma forma. O *Twitter* é diferente, para mim funciona como uma interação com jornalistas e colegas. E a parte dos colegas é muito importante, fico a saber de imensa coisa que é feita através do *Twitter*. Tento divulgar, em geral, as coisas que se fazem sobre Portugal ou de colegas portugueses. E tento divulgar os meus próprios trabalhos. E tenho a noção de que isso tem algum efeito, pequeno, mas tem!

No seu currículo estão registadas diversas publicações nacionais e internacionais e várias da sua autoria ou em coautoria. Qual é o seu método de trabalho? Em que língua mais publica?

Eu praticamente só publico em inglês, agora. É uma questão, não é?

Há uma razão particular para isso?

Há duas razões: em primeiro, se eu publicar em inglês há mais gente que me vai ler; em segundo lugar, todos os incentivos na nossa profissão estão orientados para isso. Quer dizer, eu poderia publicar 500 artigos fabulosos em português, se o conseguisse fazer. Mas se eu publicar três artigos numa grande revista em inglês isso é muito mais recompensado, em termos de carreira. Os incentivos são todos orientados para isso. Pode não ser verdade para outras áreas, mas na Ciência Política aquilo que significa, pelo menos à superfície, boa investigação, é claramente publicar em inglês, publicar nas melhores revistas possíveis, ou nas melhores editoras possíveis. Noutras áreas não é tão evidente.

Importa também dizer que a Ciência Política é um mundo dual, porque há um conjunto de pessoas que são a Ciência Política portuguesa para o estrangeiro: sou eu, a Marina Costa Lobo, o Carlos Jalali, o André Freire, o Luís de Sousa, o Filipe Teles, o António Tavares ou a Sílvia Camões, por exemplo, e algumas pessoas mais novas que foram aparecendo, como o José Santana Pereira, o Jorge Fernandes, a Edalina Sanches, ou o Marco Lisi, entre muitos outros, isto pensando apenas nas pessoas que estudam comportamentos políticos. É este mundo que é visto lá fora, e que pensa e escreve para fora. E depois há um outro mundo gigantesco de pessoas que encontro no Congresso da Associação Portuguesa de Ciência Política, e que, infelizmente, muitas vezes nem sei quem são. É uma disciplina dual deste ponto de vista. Não acontece apenas cá, na Alemanha é a mesma coisa, por exemplo. Isto sem juízos de valor, não posso avaliar o que não conheço. O que posso é constatar que há mundos muito diferentes e até separados.

E em termos do método de trabalho?

A coautoria não aparece logo no princípio na minha maneira de trabalhar. Não achei que isso fosse funcionar muito bem, porque quando estou a fazer qualquer coisa sou um bocado obsessivo e precisava de encontrar pessoas que trabalhassem no mesmo

registro, e não é fácil. E é também preciso encontrar pessoas que se sintam confortáveis com a crítica e isso às vezes em coautores não é muito fácil. Às vezes as coisas não correm muito bem desse ponto de vista. E ao dizer isto também estou a falar de mim próprio. Há também aqui uma aprendizagem necessária, a necessidade de vencer as nossas inseguranças, algo indispensável para podermos trabalhar bem com os outros.

O passar do tempo também cria incentivos à coautoria: a quantidade de trabalho começa a ser tão grande que é preciso dividir e partilhar tarefas. E há também algo que se passa na Ciência Política, tal como na Economia: o grau de sofisticação técnica que é exigido em publicações internacionais para quem lida com dados quantitativos é tão grande e tem acelerado tanto nos últimos anos que às vezes é melhor dizer «eu não consigo aprender isto tudo». É melhor trabalhar com outros que sabem outras coisas que não sabemos. E eu já cumpro as duas funções, a de não saber fazer algo e pedir ajuda a um colega, e a função contrária para outros colegas. Às vezes é apenas dividir trabalho, mas mais importante até é dividir competências – eu sei fazer certas coisas, mas não sei fazer outras. E por vezes a coautoria surge por acidente. Por exemplo, há uns anos, escrevi um artigo no *Público* sobre referendos e, noutra secção do jornal, o Luís Aguiar-Conraria escreveu outro artigo sobre o mesmo tema. Chegámos à conclusão de que estávamos a dizer mais ou menos a mesma coisa e pensámos em trabalhar juntos.

Com quem trabalha frequentemente na área do comportamento político?

Tenho trabalhado muito, precisamente, com o Luís Aguiar-Conraria, que mencionei anteriormente. Não tanto na parte dos inquéritos, mas sim sobre dados políticos agregados e mais recentemente em estudos experimentais. Ele tem competências muito diferentes das minhas, é economista e é uma pessoa que sabe dez vezes mais de estatística e de econometria do que eu. E apesar de ele não ser de Ciência Política, há muitas afinidades entre a maneira como ele pensa e a maneira como eu penso sobre

os «meus» temas. É a pessoa com quem tenho trabalhado mais. Tenho trabalhado também com a Marina Costa Lobo, o António Costa Pinto, ou o Jorge Fernandes, por exemplo. Mas já escrevi trabalhos com mais de 50 pessoas diferentes, é a coisa de que mais gosto na minha profissão hoje em dia.

Diria que privilegia a multidisciplinaridade quando desenha projetos ou nos seus artigos?

Depende. Há artigos que revisitam, criticam ou complementam trabalhos anteriores na Ciência Política. Esse tipo de artigos tem uma agenda mais circunscrita e, portanto, não há muito espaço para a interdisciplinaridade. Mas noutros casos há sempre espaço. Eu, por exemplo, faço muitas coisas na intersecção entre a Ciência Política e a Economia.

E na intersecção com a Psicologia Social também?

É uma questão interessante. Ultimamente tenho vindo a perceber que tenho dedicado demasiado tempo a estudar atitudes políticas sem ter estudado suficientemente Psicologia Política. Não é um problema exclusivo meu. Nos últimos anos tenho feito um esforço para tentar descobrir o que é que a Psicologia tem para dizer sobre os temas que me interessam. Em geral, as combinações entre a Economia e a Ciência Política são relativamente banais, porque a Economia tem muito peso no que fazemos. Mas menos banal é a intersecção entre Psicologia e Ciência Política. Alimentar esta intersecção é vantajoso, porque a capacidade de ir buscar uma ideia, uma teoria, uma hipótese a uma outra área e perceber que ela se pode aplicar a questões que estamos a tratar é sempre interessante. Tenho feito isso nos últimos tempos: publiquei há pouco tempo um capítulo de um livro e alguns artigos em que vou buscar coisas à Psicologia. Atualmente tenho projetos muito ligados à Ciência Política e à Psicologia Social. Resultam de alguma investigação própria, mas também do ambiente do ICS. O facto de estar com alguma frequência a ouvir o Jorge Vala e o Rui Costa Lopes, por exemplo, é muito importante para mim desse ponto de vista.

Alguns dos seus trabalhos centram-se nas escolhas metodológicas para o estudo do comportamento político dos cidadãos. Em que medida é que estes trabalhos contribuem para o estudo da área e em que medida considera que são importantes?

Não tenho muitos trabalhos desse género. O que tento fazer é inovar, isto é, aplicar metodologias que ainda não foram usadas aos temas que me interessam. É possível que eu tenha sido a primeira pessoa a escrever um artigo em português com uma regressão logística nas ciências sociais, sem contar com a Economia. Parece hoje completamente banal, mas é verdade. Fui certamente, com o Luís Aguiar-Conraria, a primeira pessoa a usar umas técnicas novas de séries temporais aplicadas a variáveis políticas, e devo ter sido dos primeiros a usar regressões multinível em Portugal. Mas tenho poucos artigos centrados só em metodologia. O que tenho são artigos substantivos usando metodologias inovadoras no nosso contexto.

A raiz disto está no doutoramento. Quando cheguei aqui, a Sociologia e a Ciência Política não usavam quase nenhuma das técnicas de análise que tinha visto no doutoramento. Já que tinha esse conhecimento, quis ver o que aconteceria se o aplicássemos e se conseguíamos resultados mais interessantes e robustos. A Sociologia e a Ciência Política portuguesa eram mais qualitativas e quando se aproximavam dos dados estatísticos eram puramente descritivas. Isso, entretanto, mudou muito.

Fazendo uma análise retrospectiva, quais é que acha que são os seus principais contributos para a Ciência Política?

Primeiro, na Ciência Política, acho que apliquei algumas inovações técnicas e metodológicas no contexto nacional, como acabei de dizer. Em parte, isso resulta do meu interesse pela Economia, que leva a uma preocupação com os problemas da utilização de dados dos inquéritos, com a endogeneidade das variáveis que normalmente usamos, com a necessidade de usarmos métodos que permitam identificar relações causais, seja no uso de experiências, seja em análises estatísticas menos «ingénuas» do as que encontramos mais frequentemente.

Segundo, numa perspetiva mais substantiva, tenho feito um esforço, mais ou menos continuado e recorrente, para combater a ideia de que Portugal é especial, singular e diferente dos outros países e sociedades. Tenho procurado combater a ideia da especificidade portuguesa, do legado corporativo, católico, autoritário, do «português suave». Quase tudo aquilo que fiz acaba por ser, de uma forma ou de outra, uma crítica, mesmo que indireta, dessas ideias. Não é que não ache que nós não temos especificidades, certamente temos. Mas o que tenho procurado nas minhas investigações é identificar as semelhanças, e Portugal tem muitas semelhanças com muitos outros sistemas políticos: com países da Europa do Sul e até mais, em padrões de cultura política, com países da Europa de Leste.

Em terceiro lugar, sem imodéstia, acho que tenho algumas contribuições originais para o estudo das atitudes dos cidadãos em relação à democracia. Pelo menos, vejo os meus artigos sobre esse tema citados internacionalmente com alguma frequência, o que me alegra muito. E tenho muito orgulho nos trabalhos que fiz com o Luís Aguiar-Conraria sobre a participação eleitoral em referendos.

Contudo, de um ponto de vista «institucional», acho que o mais importante que fiz foi lançar, com outros que já mencionei, o Estudo Eleitoral Português. As coisas ficaram sempre um pouco aquém do que queríamos, porque a comunidade é pequena. Imagínávamos que, com a produção destes dados, imensa gente os iria usar, mas o seu uso, pelo menos em Portugal, acabou por ficar mais ou menos limitado às pessoas que conhecemos pessoalmente. Contudo, o resultado desses inquéritos é que estamos hoje nas principais redes internacionais do estudo do comportamento eleitoral e contribuímos para algo mais vasto. Os dados que recolhemos em Portugal já foram usados em centenas de estudos, sem exagero. E foi com o Estudo Eleitoral Português que a inserção internacional da Ciência Política portuguesa ganhou um impulso maior. Às vezes as pessoas dizem-me que em Portugal não havia Ciência Política antes de nós aparecermos, o que não é verdade. Mas no que toca à internacionalização, acaba por ser um pouco verdade. Foi um conjunto de pessoas da mesma

geração, que surgiu ao mesmo tempo, com uma formação muito parecida.

Na sua opinião quais são as dificuldades que o estudo do comportamento político enfrenta em Portugal? Que condicionantes enfrenta o estudo do comportamento político?

O principal problema é que somos muito poucos. Não só investigadores doutorados como poucos estudantes. É um problema gravíssimo, porque podíamos ter feito muito mais e ido mais longe se houvesse mais gente. O segundo problema são os recursos. Estamos um pouco condenados a fazer sempre a mesma coisa. Precisávamos de mais recursos para podermos fazer mais e melhor: fizemos um painel com duas vagas em 2005, mas nunca mais pudemos voltar a isso. O facto de não termos esse tipo de dados, de alta qualidade e longitudinais, condena-nos a fazer sempre o mesmo tipo de coisa, o mesmo tipo de análise. Olho para o projeto eleitoral alemão e têm um painel com inúmeras vagas, inquéritos *online*, mas também têm muitos investigadores que consomem esses dados. Em Portugal não há essa procura, por isso, mesmo que tivéssemos uma capacidade semelhante de gerar dados, quem é que os iria usar? Nós próprios não temos tempo para fazer tudo aquilo que queríamos com os dados que temos. Assim, os dois principais problemas são os recursos humanos e os recursos materiais. Como em tudo.

Considera que os desafios que os investigadores enfrentavam quando iniciou a sua carreira permanecem os mesmos?

Não, sem dúvida nenhuma que não. Quando eu vim dos EUA sabia que quando chegasse a Portugal não iria ter acesso aos artigos internacionais, por isso trouxe caixas cheias de fotocópias de artigos. A possibilidade de descarregar um artigo de uma qualquer revista a qualquer momento não existia, só veio uns anos depois. Parece inimaginável hoje. Esse mundo era completamente diferente, mas tinha as suas coisas boas: o pouco que tínhamos líamos com muita atenção. E havia facilidades que não existem hoje. A forma como entrei no ICS é, atualmente, completamente impensável: «está aqui alguém que veio do estrangeiro e por isso

já não tem uma bolsa, mas que está a fazer um trabalho que pode ser interessante para nós e essa pessoa precisa de viver, portanto vamos dar-lhe um espaço para trabalhar e um salário». Na altura também não havia tantas oportunidades de outro tipo. Os concursos para bolsas eram muito erráticos: havia a Gulbenkian que atribuía bolsas para ir estudar para fora, mas não cá, como sucedeu comigo, e a FCT estava a começar a funcionar a sério. Agora, num certo sentido, tudo é melhor, mais organizado e institucionalizado. Para sintetizar, por um lado, o acesso à informação em Portugal quando terminei o doutoramento era da idade das trevas; por outro lado, havia a possibilidade de as instituições fazerem algumas escolhas que agora saíram um pouco das suas mãos. Contudo, também tem de ser assim, porque há mais gente e tem de ser mais competitivo e meritocrático. Percursos como o meu ou o da Marina, que são muito paralelos, são agora mais difíceis. A precariedade do trabalho científico é muito maior e a incerteza de cada um sobre o seu futuro também.

O que é que acha que mudou na produção científica do país durante este período? Desde que se doutorou?

É muito mais internacional. Há uma evolução enorme das ciências sociais em geral. É uma produção científica menos normativa, muito mais comparativa, mais quantitativa, tecnicamente mais sofisticada. Mas tem desvantagens. Apesar de não ser a pessoa indicada para dizer isto, a associação exagerada entre a Ciência Política e o trabalho quantitativo é perniciosa, porque há imensas coisas para fazer a nível da aplicação de metodológicas qualitativas. Precisamos de trabalhos de antropologia política, ou de Ciência Política com métodos etnográficos, junto dos deputados, nos tribunais, na Presidência da República, no poder local, etc. Preocupa-me um bocado que este movimento «quantitativista» em Portugal, para o qual eu talvez tenha contribuído um pouco, e que acho que tem muitas coisas positivas, anule um pouco o trabalho de natureza qualitativa e a complementaridade entre métodos e disciplinas. Falta fazer muita coisa. Passámos de uma Ciência Política muito institucionalista, de pura descrição de regras formais e com uma utilização de dados quantitativos muito

simplificada, para uma Ciência Política muito mais sofisticada e quantitativa, mas que tem abandonado as metodologias qualitativas e a dimensão organizacional e *grassroots* da política. Há muito tempo que penso nisto e sinto esta falta.

No futuro em que projetos ou temas gostaria de trabalhar?

A curto prazo gostava muito de continuar a fazer duas coisas. Primeiro, quero saber mais sobre Psicologia Social e Psicologia Política, porque cada vez que pego neste assunto fico com a sensação de que os cientistas políticos que estudam comportamentos e atitudes andam a lidar com o mesmo tipo de objeto, mas de uma forma teoricamente menos sólida e menos estruturada do que os psicólogos. Sinto que andamos há muito tempo a passar ao lado destas coisas importantes e queria contribuir para integrar mais estas disciplinas em Portugal. Estou também bastante interessado em continuar a trabalhar no método experimental, apesar de não considerar que seja a solução para todos os problemas. Estas são as duas coisas que gostaria de fazer a curto prazo. Depois, ver o que se pode fazer para melhorar os inquéritos que fazemos e tentar perceber em que medida conseguiremos ter recursos para fazer outras coisas, nomeadamente experiências em inquéritos e painéis que acompanhem uma mesma amostra ao longo do tempo.


Qual considera que é a possível agenda para o estudo do comportamento político em Portugal e internacionalmente?

É uma questão difícil. Temos de nos preparar para usar muitos tipos de dados que ainda não usamos ou não sabemos bem usar. Nas ciências sociais e também na Ciência Política vai surgir muito rapidamente um manancial enorme de dados objetivos que pode, eventualmente, ajudar a contornar alguns problemas dos inquéritos, como a falta de representatividade das amostras e as diferenças entre *stated preferences* e *revealed preferences*, isto é, o facto de as pessoas não se comportarem de acordo com o que dizem e até de acordo com aquilo que pensam que fazem. Do ponto de vista substantivo, e falando um pouco da minha área, acho que estamos num momento em que a insatisfação com a maneira como funciona a representação política nas nossas democracias é de tal

maneira forte que os partidos *mainstream* estão a ser apanhados pelas pontas, quer pela direita quer pela esquerda, quer por aqueles que querem mais democracia quer por aqueles que acham que há democracia a mais. O muito usado termo «populismo» tem também de ser interpretado à luz das dificuldades das democracias liberais, do facto de os partidos se estarem a tornar em órgãos «vazios», para citar o Peter Mair. O grande desafio substantivo é também um desafio normativo: é a interpretação e leitura do que é que vai acontecer em regimes democráticos que são incapazes de se reformarem substantivamente e tentar perceber a origem destes fenómenos.

Que recomendações faz a futuros politólogos do país?

A minha recomendação é que vão estudar para fora de Portugal, não porque lá fora se aprenda necessariamente mais (apesar de em muitos casos isso suceder também), mas especialmente porque quanto mais cedo se entrar no circuito internacional, melhor. Vemos que as pessoas que se doutoraram no estrangeiro começam a carreira com uma inserção internacional muito maior. Que se convençam de que vão estar sempre a aprender, especialmente do ponto de vista metodológico, onde a constante inovação exige uma constante atualização. Por fim, não fiquem a pensar que a inovação metodológica, temática ou substantiva, tem de vir apenas das revistas e publicações da nossa área disciplinar. Há muitas coisas que vêm de outras disciplinas e que tornam a nossa investigação mais interessante e mais robusta.



Leituras recomendadas

- DAHL, Robert. A. 1961. «The behavioral approach in political science: epitaph for a monument to a successful protest». *American Political Science Review*, 55: 763-772.
- LASSWELL, Harold. 2002. *The Analysis of Political Behaviour*. The International Library of Sociology.
- RUSSELL, J. D., e Hans Dieter Klingemann. 2007. *Oxford Handbook of Political Behavior*. Oxford: Oxford University Press.

Obras de referência

- BELCHIOR, Ana. 2018. «The effects of party identification on perceptions of pledge fulfilment: evidence from Portugal». *International Political Science Review*, 40 (5): 627-642.
- LOBO, Marina Costa, e John Curtice. 2015. *Personality Politics? The Role of Leader Evaluations in Democratic Elections*. Oxford: OUP.
- ESPÍRITO-SANTO, Ana, André Freire, e Sofia Serra-Silva. 2018. «Does women's descriptive representation matter for policy preferences? The role of political parties». *Party Politics*, 26 (1): 227-237.
- FERREIRA, Vitor Sérgio, Marina Costa Lobo, Jussara Rowland, e Edalina Rodrigues Sanches. 2007. *Geração Milénio? Um Retrato Social e Político*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- FREIRE, André, Marina Costa Lobo, e Pedro Magalhães. 2005. *Portugal a Votos: As Eleições Legislativas de 2002*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- MAGALHÃES, Pedro C., coord. 2015. *Financial Crisis, Austerity, and Electoral Politics: European Voter Responses to the Global Economic Collapse, 2009-2013*. Milton Park: Taylor & Francis.
- MAGALHÃES, Pedro. 2006. «Disaffected democrats: Political attitudes and political action in Portugal». *West European Politics*, 28 (5): 973-991.

MOVIMENTOS SOCIAIS

segundo

Tiago Fernandes

Isabel Gorjão Santos
João Moniz
e Rui Coelho



TIAGO FERNANDES

é professor associado com agregação no departamento de Ciência Política e Políticas Públicas do ISCTE-IUL. Doutorou-se no Instituto Universitário Europeu, em Florença (2009), e foi investigador visitante das universidades de Princeton e de Notre Dame (Kellogg Institute for International Studies) e da Fundação Juan March, em Madrid. A sua investigação tem-se centrado no estudo do autoritarismo e da democracia, assim como da cultura política, dos movimentos sociais e da sociedade civil, com um enfoque comparativo nos países da Europa do Sul. Recebeu os prémios para a internacionalização das ciências sociais (Fundação Calouste Gulbenkian) e para a melhor tese de doutoramento (Associação Portuguesa de Ciência Política).

O seu percurso académico começou pela licenciatura em Sociologia. O que o levou a escolher esta área e a dedicar-se depois ao estudo dos movimentos sociais e da sociedade civil?

Sempre gostei mais da área das humanidades e das ciências sociais. Quando estava a candidatar-me à universidade tinha interesse em Filosofia e em História, embora também gostasse de outras áreas. O período do ensino secundário tinha sido de grande participação política.

Nas associações de estudantes?

Sim. Fiz parte da associação de estudantes do meu liceu durante dois anos, em Queluz. Era um liceu bastante grande e com um ambiente muito politizado, pós-revolução.

No final do ensino secundário já tinha decidido estudar esta área?

Sim. A minha mãe é professora de História e eu também vivia muito estas questões em casa. Gostava de temas políticos e gostava de Filosofia, achei que Sociologia ficava a meio caminho entre a História, concreta e específica, e a Filosofia, mais geral. Decidi ir para Sociologia [para a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, em 1991], algo intermédio entre uma coisa e outra.

Durante a licenciatura já tinha um interesse especial pelo estudo dos movimentos sociais e da sociedade civil?

Tinha interesses variados. Na faculdade conheci um conjunto de professores e um ambiente intelectual extremamente estimulante em Sociologia, não só na licenciatura como também no mestrado, que tirei em Sociologia Histórica.

Como era esse ambiente intelectual, e quais eram as suas principais referências e influências intelectuais?

Havia esta ideia de que as ciências sociais são um todo e de que as distinções disciplinares entre Antropologia, História, Sociologia e Ciência Política são mais questões de convenção do que propriamente de abordagem. Portanto, tínhamos uma formação bastante diversa e rica. Havia um conjunto de pessoas, sob orientação do

historiador Vitorino Magalhães Godinho, que tinha essa visão da disciplina e do seu trabalho. Essas pessoas foram fundamentais na minha formação e de colegas meus. O meu orientador de mestrado, Pedro Tavares de Almeida, foi fundamental, e depois todos os professores com quem estudei ou trabalhei em projetos, como Francisco Bethencourt, Jorge Pedreira, Rui Santos e Diogo Ramada Curto. E também David Justino, para além de Vitorino Magalhães Godinho. Esses professores formaram durante o meu mestrado um grupo de estudantes que tinha uma ótima relação e uma dinâmica de seminários em que líamos muitas coisas diferentes.

Foi na sequência desse trabalho que publicou o primeiro livro, sobre a Ala Liberal e o marcelismo?

Era o meu tema de mestrado que, no fundo, era composto por três temas. Primeiro, quais são as condições de estabilidade e mudança dos regimes autoritários, em que medida é que esses regimes podem fazer uma transição para a democracia e como é que se reformam a partir de dentro. Em segundo lugar, qual é o papel das elites políticas nesse processo de mudança e, por fim, quais são as origens da direita democrática em Portugal. Outra pessoa importante durante o meu percurso de mestrado foi António Costa Pinto, que me influenciou bastante pelo seu trabalho sobre os regimes autoritários.

O que o levou a escolher, na altura do doutoramento, o Instituto Universitário Europeu? E quais foram, nessa altura, as suas principais referências e influências intelectuais?

Candidatei-me a vários sítios e acabei por ir para o Instituto Universitário Europeu, em Florença. Tinha apresentado um projeto para estudar a sociedade civil nos países da Europa do Sul. Houve uma coisa que estimulou o meu interesse por esse tema que foi, no início dos anos 90, ter saído o livro de Robert Putnam sobre Itália e o capital social, o *Making Democracy Work: Civic Traditions in Modern Italy*, que é um livro muito importante para as ciências sociais e que deu origem a um debate enorme. Houve uma altura em que trabalhei com Nancy Bermeo e estive na Universidade de

Princeton a estudar com ela, ainda em 2001. Entre o mestrado e o doutoramento também trabalhei num projeto sobre elites ministeriais na Europa, como assistente, coordenado por Pedro Tavares de Almeida e António Costa Pinto. Mas, de facto, o que despertou o meu interesse foi o livro de Robert Putnam. Candidatei-me então a Florença, onde estavam Philippe Schmitter e Donatella Della Porta. Achei que podia ser útil trabalhar com duas pessoas que são cruciais em dimensões fundamentais da sociedade civil, ele mais dedicado aos grupos de interesse e à sociedade civil institucionalizada e ela mais dedicada aos ciclos de protesto e movimentos sociais.

Como é que essa passagem pelo Instituto Universitário Europeu moldou o seu percurso de investigação?

Moldou bastante porque, em primeiro lugar, ter trabalhado com Philippe Schmitter e Donatella Della Porta enfatizou este lado mais sociológico da Ciência Política. Ou seja, a necessidade de olhar para o protesto e a política quotidiana analisando também aquilo que os cidadãos fazem uns com os outros, autonomamente de partidos, mas por vezes em colaboração com partidos, fora das instituições ditas da democracia representativa. Isso é fundamental em democracia e, na minha opinião, é aí que está a chave para uma democracia saudável.

Já depois do doutoramento passou pelo Kellogg Institute da Universidade de Notre Dame, nos Estados Unidos. Que trabalho foi desenvolver nessa altura?

Nessa altura candidatei-me a um concurso, estavam lá ainda Guillermo O'Donnell e Scott Mainwaring. O'Donnell tinha sido fundador do Kellogg, era coautor com Philippe Schmitter. Robert Fishman também lá estava e o Kellogg era um dos centros mundiais para a reflexão sobre a democracia. Já não tanto sobre a sociedade civil e a cultura da democracia, mas mais sobre o funcionamento das instituições, com uma particular atenção ao mundo latino e, em parte, à Europa do Sul. Aí conheci também Michael Coppedge, especialista na análise de dinâmicas institucionais dos regimes democráticos e análise do funcionamento das

instituições, e Robert Fishman, que também influenciou bastante a minha interpretação do caso português e do impacto de longa duração da Revolução portuguesa, que na minha opinião é positivo e ainda continua.

O seu trabalho, nessa altura, já se centrava no caso português e nos efeitos da Revolução?

Desde o doutoramento, em 2009, tenho tentado perceber as variações entre os regimes democráticos quanto ao nível da participação cívica e desenvolvimento da sociedade civil e analisar o impacto dessa sociedade civil na qualidade dos regimes democráticos. Tenho-me centrado no caso português e no caso espanhol, mas também numa perspetiva comparada com outras regiões do globo. Aí há um conjunto de argumentos que, sozinho ou em coautoria, tenho vindo a desenvolver.

Quais têm sido esses argumentos? Quais são as principais conclusões da sua investigação?

O primeiro argumento é que a Revolução deixou na sociedade portuguesa um legado de participação cívica e de mobilização política que ainda hoje existe e, por causa da dinâmica revolucionária, a sociedade civil portuguesa é mais forte do que se possa pensar. É mais forte do que a espanhola, exatamente porque surge uma democracia que nasce a partir da mobilização coletiva. Portanto, há uma predisposição institucional em Portugal para incorporar as associações e os movimentos sociais de protesto no processo de decisão política. Outro argumento é a ideia, desenvolvida num trabalho em conjunto com outros colegas, como Rui Branco e Michael Bernhard, de que o impacto da sociedade civil não é incremental ao longo do tempo, mas é importante em momentos de transição de regime, mesmo que depois a sociedade civil entre em declínio organizacional, como se tem verificado em Portugal em algumas áreas. E o impacto da sociedade civil é importante em momentos de transição de regime na medida em que os movimentos populares conseguem estabelecer alianças com movimentos políticos e partidos políticos, ou romper o monopólio político dos partidos e impor os seus pontos de vista e interesses.

A sociedade civil e os movimentos sociais fortalecem-se em momentos de transição específicos?

Sim, e isso levou-me também a comparar agora o período da crise com o período da Revolução. As transições democráticas são sempre diferentes e têm impactos de longa duração diferentes, que podem reverter os legados deixados pelo autoritarismo. Estamos a falar de Portugal, mas também do Brasil e de Espanha, por exemplo. São sociedades que durante boa parte do século xx viveram sob autoritarismo, e um autoritarismo em sociedades profundamente desiguais que chegam muito tardiamente à democracia, já no último quartel do século xx. O que é interessante verificar é que, depois, essas sociedades variam muito em termos da qualidade da democracia, consolidação democrática, níveis de participação cívica e desenvolvimento da sociedade civil.

Porque é que isso acontece?

Seria de esperar que tivessem todas um resultado parecido, em virtude do legado anterior. Mas isso não acontece porque os processos de transição têm um impacto importante. Uma transição revolucionária, quando é democrática, deixa um legado positivo não só de participação cívica, mas também de abertura institucional. Há um tipo de coligações políticas que se estabelecem em períodos de transição democrática, aquilo a que eu e o Rui Branco chamamos coligações progressistas. São coligações que envolvem movimentos que fazem, de certa maneira, uma aliança entre as classes médias e as classes operárias ou as classes populares. E esses movimentos, que muitas vezes duram pouco tempo e são provisórios, são movimentos recorrentes na história política portuguesa. Isso foi visível, por exemplo, no movimento de moradores durante a Revolução, que teve várias expressões políticas, na aliança com o MDP/CDE (Movimento Democrático Português/ Comissão Democrática Eleitoral) ou no movimento da reforma agrária. São movimentos em que há, de certa maneira, uma aliança entre movimentos populares e elites políticas revolucionárias que em conjunto trabalham no sentido de um aprofundamento da democracia.

Verificaram-se essas coligações no caso dos movimentos sociais que contestaram as políticas de austeridade em 2011 e 2012?

Em Portugal a crise teve um impacto menor a nível de indicadores de bem-estar socioeconómico e de desigualdade. A desigualdade e a pobreza aumentaram, mas aumentaram menos do que noutros países da Europa do Sul, e eu acho que isso tem a ver com a dinâmica do protesto português, que é capaz de criar grandes frentes unificadoras que juntam grupos que, em períodos normais da democracia, até podem estar em conflito uns com os outros, mas que conseguiram unir-se contra a austeridade. Por exemplo, o movimento Que se Lixe a Troika congrega uma diversidade inúmera de grupos, desde sindicatos a movimentos de precários, de partidos do centro-esquerda à esquerda radical, que de certa maneira trabalham em conjunto para reverter uma ameaça à democracia que é o contexto da austeridade e da governação de tipo tecnocrático.

Isso não se verificou noutros países da Europa do Sul?

Não se verificou, e isso é, de certa maneira, uma continuação da memória histórica da Revolução.

A situação é diferente da de Espanha, que não teve uma transição revolucionária, mas reformista?

Não é só Espanha, e não é só o impacto da Revolução. É também a ideia de que as revoluções são importantes, mas as revoluções podem ficar nas mãos de elites, de tipo leninista, que controlam o movimento popular e as instituições de forma autocrática e fechada. Isso também é mau. As revoluções só são positivas para a democracia quando conseguem criar um legado de grandes coligações coletivas, do centro à extrema-esquerda, passando pelos movimentos sociais e juntando movimentos sociais muito diversos.

Esses argumentos contradizem os de outros autores? Quais são as ideias que os seus argumentos contrapõem?

Em primeiro lugar, metodologicamente, acho que uma parte da Ciência Política portuguesa tende, erroneamente, a comparar Portugal no âmbito das democracias da Europa Ocidental. Uma nova

democracia, em tendência, terá sempre um desempenho pior do que uma democracia com quase 100 anos de existência, como a dos países escandinavos ou a própria Inglaterra ou os Estados Unidos. Portanto, é uma comparação que, de certa maneira, é um bocado acrítica quanto aos pressupostos da própria comparação porque só podemos comparar aquilo que é comparável. Portugal pode ser concebido como uma democracia pós-autoritária e é nesse universo que deve ser comparado.

Portugal deve então ser comparado com democracias da mesma idade, que emergiram recentemente a partir de um período de autoritarismo e no contexto da terceira vaga de democratização?

Sim. Devemos comparar democracias da mesma idade ou então democracias que pertencem a um contexto cultural, que é o da Europa do Sul. Historicamente esse é um contexto com maior peso das sociedades tradicionais, com uma sociedade rural até mais tarde e uma tendência maior para o clientelismo político. Essas democracias são mais limitadas, desse ponto de vista, por razões que estão relacionadas com a cultura institucional e com o facto de não ter havido processos de industrialização tão fortes. Não houve tanto desenvolvimento económico, há uma tradição de um Estado centralizador e de conflitualidade social muito grande ao longo do século XIX e do século XX. Ao termos mais cuidado com os critérios de comparação podemos analisar o caso português com mais rigor histórico. A qualidade da democracia portuguesa ultrapassa muitas democracias, até algumas que estão consolidadas há mais anos. Por exemplo, Portugal não tem populismo de extrema-direita.¹ E para além disso também podemos destacar fatores causais que são importantes, como a importância das revoluções sociais democráticas, por um lado, e das coligações progressistas entre classes médias e classes populares, por outro, tanto no período fundador da Revolução como na fase final do Estado Novo e também no período da austeridade.

1 Esta afirmação foi proferida a 28 de abril de 2017.

Quais são as origens dessas coligações, e qual foi o papel desses movimentos na contestação às políticas de austeridade em 2011 e 2012?

As origens dessas coligações ainda estão um pouco por conhecer. Acho que os movimentos sociais portugueses, e a sociedade civil, caracterizam-se por serem só aparentemente adormecidos. Se formos ver indicadores sobre o número de manifestações reparámos que Portugal está abaixo, comparando com a maior parte dos países, mas as manifestações portuguesas tendem a ser unitárias, com gente muito diferente a participar. Quando acontecem tendem a ser esmagadoras e a ocupar o território todo em vez de se localizarem num ponto único do território. E tendem também a ser manifestações pacíficas. Os partidos políticos, incluindo a direita, estão abertos à sociedade civil portuguesa.

Mas o protesto atinge grandes dimensões em alguns momentos, como aconteceu na contestação às políticas de austeridade em 2011 e 2012.

Sim. Sobretudo as manifestações do Que se Lixe a Troika são únicas no contexto da Europa. Esteve 10% da população, um milhão de pessoas, na rua. Isso é imenso. Durante vários meses, do verão de 2012 até quase ao verão de 2013, o ciclo de protesto do Que se Lixe a Troika mobilizou muita gente em Portugal contra o governo, e é isso que faz parar a austeridade. A pressão das ruas conseguiu reverter a austeridade e forçar todo um conjunto de atores que tradicionalmente não são vistos como aliados do movimento social a colocarem-se ao lado do movimento social. Por exemplo, alguns empresários, a Igreja e os *media*. É aí que acaba o ciclo da austeridade, e essa é umas das razões, penso eu, pelas quais a austeridade teve um menor impacto em Portugal. Isso não se verificou noutros países.

Essas coligações foram uma característica particular do ciclo de protesto em Portugal?

Foram, e outra característica particular foi o facto de a polícia e as forças da ordem, durante o ciclo de austeridade, estarem muitas

vezes ao lado dos manifestantes e a manifestar-se. Isso também foi único na Europa. As forças policiais frequentemente fizeram as suas próprias manifestações contra a austeridade. Na Grécia, por exemplo, uma boa parte das forças policiais estava penetrada por movimentos de extrema-direita.

A questão das coligações entre movimentos e fações da sociedade civil tem sido um dos principais contributos da sua investigação?

As coligações progressistas, sim, mas também outras questões. Penso que os estudos sobre movimentos sociais e a sociedade civil não têm prestado tanta atenção à relação e transmutação que se verifica entre protesto, o protesto informal que muitas vezes nem está institucionalizado, e depois as políticas de sociedade civil institucionalizadas. Ou seja, ao ciclo que vai da emergência do protesto até à sua institucionalização e incorporação no processo democrático. A maioria dos estudos vê estas coisas de uma forma que não é histórica e na longa duração e eu procuro analisar as consequências do protesto na longa duração, usando grandes períodos de tempo. Só assim é que conseguimos analisar as consequências do protesto.

Uma das razões pelas quais se diz que a Revolução Portuguesa não teve o impacto que se esperaria na democracia portuguesa é porque não deu origem a uma democracia socialista, ou puramente participativa. Mas isso é uma visão um bocado ingénuo do que são as consequências sociais do protesto. Portugal ainda hoje tem níveis de participação cívica, filiação em associações e representatividade sindical superiores a Espanha ou Grécia. Isso é um legado.

Esses níveis de participação e mudanças institucionais são uma herança da Revolução?

São uma herança que procuro analisar no meu trabalho, que é sempre baseado em construção de séries de informação estatística e qualitativa durante quatro décadas, todo o período democrático. Muitas vezes a investigação recente tende a ser mais presentista, baseada em dois ou três inquéritos ou numa observação temporal, ou a comparar só com a Europa do Norte. Aí Portugal fica sempre mal na fotografia.

Em que projetos tem estado a trabalhar?

Em várias coisas. A primeira é um livro que escrevi em coautoria com diversos colaboradores, alguns antigos alunos, sobre a relação entre instituições e cultura política. É um estudo comparado da cultura política dos cinco países da Europa do Sul – Portugal, Espanha, Grécia, Itália e França –, os quais tendem a ter baixos níveis de confiança nas instituições. Tentamos explorar de maneira mais acentuada essas variações, porque há variações muito grandes. Só para dar um exemplo, a confiança nos *media* em Portugal nos últimos 20 anos tem sido, de longe, superior à que existe em Itália. Outro livro é sobre variedades da democracia na Europa do Sul, onde olhamos para as diversas arenas institucionais. Nesse livro, que também abrange os últimos 40 anos, analisamos as grandes vagas de protesto dos anos 60 e 70, que são o Maio de 68 em França, a Revolução Portuguesa e a transição espanhola, os chamados anos de chumbo em Itália ou a transição grega com um forte movimento estudantil. Verificamos que os anos 60 e 70 são períodos de grande mobilização política e cívica nas ruas, mas, a longo prazo, o impacto que isso tem na qualidade da democracia é forte nalgumas sociedades, mas noutras não. Foi forte em Portugal e França, mas em Itália e na Grécia os níveis de clientelismo institucional, de volatilidade eleitoral ou de corrupção eleitoral continuam a ser relativamente generalizados. Por isso são democracias relativamente de pior qualidade do que Portugal ou França. Procuo explicar isso com o argumento das tais ligações progressistas que se formaram nuns países e não noutros.

É essa a sua principal agenda de investigação?

É uma das agendas de investigação, e passa por tentar perceber, de uma maneira mais pormenorizada, o que é que explica os níveis baixos de confiança nas instituições democráticas como os partidos, *media*, parlamentos, governos e União Europeia a nível dos países da Europa do Sul. Há diferenças muito grandes entre países e a explicação tradicional de que é a cultura da Europa do Sul não serve para explicar isso, porque neste caso essa cultura é mais ou menos a mesma. Uma segunda área de investigação é sobre as origens da democracia durante o século XIX na Europa do Sul,

uma comparação entre Espanha, Itália e França, países que, desde a Revolução Francesa e guerras liberais até à Segunda Guerra Mundial, são caracterizados por uma grande instabilidade política marcada por ciclos de repressão e autoritarismo ou semiautoritarismo e grandes ruturas democráticas, através de revoluções liberais ou de revoluções republicanas que, de uma forma geral, não se conseguem institucionalizar. O objetivo é tentar perceber esta dinâmica. O terceiro tema que tenho investigado com colegas de outros países passa por tentar responder a duas perguntas. Em primeiro lugar, o que é que leva a que os movimentos sociais tenham, por vezes, uma estrutura baseada em grandes plataformas e coligações entre grupos diversos e noutras situações sejam muito focados apenas na representação e na veiculação dos interesses de um só grupo, não fazendo alianças com outros movimentos sociais. Quais são, afinal, as condições que levam à emergência de coligações na arena do protesto? Há ainda pouca investigação sobre isso. Em segundo lugar, também observámos durante o ciclo da austeridade a conquista do poder político por parte dos movimentos sociais, que muitas vezes até originaram novos partidos que chegaram ao poder. Foi o caso do Syriza, na Grécia, e até do Podemos espanhol, em parte. Mas isso também aconteceu com a esquerda radical em Portugal, porque o Partido Comunista e o Bloco, apesar de não estarem no governo, negociam e influenciam diretamente as políticas. Uma nova área fascinante é essa, a ação governativa, direta ou indireta, dos movimentos sociais.

Como tem evoluído o estudo dos movimentos sociais e da sociedade civil?

Penso que tem evoluído no sentido de dar uma maior importância às dinâmicas revolucionárias e ao contributo das revoluções. As revoluções generalizaram-se no mundo nos últimos 20 e 30 anos e tendem a ser revoluções pacíficas. O primeiro exemplo histórico disso é a Revolução Portuguesa, mas há todo um conjunto de revoluções democráticas, que vão desde a África do Sul à Europa do Leste, que não são violentas, mas procuram exercer transformações radicais na estrutura de poder económico e social. Essa área é fascinante.

O estudo das chamadas revoluções pacíficas é ainda recente?

Sim, e depois há ainda os casos fracassados, como o da Primavera Árabe. Mas esta área de estudo evoluiu bastante no sentido de se procurar analisar os ciclos de protesto em interação com a política institucional, ou seja, a política da negociação dos interesses, a concertação social, as instituições de representação corporativa ou órgãos parlamentares de representação. As duas coisas não estão deligadas umas das outras, e não devem ser vistas como estanques porque a sociedade civil tem ciclos de maior institucionalização e de maior protesto. Nesse sentido o trabalho de Phillippe Schmitter e de Donatella Della Porta são fundamentais e complementares, porque um e outro analisam dinâmicas diferentes, Schmitter mais os aspetos da concertação social e do corporativismo democrático e Della Porta mais o aspeto da contestação social, do protesto e dos movimentos sociais. Antes considerava-se que os movimentos sociais eram uma coisa e os partidos políticos outra, mas temos vindo a observar que essa perspetiva não corresponde à verdade. A maior parte dos movimentos sociais tem um lado político forte e transforma-se em movimento político e em partido. Tentar perceber essas dinâmicas é também uma nova área de investigação, porque provavelmente estamos numa fase de transição em que os velhos grupos políticos estão a desaparecer e vão dar origem a novas paisagens partidárias, talvez com novas clivagens.

Nesse sentido, quais acha que são as novas teorias e os debates que têm marcado esta área de estudo?

É o impacto das revoluções, a relação entre movimentos sociais e partidos, as consequências de longa duração dos movimentos sociais, a emergência de novas dinâmicas revolucionárias à escala mundial, incluindo dinâmicas protorrevolucionárias em democracias consolidadas, algo que se pensava que poderia não acontecer. Os movimentos sociais e o protesto podem também ser estudados enquanto repositórios de memória coletiva, uma vez que encontramos memórias de períodos fundadores de regimes ou de períodos críticos da história de um país que se pensa que estavam esquecidos, mas que, depois, reaparecem em ciclos de protesto. E os ativistas são, eles próprios, repositórios de memórias

que, em contextos de crise económica, podem ser utilizadas para mobilizar novamente as pessoas, nomeadamente as novas gerações, para combates pela justiça, pela igualdade, pela democracia. Por exemplo, a memória da Revolução Portuguesa, desse ponto de vista, é fundamental. Uma outra área, que também penso que é importante explorar, é quem são os ativistas, quem são as pessoas que começam ciclos de protesto. Muitas vezes são cidadãos comuns desconhecidos que, por alguma razão, conseguem mobilizar muita gente rapidamente. Explorar esses mecanismos da memória e do ativismo é algo muito interessante e muito atual no debate sobre esta área.

Sobre essa questão da atuação dos movimentos e do ativismo, que autores e obras considera incontornáveis?

Em termos de análises estruturais, até do processo político, temos Charles Tilly, Sidney Tarrow, Donatella Della Porta, entre outros. Colocam a ênfase nas revoluções, no ciclo de protesto, na contabilização dos ciclos de protesto como processos de longa duração e na sua importância como conjunturas críticas importantes para a possibilidade de aprofundamento da democracia.

A área dos movimentos sociais, aliás como outras áreas da Ciência Política, é, por vezes, excessivamente teórica. Por vezes mais vale trabalhar de uma maneira mais histórica, procurando conhecer os atores dessa realidade, e depois ir construindo os conceitos.

Que metodologias têm sido mais usadas para estudar os movimentos sociais?

Há toda uma diversidade. Para os estudos da memória temos as entrevistas com ativistas, as entrevistas semiestruturadas, a análise de documentos visuais nas manifestações, a observação participante nas manifestações, a análise de memórias históricas dos ativistas e a tentativa de reconstruir e teorizar os seus percursos biográficos como percursos típicos de uma categoria analítica. Também é usada a análise estrutural, ou seja, a análise da estrutura dos movimentos sociais e de como é que eles se organizam, a relação entre líderes e massas, quais são os recursos que vão

buscar, que alianças estabelecem, como incentivam a participação e mobilizam os ativistas. O método biográfico tem sido bastante importante para reconstituir a vida dos ativistas, e também se tem recorrido à análise de dados mais quantitativos, como por exemplo a análise de séries estatísticas sobre gênese e desaparecimento de organizações, eventos de protesto, contabilização desses eventos ao longo do tempo e análise das suas características e diversidade.

Que escolas ou instituições têm sido fundamentais para o estudo dos movimentos sociais e da sociedade civil?

Algumas pessoas que vale a pena seguir no estudo da sociedade civil e dos movimentos sociais nos EUA são Grezgorz Ekiert, da Universidade de Harvard, Jan Kubik (University College London) e Michael Bernhard, da Universidade da Florida. Na Escola Normal Superior em Florença, o centro liderado pela Donatella Della Porta é neste momento um dos centros liderantes do mundo em termos de movimentos sociais. A Universidade do Minnesota tem investigadores muito bons e a Cornell University também, com Sidney Tarrow. Em Portugal, a pessoa que durante muito tempo deu mais atenção aos movimentos sociais e à qualidade da democracia como democracia participativa foi Boaventura de Sousa Santos e a escola de Coimbra.

Quais foram as principais etapas que marcaram o estudo dos movimentos sociais?

Houve uma viragem desde os anos 60 e o funcionalismo, a ideia de que basta haver conflito e contradições na sociedade e necessidades não satisfeitas para que haja geração de protesto. Isso não acontece. O protesto também era visto como disruptor do processo político e negativo para esse processo, uma perturbação dos tempos normais da democracia que sobrecarregava a democracia com exigências excessivas e depois a levava a entrar em crise por causa disso. Isso também não se verificou. Aliás, verifica-se o contrário. Onde a mobilização política foi maior, no período dos anos 60 e 70, é onde a qualidade da democracia, na longa duração, é maior, como são os casos de Portugal e de França. A partir daí

começou-se a dar mais atenção ao processo político, à criação de organizações, à forma como elas aparecem. E a partir dos anos 70 e 80 passou a haver também atenção à biografia dos ativistas e à maneira como o processo político tende a gerar dinâmicas de mobilização independentemente das estruturas sociais ou da cultura política, ou das dinâmicas económicas e contradições do capitalismo. Essa área continua a ser importante, mas com uma atenção renovada dada a organizações transnacionais e ao protesto transnacional e nacional, que emergiu no início do século com os movimentos antiglobalização. Hoje é também dada uma maior atenção aos ciclos de protesto e suas consequências e aos mecanismos de memória histórica, estilos de ativismo e maneiras de fazer ativismo. Outro aspeto que tem sido acentuado é o ativismo à escala internacional, que é importante, mas que para ter sucesso tem de ter algumas raízes nacionais e adquirir formas que são compatíveis com as tradições e a cultura política desse país. Tem de combinar princípios transnacionais com enraizamento na cultura nacional.

Em Portugal o estudo dos movimentos sociais tem acompanhado essa agenda? Quais têm sido as principais contribuições?

Há pessoas que têm feito um trabalho muito interessante, tanto sobre o período contemporâneo como sobre o período histórico. Destacaria Guya Accornero, Pedro Ramos Pinto, Robert Fishman ou Diego Palacios Cerezales. Têm feito um trabalho muito bom sobre o protesto contemporâneo e o período da transição em Portugal. Por exemplo, o trabalho de Ramos Pinto é muito interessante para estudar os níveis de mobilização política nos bairros da cidade de Lisboa durante a Revolução e ver como os níveis de politização da população era diferente, bem como a sua relação com os movimentos políticos. Já Robert Fishman analisa as consequências da revolução e a ideia de que o sistema político português é mais aberto, por causa da Revolução, às pressões a partir de baixo. Ele analisou populações de imigrantes que têm, apesar de tudo, mais voz do que em Espanha. E há também os trabalhos sobre a crise, de Ramos Pinto e de Guya Accornero, que mostram como ainda é grande a importância dos sindicatos no

movimento de protesto laboral, algo que eu depois desenvolvo no trabalho que fiz com Donatella Della Porta, tentando explicar porquê. O movimento sindical em Portugal é muito mais forte do que se pensa, tem capacidade de negociar sobre aqueles que nem sequer são filiados no sindicato e tem representação. Para além disso, os sindicatos tendem a colaborar, embora nem sempre, com os movimentos de precários e os movimentos antiglobalização.

Quais são as lacunas que ainda se verificam nesta área de investigação?

É preciso mais gente, compilar mais dados, fazer muito mais investigação a nível de protesto e movimentos a nível local e das cidades. Outra área de investigação interessante é a diferença nos protestos de cidade para cidade. Em Portugal faltam estudos que comparem cidades, regiões do país. A comparação subnacional é muito importante porque permite avançar com novas hipóteses. Em Portugal temos um problema de escala, temos menos gente, precisamos de mais bolsas e pessoas a trabalhar, de lugares nas universidades para os doutorados. Podemos ainda crescer muito como comunidade, mas aquela que existe nas diversas áreas inclui pessoas excelentes nas várias gerações.

A crise de 2008 e o ciclo de protesto que se lhe seguiu aumentou o interesse nesta área por parte dos investigadores?

Penso que sim. E nas diversas dimensões: partidos, parlamentos, políticas públicas... Em Portugal a comunidade de Ciência Política nunca foi tão grande, nunca teve tanta gente nem foi tão plural, mas precisa de crescer mais e de se institucionalizar.

Que recomendação daria aos jovens investigadores que queiram estudar esta área?

Devem pensar em estudar aquilo que os interessa, motiva e apai-xona. Devem seguir os seus instintos em termos de gostos pessoais. Têm de mostrar o trabalho deles, claro, mas devem pensar menos em termos de produtividade e fazer aquilo de que gostam.

Leituras recomendadas

- CHERSTERS, Graeme, e Ian Welsh. 2010. *Social Movements: The Key Concepts*. Londres: Routledge.
- DELLA PORTA, Donatella, e Mario Diani. 2010. *Social Movements: An Introduction*. Nova Jersey: Willey-Blackwell.

Obras de referência

- BERMEO, Nancy. 1986. *The Revolution within the Revolution: Worker's Control in Rural Portugal*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- CEREZALES, Diego Palacios. 2003. *O Poder Caiu na Rua: Crise de Estado e Ações Colectivas na Revolução Portuguesa, 1974-1975*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- DELLA PORTA, Donatella et al. 2017. *Late Neoliberalism and its Discontents in The Economic Crisis: Comparing Social Movements in the European Periphery*. Palgrave-Macmillan.
- FERNANDES, T., ed. 2017. *Variedades de Democracia na Europa do Sul, 1968-2016: Uma Comparação de França, Itália, Grécia, Portugal e Espanha*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- FISHMAN, Robert M. 2019. *Democratic Practice. Origins of the Iberian Divide in Political Inclusion*. Oxford: Oxford University Press.
- MAGALHÃES, Pedro. 2009. *A Qualidade da Democracia em Portugal: A Perspetiva dos Cidadãos*. Lisboa: Fundação Luso-Americana e Intercampus.
- PINTO, Pedro Ramos. 2008. «Urban social movements and the transition to democracy in Portugal, 1974-1976». *The Historical Journal*, 51 (4): 1025-1046. doi: 10.1017/S0018246X08007176.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. 1992. *O Estado e a Sociedade em Portugal (1974-1988)*. Porto: Afrontamento.
- SCHMITTER, Philippe C. 1999. *Portugal: Do Autoritarismo à Democracia*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- SOEIRO, José. 2014. «Da 'geração à rasca' ao 'que se lixe a Troika': Portugal no novo ciclo internacional de protesto». *Sociologia*, 28: 55-79.
- VIEGAS, José Manuel Leite, e Susana Santos. 2010. «Envolvimento dos cidadãos e dos parlamentares nas associações». In *Representação Política: O Caso Português em Perspetiva Comparada*, André Freire e José Manuel Leite Viegas, coords. Lisboa: Sextante.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

segundo

João Bilhim

*Luís F. Mota
Monique Borges
e Mafalda Dias*



JOÃO BILHIM

é professor catedrático do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa desde 2003, tendo sido jubilado em outubro de 2016. Nesta instituição, foi presidente de órgãos diretivos entre 2005 e 2012. É doutorado em ciências sociais, na especialidade de Sociologia, com tese intitulada «Fatores Organizacionais do Sistema Português de I&D» (1993). Para além do seu percurso académico, tem também um vasto percurso por cargos de direção ou assessoria na administração pública, dos quais se destaca a sua passagem pelos CTT (1981-1986; 1996-2000), pelo INESC – Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores (1986-1996), pelo Gabinete de Auditoria e Modernização da Justiça (2000-2002) ou pela Comissão de Recrutamento e Seleção para a administração pública (2012-2016).

Qual o seu percurso de especialização na área?

Eu cheguei à ciência da administração a partir da Sociologia das Organizações. A minha dissertação de mestrado foi sobre a cultura organizacional do INESC (Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores) e a tese de doutoramento sobre os fatores organizacionais do sistema de investigação e desenvolvimento em Portugal. A tese de doutoramento ainda seguiu o corpo teórico da Sociologia das Organizações e da Ciência, com o objetivo de saber em que medida a natureza jurídica da instituição (pública, privada ou terceiro sector) afetava o modelo de organização e gestão, acabando por comparar as instituições públicas de I&D com as privadas. Acontece que, quando obtive o grau de mestre e de doutor, já fora responsável pelos recursos humanos de uma das maiores empresas públicas portuguesas, os CTT, tendo também exercido cargos de direção no INESC (Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores), ou no Gabinete de Auditoria e Modernização da Justiça. Eu regresso à academia para aprofundar questões com as quais me confrontava na prática quotidiana. Só me tornei professor depois de me doutorar, com 47 anos de idade. Como docente, foram-me atribuídas unidades curriculares de gestão por objetivos na administração pública e de planeamento, áreas instrumentais nas quais tinha experiência. Ora, como os docentes qualificados ao tempo eram muito poucos, acabei por especializar-me em administração e políticas públicas, em virtude de lecionar e pesquisar na área. Acabei por fundar o Centro de Administração e Políticas Públicas (CAPP). Em suma, exerci a docência, a investigação e consultoria na área, em simultâneo com o exercício de cargos dirigentes na administração.

Qual o seu posicionamento em termos de pensamento e investigação na área da administração pública e quais os seus atuais interesses de investigação?

A ciência da administração pública está fundada em três pilares: a teoria política, a teoria das organizações e a teoria da decisão. A ciência da administração, em sentido restrito, trata do estudo científico da administração pública, como entidade no seio da qual se desenvolvem atividades administrativas, destinadas à

satisfação de necessidades coletivas. A satisfação de necessidades coletivas pela administração pública confere-lhe uma especificidade: dependência instrumental do poder político. A administração pública atua num contexto de constrangimentos jurídico-formais, que sobrepõe os aspetos processuais (o «como deve ser feito») aos objetivos («o que deve ser feito»). A administração privada está sujeita à lei da falência, ou seja, à morte da atividade organizacional, ao passo que a administração pública, por razões de ordem política, nomeadamente o preço, pode continuar a sobreviver à custa de fundos públicos e através de dotações orçamentais. A sujeição da administração pública ao poder político afasta-a do âmbito da administração privada, que está marcada pelo mercado e suas leis. Em termos teóricos, eu sigo a teoria da contingência, que representa a síntese da teoria dos sistemas abertos, do estrutural-funcionalismo e dos estudos empíricos sobre os fatores organizacionais. A noção de teoria contingencial foi, em primeiro lugar, apresentada por Paul Lawrence e Jay Lorsch, na obra *Organization and Environment*, que relata o resultado de um estudo de campo sobre dez organizações que atuam em diferentes envolventes. Este estudo procura responder à questão: que tipo de organização interna deverá ser adotado para responder adequadamente às exigências da envolvente geral e específica? Baseados na presunção de que as organizações são como seres vivos (metáfora orgânica), e conseqüentemente vistas como um sistema interligado de elementos influenciados pela envolvente, os autores adotaram o esquema do sistema aberto. No âmbito desta teoria há dois aspetos importantes a salientar. Em primeiro lugar, a afirmação de que, à medida que uma organização cresce, se impõe a necessidade de diferenciação e de integração interna dos seus elementos; em segundo, a afirmação clara de que a organização terá de se adaptar à envolvente. Para os autores, a eficácia organizacional será o resultado da adequação entre o grau de diferenciação interna e as exigências da envolvente. Dito de outra forma, a envolvente geral (ou específica) vai influenciar e ser a responsável pela diferenciação a registar internamente. Atualmente, Lex Donaldson é um dos representantes mais destacados desta abordagem. Nas suas mais recentes posições afasta-se do imperativo

contingencial e aproxima-se da teoria estrutural-funcionalista, para a qual o efeito dos fatores contingenciais sobre a estrutura é mediado por um momento de baixa eficiência. Assim, nesta perspetiva, há um ajustamento da estrutura, para que a organização se adapte e ganhe novamente eficiência, e não um imperativo de fatores contingenciais. Eu também não sou fundamentalista da teoria contingencial. Eu não digo que a envolvente determina o interior da organização, mas sim que condiciona fortemente. Por outro lado, também não me posiciono teoricamente nas perspetivas da estratégia, que dizem que é o interior da organização que vai condicionar a sua envolvente. Eu diria assim: isto que trago da teoria das organizações, que é comum à pública e à privada, depois aplica-se do ponto de vista da Ciência Política. A única coisa que associei, se assim se pode dizer, à teoria contingencial foi o chamado neoinstitucionalismo de Walter W. Powell e Paul DiMaggio. Continua a ser a envolvente, mas hoje acho que fenómenos de imitação desempenham um papel importante no que vai acontecer no interior da organização.

De que forma a ciência da administração pública se desenvolveu em Portugal?

A ciência da administração em Portugal teve uma origem e insere-se na evolução dos estudos de cameralismo dos séculos XVII e XVIII. O cameralismo era o modelo de administração do absolutismo régio e foi o sistema usado por Marquês de Pombal. Já no século XIX, Portugal foi influenciado pela antiga escola clássica, nascida na França no início do século, e daí espalhada por toda a Europa, que estava fortemente associada à ciência jurídica e, em particular, ao direito administrativo, e que tinha em Bonnin um dos principais autores. Como é reconhecido por Marcelo Caetano, Bonnin havia influenciado a reforma administrativa de Mouzinho da Silveira, promulgada em 1832, cujo diploma legal apresentava muitas semelhanças com a lei francesa, de 1802, que era a base da organização administrativa napoleónica. A influência da corrente do direito administrativo em Portugal a nível universitário só viria a sentir-se, contudo, em meados do século XIX. De acordo com António Guimarães Pedrosa, no seu

livro de 1908, o início do ensino dos princípios do direito administrativo e da administração seguindo os conteúdos dos *Principes d'administration publique*, de Bonnin, datam de 1853, na faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Essa influência continuou a sentir-se em Portugal ao longo da segunda metade do século XIX. Neste campo, merecem destaque as seguintes obras: *Instituições de Direito Administrativo Português*, de Justino de Freitas, original de 1857, mas publicada apenas em 1861, e *Estudos de Administração*, da autoria de Joaquim Lobo d'Ávila, de 1874. Já no século XX, o autor Guimarães Pedrosa, na sua obra *Curso de Ciência da Administração e Direito Administrativo*, de 1908, continua esta tradição, embora ultrapassando a visão estritamente normativa e jurídica. Na mesma linha, a visão do direito administrativo foi ainda cultivada por importantes autores como Marcelo Caetano e Afonso Queiró, que dedicaram alguma atenção ao tema da administração, embora sempre numa posição subordinada ao direito administrativo.

A exceção a esta tendência deu-se quando a formação de funcionários ultramarinos acabou por justificar que, em 1906, fosse criada a Escola Colonial na Sociedade de Geografia de Lisboa, onde as temáticas da administração eram tratadas com uma abordagem não jurídica. A escola nasce, portanto, num contexto de rutura relativamente ao *status quo* nacional.

No início da segunda metade do século XX e na sequência do I Plano de Fomento, o regime político de então começou a verificar a necessidade de formar quadros administrativos para a metrópole e ilhas adjacentes da mesma forma que os preparava, desde 1906, para as províncias ultramarinas. Todavia, por diversas razões – nomeadamente o império do direito administrativo, que ganhara força desde 1936 pela mão do professor Marcelo Caetano, e o peso secular das faculdades de Direito, que acabaram por criar uma matriz jurídica na administração pública que perdura até aos nossos dias – não foi aceite a proposta de criação de uma licenciatura autónoma na área.

A alteração entre o doutor Adriano Moreira e o doutor Marcelo Caetano sobre esta matéria é conhecida. Quando o Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas Ultramarinas (ISCSPU)

é integrado na Universidade Técnica de Lisboa, na década de 60, dá-se uma mudança substancial sob a orientação do Adriano Moreira, que já tinha sido ministro do Ultramar entre 1961 e 1963, sob influência de contributos anglo-saxónicos. Tratava-se, porém, de um curso de bacharelato de três anos, designado «curso de administração ultramarina». A licenciatura era obtida através de um curso complementar em áreas das ciências sociais, entre as quais se destaca o curso de «ciências antropológicas e etnológicas».

Quando Marcelo Caetano assume o poder como primeiro-ministro, em 1968, uma das primeiras coisas que fez foi sanear o Adriano Moreira de diretor da escola e, conseqüentemente, ele deixou de ter possibilidade de fazer isso. Ora, enquanto Adriano Moreira ainda pôde, naquela janela de oportunidade que teve, enquanto o Marcelo Caetano não se tornou primeiro-ministro, o programa do chamado bacharelato de administração ultramarina, que era onde se ensinava a ciência da administração, seguiu o modelo da Columbia University e os modelos seguidos pelos grandes impérios coloniais, quer a França, quer o Reino Unido, o que era, uma vez mais, uma rotura relativamente ao *status quo* nacional.

Depois da revolução de 25 de abril de 1974, é criada, pela primeira vez, a licenciatura em Gestão e Administração Pública, no âmbito da reforma do ISCSP na UTL, em 1980. Contemporânea desta é, na Universidade do Minho, a licenciatura em Administração Pública Regional e Local, que foi reestruturada nos anos 90 do século passado, adotando a designação de administração pública, a qual foi também adotada pelo ISCSP, em 2008, no âmbito da reforma do processo de Bolonha.

E mais recentemente, quais as principais instituições e individualidades da ciência da administração pública em Portugal e que abordagens defendem?

A partir da década de 80 do século passado a ciência da administração iniciou a sua emancipação do direito administrativo. A Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho (EEG-UM), através da intervenção do doutor José Oliveira Rocha,

doutorado nos EUA em Ciência Política, desenvolveu a licenciatura, mestrado e doutoramento na área da ciência da administração. Para tanto, incentivou os seus assistentes a obterem os respetivos doutoramentos no estrangeiro e, em particular, nos EUA e em Inglaterra. Atualmente, existe na EEG-UM uma geração criada pelo professor Oliveira Rocha, que desenvolveu um centro de pesquisa reiteradamente reconhecido pela FCT como excelente. É um grupo pequeno, mas com nível internacional.

O Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP), da então Universidade Técnica de Lisboa, atualmente da Universidade de Lisboa (ULisboa), por ser a escola mais antiga e pioneira no ensino da administração pública, não se adaptou aos novos tempos com a flexibilidade que os anos 80 do século passado exigiam. Assim, só a partir da criação do mestrado em Gestão e Administração Pública e do doutoramento em Ciências Sociais, na especialidade de administração pública, é que o instituto, lentamente, começou a evoluir em articulação com a evolução dos tempos. Sem falsa humildade, acho que o papel desempenhado pelo doutor Oliveira Rocha na Universidade do Minho acabou por ser desempenhado no ISCSP por mim. Acresce aqui a circunstância adversa de ter de mudar uma cultura organizacional altamente resiliente à reforma, enquanto na Universidade do Minho foi fazer de novo.

No ISCTE, através da ação destacada do doutor Juan Mozzicafreddo, o Departamento de Sociologia, numa perspetiva da Sociologia Política, iniciou a lecionação de cursos de mestrado na área das políticas públicas (atualmente lecionados no Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas). Todavia, no ISCTE, até este momento, a sua oferta formativa nesta área não contempla o primeiro ciclo.

A Universidade de Aveiro, no Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território (DCSPT-UA), também desenvolve ensino e investigação a nível da administração pública.

A Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (FD-UC), a partir do início deste milénio, iniciou o ensino do primeiro e segundo ciclos em administração pública, querendo retomar uma tradição, abandonada há cerca de um século, dos «estudos

administrativos». Nesta egrégia Faculdade de Direito, salvo melhor entendimento, os cursos estão desenhados numa matriz jurídica, com base nas áreas de especialidade em que os seus docentes obtiveram os seus doutoramentos. Ousaria destacar aqui a ação do especialista em história da administração pública, doutor Rui Figueiredo Marcos.

Há ainda, no sector do ensino superior, alguns institutos politécnicos a ministrar cursos de primeiro ciclo nesta área. Em matéria de formação de quadros, funcionários e dirigentes, o Instituto Nacional de Administração (INA) desempenhou, desde os anos 80 do século passado, um papel importante. Saliaria aqui os nomes de três professores: João Fraústo da Silva, António Correia de Campos e Luís Valadares Tavares.

Cada uma das instituições universitárias enunciadas possui uma circunstância particular que a distingue das restantes: o ensino e investigação na EEG-UM estão condicionados pela circunstância de a designação da instituição onde se inserem – a Economia e Gestão; no caso do ISCSP, a Ciência Política; no ISCTE, a Sociologia; na Faculdade de Direito, a ciência jurídica; na Universidade de Aveiro, as ciências sociais e do território. Todas se encontram marcadas por um sinal à nascença. Esse sinal vai condicionar o seu desenvolvimento, ou seja, o seu passado e o seu futuro. Pode afirmar-se que a pesquisa e o ensino da ciência da administração pública em Portugal seguem percursos diferentes, embora haja enormes sobreposições de perspetivas. Em relação aos pontos fortes e fracos, eu destacaria os seguintes:

Instituição	Ponto forte	Ponto fraco
EEG-UM	Internacionalização	Relação do quotidiano da administração
ISCSP-UL	Qualificação do corpo docente	Internacionalização da investigação
ESPP-ISCTE	Formação de quadros	Qualificação do corpo docente na área
DCSPT-UA	Territorialização de políticas	Qualificação do corpo docente na área
FD-UC	Ordenamento jurídico	Qualificação do corpo docente na área

A meu ver, todas as abordagens se complementam. Em ciência não existe uma autoridade para dirimir o certo e o errado. São os pares que assumem esse papel. Assim, acho que cada instituição persegue os mesmos objetivos, percorrendo caminhos distintos; uns mais distintos que outros, naturalmente. Tudo isto faz parte da ciência da administração. Não há uma ortodoxia para dizer o que está certo e o que está errado. Consequentemente, tudo integra e tudo enriquece.

Mas se me pedirem uma avaliação, eu faço. Que caminhos devem as grandes escolas seguir? Seguir a sua tradição, mas sobretudo valorizar o seu corpo docente. Hoje o que é grave em Portugal não é que as grandes escolas trilhem caminhos distintos, porque todos fazem parte daquilo que é ciência da administração. Daquilo que eu vejo de Portugal, o que é grave é o seguinte: que não haja doutores especializados na área – e quando digo área, já estou a integrar Administração Pública e Ciência Política como sendo a mesma área – em número suficiente; que a nossa investigação não esteja suficientemente internacionalizada; e que não haja publicações em revistas indexadas internacionais de grande prestígio. Estes são os nossos «três pecados originais» na ciência da administração. Não é propriamente a orientação teórica que elas estão a prosseguir. A diversidade só faz bem.

E em termos metodológicos, como está a ciência de administração pública em Portugal?

Nós não estamos robustos. Nós só estaremos robustos quando tivermos as nossas escolas todas consideradas ao nível europeu com escolas de referência no estrangeiro. Mas também começámos há pouco tempo. O ISCSP criou a escola em 1906, mas começámos a sério nos anos 80; o Minho também nos anos 80. Os outros são todos daí para cá. Que antiguidade é que nós temos?

Por outro lado, nem todas as escolas tomaram as medidas certas no sentido de reforçar a ciência da administração. Não só começámos tarde, como nem as medidas foram certas. Portanto, enquanto nós não tivermos uma ciência da administração com doutores da área e que tenham sido doutorados no estrangeiro ou

nos melhores centros em Portugal, estamos longe de estar prontos. Do ponto de vista teórico, conhecemos bem as várias abordagens teóricas. Do ponto de vista metodológico tem-me parecido que a ciência da administração pública sofre do que sofrem as ciências sociais, em geral, em Portugal. Há poucos portugueses a publicar em revistas internacionais, na ISI ou SCOPUS; vamos à SciELO, que já é bastante bom. E temos pouco porquê? Ou porque concorrem e não são aceites, ou porque não concorrem de todo porque acham que não vale a pena. Logo, do ponto de vista metodológico, nós não estamos assim tão bem como isso. Por este indicador vejo logo.

Acho que grande parte dos trabalhos feitos em Portugal, mas isto em todas as escolas, são mais descritivos do que problematizadores. Ou seja, ainda estamos numa perspetiva um pouco «funcionalista».

O que poderia ser diferente e o que falta na investigação em ciência da administração pública em Portugal?

Inclino-me a pensar que Portugal precisa de reforçar, por um lado, a obtenção de doutoramentos por jovens e, por outro, a realização de pós-doutoramentos e a aquisição de títulos de agregado por doutorados em áreas afins na especialidade de ciência da administração pública com vista a aumentar a capacidade instalada nas entidades de ensino superior. Acresce que se impõe a necessidade de intensificar a internacionalização da pesquisa e do ensino, a par da troca de docentes entre instituições de ensino superior nacionais e estrangeiras. Por último, mas não menos importante, dizer que as equipas de pesquisa têm de conhecer com mais pormenor a realidade da administração pública central, regional e local. Tenho lido trabalhos que me deixam a impressão de o autor estar a falar de outro país, do país onde há mais literatura sobre o assunto e não do nosso. Corre-se um grave risco de reducionismo, redundância e divórcio relativamente ao quotidiano da administração pública em Portugal.

E considera que a perspetiva jurídica do estudo da administração pública em Portugal já está ultrapassada?

Eu penso que o direito não faz parte da ciência da administração. O quotidiano da administração pública portuguesa é que, se calhar, é muito mais subsidiário ainda hoje no direito administrativo do que na ciência da administração. Esta diferença é que é fundamental. Até há 10 anos, se perguntássemos a qualquer funcionário público o que fazia na administração, ele diria «interpreto e aplico a lei». Ele não diz: «eu estou aqui a tentar a melhoria contínua do meu serviço». Não é a dimensão da gestão que impera. A dimensão que impera é outra, é a dimensão jurídica. Isto está efetivamente no *mindset*, na cultura, nas normas e liderança da nossa administração pública em Portugal. E daí, conseqüentemente, este foi o panorama que vigorou.

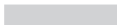
Quais considera serem as perspetivas de evolução da realidade e do estudo da administração pública? E qual a sua agenda de investigação atual e futura?

Em primeiro lugar, caminha-se para a conjugação de um «Estado cidadão» com o conceito de «Estado profissional», moderno, eficiente, flexível, identificado exclusivamente com os mais elevados propósitos de interesse geral. Em segundo lugar, destacaria a mudança da orientação interna focada no cumprimento da lei para uma orientação externa focada no cidadão. Isto não é atingido pela utilização de mecanismo de tipo «mercado», como impunha a cartilha da Nova Gestão Pública, mas através da criação de uma cultura profissional e de qualidade de serviço. Em terceiro lugar, reforço (não substituição) do papel da democracia representativa por um conjunto novo de instrumentos de consulta e audição dos cidadãos. Em quarto lugar, realço a alteração legislativa destinada a encorajar a orientação da gestão para os resultados mais do que para a correta aplicação dos procedimentos, nomeadamente pela mudança de controlo *a priori* para verificação *a posteriori*. Em quinto lugar, sublinho a profissionalização, destinada a transformar o funcionário burocrata, perito na interpretação e aplicação da lei e procedimentos, num gestor profissional, orientado para a satisfação das necessidades dos cidadãos. Por fim, destaco uma administração em rede, onde predomina o conceito de *governance* e há responsabilidade e transparência, participação dos

interessados, reforço do Estado de direito, equidade e inclusão, capacidade de resposta, capacidade de criar consensos e independência (ausência de capturas). No meu caso, fundamentalmente ando em redor de dois temas/problemas: o mérito e os valores organizacionais.

Por fim, que sugestões daria a um jovem investigador na área?

Na tradição científica reconhece-se o chamado princípio de São Mateus: «a quem tem muito, mais se lhe dará e a quem tem pouco, mesmo esse pouco ser-lhe-á tirado». Eu sei que o que vou dizer é cruel, mas infelizmente é o que parece verificar-se pela estatística. Por isso, a minha recomendação é que frequentem as escolas e os centros de pesquisa que maior capacidade tenham de atrair fundos para a pesquisa. Quem tenha sido treinado por um docente/investigador com grande prestígio, certamente, se tiver sucesso académico, não lhe faltará hipótese de ver os seus projetos financiados. Hoje, os Estados não financiam por financiar a pesquisa; os cidadãos pagadores de impostos exigem resultados práticos e teóricos. *Dura lex sed lex!*



Leituras recomendadas

- ONGARO, E., e S. van Thiel, eds. 2018. *The Palgrave Handbook of Public Administration and Management in Europe*. Houndmills: Palgrave-MacMillan.
- PETERS, B. G., e J. Pierre, eds. 2012. *The SAGE Handbook of Public Administration*, 2.^a ed. Londres: Sage
- SHAFRITZ, J., A. Hyde, e S. Parkes. 2004. *Classics of Public Administration*, 5.^a ed. Belmont: Thomson Wadsworth.

Obras de referência

- BILHIM, J. 2013. *Ciência da Administração*. Lisboa: ISCSP.
- CAUPERS, J. 2002. *Introdução à Ciência da Administração Pública*. Lisboa: Âncora Editora.
- MARCOS, R. 2015. *História da Administração Pública*. Coimbra: Almedina.
- MOREIRA, J. M., C. Jalali, e A. A. Alves, eds. 2008. *Estado, Sociedade Civil e Administração Pública. Para um Novo Paradigma do Serviço Público*. Coimbra: Almedina.
- MOTA, L., L. Pereira, L., M. E. Cardim, A. Neves, e F. Cordovil. 2014. «Reforma do setor público em Portugal: visões e experiências de dirigentes de topo». Lisboa: Relatório nacional para o Projeto Europeu «Coordinating for Cohesion in the Public Sector of the Future».
- MOZZICAFREDDO, J., e J. S. Gomes, orgs. 2011. *Projetos de Inovação na Gestão Pública*. Lisboa: Mundos Sociais Editora.
- ROCHA, J. 2005. *Gestão Pública: Teoria, Modelos e Prática*. Lisboa: Livraria Escolar.
- RODRIGUES, M. L., e P. A. Silva, orgs. 2013. *Políticas Públicas para a Reforma do Estado*. Coimbra: Almedina.
- SILVA, Patrícia. 2018. *A Arte de Governar: Partidos, Governo e Administração Pública*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- SILVESTRE, H., e J. F. Araújo, coords. 2012. *Coletânea em Administração Pública*. Lisboa: Escolar Editora.
- TAVARES, A. 2019. *Administração Pública Portuguesa*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.

FEDERALISMO

segundo

Viriato Soromenho-Marques

Patrícia Fernandes



VIRIATO SOROMENHO-MARQUES

licenciou-se em Filosofia pela Universidade de Lisboa em 1979 e obteve o grau de mestre em Filosofia Contemporânea pela Universidade Nova de Lisboa. Em 1991 prestou provas de doutoramento em Filosofia na Universidade de Lisboa. Incansável defensor de uma solução federalista para a Europa, tem sido uma das vozes mais críticas do modo como a União Europeia geriu o momento de crise mais recente, com participações constantes nos meios de comunicação e a publicação de Portugal na Queda da Europa (2014) e Depois da Queda. A União Europeia entre o Reerguer e a Fragmentação (2019).

Quais foram os momentos e os fatores determinantes para o desenvolvimento em Portugal dos estudos na área do federalismo?

O federalismo suscita interesse em Portugal há muito mais tempo do que se pensa. O século XIX é pródigo em reflexões variadas sobre o tema, em torno de dois eixos fundamentais: a defesa da descentralização administrativa em Portugal (o tema do federalismo surge a propósito das propostas para reforçar o municipalismo) e o debate em torno da «questão ibérica», que motivaram autores de grande relevo no panorama das Letras nacionais a refletir sobre o assunto: Magalhães Lima, Henriques Nogueira, Antero de Quental, Oliveira Martins, entre muitos outros. No século XX, com a ascensão do nacionalismo no panorama histórico e académico, o tema do federalismo torna-se menos popular (tendência que, aliás, não se verifica só em Portugal, embora no nosso caso particular a existência do Estado Novo tenha aprofundado ainda mais essa tendência de silenciamento e desinteresse): as obras sobre a matéria são esporádicas e de pouca originalidade. Todavia, com o desastre da Segunda Guerra Mundial e, no caso específico português, com o 25 de Abril, ocorre um renovado interesse pela temática federalista – potenciado pela rejeição do ideário nacionalista (em geral) e o entusiasmo pelo projeto europeu (em particular). Duas figuras são, a este propósito, determinantes pela sua influência. A primeira é Hermínio Martins, que publica, em 1998, «O federalismo no pensamento político português», a que se junta uma versão inglesa ligeiramente modificada dada a lume na *Portuguese Studies Review* (com o título «Federal Portugal: a Historical Perspective»). Estes textos foram fundamentais para alterar a perceção de académicos e do público em geral relativamente à «herança federal» portuguesa. Até aí, este tópico era considerado ao jeito de «curiosidade histórica», cujas escassez e irrelevância não justificariam uma investigação cuidada. A publicação destes artigos inverteu esta grave lacuna e iniciou um período de grande interesse pelo chamado «federalismo português». Num curto período temporal, académicos portugueses de nomeada como António Teixeira Fernandes, Ernesto Castro Leal, Sérgio Campos Matos, António José Rosas da Silva Pereira, entre outros investigadores, deram a lume publicações sobre esta matéria.

Paralelamente, e numa segunda referência essencial, o tópico do federalismo passa a receber atenção na sua dimensão político-filosófica no mundo académico, sobretudo com os trabalhos que levei a cabo em torno do federalismo de Kant e, em geral, das Luzes (livros e ensaios publicados entre 1995 e 1998), bem como um estudo sistemático sobre o ecossistema filosófico do federalismo norte-americano (onde se inclui o meu ensaio de 2002, «A Revolução Federal», e a tradução do clássico *O Federalista*, em 2003). Na convergência desses passos, onde se inclui uma atenção permanente ao processo oscilatório da integração europeia, deve assinalar-se a inclusão regular destas matérias em programas curriculares no ensino universitário, em todos os ciclos, que desencadeiam o interesse de um público mais vasto. Em síntese, há quatro fatores essenciais que sustentam o estudo do federalismo em Portugal: a existência de uma ampla tradição histórica de interesse pelo federalismo (com auge no século XIX); a abertura do mundo académico a investigações originais nessa matéria; as contribuições seminais de Hermínio Martins (federalismo em Portugal) e do próprio autor destas linhas (federalismo norte-americano, dimensão filosófica e federalismo comparativo – com caso europeu); a existência de um contexto político que potencia a necessidade de compreensão dos modelos federais (aprofundamento do projeto europeu; o crescente interesse pela política norte-americana).

Qual a importância do pensamento republicano português para os estudos sobre federalismo?

O pensamento republicano português é riquíssimo de diversidade nas suas análises sobre o federalismo, tanto na sua dimensão histórica como teórica. O século XIX é pródigo em diversidade e profundidade sobre esta matéria, destacando-se: o republicanismo humanista de Magalhães Lima (focado no papel da educação cívica e da promoção dos laços comunais, a base de um federalismo entendido como panaceia política e social universal); o socialismo progressista de Henriques Nogueira (para quem o reforço do municipalismo seria apenas um primeiro passo no renascimento das liberdades provinciais na Ibéria, iniciando um

processo de irradiação que deveria contagiar toda a Europa); o programa político do Partido Republicano Português (marcado pelo positivismo e pelo socialismo «integral» de Benoît Malon). Merece ainda referência a reflexão teórica de autores como Antero de Quental ou António Sérgio, subsidiária do federalismo socialista-republicano do século XIX, que recolhe em Portugal importantes apoios, por verem na sua filosofia descentralizadora e associativista uma força necessária para combater o crescente centralismo institucional português. Mais do que um «modelo político», o federalismo surgia para estes autores essencialmente como um princípio de organização social e económica, uma lógica promotora de conexões intersubjetivas e colaborações entre diversos grupos livremente constituídos, cujas deliberações deveriam constituir o núcleo da experiência social e política, assim tornada horizontal e policêntrica.

No entanto, a política nacionalista do período subsequente provoca alterações nesse interesse

O interesse sobre o federalismo diminui no século XX, sobretudo devido à experiência política do Estado Novo (centralista, unitarista, pouco dada a experiências de descentralização), e pelo desincentivo das investigações académicas sobre o tema (pela sua aproximação da experiência capitalista norte-americana, pelo discurso internacionalista num período marcado pelo feroz nacionalismo, pelo reduzido acesso a fontes internacionais numa época de fechamento do país sobre si próprio). Há, no entanto, exceções relevantes, como a obra de Armando Cortesão, embora já num contexto pós-Segunda Guerra Mundial. Nesta altura surgem sobretudo propostas federalistas (e não tanto «estudos sobre o federalismo»), nomeadamente focadas na ideia de um federalismo português ultramarino, capaz de reforçar a autonomia das colónias e simultaneamente preservar a integridade da nação (sublinhem-se Marcello Caetano e António de Spínola, entre outros). Esta ideia, firmemente combatida por Franco Nogueira em 1971, retoma hipóteses sugeridas em diversas ocasiões na história portuguesa, sobretudo em momentos de tensão nas relações entre a metrópole e as colónias, aparecendo a ideia de federalismo

como uma hipótese de reconciliação entre as pretensões imperiais de Portugal e as aspirações das colónias ao autogoverno. Estas propostas surgem logo no primeiro quartel do século XIX (relativamente ao Brasil), estendendo-se depois no tempo e no espaço, apelando às vantagens comerciais e geopolíticas de uma federação lusófona. Elaborados ora num contexto socialista ora integracionista, estes projetos eram sobretudo movidos por critérios pragmáticos (insistindo na importância de reforçar os laços com as colónias para obter, acima de tudo, benefícios económicos – tendência que hoje prossegue, já na figura do «aprofundamento das relações com o mundo lusófono»), mas acabaram por ter um impacto prático nulo, sendo ultrapassados pela força das circunstâncias (independência do Brasil, Ultimato inglês e os movimentos independentistas africanos na década de 1970).

E o que muda com o 25 de Abril?

O regresso do interesse pelo federalismo surge num contexto histórico nacional e internacional favorável à própria natureza do tema: o 25 de Abril potencia uma abertura do mundo académico e a renovação do debate pelas teorias democráticas (sobretudo, de matriz internacionalista) e o ingresso de Portugal na CEE (Comunidade Económica Europeia) alimenta novas discussões sobre o projeto europeu, reforçadas particularmente com o Tratado de Maastricht. Os contributos de Hermínio Martins e os meus próprios, mencionados previamente, são fruto destas alterações, tendo produzido uma crescente atenção do mundo académico para uma matéria dormente. Não por acaso, na última década contam-se mais de quinze dissertações de mestrado ou de doutoramento sobre questões que envolvem direta ou indiretamente o problema do «federalismo português» ou do federalismo como problema político, e/ou filosófico e/ou jurídico, dando conta do interesse crescente sobre estes tópicos.

Desde então, quais foram as principais instituições a contribuir para a investigação nesta área?

Não há em Portugal instituições com suficiente projeção ou fundos capazes de potenciarem, por si só, investigações relevantes numa

matéria como o federalismo (o qual, apesar do crescente interesse, é ainda um tema relativamente menor no quadro geral dos estudos académicos). Os estudos existentes têm sido sobretudo dinamizados por figuras individuais, embora sustentadas pelas instituições nas quais operam. Não parece registar-se, contudo, uma relação direta entre a natureza dessas instituições e um maior ou menor interesse na questão específica do federalismo. Naturalmente, a presença do tópico do federalismo em programas curriculares na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa tem potenciado um maior interesse sobre esta matéria junto de jovens investigadores nessa instituição, não sendo por isso um mero acaso o facto de terem surgido nos últimos anos várias teses de licenciatura, mestrado e doutoramento que abordam o tópico. Todavia, não há propriamente um investimento ou um apoio específico da instituição para o estudo desta matéria. Pela natureza do tópico, instituições como o ICS (Instituto de Ciências Sociais), a FDUL (Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa), a FCSH-Nova (a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa) e o ISCSP (Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas) têm prestado atenção ao federalismo, embora não de forma específica, nem no quadro de um projeto particular.

Que contribuições poderíamos considerar como as mais relevantes para a área do federalismo em Portugal?

Destacaria o trabalho de José Gomes André, com a publicação da sua tese de doutoramento sobre James Madison e um texto introdutório à temática do federalismo, bem como a coletânea de textos coordenada por Ernesto Castro Leal sobre federalismo europeu. Publicados mais recentemente, temos o livro de Nazaré da Costa Cabral sobre federalismo financeiro e de António Teixeira Fernandes sobre as relações entre nacionalismo e federalismo em Portugal. De Leonel Ribeiro dos Santos destacaria o texto «A paz como problema filosófico e a ideia kantiana de federalismo», e de António Martins Silva, «Portugal e a Europa. O discurso europeu e federalista da Monarquia à República». A partir de uma perspetiva jurídica, saliento o trabalho de Alessandra Silveira. Para a análise das relações entre autonomia e federalismo, tanto

no quadro nacional, como num plano de política comparada, saliento os estudos de Carlos E. P. Amaral. E o texto de Hermínio Martins, «O federalismo no pensamento político português», como já referi, constitui uma referência incontornável. Da minha autoria, acrescentaria, de 1994, *História e Política no Pensamento de Kant*; de 1996, *Era da Cidadania. De Maquiavel a Jefferson*; de 2003, o estudo introdutório à edição portuguesa de *O Federalista*; e de 2005: «Kant: O federalismo visto da História» e *Metamorfoses. Entre o Colapso e o Desenvolvimento Sustentável*. De 2011 temos a publicação de *Tópicos de Filosofia e Ciência Política*, que constitui uma versão alargada de uma obra de 2002 (*A Revolução Federal. Filosofia Política e Debate Constitucional na Fundação dos EUA*); o artigo «Who Are We, Europeans? What Europeans Can Learn from the USA about Their Own Political Identity», de 2012, chama à colação o problema da identidade europeia. Acrescentaria dois estudos mais próximos sobre a longa crise europeia e a sua pungente incapacidade de se articular num federalismo mínimo, mas fundamental para a sobrevivência do projeto de coabitação pacífica entre as nações europeias, e de projeção da Europa num mundo ameaçado pelo desafio ontológico da crise ambiental e climática: *Portugal na Queda da Europa* (2014), e *Depois da Queda. A União Europeia entre o Reerguer e a Fragmentação* (2019).

Tendo em conta que se trata de uma área de estudo ainda pouco trabalhada entre nós, quais são, na sua opinião, os grandes temas ainda não suficientemente explorados?

Os estudos sobre federalismo em Portugal estão ainda numa fase muito embrionária. Pese embora a importante tradição histórica existente e um crescente interesse, claramente acentuado nas últimas duas décadas, o federalismo tem ainda hoje uma presença marginal nos programas curriculares e nos centros de investigação. Por conseguinte, há inúmeras questões em torno do federalismo que não foram suficientemente exploradas em Portugal. As áreas razoavelmente bem trabalhadas são a história e natureza do federalismo português (sobretudo na sua dimensão histórica) e a importância do federalismo norte-americano e a sua influência ou possível «exemplo» para compreender o projeto

européu. Como tal, destacaria três tópicos em relação aos quais não há ainda estudos relevantes. Em primeiro lugar, uma leitura do federalismo com maior enfoque da Ciência Política: estudos comparativos, eficácia política, tentativa de análise de efeitos práticos e funcionamento dos sistemas federais. Em segundo lugar, um trabalho panorâmico sobre a história do federalismo, na sua dimensão filosófica, política e sociológica, capaz de integrar a experiência norte-americana e os imensos contributos europeus (trata-se de um esforço apenas parcialmente desenvolvido em meritórios mas escassos trabalhos). Por fim, a natureza e importância do federalismo na sua dimensão económica, incluindo a desprezada história económica, capaz de analisar os benefícios (ou defeitos) do sistema de competição fiscal em modelos federais e dos mecanismos de solidariedade financeira interinstitucionais potenciados pelo federalismo em momentos de crise (embora a este propósito já exista um estudo importante de Nazaré da Costa Cabral, como já indiquei). A ausência desta vertente nas Faculdades de Economia e Gestão, em Portugal e noutros países europeus, ajuda a explicar como foi possível ter-se dado corpo a um projeto de união económica e monetária tão carregado de erros de conceção como é o da Zona Euro. Se o projeto europeu sucumbir será também pelo profundo défice epistémico assinalável na área de estudos sobre o federalismo em geral, com destaque específico para os aspetos económicos e financeiros.

Não obstante o debate federalista ter ganho novo impulso com a evolução do projeto europeu, por que motivo, na sua opinião, o estudo do federalismo continua a cativar pouco interesse em Portugal?

De entre as várias razões, destacaria as seguintes. Por um lado, uma incompreensão generalizada do significado essencial do federalismo (problema europeu em geral e não exclusivamente português); confusão entre o termo e a ideia de um «centralismo europeu» ou um «super-Estado europeu», que afasta muitos estudiosos que rejeitam à partida a ideia sem entender que ela está, desde logo, em contradição com o conceito de federalismo. Por outro, a ambivalência (e até ambiguidade) do federalismo cria

problemas; embora muito elogiada na teoria, a prática interdisciplinar nem sempre é bem-vista (por ser confundida com falta de clareza ou rigor), e o federalismo requer uma leitura pluridisciplinar que choca com estes preconceitos académicos. Para os filósofos, tem demasiados elementos materiais e chama em demasia a Ciência Política; para os cientistas políticos, incorre excessivamente em dimensões históricas e teóricas, por vezes mesmo filosóficas, escapando a métodos analíticos objetivos ou quantificadores; para os juristas, convoca excessivamente a política e a filosofia, não se prestando a uma leitura puramente legal ou jurídica. Por fim, o federalismo tem raízes profundas na cultura norte-americana, que por razões históricas e culturais foi preterida no espaço académico português durante décadas por outras influências (sobretudo francesas). Só recentemente essa hegemonia foi posta em causa e serão precisos provavelmente mais alguns anos (ou mesmo muitos anos) para inverter dinâmicas tão fortemente enraizadas no país. Resta acrescentar, ainda, que o próprio federalismo nos Estados Unidos da América¹ foi perdendo muito da sua complexidade conceptual para se transformar numa espécie de ramo especializado da Ciência Política aplicada a assuntos domésticos. O fenómeno da eleição e presidência de Donald Trump constitui um exemplo dramático de como a compreensão da delicadeza e complexidade do federalismo moderno se pode degradar ao ponto de se tornar quase irreconhecível no seu país matricial.

Nas últimas décadas, o que mudou na produção científica no nosso país?

As alterações relevantes nesta matéria dizem respeito aos fundos disponibilizados pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia,² que têm permitido a realização de investigações de doutoramento e pós-doutoramento em números impensáveis há duas ou mais décadas, e que indiretamente potenciaram o surgimento de estudos sobre federalismo que provavelmente não teriam existido sem esses apoios. Não há, porém, uma orientação específica da FCT,

¹ Daqui em diante: EUA.

² Daqui em diante: FCT.

nem de outra instituição científica e/ou acadêmica, no sentido de dinamizar os estudos do federalismo em Portugal. Não existem também em curso, nem nunca existiram (que eu saiba), projetos de investigação na área do federalismo que abarcassem uma equipa ou um tipo de coletivo académico, mas apenas investigações individuais.

Que desafios enfrentam as instituições criadas recentemente em Portugal e que começam a ganhar relevo a nível da produção científica?

Apesar de todos os sucessos alcançados nas últimas duas décadas, os desafios que as instituições enfrentam, talvez com especial ênfase nas áreas das ciências sociais e humanas, continuam a ser de grande monta: falta de recursos financeiros e materiais que permitam suportar equipas em projetos de longa duração; índole periférica do país e da língua portuguesa no quadro internacional, apesar de também aí a língua portuguesa ter obtido importantes sucessos; diminuição de apoios para investigação; carácter bastante fechado das revistas internacionais a matérias como o federalismo, pelas razões já acima apontadas.

Nos últimos anos, tem-se assistido a um aumento de estudantes portugueses que recorrem a instituições estrangeiras enquanto primeira escolha para os seus estudos de graduação ou pós-graduação. No seu caso, todo o percurso foi feito na Universidade de Lisboa, embora tivesse estado na Alemanha antes de terminar o doutoramento. Como avalia a procura crescente por instituições estrangeiras? E o que é que isso nos diz sobre a formação universitária em Portugal?

A experiência de estudo numa universidade estrangeira é não só cientificamente aconselhável, como constitui uma experiência de crescimento pessoal insubstituível. O Programa Erasmus é um dos ativos mais sólidos da construção europeia, e um dos cimentos que mantêm a União Europeia relativamente coesa, no meio das vagas que sacodem o navio em que todos estamos embarcados. As nossas universidades têm evoluído, e parte desse processo ocorre num contexto de cooperação internacional. Uma das fragilidades

da Europa é o seu paroquialismo académico. Também na ciência e no ensino temos de ser capazes de criar uma verdadeira dimensão europeia. O colapso da integração europeia seria um tremendo golpe numa marcha positiva que, com todos os limites, tem sido efetuada.

Consideremos agora o seu percurso pessoal. Quando e como se começou a interessar pela área do federalismo?

Foi o choque com a realidade, como sempre acontece com as coisas mais importantes, que me colocou numa atmosfera profederalista. No verão de 1973, com 15 anos de idade, tive oportunidade de frequentar com sucesso um curso breve do então Círculo de Estudos Ultramarinos. A recompensa foi uma viagem de quase dois meses que me levou a Cabo Verde, Angola e, sobretudo, Moçambique. Assisti dentro da ação ao drama da desagregação do império africano de Portugal. Nessa altura, mesmo no meio militar, já se sentiam os ventos de mudança. Nenhuma voz defendia o velho estilo de colonialismo da Primeira República, que o salazarismo prolongou. Existia uma corrente profederal, que já referi mais acima, e que se refletiu no livro de António de Spínola, *Portugal e o Futuro* (publicado escassas semanas antes do 25 de Abril). A ideia de uma descolonização pacífica estava latente nessa ideia. A tragédia posterior mostrou que só é possível federalismo com democracia representativa. Com Salazar ao leme, o federalismo estava condenado a chegar demasiado tarde. Depois, com o meu interesse por Kant e Nietzsche, dois autores cosmopolitas, e pelas temáticas da paz e do ambiente, o interesse pelo federalismo aprofundou-se e consolidou-se.

Quem são as suas referências intelectuais? E dos académicos que conheceu pessoalmente até hoje, quem o influenciou mais?

Os mestres que me influenciaram, fizeram-no mais no plano do método e da pedagogia do exemplo do que no plano doutrinário. Professores como José Barata-Moura, Joaquim Cerqueira Gonçalves, Manuel José do Carmo Ferreira e Fernando Gil ensinaram-me o rigor do trabalho de investigação. Hermínio Martins ou Daniel Elazar surpreenderam-me pela sua abordagem original

do federalismo. Adriano Moreira é um príncipe intelectual, o maior e mais profundo internacionalista no panorama nacional, que me honra com a sua amizade, e nos revela, tenaz e disciplinadamente, o que deve ser o compromisso cívico dos académicos com o presente e o futuro da humanidade. Também sou marcado pelos mais jovens, como José Gomes André, que é hoje um valor robustamente afirmado nos estudos de federalismo em Portugal. Nos domínios das questões ambientais, destacaria Filipe Duarte Santos, Luísa Schmidt e o falecido Mário Ruivo, deixando mais alguns nomes de fora...

E em sentido inverso, contra que teorias ou argumentos construiu o seu próprio pensamento sobre federalismo?

Não transporto para o plano intelectual a visão binária de conflito que Carl Schmitt tinha da política (a lógica do Amigo/Inimigo). Penso que o pensamento filosófico segue o padrão normal de todo o esforço científico que é o de tentar resolver problemas. No caso vertente dos federalismos (o plural procura assinalar a sua natureza profundamente plástica), parece-me que, se os falhanços dos nacionalismos, imperialismos (incluindo aquele que estava patente no nosso império colonial), funcionalismos (em particular na construção europeia) não provam a bondade do modelo federal, contribuem, pelo menos, para pensar que o contínuo desprezo dos instrumentos federais será mais uma prova concreta de que o preconceito, com toda a sua escolta de horrores, é um dos mais ativos sujeitos da história. Infelizmente...

Se tivesse de escolher uma única obra essencial sobre federalismo para acompanhá-lo durante a sua investigação, qual seria?

O Federalista, de Alexander Hamilton, James Madison e John Jay. É um dos seis ou sete grandes livros de filosofia política que o Ocidente produziu nos últimos vinte e quatro séculos.

Quais são, na sua opinião, as suas três principais contribuições para esta área de estudo?

Tentando um exercício de distanciamento, diria que foram os seguintes. Em primeiro lugar, em conjunto com a primeira

tradução crítica em Portugal de *O Federalista*, concluída em 2003 com o meu amigo João C. S. Duarte, procurei estabelecer um balanço crítico e sistemático dos fundamentos e raízes filosóficos do federalismo norte-americano. Fi-lo não só a partir das fontes norte-americanas, mas também em ligação com o pensamento europeu. O cruzamento com o meu estudo prolongado de Kant contribuiu para uma combinação que me parece virtuosa. Em segundo lugar, procurei identificar uma espécie de núcleo semântico fundamental do federalismo. Um «*software*» federal aberto, que possa ser usado, também, como instrumento hermenêutico. Um exercício concreto da sua aplicação é o dramático campo da triste paisagem da crise europeia pós-2008. A minha meditação sobre a Europa tem-se refletido em livros (1985, 1993, 2005); mas sobretudo desde 2008, a questão de uma visão federal da crise europeia tem ajudado a esclarecer insuficiências matriciais (como é o caso da falha letal de um verdadeiro federalismo fiscal e orçamental). Em 2014 e 2019 dediquei dois livros ao assunto, mas tenho centenas de textos mais curtos e dezenas de conferências sobre essa temática.

E em terceiro lugar, desde muito jovem que as questões da sustentabilidade global, seja no plano estratégico-militar, seja no domínio da crise ambiental planetária, me inquietam. Também aí tenho procurado usar o modelo federal como instrumento para encontrar soluções de governança mundial. Tenho trabalhado esse tema no quadro do conceito de «cooperação compulsória». Em 2016, aliás, coeditei uma obra coletiva em inglês, coordenada por uma equipa chefiada por Paulo Magalhães, onde se propõe uma revolução no direito internacional público (*The Safe Operating Space Treaty. A New Approach to Managing Our Use of the Earth System*. Newcastle upon Tyne: Cambridge Scholars Publishing).

O seu percurso caracteriza-se por uma forte intervenção cívica paralela ao desempenho de funções académicas. Foi presidente da Quercus, colaborou com diversos jornais e revistas, fez parte do Conselho Económico e Social, integrou um grupo europeu responsável por aconselhar a Comissão Europeia em matéria de energia

sustentável, entre outras atividades. Nesse sentido, como percebe a interação entre a política e a academia? Considera que acadêmicos e investigadores têm obrigações perante a sociedade?

Claro que sim. Já nem falo na elevadíssima conceção, quase sacerdotal, que Auguste Comte ou Edmund Husserl tinham acerca do papel pedagógico dos intelectuais e pensadores nas respetivas sociedades. Hoje, já será suficiente se os académicos, seguindo uma recomendação de Hannah Arendt, se mantiverem fiéis à procura e à defesa da verdade factual. Um dos aspetos mais moralmente devastadores do nosso tempo é a venalidade do saber. Hoje qualquer causa, por mais absurda e imoral que seja, parece capaz de comprar um parecer de perito a seu favor. A prostituição académica é algo que me faz ficar colérico...

De que modo pode a investigação académica, em particular na área da filosofia, contribuir para o desenvolvimento do federalismo enquanto fenómeno empírico e político?

Toda a política, como dizia James Madison, faz parte de uma antropologia geral. As instituições e as práticas políticas, ao contrário das tecnologias simplesmente mecânicas e físicas, não têm uma inércia própria. Tudo tem de ser ensinado, reaprendido. Em política, cada geração experimenta o início do mundo. Só assim se explica que a sofisticada república de Weimar tenha abortado no nazismo, ou os desafios e incertezas que a presidência de Trump poderá representar para o sistema constitucional do federalismo norte-americano. A filosofia e a história têm uma missão insubstituível na construção da memória e na produção de um potencial expansivo de pensamento crítico. Sem isso as sociedades perdem o seu sistema imunológico. Em síntese, o federalismo moderno foi inventado no mesmo gesto em que o republicanismo se tornou constitucional e assumiu a designação de «democracia alargada». Essa afirmação da democracia representativa é tão recente – é filha das revoluções dos EUA e da França – que muitos académicos continuam a sonhar com Rousseau num mundo que só poderá sobreviver se levarmos o legado de James Madison muito a sério. Filosoficamente, a resistência ao federalismo é ainda um eco da resistência do Antigo Regime (o feudalismo e o despotismo

sobrevivem numa descendência bastante sofisticada) às teorias contratualistas da soberania popular. O federalismo é a forma política do republicanismo alargado e cosmopolita. É o contratualismo levado ao limite da ideia da humanidade inteira. Não surpreende que continue a gerar tantos anticorpos...

A sua posição foi sempre a de considerar que o federalismo representa a melhor resposta aos desafios globais que o século XXI coloca. Em que medida podemos continuar a defender esta posição, atendendo a que o próprio projeto europeu parece estar a caminho da dissolução (como tem diagnosticado em entrevistas e comentários recentes)?

Temos de distinguir entre a valia intrínseca de um modelo político e a oportunidade da sua aplicação concreta num determinado momento histórico. O que está a acontecer, que é a possível desintegração do projeto de construção europeia iniciado desde 1945-1950, não consiste no fracasso do federalismo, mas, pelo contrário, no fracasso dos seus modelos rivais: funcionalismo e neonacionalismo hegemónico. Se tudo se desmoronar, iremos precisar do federalismo para trabalhar a unidade europeia, outra vez, a partir dos escombros.

O que podemos, então, aprender com experiências passadas felizes (como o projeto norte-americano) e experiências (aparentemente) falhadas (como o protofederalismo europeu)? Vivemos hoje um momento de viragem no estudo do federalismo?

As lições principais são cinco. Não é possível ter uma união monetária sem união política e orçamental prévia. Não é legítimo controlar o poder orçamental dos parlamentos nacionais através de uma burocracia não eleita. Nenhum povo aceita, por muito tempo, uma contradição, como a que existe hoje na Europa, entre uma *democracia sem poder* (o caso dos governos nacionais dos países endividados da eurozona) e um *poder sem democracia* (o Banco Central Europeu, órgão mais transcendente do que independente, funciona hoje como o equivalente ao Destino, na tragédia grega...). Não é possível criar uma união federal sem uma proposta de futuro a atingir em comum, e tendo como cimento

apenas o medo resultante da implosão do sistema monetário a que os povos estão acorrentados. Nos últimos anos, a União Europeia tornou-se num estudo de caso de tudo o que nunca deveria ter sido feito... Por fim, a escala dos problemas deve ditar a escala em que se coloca a solução: temos tido uma crise de dimensão europeia com panaceias nacionais e só um milagre, que não ocorreu nem provavelmente irá ocorrer, permitiria que esta assimetria de escalas pudesse resolver a crise.

Ainda assim, podemos dizer que o impacto da recente crise económico-financeira aumentou, de alguma forma, a consciência política dos cidadãos sobre o federalismo ou sobre a possível necessidade de avançarmos para um efetivo federalismo europeu?

Os cidadãos estão claramente mais avançados do que os seus governos em matéria de integração europeia. Os barómetros de opinião revelam-no, mesmo em matérias delicadas como os refugiados, ou mais recentemente na abertura para uma maior integração europeia das políticas de saúde na resposta à presente crise pandémica. Mais ainda: a maioria dos europeus estaria disposta a aceitar reformas que estabilizassem o euro. Os inquéritos revelam que nenhum povo quer sair da eurozona (nem os gregos no auge da crise, em julho de 2015), ao contrário do que os populistas parecem querer sugerir ou propor. O problema é que os governos nacionais dos países mais importantes, com a Alemanha à cabeça, preferem arriscar a fragmentação e o caos, a ceder competências e recursos financeiros para uma instância de poder verdadeiramente europeia. Um problema antropológico velho como a História e profusamente tratado em *O Federalista*...

Atendendo ao funcionamento tradicionalmente centralizado do nosso país e à existência de regiões autónomas, faz sentido ponderar algo como um sistema federal em Portugal? Ou devemos considerar o processo de regionalização como um nível intermédio mais adequado?

O federalismo, entre outros fins de menor alcance, existe para permitir uma vida em conjunto de comunidades, com traços identitários bastante diversos, que foram ou podem tornar-se em

inimigos potenciais. O modelo constitucional suíço de 1848 foi o resultado de uma guerra civil em 1847, entre cantões católicos e protestantes. O II Reich Alemão de Bismarck, com a sua Constituição de 1871, onde se combinam federalismo e autoritarismo, teve como facto antecedente significativo não apenas a guerra franco-prussiana de 1870, mas sobretudo a guerra civil alemã de 1866, que, erradamente, designamos como guerra austro-prussiana. No caso português, a estabilidade das fronteiras coincide com uma fortíssima identidade nacional (às vezes, excessiva...). A geografia, contudo, dita a necessidade e a utilidade de um federalismo mitigado, que está consagrado de modo bastante sábio na Constituição de 1976 através das regiões autónomas dos Açores e da Madeira. No território continental, e num desejável contexto de federalismo europeu, o que precisamos é de uma burocracia mais preparada e efetiva, de uma administração central mais descentralizada e de uma escala regional, com competências modestas, entre o nível autárquico e o plano nacional. Esse nível regional só não existe já porque o país ainda se encontra em estado de choque com o disparatado projeto de regionalização proposto em 1998, que os eleitores com suprema sageza desbarataram nas urnas. O federalismo é demasiado sério para brincarmos com ele. Para isso já chegou o Henrique Trindade Coelho com o seu bizarro projeto de 1922...

Qual é a sua agenda de investigação presente e futura?

Encontro-me a trabalhar em vários projetos: um deles será uma grande obra interdisciplinar, feita com vários autores, sobre o federalismo. Um outro, mais individual, prende-se com as questões filosóficas levantadas pela crise ambiental.

Que temáticas determinarão a agenda futura do estudo do federalismo?


Em primeiro lugar, importa perceber que tipo de sistema internacional vai resultar desta longa agonia nas ruínas do sistema bipolar, rompido com o fim da Guerra Fria. O milagre da implosão pacífica da URSS deu lugar a uma tentativa frustrada de unipolarismo norte-americano. Espera-se que os EUA sejam capazes de

aceitar a ideia de que o melhor caminho para a paz é o de contribuir para um sistema multipolar, onde a China, a Índia, o Brasil, a Rússia, e esperemos que também a União Europeia, possam ter um papel. Evitar que esse novo sistema se torne num diretório hegemónico, criando regras de convivência universais e consentidas, será uma das tarefas da agenda federal. Renovar o direito internacional público, em torno do conceito de bem comum da humanidade, será uma missão gigantesca, seja nas questões dos regimes internacionais sobre questões ontológicas (de vida ou de morte), como é o caso do clima e do ambiente, seja nas frentes do comércio internacional e do sistema financeiro, cuja desregulação tem provocado muito sofrimento e injustiça à escala global. Os desafios são imensos, nomeadamente, na gestão dos tremendos impactos da robótica (em particular sobre o mercado de trabalho) e das imensas questões éticas levantadas pelas biotecnologias e pela nanotecnologia. Sobretudo, o futuro coloca-nos uma população mundial maior e mais exigente em recursos, habitando um planeta submetido a um *stress* de uso sem paralelo histórico. Precisamos de uma política complexa e paciente para pensar, agir e administrar um mundo cada vez mais intrincado. A tradição federalista não tem rival neste domínio. O federalismo é a única forma de republicanismo capaz de permitir a existência de democracias representativas à escala mundial. O federalismo parece-me ser o mais positivo modelo de republicanismo capaz de sobreviver à longa corrida de fundo da história contemporânea.

O que recomendaria a jovens investigadores que pretendam dedicar-se à área de estudo do federalismo?

Que se sintam à vontade, pois não será por falta de temas que não terão sucesso nas suas investigações. Seja no plano teórico, seja no plano mais empírico, está muitíssimo por fazer. Veja-se, por exemplo, o absurdo de ainda não existirem edições críticas dos maiores pensadores e atores da construção europeia. Sejam eles federalistas, como Altiero Spinelli, ou tendencialmente federalistas, como Jean Monnet. Depois há um campo vastíssimo para estudos de caso sobre experiências federais concretas. A confederação helvética ou o federalismo alemão, pós-1945, precisam de

mais investigação. Carecemos também de investigação comparativa entre experiências e sistemas federais. Falta muita investigação sobre o que significa a aplicação dos princípios, daquilo que designo como o «*software* federal», a áreas concretas da governação, como é o caso das políticas monetária e económica. Isso, aliás, está na raiz da atribulada situação em que mergulhámos na eurozona desde 2008. Outro campo muito vasto, e com grande interesse prático, é o da aplicação da ótica federal a reformas institucionais que intensifiquem a participação democrática dos cidadãos e uma utilização mais adequada (também na lógica custo-benefício) dos recursos financeiros e materiais, em geral. Portugal teria beneficiado deste contributo aquando da malograda tentativa de regionalização no final do século passado. Podemos aprender com os erros no redesenho do poder local e regional que, mais tarde ou mais cedo, será imposto pela realidade dinâmica em que nos encontramos mergulhados.³



³ Viriato Soromenho-Marques agradece ao colega José Gomes André o apoio prestado no processo de entrevista.

Leituras recomendadas

- ELAZAR, Daniel. 1987. *Exploring Federalism*. Tuscaloosa: The University of Alabama Press.
- KARMIS, Dimitrios, e Wayne Norman, coords. 2005. *Theories of Federalism: a Reader*. Nova Iorque: Palgrave.

Obras de referência

- AMARAL, Carlos, coord. 2019. *Federalismo em Tempos de Renacionalização*, Coimbra: Almedina.
- ANDRÉ, José Gomes, José Manuel Santos e Bruno Peixe Dias. 2015. «Federalismo: tendências contemporâneas». In *Teorias Políticas Contemporâneas*, coords. J. G. André, J. M. Santos e B. P. Dias. Lisboa: Sistema Solar, 151-170.
- CABRAL, Nazaré da Costa. 2013. *A Teoria do Federalismo Financeiro*. Coimbra: Almedina.
- CUNHA, N. F. da. 2001. «O salazarismo e a ideia da Europa». In *O Federalismo Europeu – História, Política e Utopia*, coord. E. C. Leal. Lisboa: Edições Colibri, 153-179.
- FERNANDES, António Teixeira. 2008. *Nacionalismo e Federalismo em Portugal*. Porto: Afrontamento.
- MOREIRA, Adriano. 2009. *Ciência Política*, 4.^a ed. Coimbra: Almedina.
- SILVEIRA, Alessandra. 2007. *Cooperação e Compromisso Constitucional nos Estados Compostos. Estudo sobre a Teoria do Federalismo e a Organização Jurídica dos Sistemas Federativos*. Coimbra: Almedina.
- SOROMENHO-MARQUES, Viriato. 2011, *Tópicos de Filosofia e Ciência Política. Federalismo. Das Raízes Americanas aos Dilemas Europeus*. Lisboa: Esfera do Caos Editores.
- SOROMENHO-MARQUES, Viriato. 2014, *Portugal na Queda da Europa*. Lisboa: Temas e Debates.

PODER LOCAL

segundo

Filipe Teles

*Susana Coroado
e José Miguel Duarte*



FILIPE TELES

é docente no Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território, na Universidade de Aveiro. Doutorado em Ciências Políticas e membro da Unidade de Investigação em Governança, Competitividade e Políticas Públicas, onde tem desenvolvido trabalho de investigação em governação e administração local e regional, reformas territoriais, liderança política e inovação. É autor e coautor de vários livros e de artigos em revistas académicas de referência. Coordena o Programa Integrado de I&D «CeNTER Redes e Comunidades para a Inovação Territorial» e o Projeto de IC&DT «DECIDE Governação Territorial Descentralizada». Coordenador da Secção de Governação e Política Local da APCP.

Como foi o seu percurso académico?

É, provavelmente, uma história invulgar. Fiz uma licenciatura em Engenharia e Gestão Industrial na Universidade de Aveiro. Porém, imediatamente após a conclusão do curso e percebendo que tinha mais interesse e motivação científica em áreas mais próximas das ciências sociais, acabei por me inscrever num programa de mestrado em Ciências do Trabalho que estava a iniciar-se no ISCTE, em Lisboa. Era um mestrado interdisciplinar com cadeiras de Sociologia do Trabalho, Psicologia Social das Organizações, Direito do Trabalho e das mais diversas áreas ligadas à política laboral. Precisamente quando estava na fase de conclusão do mestrado, fui convidado para ser chefe de gabinete do, então, presidente da Câmara Municipal de Aveiro, o que me fez interromper um percurso académico que era já pouco habitual. Ocupei-me durante cinco anos daquela função, o que me colocou ainda bastante novo num contexto muito desafiante, não só pela idade que tinha [24 anos], mas porque me obrigou a aprender rapidamente muito sobre muita coisa. Foi uma mudança radical, uma experiência profissional de imersão em contexto de governação local, com todos os desafios que os municípios portugueses enfrentavam no início de século XXI e com uma dinâmica de crescimento muito significativa. Não tendo esta experiência profissional sido planeada nem havendo, da minha parte, um especial interesse na atividade partidária ou política, no momento em que se anunciava um final de mandato, voltei a contactar algumas pessoas que conhecia na academia. Estava já a pensar num programa de investigação, eventualmente um doutoramento. Cinco anos depois de ter deixado a academia, eu precisava de algum tempo de habituação ao contexto e fui, durante um período muito breve, bolseiro de investigação. O desafio era aproveitar aqueles meses de bolsa para desenhar um projeto de doutoramento e fi-lo de forma muito consciente (e também, felizmente, bem aconselhado) na área da governação local. Foi um regresso às origens num projeto que estava a ser desenvolvido pelo, então, Centro de Estudos em Governação e Políticas Públicas [hoje GOVCOPP]. Durante aquele período como bolseiro de investigação, estive envolvido na organização de uma conferência internacional sobre o Estado, as Políticas Públicas e a

Administração Pública, o que me deu a oportunidade para contactar um conjunto de especialistas na área, incluindo aquele que viria a ser o meu orientador de doutoramento, o Gerry Stoker, que na altura estava na Universidade de Manchester.

Dos académicos com quem trabalhou ou já conheceu, quem o influenciou mais?

Prefiro ultrapassar as referências mais clássicas e mencionar as pessoas com quem estou a trabalhar de momento, com quem tenho mais proximidade e participado em diferentes projetos. O Pawel Swianiewicz da Universidade de Varsóvia, o Colin Copus da DeMontfort University no Reino Unido, o Hubert Heinelt que acabou de se reformar... tantos outros! Outra referência dos estudos em governação local continentais é o Hellmut Wollmann, que já se jubilou há algum tempo, mas que continua particularmente ativo. O Bas Denters na Holanda, o Nikos Hlepas na Grécia, o Anders Lidstrom na Suécia, com quem tenho estado a trabalhar muito próximo num novo projeto.

Qual a agenda atual no estudo do poder local?

Se há agenda que marcou as últimas duas décadas na Europa foi a das reformas territoriais. E é um tema inacabado! O projeto COST, em que estive envolvido recentemente, tinha uma agenda muito clara: mapear as reformas e tendências de reforma da governação local na Europa. Este projeto, do qual integrei o *management committee*, foi muito importante do ponto de vista pessoal e académico. A Universidade do Minho também integrou os trabalhos com o Miguel Rodrigues e, mais tarde, o António Tavares, bem como alguns colegas e estudantes de doutoramento aqui de Aveiro. Mas o mais importante – e provavelmente todos os investigadores envolvidos sentirão o mesmo – é que se conseguiu através desta indicativa criar uma verdadeira comunidade de pessoas da Ciência Política e da administração pública que trabalham sobre o governo local na Europa.

Se olharmos para a história dos estudos sobre governação local, durante muito tempo uma das principais agendas de investigação foi a do estudo comparado das administrações locais. Ao mesmo

tempo, assistimos a contributos importantes das abordagens mais tradicionais da Ciência Política sobre o comportamento eleitoral, sobre a relação vertical entre os poderes local e central, bem como as questões de eficiência da administração pública local. Foi uma agenda fácil de identificar até à década de 80 do século xx. A partir de 1991, teve início a democratização dos designados países do Leste e, com isso, as primeiras eleições democráticas a nível local. A reorganização do poder local nesses países gerou uma nova vaga de interesse. As reformas estruturais que se seguiram bem como as reformas do Centro e do Norte da Europa no início do século XXI tiveram essencialmente duas grandes preocupações: a eficiência por via da escala que gerou grandes movimentos de fusão de municípios e uma vaga de democratização associada à descentralização de competências. Identificamos aqui três pilares que marcaram as reformas na Europa: descentralização, democratização e reformas territoriais.

Hoje a agenda continua particularmente rica e as oportunidades de investigação nesta área são imensas. Aliadas às questões de escala, encontram-se a definição de novas competências e a relação vertical entre os poderes central e local. Aqui surge uma terceira agenda, quase óbvia, sobre a capacidade do governo local de decidir, deliberar, implementar e avaliar políticas públicas. O mapa da governação local tornou-se extremamente complexo, tanto o mapa físico como o das competências, nas relações entre as instituições locais e nas relações multiníveis. Tudo isto desencadeou, também, questões fundamentais sobre sustentabilidade, transparência, liderança política e sobre cooperação entre municípios.

Os desafios que enfrentou no início da sua carreira são muito diferentes dos de hoje?

O contexto nacional foi mudando em termos de política de ciência e da capacidade de financiamento de projetos de investigação. O modo de constituir equipas é diferente. As carreiras académicas são pensadas de modo diferente, bem como os programas doutorais. Temos cada vez mais pessoas nos doutoramentos que vêm à procura de uma formação superior e não necessariamente de um passo para uma carreira de investigação. A nível pessoal,

a minha visão também mudou imenso porque se alteraram as responsabilidades sobre esta matéria. Hoje encontro-me a gerir projetos de investigação, e tal implica outra responsabilidade e outro tipo de disponibilidade. Ao mesmo tempo, estou consciente da grande tarefa que é orientar alunos, lecionar, gerir programas de investigação e participar em redes de investigação, estar preocupado com a disseminação de conhecimento nesta área junto de públicos que não apenas os académicos, tentar marcar uma agenda que possa influenciar políticas públicas e a própria agenda da comunidade dos cientistas políticos em Portugal. São tarefas múltiplas e simultâneas! Por exemplo, conseguir constituir uma secção especializada em governação e política local na Associação Portuguesa de Ciência Política foi um passo importante.

Tentar tocar todas estas esferas de atuação torna o dia a dia do investigador muito mais difícil, mas também mais rico. Nem é tanto o contexto institucional, da Ciência Política ou da política de ciência em Portugal que mudou, embora ambas tenham mudado, que altera a minha visão. Hoje existe uma maior partilha de conhecimento, a facilidade de criar redes e equipas é muito maior, e o acesso à informação é muito mais fácil. Até as redes sociais são úteis como instrumento de comunicação entre investigadores. Temos uma hiperdisseminação do conhecimento científico. Falta democratizá-lo.

Eventualmente aquilo que menos mudou foi a dimensão da – pequena – comunidade de cientistas políticos que se dedicam a esta área em Portugal. Quando passei a ser docente no Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território, tinha como colegas o Carlos Jalali, o José Manuel Moreira e o André Azevedo Alves. Com a saída dos dois últimos, só passámos a três com a vinda do Luís de Sousa (que, entretanto, regressou ao ICS). Hoje a equipa vai-se alargando com mais gente a trabalhar nesta área (a Patrícia Silva, a Sara Moreno Pires, o Luís Mota, a Teresa Ruel...). A principal questão continua a resultar do facto de nem sempre com o vínculo ou com as condições que desejamos para que este trabalho se faça. Juntamente com os colegas que trabalham em planeamento regional e urbano, temos hoje a capacidade,

na Universidade de Aveiro, de responder aos desafios que nos são colocados. Mas, sobretudo, temos a capacidade de propor os nossos próprios projetos e de os liderar. Temos, também, uma colaboração muito estreita com a Universidade do Minho e com o Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa o que nos permite constituir uma interessante rede de investigadores. Na Universidade de Aveiro há uma clara aposta nesta área com uma perspetiva muito aplicada da Ciência Política, «*policy-oriented*» e vocacionada para os níveis local e regional. A nossa unidade de investigação – GOVCOPP – não se cinge apenas às questões do poder local, mas tem uma atenção particular ao território e à região, pelo que se tornou uma referência e um parceiro indispensável em projetos nacionais e internacionais. Por causa destas redes que vão sendo criadas, pela confiança que se gera entre os parceiros e pelo reconhecimento que é dado pelas avaliações e pelo conhecimento que aqui é gerado.

Como é trabalhar afastado do centro do poder, ou seja, em Aveiro e não em Lisboa?

Como a maior parte das pessoas que trabalham nesta área, tenho um gosto profundo pelo poder descentralizado e uma convicção quase clubística de que a governação de proximidade tem muitas vantagens. E isso torna a resposta à pergunta muito óbvia: em países como o nosso, que padecem de práticas de centralismo, também na vida académica isso se faz sentir. Não necessariamente entre os académicos, apesar de também acontecer, mas particularmente na visibilidade do trabalho desenvolvido. O centro de poder não é apenas político, mas também mediático. É verdade que nestas matérias de território nós já vimos sendo chamados a intervir e a ter uma voz, mas não é tão fácil como se estivéssemos no centro do poder. Lecionar não é difícil porque temos muitos estudantes a procurar as licenciaturas e os mestrados da Universidade de Aveiro e o nosso departamento, com investigadores e profissionais interessados. Investigar também não é o problema porque o trabalho e a proximidade se fazem muito ao nível de redes nacionais e internacionais e com os instrumentos de comunicação que estão ao nosso alcance. A disseminação do

conhecimento, a influência e qualificação das políticas públicas e a participação no espaço público é que é sempre mais difícil.

Na sua opinião, quais são os fatores ou momentos determinantes no estudo da governação local em Portugal?

É uma pergunta difícil de responder, mas fazendo uma breve revisão, eu apontaria quatro fases marcantes pelas circunstâncias. Em primeiro lugar, o processo de democratização criou uma oportunidade evidente de interesse científico e de investigação e teve uma resposta imediata. Naturalmente, a adesão Europeia e a transformação profunda que se fez sentir nos meios, instrumentos e práticas da administração local veio tornar ainda mais premente a necessidade de um olhar particular e diferenciado sobre o poder local. Não sei se fomos arrastados pelas circunstâncias ou se fomos mudando o olhar sobre as próprias circunstâncias, mas julgo que o final do século xx e o início do século XXI, com o aumento de competências dos municípios portugueses, obrigou a uma atenção mais particular sobre estas matérias. Foi um segundo marco que tem um momento importante em 1999 com a transferência de competências na área da educação para os municípios. Foi o momento em que, por via até dos fundos comunitários e de uma estruturação regional através das CCDR, que gozam de uma autonomia significativa na distribuição desses fundos, obrigou a olhar para esta questão de forma mais atenta.

Depois há um terceiro processo, na primeira década já deste século, com a criação das atuais áreas metropolitanas e comunidades intermunicipais, que até 2012 foram tendo várias denominações, formatos e atribuições. O período decorrente da intervenção da *Troika*, da tentativa de controlo da despesa pública, do livro verde da reforma da administração local, da reforma territorial das freguesias, e das alterações do enquadramento e funcionamento do sector empresarial local leva a esta fase em que estamos agora. A – permanentemente anunciada – descentralização ocorrerá na sequência destes processos acelerados que, a exemplo de outros países europeus, se caracterizam – cada vez mais – pelo aumento da frequência, da intensidade e da diversidade das reformas da governação local.

O poder local em Portugal acompanhou, com atraso, aquilo que foi o ritmo europeu de reformas, mas está ainda longe dessa agenda: marcada pelas preocupações de eficiência, democratização e descentralização.

Quais os temas que ainda estão por explorar nesta área?

No caso português, sublinharia a questão da coesão territorial. Importa olhar para a política de cidades, mas é determinante olhar para todo o território. O país não é só urbano nem é só o centro de poder, tem realidades muito díspares. Temos um modelo de governação de municípios igual para todo o país, mas cada um deles tem realidades territoriais, sociais, económicas e culturais muito diferentes. Há imensas questões que se colocam! Devemos promover um cruzamento de áreas científicas para as abordar. Não é apenas a Ciência Política, mas também a administração pública, o ordenamento do território, a economia e a demografia que são necessárias para estudar este desafio da coesão territorial em Portugal.

A governabilidade é outro desafio. Temos um modelo complexo de governação e nem sempre com uma distribuição muito clara de competências. Para além das regiões autónomas dos Açores e da Madeira, temos uma «pseudo» autonomia regional com as CCDR, cada vez com mais poderes e maior discricionariedade no seu uso. Acrescem as comunidades intermunicipais, as áreas metropolitanas e os governos locais, tanto a nível municipal quanto a nível da freguesia. Se há «multinível» é precisamente aqui! No meio desta malha, existem ainda entidades da administração pública desconcentrada, entidades que resultam da agregação de outras: como as associações intermunicipais, arranjos institucionais que decorrem dos incentivos financeiros vindos dos fundos comunitários, grupos de acção local, entidades gestoras de planos de valorização do território, etc. Muitos autores referem o que, em tradução livre para português, se poderia chamar uma cidadania confusa. É cada vez mais difícil ao cidadão compreender onde está o lugar da responsabilidade numa determinada decisão política.

Esta malha tão complexa convoca para a mesa da discussão a necessidade de clarificar competências, mas também de criar

os instrumentos que garantam a avaliação de políticas públicas. O legislador precisa de ajuda, mas isso só ocorrerá quando este for capaz de conhecer o poder local e não apenas o local do poder. Um tema menos óbvio: a agenda da política de cidades e, em particular, as questões de sustentabilidade, as alterações climáticas, a resiliência urbana, a inclusão, entre outros. Existe um conjunto de novos desafios de sustentabilidade que são cada vez mais apropriados pelas cidades a nível global do que pelos governos nacionais. Temos «pano para mangas» para os próximos anos se nos dedicarmos a olhar para a sustentabilidade e para a coesão territorial: e não estaremos longe das agendas europeias.

Quais têm sido as suas principais contribuições para o estudo do poder local?

Talvez possa fazer referência a três áreas. Uma é a da cooperação intermunicipal no contexto europeu. Pode ser entendida como um contributo efetivo porque já temos resultados dos projetos de investigação, publicações que estão a ajudar a encontrar caminhos na investigação, particularmente em termos de comparação europeia. A segunda encontrava-se em curso e está relacionada com os projetos em que estou envolvido sobre redes e comunidades para a inovação territorial e a governação territorial descentralizada. São dois projetos que abordam muito mais os desafios que referi sobre coesão territorial, inovação, governação, *accountability* e transparência. Provavelmente não se trata de fugir à cooperação intermunicipal, porque foi a partir dela que surgiram estes novos desafios e contributos. A articulação interinstitucional tornou a política local mais complexa. Em terceiro lugar, e com um livro acabado de sair pela Palgrave (*Close Ties in European Local Governance: Linking Local State and Society*), tenho estado a trabalhar, com uma rede muito significativa de colegas em vários países europeus, sobre as relações e os mecanismos de colaboração entre o poder local e a sociedade civil.

Existem, assim, vários projetos a decorrer e debates que queremos gerar sobre estas matérias. Estes três pilares são contributos recentes e mais marcantes.

Do ponto de vista da comunidade científica, por via dos projetos europeus que já mencionei, julgo que ajudar a colocar os estudos sobre governação local em Portugal também na agenda europeia é um contributo importante. O meu envolvimento no Governing Board da European Urban Research Association e no Steering Committee do Local Government and Politics Standing Group da ECPR, podem ser exemplo disso.

Já tem em mente os seus projetos futuros?

Estão tantos projetos em curso que não espero mais nos próximos tempos! Mas a qualificação das políticas públicas a nível local e regional, por via de sistemas de apoio à decisão, parece-me ser uma área extremamente importante. Como tema propriamente dito, gostava daqui a algum tempo de poder dedicar maior atenção a uma área específica que é a das novas agendas de política urbana sobre sustentabilidade e inclusão.

Há novos desafios por aí, nomeadamente dois novos livros que se estão para sair em breve, *Local Government in Europe* e *Urban Policy in Europe*, editados em conjunto com alguns colegas de diferentes países. Entretanto, estou também envolvido em dois projetos Horizonte 2020 sobre soluções baseadas na natureza a nível urbano e sobre economia circular da água.

Os resultados do projeto que referi sobre os mecanismos de colaboração entre a sociedade civil e os governos locais irão continuar a dar frutos, nomeadamente através de um segundo volume, que já temos planeado, que resultará de um questionário que está a ser aplicado em vários países europeus.

Se tivesse de escolher uma obra essencial na área do poder local, qual seria?

Eu sou um terrível bibliófilo porque consumo tudo. Em temas mais ligados a reformas territoriais, o *Territorial Choice* do Harald Baldersheim e do Lawrence Rose, ambos autores que aconselho. Estas matérias poderiam ser acompanhadas de dois livros recentes que editei com vários colegas: *Inter-municipal cooperation in Europe: Institutions and Governance* e *Sub-municipal governance in Europe: decentralization beyond the municipal tier*.

Acrescentaria *Comparing Local Governance* editado pelo Bas Denter e *Governing Modern Societies* do Hubert Heinelt. Mais sobre política urbana, seria o *Oxford Handbook of Urban Policy*. Depois viria uma lista com *Leading the inclusive city* do Robin Hambleton, *The politics of Urban Governance* do Jon Pierre, e *European cities* do Patrick Le Galès.

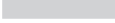
Claro que quase todo o trabalho sobre governação local do Gerry Stoker precisa de ser igualmente recomendado. Mas se quisesse indicar a um aluno uma introdução, um abrir de horizontes com diferentes abordagens relativamente recentes, eu diria o *Oxford Handbook of Local and Regional Democracy in Europe*. Para um olhar breve sobre o futuro, uma curta publicação que resultou do programa COST que referi: *The Future of Local Government in Europe: Lessons from Research and Practice in 31 Countries*, editado por Christian Schwab, Geert Bouckaert e Sabine Kuhlmann.

Estou, neste momento, em processo de trabalho para a preparação de um *Handbook on Local and Regional Governance*, que fui convidado a editar. Um volume extenso e que irá reunir grande parte dos autores a que fiz referência ao longo desta entrevista. A saída está prevista para 2022, mas fica já a recomendação. E a lista já vai longa!

Conselhos para um jovem investigador que queira enveredar por esta área?

Em primeiro lugar, despir-se dos estereótipos que possa ter sobre o poder local. Segundo, munir-se de fortes competências que dentro da Ciência Política são importantes, quer do ponto de vista teórico, quer metodológico. Mas isto é um conselho aplicável a qualquer investigador. Depois, passar em revista este percurso que fizemos pela história dos estudos sobre governação local das últimas décadas. Por último, uma espécie de consciência de que há uma grande necessidade de conhecimento nesta área. Por isso, exige-se uma responsabilidade social científica com o trabalho que venha a produzir. Depois tornar-se-ão todos localistas e anticeutralistas... mas isso virá com o tempo!

É certo que irão trabalhar numa comunidade pequena, mas muito coesa a nível internacional e especialmente multidisciplinar. No fundo é isto: competências, conhecimento e um trabalho que qualifique as políticas públicas.



Leituras recomendadas

- HAIDER-MARKEL, Donald, coord. 2014. *The Oxford Handbook of State and Local Government*. Oxford: Oxford University Press.
- HULST, Rudie, e André van Montfort. 2007. *Inter-Municipal Cooperation in Europe*. Dordrecht: Springer.
- TELES, Filipe, Adam Gendzwil, Cristina Stanus, e Hubert Heinelt, coords. 2020. *Close Ties in European Local Governance – Linking Local State and Society*. Basingstoke: Palgrave Macmillan.
- TELES, Filipe, e Pawel Swianiewicz, coords. 2018. *Inter-Municipal Cooperation in Europe*. Cham: Palgrave Macmillan.

Obras de referência

- ALLEGRETTI, Giovanni *et al.* 2012. *O Acesso Formal dos Imigrantes no Contexto Local: Eleitores e Eleitos nos Municípios e Freguesias Portuguesas*. Coimbra: Almedina.
- ALEXANDRINO, José. 2016. «Dez questões em torno do lugar das freguesias na organização do Estado». In *As Freguesias na Organização do Estado – Um Património Nacional*, coord. Carlos Batalhão. Lisboa: Anafre.
- ALMEIDA, Maria A. 2014. *Dicionário Biográfico do Poder Local em Portugal, 1936-2013*. Lisboa. e.book.
- BATALHÃO, Carlos, coord. 2016. *As Freguesias na Organização do Estado: Um Património Nacional*. Lisboa: Anafre.
- OLIVEIRA, António. 2008. *Crimes de Responsabilidade dos Eleitos Locais*. Braga: CEJUR.
- RODRIGUES, Miguel *et al.* 2009. *A Prestação de Serviços Públicos nas Autarquias Locais*. Municipalismo. Santarém: Associação dos Técnicos Administrativos Municipais.
- RUIVO, Fernando. 1988. «Poder Local». *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 25/26.
- TAVARES, António F., Luís de Sousa, Nuno Ferreira da Cruz, e Susana Jorge. 2015. *A Reforma do Poder Local em Debate*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- TELES, Filipe. 2021. *Descentralização e Poder Local em Portugal*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

segundo

Maria Raquel Freire

*Felipe Albuquerque
Paulo Pacheco
e Isabel Sardo*



MARIA RAQUEL FREIRE

é titular de uma Cátedra Jean Monnet, investigadora do Centro de Estudos Sociais e professora catedrática de Relações Internacionais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. É doutorada em Relações Internacionais pela Universidade de Kent, Reino Unido (2002). É atualmente coordenadora do Centro de Excelência Jean Monnet da Universidade de Coimbra.

Qual é, na sua opinião, a melhor definição do que se entende por disciplina das Relações Internacionais?

Sendo difícil de sintetizar, eu diria que tem a ver com o estudo do internacional, pensado de uma forma abrangente, no sentido de inclusão de vários elementos, desde os contextos, espaços e atores, às dimensões sectoriais que podem ser integrados nas análises. O estudo das Relações Internacionais é, em meu entender, multi-nível, ou seja, os atores das Relações Internacionais são diversos, alguns de cariz estatal, outros sem este estatuto, e outros ainda com dimensão transnacional. Quando olhamos para a área das Relações Internacionais, podemos estar a trabalhar a nível do sistema internacional, a nível do Estado, podemos estar a trabalhar numa dimensão intraestatal e mesmo infraestadual, se nos estivermos a focar por exemplo numa região e nas suas ligações com outras regiões do sistema, ou até mesmo a trabalhar comunidades locais. Deste modo, vejo as Relações Internacionais como uma disciplina que olha e trabalha o internacional em múltiplas escalas, do nível macrossistémico até ao nível micro, podendo inclusive analisar o nível do indivíduo, quando trabalhamos por exemplo questões de liderança.

Qual a importância que atribui à disciplina das Relações Internacionais?

As Relações Internacionais são fundamentais para nos ajudar a pensar naqueles que são os principais desafios internacionais que se nos colocam, quer através de estudos mais teóricos, quer através de análises mais empíricas. Procura-se olhar e pensar desafios e oportunidades numa lógica o mais construtiva possível. Se na base dos estudos esteve a questão da guerra e da paz, eu diria que esta não deixou de ser uma preocupação fundamental, apesar da maior abrangência temática e pluralidade teórica que encontramos hoje presente nesta área de estudos. Muitos dos contributos remetem, de facto, para estas questões relacionadas com a paz, violência, maior ou menor segurança, maior ou menor estabilidade, maior ou menor cooperação, logo, os contributos e as reflexões das Relações Internacionais vão muito no sentido de tentar olhar estas questões, mas sobre uma perspectiva plural. Assim,

quando nós temos diferentes perspetivas teóricas a lerem estas mesmas realidades, vamos ter diferentes leituras destas mesmas realidades e isto permite-nos uma reflexão mais aprofundada e um debate mais denso. A riqueza da disciplina resulta desta diversidade e deste pluralismo.

Quais as instituições que têm desempenhado um papel de maior relevo relativamente a esta temática?

Se estamos a falar de instituições que promovem o estudo e análise em Relações Internacionais, as universidades e centros de investigação têm um papel fundamental. Todas as universidades com ciclos de estudo em Relações Internacionais em Portugal têm dado o seu contributo, com especificidades próprias. Ora mais centrados numa dimensão histórica-institucional, ora com enfoque nos estudos da paz e dos conflitos, ora promovendo estudos de área, entre outros, o panorama nacional em matéria de formação e estudos em Relações Internacionais tem-se vindo a afirmar como dinâmico, o que tem permitido uma afirmação crescente desta disciplina na Universidade portuguesa. Os centros de investigação, geralmente associados a universidades, têm-se revelado promotores de investigação crescentemente de maior qualidade, quer nos projetos que vão desenvolvendo quer nas publicações que daí resultam, e que têm uma matriz cada vez mais internacional. Devo sublinhar, no entanto, que o esforço de criação de revistas científicas portuguesas na área tem-se revelado muito promissor, com a indexação das mesmas a contribuir para uma maior visibilidade da disciplina e dos autores. Vejam-se os exemplos das revistas *R: I Relações Internacionais*, *Portuguese Journal of Social Science* ou *JANUS.NET*. Talvez os *think tanks* sejam o tipo de instituição que não encontrou verdadeiramente espaço de afirmação em Portugal, e que seria uma dimensão interessante de debate a adicionar à dinâmica de expansão e consolidação da disciplina.

Poderia apontar quais as dificuldades que o estudo das Relações Internacionais enfrenta em Portugal?

Podemos apontar muitas dificuldades, uma vez que é uma área muito recente e o seu percurso não pode ser lido de forma

desconexa da evolução da história política em Portugal. Saímos de uma ditadura, que promoveu um quadro mental e histórico denso, com uma enorme centralidade nesse período nos estudos africanos e europeus. Esses monopolizaram as Relações Internacionais durante vários anos, pois eram de facto as áreas mais importantes para informar o próprio processo de decisão política. Foi um processo evolutivo duro e que ainda o continua a ser, uma vez que algumas escolas mantêm ainda uma leitura muito tradicional das Relações Internacionais. No entanto, deve ser sublinhado que várias Escolas foram já rompendo com este paradigma e oferecem uma visão mais ampla e plural da disciplina, refletindo a forma como esta tem vindo a evoluir para além-fronteiras. Existem ainda outras dificuldades, que não são só de cariz epistemológico ou de cariz mais teórico, mas sim de cariz prático, e que têm a ver com os recursos disponíveis. Se pensarmos em financiamento para investigação ou aquisição bibliográfica ou recursos humanos de apoio à investigação e ensino, têm sido dificuldades que eu diria que são generalizáveis. Fazem parte de um debate mais alargado sobre o financiamento da investigação em Ciências Sociais no quadro europeu. Há também uma dimensão mais material e prática de implementação que é importante, como o caso dos constrangimentos materiais e financeiros que têm acompanhado a evolução da disciplina e que a nova geração tem vindo a sentir de forma mais acentuada.

Qual é, na sua opinião, o caminho para uma análise correta da disciplina das Relações Internacionais?

As Relações Internacionais são uma área pluridisciplinar, pois vamos buscar saberes à Economia, à Sociologia, à História, entre outros, pelo que a avaliação ou leitura da disciplina deve ser transversal, interdisciplinar, com uma visão de pluralismo teórico e de aceitação da visão do Outro. As Relações Internacionais têm as suas próprias especificidades em termos teóricos, conceptuais e metodológicos, mas saem enriquecidas com este pluralismo interdisciplinar. A minha leitura desta questão é que temos de ter a capacidade de, mesmo não concordando, discutir/debater ou pôr em diálogo visões diferenciadas e alternativas.

Considera que os desafios que os investigadores enfrentavam quando começou a sua carreira permanecem os mesmos?

Os desafios foram-se alterando, no sentido em que a própria disciplina também foi crescendo. O processo de Bolonha, por exemplo, trouxe novos tipos de questões e desafios, alterando formas de estar e de fazer, questionando recursos disponíveis, exigindo novas metodologias e abordagens diferenciadas. Onde é mais importante a evolução é talvez na parte epistemológica, na forma como estudamos as Relações Internacionais, e nas abordagens teóricas e conceptuais, o que proporciona uma multiplicação de visões e de abordagens que ajudam a ampliar o espaço de estudo das próprias Relações Internacionais, implicando na sofisticação das análises, mas constituindo em si mesmo um desafio. A tendência para a quantificação da produção científica em diferentes áreas do conhecimento, através de indexação de publicações e *rankings* das mesmas, é claramente um novo desafio e que tem implicações sérias no desempenho científico dos investigadores. Se, por um lado, uma maior internacionalização das publicações e um grau de exigência em termos da qualidade do trabalho são fundamentais, por outro lado, reduzir a investigação a indicadores numéricos torna-se um processo pouco motivador. Além disso, pode levar à exclusão de um conjunto de publicações com audiências interessantes, o que pode empobrecer o mapa de publicações em diferentes áreas de estudo dentro das Relações Internacionais.

Dentro da disciplina das Relações Internacionais, o que considera que ainda não foi suficientemente explorado em Portugal?

Se calhar, a dimensão teórica é a dimensão que precisa de ser mais bem trabalhada, no sentido em que ainda há uma concentração muito grande nas teorias mais tradicionais: falamos de realismo(s), liberalismo, institucionalismo. Mas existem também novas correntes e novas abordagens, que são interessantes em termos dos contributos. A questão central para mim aqui é haver uma maior abertura a leituras alternativas da realidade internacional e, mesmo podendo discordar destas, permitir um debate teórico mais alargado e que levante outro tipo de questões em relação às temáticas das Relações Internacionais. Esta é uma forma de diálogo que

claramente, em meu entender, contribui para avanços nas linhas de investigação das Relações Internacionais em Portugal.

Na sua opinião quais foram as personalidades que mais se destacaram e que a influenciaram no estudo das Relações Internacionais?

Um nome incontornável é o do professor Adriano Moreira, que fez um trabalho impressionante em termos da forma como colocou as Relações Internacionais no mapa português e procurou a descolagem em relação à centralidade dos estudos coloniais e a uma maior abertura no sentido de se fazerem estudos internacionais não apenas centrados nessa dimensão em termos da nossa história. O seu contributo para a forma como as Relações Internacionais surgem e se desenvolvem em Portugal é muito importante. Depois da revolução, surge como uma figura central nesta transição e na formação e consolidação desta área de estudo. Outra referência é o professor Lúcio Craveiro da Silva, que foi o fundador das Relações Internacionais na Universidade do Minho. Como eu fiz a minha licenciatura nessa Universidade, é sempre um nome que associo a esta temática, muito por culpa da preocupação que ele tinha sobre a necessidade de repensar as questões sociais, económicas e políticas depois de um período muito fechado de ditadura. Estes são dois nomes que rapidamente associo às Relações Internacionais, apesar de nunca ter tido uma proximidade muito grande com os dois, embora tenha acompanhado o percurso e os contributos que foram dando. Do tempo da minha licenciatura na Universidade do Minho, o professor Luís Lobo-Fernandes, que foi meu professor de Teorias de Relações Internacionais, merece menção explícita, pelas perspetivas abrangentes que trazia às discussões e pelos debates teóricos que permitiu dentro e fora da sala de aula. O seu contributo para o avanço das Relações Internacionais em Portugal é inquestionável.

Em Portugal existem outros investigadores que têm dedicado igualmente bastante do seu tempo a estudar as Relações Internacionais. Do seu ponto de vista, quais são aqueles que mais têm contribuído para o estudo destes temas?

Sem dúvida, nomeadamente, vários colegas que têm feito um percurso agora mais próximo das Relações Internacionais, mas cuja formação de base é Direito, Sociologia ou História. Para enumerar apenas alguns, posso destacar, em Coimbra, o professor José Manuel Pureza, que vem da área do Direito e que acabou por fazer o seu percurso na área do Direito Internacional, mas com uma inclusão clara nas questões dos Estudos para a Paz. Em Lisboa, posso referir o professor Nuno Severiano Teixeira, que tem trabalhado muito a área da política externa. São pessoas que vêm de áreas diferenciadas, mas cujos percursos demonstram como as interligações interdisciplinares são possíveis e desejáveis, e que, pelos seus trabalhos, se afirmam como autores das Relações Internacionais. Muitos outros nomes poderiam aqui ser referidos, incluindo de pessoas formadas já na área das Relações Internacionais, mas como a lista seria muito longa, e ainda bem, talvez possa deixar a ilustração por aqui.

Como vê a relação entre o estudo das Relações Internacionais em Portugal e os contributos da área da História?

Há uma relação muito forte e que é importante, a meu ver, porque nós não conseguimos fazer/trabalhar Relações Internacionais sem termos um bom conhecimento de História, em particular, a História mais recente. Se quisermos recuar até ao Congresso de Viena de 1815, aferimos que este constitui um exemplo muito claro de concerto de poder, que ainda hoje estudamos. Existem muitas unidades curriculares em várias Universidades com a designação de «História das Relações Internacionais» e que fazem esta ligação, sendo um exemplo muito claro da relevância da História na compreensão e fundamentação das Relações Internacionais. No entanto, a abordagem que os historiadores prosseguem e a abordagem que os analistas das Relações Internacionais fazem é diferenciada. Enquanto os historiadores tentam ser mais factuais em termos da forma como descrevem os acontecimentos e analisam contextos, nós, nas Relações Internacionais, usamos esta base mais factual como ponto de partida e analisamo-la em termos das dinâmicas que lhes estão subjacentes. Não quer isto dizer que os historiadores também não façam análise de dinâmicas, mas nas

Relações Internacionais, a análise acaba por ser mais abrangente, pois procuramos inter-relacionar as questões económicas, sociais, políticas ou de segurança com contextos diferenciados, trabalhando espaço e tempo de forma muito dinâmica.

Como surge, se configura e evolui a área de estudo das Relações Internacionais em Portugal?

Existem dois momentos fundamentais aqui. Primeiro, o fim da ditadura e a abertura do novo regime e, depois, nos anos 90, quando se começam a criar novas escolas de estudo das Relações Internacionais. Ou seja, um primeiro momento que marca a abertura necessária para que os estudos de Relações Internacionais se possam efetivamente consolidar sem o grillão político e o enorme peso que a dimensão colonial conferia à sua orientação e, depois, um segundo momento, quando se começa a diversificar a área, em termos de diferentes universidades criarem cursos na área das Relações Internacionais e, dessa forma, permitirem o início do processo de consolidação e diversificação da área no mapa português. Bolonha, em 2008, foi também um momento importante, quando as licenciaturas tiveram de fazer um balanço e se reajustar a uma nova realidade de redução de quatro anos para três anos, e quando todas as universidades optaram por este mesmo sistema. Este foi também um momento de reflexão e que originou complementaridade nos planos de estudo, com maior convergência no que são as unidades curriculares centrais à formação em Relações Internacionais, mantendo, no entanto, e muito bem, em meu entender, algumas diferenciações que distinguem e marcam as instituições. Existe, assim, um conjunto de unidades curriculares basilares, e que todas as universidades oferecem, mesmo que com pequenos diferenciais. Depois, existem unidades curriculares mais específicas que são consideradas o diferencial, como a unidade curricular de Direitos Humanos lecionada aqui em Coimbra, ou a aposta que a Universidade Nova faz nos estudos de área. Bolonha forçou, de alguma forma, este repensar com todas as vantagens e desvantagens que implicou.

Com quais métodos se estuda a disciplina das Relações Internacionais em Portugal?

Eu diria que essencialmente métodos qualitativos, sendo que nós seguimos muito mais a influência tradicionalista do que a marca *behaviorista*, embora haja alguns estudos de carácter mais quantitativo, naturalmente. As metodologias são basicamente interdisciplinares e aqui voltamos à questão da forma como interagimos constantemente com outras áreas disciplinares como a Sociologia, a História, ou o Direito. Por exemplo, quando a Rússia se diz respeitada ou se considera desrespeitada, estamos a lidar com diferentes fatores, mas podemos considerar as «emoções» que estamos a aplicar à qualificação de um determinado ator, optando aqui por um alinhamento um pouco mais sociológico e mesmo da psicologia cognitiva, que trazem *inputs* muito interessantes para a análise das Relações Internacionais. De salientar também o pluralismo teórico que traz riqueza metodológica à área, pois temos aqui, associada a esta questão, a das metodologias mais tradicionais a par das mais pós-positivistas, se quisermos assim dizer. Quando se fala em estudos mais qualitativos, e apenas para melhor exemplificar, usa-se muito o estudo de caso, estudos comparativos, *process tracing*, análise de discurso, metodologias cada vez mais presentes. Se quisermos pensar na análise de conteúdo, temos investigadores que vão usando *software* de análise de conteúdo, por exemplo, entrando assim numa dimensão mais quantitativa; também as análises estatísticas e alguns trabalhos recorrem a várias bases de dados que agregam informação (por exemplo, *The Correlates of War Project* ou o *Uppsala Conflict Data Program*), que permitem uma base para trabalhar questões diferenciadas, no caso destes exemplos na área da conflitualidade violenta internacional. Diria que não existe uma metodologia única, mas sim metodologias que nos permitem percorrer diferentes caminhos.

Em que consiste o pluralismo teórico?

O facto de nós usarmos várias abordagens teóricas nas nossas análises é o que define a lente de análise ou olhar que vamos conferir ao nosso estudo. O que quero dizer com isto é que se nos mantivermos alinhados numa abordagem mais tradicional, por exemplo, o realismo, a nossa abordagem terá um enfoque claro em relações de poder com base em fatores materiais, na sobrevivência

e na procura constante de poder. Se a nossa abordagem for mais construtivista, as questões que olhamos para analisar relações de poder são de natureza menos causal e mais intersubjetiva. O que isto significa é que a dimensão teórica influencia a leitura, explicação ou interpretação na nossa análise, levando a que diferentes pontos de partida nos conduzam a diferentes (ou não) pontos de chegada, através da análise de elementos diferenciados. Por exemplo, podemos discutir o posicionamento da Rússia no sistema internacional e chegar a uma mesma conclusão sobre o mesmo, partindo de visões distintas, sejam elas de cariz mais positivista, racionalista, na linha do realismo ou institucionalismo neoliberal, ou de alinhamentos construtivistas ou críticos.

Como se encontra a disciplina das Relações Internacionais em Portugal, atualmente?

Em termos de disciplina, genericamente tenho uma visão otimista, sendo que faço, obviamente, leituras diferenciadas da forma como esta é trabalhada em diferentes contextos. Se me pergunta, por exemplo, em termos de questões de empregabilidade, talvez neste momento, e face a um contexto tão desfavorável, haja aqui lugar a preocupação. Mas sublinho a natureza desta formação e a diversidade de oportunidades que oferece, desde posições a nível da organização do Estado, seja a nível intergovernamental, não-governamental, e em diferentes sectores, como o empresarial, o camarário, entre outros. Em termos de áreas de ensino e investigação, um dos limites tem sido a questão dos estudos de área, com a necessidade de mais unidades curriculares sobre a América Latina, sobre a África, sobre a Ásia ou diferentes áreas regionais. Isto, no entanto, torna-se difícil de implementar devido ao facto de as licenciaturas serem de três anos e os recursos, na maior parte das universidades, serem limitados. Trata-se de um caminho que algumas universidades já estão a traçar. A disciplina beneficiaria claramente do reforço do corpo docente especializado nas várias universidades, o que permitiria um ensino de maior qualidade e mais tempo disponível para investigação; beneficiaria de uma maior internacionalização de docentes e discentes, não só em termos de publicações e investigação, mas também em termos de

missões de ensino ou, no caso dos estudantes, missões Erasmus. Já em termos dos desafios que a disciplina enfrenta, a tendência de redução da relevância e centralidade das ciências sociais como área do conhecimento e dos apoios efetivos concedidos a esta área de trabalho tem um impacto direto nas Relações Internacionais. Quando olhamos para a tendência macro a nível do financiamento de projetos, devemos manter uma contracorrente no sentido de demonstrar a pertinência e a relevância desta área, incluindo para o estudo e o desenvolvimento de outras áreas disciplinares. Tem havido algum descuro da importância das ciências sociais, e isso obviamente reflete-se na capacidade que nós próprios temos, enquanto investigadores e professores, de fazer maior e melhor investigação e daí poder decorrer produção científica de qualidade e mais internacionalizada.

Qual foi o seu percurso intelectual e institucional?

Ainda no último ano da licenciatura candidatei-me a um mestrado em Relações Internacionais no Reino Unido, na Universidade de Kent at Canterbury, onde fui aceite e fiz o primeiro ano, intensíssimo, de setembro a setembro. Correu tudo muito bem, aulas, exames e dissertação, e fiquei a fazer doutoramento, que terminei em 2001 (recebi o meu diploma em 2002), na mesma universidade, altura em que regresssei a Portugal. Fiz todo o meu percurso em Relações Internacionais: licenciatura, mestrado e doutoramento, sem qualquer interrupção. Em 2005, quando abriu concurso na Universidade de Coimbra, ingressei nesta academia, sendo que antes estive a dar aulas na Universidade Lusíada do Porto. Quando cheguei a Coimbra, havia já o doutoramento em Política Internacional e Resolução de Conflitos, o mestrado em Relações Internacionais e a licenciatura nesta área também, e o meu envolvimento foi desde o início ao nível dos três ciclos de estudos. Naturalmente, este percurso profissional acaba por se cruzar com o meu percurso intelectual, donde a interligação ensino-investigação ganha uma nova dimensão. Tornei-me, entretanto, investigadora do Centro de Estudos Sociais, alargando, neste período, a minha área de investigação aos Estudos para a Paz, mas, de alguma forma, conseguindo trazer e combinar também a minha

área de especialização anterior. Comecei a investir tempo nas questões das missões de paz e do *peacebuilding*, o que me levou até Timor-Leste no âmbito de um projeto de investigação que analisou as missões das Nações Unidas no país. Levou-me, igualmente, a trabalhar de forma coordenada o intervencionismo no espaço pós-soviético, como evidenciado, por exemplo, no artigo que publiquei com uma colega sobre a missão de monitorização de fronteiras da União Europeia na Geórgia. Numa das viagens à Geórgia, entrevistei o pessoal da Missão da União Europeia, bem como outros atores relevantes, estatais e não-estatais. Aproveitei, portanto, um quadro de intervencionismo, nomeadamente de intervenção externa, mas sempre ligado às questões de segurança, cruzando, de alguma forma, diferentes valências: o espaço regional no qual venho trabalhando há mais tempo, o espaço pós-soviético, com a dimensão russa sempre presente, e as questões do intervencionismo através de uma presença externa, neste caso sob a forma de uma missão da União Europeia. São duas áreas de investigação que tenho trabalhado em paralelo, e onde encontro muitos pontos de contacto, apesar de ser um exercício muito exigente e um enorme esforço tentar manter as leituras atualizadas nestas duas áreas.

Tornar-se docente foi uma opção sua?

Esta decisão, tomei-a durante a minha licenciatura, e desenvolvi todo o meu percurso com essa perspetiva de futuro. Na altura havia duas opções que me agradavam: tentar enveredar pela carreira diplomática ou então seguir uma carreira de investigação e docência. Por uma questão pessoal e pela forma como tentei visualizar e perspetivar a minha vida e o meu futuro, achei que a docência tinha mais a ver com o meu perfil, permitindo-me manter a minha rede de contactos, sair, mas mantendo a minha base permanente em Portugal, o que não conseguiria com a carreira diplomática. Queria muito ser aquilo que hoje sou, docente e investigadora, e felizmente esta vontade concretizou-se.

Pode explicar-nos as razões por ter optado realizar o seu doutoramento numa universidade estrangeira? Quais as mais-valias que o doutoramento no estrangeiro lhe proporcionou?

A partir do momento em que assumi para mim mesma que o meu objetivo profissional era uma carreira académica e que faria cá a licenciatura, pensei tentar fazer mestrado e eventualmente doutoramento fora do país para poder ter uma experiência internacional. Comecei a mapear possibilidades, mas cedo foquei a minha atenção no Reino Unido e acabei por fazer a candidatura ao mestrado em Relações Internacionais na Universidade de Kent. Foi uma experiência fantástica a todos os níveis.

Qual é o seu método de trabalho?

Em termos de metodologias de investigação, tento sempre que possível conciliar a investigação de secretária com trabalho de campo, especialmente a realização de entrevistas, pois parece-me uma dimensão fundamental na concretização do meu trabalho, o que nem sempre é possível. Mas esta vontade de melhor conhecer os espaços, os atores e as dinâmicas levou-me já várias vezes à Rússia e ao espaço pós-soviético, onde fiz investigação de terreno essencialmente nos países do Cáucaso do Sul – Arménia, Azerbaijão e Geórgia –, no Quirguistão e na Moldávia. Contudo, muitas vezes a investigação acaba por ser feita mais a partir de fontes secundárias, mas sempre com uma dimensão muito forte quanto ao uso de fontes primárias, nomeadamente documentos oficiais, documentos estratégicos de política externa ou outro tipo de documentação oficial. Procuo ainda na minha investigação e no desenho da questão central de análise, definir e desenvolver um quadro teórico e/ou conceptual que me ajude no alinhamento de uma grelha de leitura para a análise de uma determinada questão.

Sempre foi assim?

O meu trabalho de investigação de forma mais sistemática começa na altura do mestrado. Ganha força especialmente com e após o doutoramento, feito na Universidade de Kent, no Reino Unido, onde publiquei a minha tese de doutoramento, após algumas revisões e alterações, como livro. Esta foi a minha primeira grande publicação internacional em inglês e com uma editora internacional. De alguma forma, fui criando redes de contactos ao longo da minha formação, tendo alcançado uma dimensão

mais internacional depois de terminar o doutoramento. Quando regressei a Portugal senti a necessidade de publicar em português para dar a conhecer o trabalho que estava a desenvolver, e fui tentando ao longo da minha trajetória publicar nas duas línguas. Nós, neste momento, temos uma pressão grande em termos de avaliação do desempenho do docente para publicarmos internacionalmente. Contudo, pessoalmente considero que publicar em português continua a ser importante para o desenvolvimento das Relações Internacionais em Portugal, perante o qual todos nós académicos e investigadores da área temos responsabilidade.

Com quem trabalha frequentemente na área das Relações Internacionais?

O meu trabalho em coautoria tem sido essencialmente desenvolvido com pessoas das Relações Internacionais. Em Portugal, tenho trabalhado com colegas do Núcleo de Relações Internacionais da Universidade de Coimbra, onde estou integrada, da Universidade do Minho, de Lisboa... Em parte, pela própria afinidade das metodologias de análise e das abordagens teóricas, em parte pelas temáticas trabalhadas – porque quer esteja mais na linha dos estudos para a paz e conflitos violentos, quer esteja na linha dos estudos sobre a Rússia e espaço pós-soviético –, as pessoas com quem vou trabalhando e com quem vou sentindo afinidade, quer de natureza teórica, quer empírica, têm já trabalhos nesta área das Relações Internacionais. Já nos projetos e redes de investigação internacionais, a questão da multidisciplinaridade se torna mais visível e frutífera.

Fazendo uma análise em retrospectiva, quais são os principais contributos que deixa para a disciplina das Relações Internacionais em Portugal?

Em termos teóricos, uma preocupação com a combinação das análises de questões mais objetivas ou materiais com questões mais intersubjetivas ou ideacionais, assumindo assim um alinhamento que procura analisar a realidade internacional para além dos paradigmas positivistas. O que quero dizer com isto é que, nos meus trabalhos, de um modo geral, procuro incluir a dimensão

intersubjetiva de análise e pensar questões relacionadas com identidade, linguagem, reconhecimento de estatuto, reconhecimento e atribuição de poder e também motivações como questões fundamentais de análise, não quantificáveis em termos materiais, mas centrais para percebermos uma determinada decisão ou opção em política externa, por exemplo. O meu trabalho tem procurado reforçar esta necessidade de olhar as dinâmicas internacionais, não numa lógica meramente realista ou demasiadamente centrada numa dimensão institucional, mas antes capaz de quebrar algumas destas barreiras e trazer novos contributos e olhares teóricos que permitam complementar as análises mais tradicionais. Um outro contributo tem a ver com a dimensão de trabalho de terreno que procuro manter na minha investigação. As viagens que tenho feito à Rússia e no espaço pós-soviético, incluindo entrevistas a atores variados que considero fundamentais para o estudo que estou a desenvolver, permitem-me obter uma perspetiva diferenciada através da perceção de entendimentos diferenciados, de interpretações distintas, descolando-me de uma visão mais centrada nos padrões eurocêntricos, e procurando, desse modo, perceber e interpretar determinadas opções, escolhas, decisões, com base numa grelha de leitura contextualizada. Ou seja, desenvolver esta capacidade de distanciamento e análise de discurso e interpretação de entendimentos de políticas e narrativas tem sido um esforço que tenho feito no meu percurso, podendo este ser eventualmente um contributo que chame a atenção para a necessidade de estudos mais inclusivos ou dialogantes com outras estruturas de leitura e análises diferentes para além daquelas dominantes no mundo ocidental em geral.

Apresenta como interesses de investigação os estudos para a paz, em particular peacekeeping e peacebuilding; política externa, segurança internacional, Rússia e espaço pós-soviético. O que a atrai nestes temas?

O meu interesse pela Rússia surgiu quando estava a frequentar as aulas do mestrado em Relações Internacionais, no âmbito de uma unidade curricular lecionada por Richard Sakwa, um nome reconhecido nesta área, e cujas aulas despertaram o meu interesse por questões relacionadas com as políticas russas e de segurança no

espaço pós-soviético. No meu doutoramento, a Rússia foi marginal, apesar de ser um elemento importante, uma vez que trabalhei a OSCE, Organização para a Segurança e Cooperação na Europa, na dimensão da prevenção e gestão de crises com os estudos de caso da Estónia e da Moldávia. Depois de defender o meu doutoramento comecei a interessar-me mais pela política externa russa, quer em relação ao espaço pós-soviético, quer para além deste, nas relações da Rússia com a União Europeia ou com os Estados Unidos, bem como em quadros multilaterais diferenciados. Já na área dos estudos para a paz, a centralidade do intervencionismo na dimensão de políticas e práticas revela paralelo com algumas das dimensões de trabalho em relação ao espaço pós-soviético. O interesse por esta área de investigação surgiu após a minha vinda para Coimbra, e a minha integração na equipa do programa doutoral em Política Internacional e Resolução de Conflitos, bem como com a minha integração como investigadora no Centro de Estudos Sociais. O desenvolvimento de um projeto de investigação sobre as missões das Nações Unidas em Timor-Leste consolidou de forma muito clara o meu interesse por esta área de estudo.

Em que projeto de investigação está a trabalhar agora e/ou qual é a sua agenda de investigação futura?

Atualmente estou a coordenar o Centro de Excelência Jean Monnet da Universidade de Coimbra, candidatura que ganhámos em 2019, e que nos está a permitir desenvolver um conjunto alargado de atividades de ensino, investigação, formação e extensão, com parceiros diversos, em temas relacionados com a União Europeia e a sua vizinhança a leste, incluindo as relações com a Rússia. O Centro de Excelência, denominado PRONE | *Peace Relations, Ontologies and Narratives in Europe: EU and its Eastern Neighbours*, integra uma equipa de 11 pessoas, estando sediado na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, mas envolvendo também colegas da Faculdade de Letras e da Faculdade de Ciências e Tecnologia. Estou ainda envolvida em projetos Erasmus+, financiados pela Comissão Europeia, de que destaco o WARN | *Academic Response to Hybrid Threats (2019-2022)*, liderado pela Kharkiv National University of Radio Electronics:

NURE, Ucrânia, que se centra em atividades de formação e ensino/investigação ligados a ameaças híbridas, com uma base interdisciplinar muito clara, e envolvendo parceiros das ciências sociais e das ciências computacionais, permitindo uma abordagem alargada às leituras de segurança; e o projeto EISCAS | Eurasian Insights: Strengthening Central Asian Studies in Europe (2018-2021), liderado pela Adam Mickiewicz University, Polónia, e que tem enfoque nas metodologias e abordagens aos estudos sobre e na Ásia Central. Relativamente aos projetos futuros, pretendo dar continuidade ao trabalho sobre a Rússia e o espaço pós-soviético, que continua a ser uma área prioritária da minha investigação, em paralelo com a área do intervencionismo, tentando sempre que possível cruzar estas duas dimensões. Numa nota de diferenciação, tenho estado a trabalhar questões de segurança ontológica, com aplicação específica às relações União Europeia-Rússia, e à área da parceria oriental, que me permitem uma abordagem diferenciada, e este ano ganhamos um H2020 – MEDIATIZED EU | Mediatiized Discourses on Europeanization and Their Representations in Public Perceptions, liderado pela Dublin City University, e que nos vai permitir desenvolver trabalho na área da política externa e dos *media*, trazendo assim novidade e um novo espaço de trabalho às análises de política externa e sobre a União Europeia, na forma como as temos vindo a trabalhar, adicionando a dimensão dos novos *media* à análise de perceções e representações políticas.

Qual o futuro da disciplina das Relações Internacionais em Portugal?

No fundo, quando falo no reforço da internacionalização, isso tem a ver com aquele eixo de que falava há pouco: da investigação-ensino e, me parece, que deve ser trabalhado de forma mais densa pelos docentes na área. Quando aliamos ao nosso trabalho de lecionação a componente de investigação e mesmo de trabalho de campo – por exemplo, porque fomos ao terreno, falamos com as pessoas e conhecemos a realidade –, quando estamos a analisar determinadas abordagens teóricas ou quadros conceptuais, conseguimos ter um enfoque eventualmente mais crítico e, portanto, uma articulação mais densa, em termos da qualidade

da investigação que fazemos e do ensino que prestamos. Posto isto, diria que o futuro das Relações Internacionais, apesar dos constrangimentos referidos, pode ser lido de forma muito positiva. É uma disciplina que se tem vindo a afirmar e cujo ritmo de crescimento é muito significativo. As universidades portuguesas e outras instituições em Portugal que se dedicam a esta área são cada vez mais reconhecidas no trabalho que fazem em Portugal e além-fronteiras. O prestígio e a qualidade das instituições e da investigação devem apontar para novos projetos e para um debate cada vez mais rico nas abordagens, nas temáticas e na forma de aprofundar e fomentar conhecimento nesta área.

O que recomendaria a jovens investigadores que pretendam dedicar-se à área de estudo das Relações Internacionais?

Em primeiro lugar, uma grande abertura e capacidade de diálogo para que a discussão teórica e de casos concretos possa ser uma experiência de crescimento em termos de conhecimento. A análise da realidade internacional vai muito além do que ouvimos nos noticiários ou dos artigos de opinião que lemos. É preciso desenvolver uma estrutura de análise crítica que informe as nossas opiniões. Esta traduz-se na necessidade de acompanhar os desenvolvimentos da atualidade internacional e de desenvolver competências para os pensar e analisar de forma crítica. Em segundo lugar, uma genuína motivação e gosto pelos temas das Relações Internacionais, que são variados, como referi, e pelo envolvimento com a comunidade científica e de especialistas, através das conferências e de outros eventos que promovemos e que constituem momentos de encontro e troca de ideias essenciais para o pluralismo intelectual que deve marcar esta disciplina. E, por fim, uma vontade grande em conhecer, partilhar e mudar. A agenda das Relações Internacionais tem uma dimensão normativa que lhe é implícita e que não deve ser descurada. Esta implica uma vontade de fazer mais e melhor e de promover mudanças na forma como estudamos e na forma como intervimos. Para isto, precisamos de pessoas motivadas e comprometidas com a área das Relações Internacionais.

Leituras recomendadas

- ART, Robert J., e Robert Jervis. 2017. *International Politics: Enduring Concepts and Contemporary Issues*. Boston: Pearson.
- JACKSON, Robert, Georg Sorensen, e Jorgen Moller. 2018. *Introduction to International Relations: Theories and Approaches*. Oxford: Oxford University Press.
- MINGST, Karen A., Jack L. Snyder, e Heather Elko McKibben. 2019. *Essential Readings in World Politics*. Nova Iorque: W. W. Norton & Co.

Obras de referência

- BARRINHA, André, e Maria Raquel Freire, coords. 2015. *Segurança, Liberdade e Política: A Escola de Copenhaga em Português*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- CAMISÃO Isabel, e Ana Paula Brandão, coords. 2019. *O Estado da União Europeia: Da(s) Crise(s) à Mudança?* Lisboa: Editora Petrony.
- CRAVINHO, João Gomes. 2006. *Visões do Mundo: As Relações Internacionais e o Mundo Contemporâneo*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- GASPAR, Carlos. 2020. *O Regresso da Anarquia. Os Estados Unidos, a Rússia, a China e a Ordem Internacional*. Lisboa: Alêtheia Editores.
- FAZENDEIRO, Bernardo Teles. 2017. *Uzbekistan's Foreign Policy: The Struggle for Recognition and Self-Reliance under Karimov*. Londres: Routledge.
- FERNANDES, Sandra Dias, e Licínia Simão, coords. 2019. *O Multilateralismo: Conceitos e Práticas no Século XXI*. Coimbra: Coimbra University Press.
- FERREIRA-PEREIRA, Laura C., e Bruno Oliveira Martins, coords. 2014. *The European Union's Fight Against Terrorism: The CFSP and Beyond*. Londres: Routledge.
- FREIRE, Maria Raquel, coord. 2015. *Política Externa: As Relações Internacionais em Mudança, 2.^a ed.* Coimbra: Coimbra University Press.
- MENDES, Carmen Amado. 2020. *China Contemporânea*. Coimbra: Coimbra University Press.
- MONTEIRO, Nuno P. 2014. *Theory of Unipolar Politics*, Cambridge, MA: Cambridge University Press.
- NASCIMENTO, Daniela. 2017. *International Conflict Resolution and Peacebuilding Strategies – The Complexities of War and Peace in the Sudans*. Oxon: Routledge.
- PUREZA, José Manuel, Maria Raquel Freire, e Paula Duarte Lopes, coords. 2020. *A Multidimensionalidade da Paz: Dinâmicas de Política Internacional e Resolução de Conflitos*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- TELO, António José. 2000. *Portugal e Espanha – Nos Sistemas Internacionais Contemporâneos*. Edições Cosmos.
- TEIXEIRA, Nuno Severiano, coord. 2011. *The International Politics of Democratization*, Nova Iorque: Routledge.
- VAZ-PINTO, Raquel. 2010. *A Grande Muralha e o Legado de Tiananmen*. Lisboa: Tinta da China.

ESTUDOS EUROPEUS

segundo

Luís Lobo-Fernandes

*José Guimarães
e Pedro Gonçalo Laranjeira*



LUÍS LOBO-FERNANDES

é doutorado em Ciência Política e Relações Internacionais pela Universidade de Cincinnati, Estados Unidos (1995), professor catedrático (aposentado) de Ciência Política e Relações Internacionais da Universidade do Minho e titular da Cátedra Jean Monnet de Integração Política Europeia atribuída pela Comissão Europeia em julho de 2004. Trabalhou na Assessoria das Relações Internacionais da Presidência da República com o presidente António Ramalho Eanes (1982-1983). Pró-reitor da Universidade do Minho com responsabilidades nas áreas da cooperação científica internacional e das Relações Internacionais (2006-2009). Foi Fulbright Scholar na Universidade de Washington – Seattle (2002-2003), e Calouste Gulbenkian Fellow na School of Advanced International Studies (SAIS) da Universidade Johns Hopkins (2010-2011).

Quando e como chegou a especializar-se na área de Estudos Europeus?

Como primeira nota e com o intuito de propiciar alguma contextualização importa referir que faço parte de uma geração de portugueses muito marcada pela questão colonial. Nos últimos anos do meu tempo do liceu (1971-1974) a guerra colonial funcionava como uma espécie de «janela» privilegiada para olhar as dinâmicas internacionais e para refletir sobre as razões da reação tão forte contra Portugal, num ciclo externo em que grandes potências como a França e a Inglaterra tinham deixado as suas colónias desde os finais da década de 1950 ou inícios da década de 1960, e no qual o ordenamento jurídico internacional já não contemplava o cenário de um país com possessões ultramarinas, de índole colonial. E, porque o regime político em Portugal era um sistema fechado, a minha atração pela Europa e, concomitantemente, pelos assuntos internacionais *lato sensu*, começou por aí, pela necessidade de explorar o que estava «do outro lado». Desde criança fui de certa forma socializado na ideia de que a Europa «começava» para lá dos Pirenéus. Diria, assim, que foi sobretudo a miragem de uma Europa mais aberta, em contraposição a um regime autoritário fechado, que serviu de motivação inicial. Mais especificamente, a atração que senti pelos Estudos Europeus teve a ver com a minha perceção do sucesso da integração europeia enquanto espaço aberto de convivência democrática, de troca de ideias, de solidariedade, e de prosperidade compartilhada. A Europa comunitária estava então em fluxo com a entrada da Dinamarca, da Irlanda e do Reino Unido, em 1973 – um marco iniludível, sobretudo pela acessão do Reino Unido! Acresce que eu tenho uma numerosíssima família no Norte da França, que tinha oportunidade de visitar regularmente. Ora, as diferenças na política e na sociedade e o conseqüente juízo comparativo eram tais que a inclinação para a área de Estudos Europeus se tornou cada vez mais manifesta. Mais tarde, em 1983, a opção de estagiar nas instituições europeias, em Bruxelas, apresentava-se como a seqüência natural, quase óbvia para mim.

Poderia falar-nos um pouco do seu percurso intelectual e das suas principais referências intelectuais?

Durante os cinco anos de licenciatura (sim, eram licenciaturas de cinco anos!) tive professores notabilíssimos como Lúcio Craveiro da Silva, Maria Carmelita Homem de Sousa, Acílio da Silva Estanqueiro Rocha, João Baptista Machado, Vítor Manuel de Aguiar e Silva, António de Valle e Vasconcelos, entre muitos outros. Tive também como professor Albano Nogueira, um dos mais conceituados diplomatas da sua geração, que tinha sido embaixador em Londres e secretário-geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros, e que foi a segunda personalidade a chefiar a Missão Portuguesa junto das Comunidades Europeias, em 1964, sucedendo ao embaixador José Calvet de Magalhães. Cumpre sublinhar que a licenciatura em Relações Internacionais da Universidade do Minho (UM) – a primeira a ser criada em Portugal, no ano de 1975 – manteve a tradição de ter sempre um embaixador a lecionar a disciplina de Teorias e Práticas Diplomáticas. Cumpre, igualmente, fazer uma referência aos contributos de dois ministros dos Negócios Estrangeiros, Vasco Futscher Pereira e Jaime Gama, que muito contribuíram para o reconhecimento institucional do papel da UM na formação superior em Relações Internacionais. Entretanto, a Albano Nogueira viriam a suceder Luiz Gaspar da Silva e José Manuel Villas-Boas, igualmente duas referências maiores da diplomacia portuguesa do século xx, cujo contributo para o êxito do modelo de formação em Relações Internacionais da UM foi fundamental. Tive também o privilégio de ter professores estrangeiros na área das sociedades e culturas como Jacques Parsi, que foi um promotor ímpar do grande cineasta Manoel de Oliveira em França, tendo traduzido alguns dos seus filmes. Parsi utilizava os guiões cinematográficos como base do ensino da língua e da cultura francesas, um modelo tão inovador quanto fascinante. No decurso de quatro semestres vi cerca de 100 filmes, uma amostra impressionante do cinema francês – a bem dizer, europeu! – desde os irmãos Auguste e Louis Lumière até Abel Gance, Jean Renoir, Claude Autant-Lara, Max Ophüls, Marcel Carné, Marguerite Duras ou Agnès Varda, entre muitíssimos outros vultos desta arte. Lembro-me de que levou aquela turma pioneira de Relações Internacionais à antestreia da versão longa do filme *Amor de Perdição* – mais de sete horas de longa metragem – com o cineasta

Manoel de Oliveira presente (a projeção começou às 7 da manhã na antiga Sala Bebé, no Porto). Esta experiência constituiu uma expressão eloquente do que deve ser a universidade. Mais tarde, já como assistente da Universidade do Minho, onde entrei por concurso público em janeiro de 1984, visitei várias universidades nos Estados Unidos, nomeadamente Harvard, Yale, Columbia, Princeton, University of Colorado (Boulder), Denver, e University of Southern California. Em 1989, depois de concluir as provas de aptidão pedagógica e capacidade científica em Relações Internacionais – aliás, as primeiras realizadas em Portugal nesta área – a reitoria entendeu apoiar esta viagem de três semanas que possibilitou um contacto mais próximo com um domínio científico que, como sabemos, não tinha tradição no seio do Ensino Superior em Portugal. Faria notar que depois da Universidade do Minho, em 1975, o curso de Relações Internacionais (RI) no ISCSP só seria criado em 1982, seguidos da Universidade de Coimbra e da Universidade Nova de Lisboa em meados da década de 1990. Quero deixar aqui vincado que estou muito reconhecido à Universidade do Minho pela oportunidade que então me proporcionou. Tinha, naturalmente, pedido, por carta – bem antes da difusão da internet e dos *emails!* (*risos*) – para falar com alguns dos professores de referência nas universidades norte-americanas. Assim, em Harvard, reuni-me com os professores Joseph S. Nye, Jr. e Robert O. Keohane, proponentes do conhecido modelo da interdependência complexa, um contributo teórico fundamental na área de RI. Confesso, no entanto, que na altura estava mais inclinado para me candidatar à prestigiada School of International and Public Affairs (SIPA) da Universidade de Columbia, em Nova Iorque, e para a perspectiva psicológica das Relações Internacionais do reputadíssimo professor Robert Jervis, com quem também me encontrei. No que respeita ao trabalho de Joseph Nye viria a produzir as primeiras recensões dos seus principais livros em Portugal, quer na revista *Estratégia* do desaparecido Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais, quer na revista *R:I – Relações Internacionais* do IPRI. Viria a elaborar, entre outras obras fundamentais, as recensões do livro *Bound To Lead: The Changing Nature of American Power*, de 1990, onde ele articulou pela primeira vez a noção

de *soft power*, e de mais três das suas publicações subsequentes. Tive, pois, ensejo de introduzir alguns dos principais trabalhos do domínio teórico das Relações Internacionais no nosso país, com destaque para a primeira tradução em língua portuguesa da obra fundamental *Theory of International Politics* (1979) de Kenneth N. Waltz. Também dei um contributo decisivo para a criação da revista *Perspetivas – Portuguese Journal of Political Science and International Relations*, fundada em 2005, associada ao Centro de Investigação em Ciência Política (sediado conjuntamente na Universidade do Minho e na Universidade de Évora), para a qual propus, aliás, o respetivo título.

O professor conciliou o mundo académico com a responsabilidade de eleito e com outros cargos institucionais.

Quando estava sensivelmente a meio da licenciatura – eu fui um dos primeiros licenciados em RI em Portugal (curso 1977-1982) – comecei a fixar cada vez mais na minha mente a ideia de ir para Bruxelas, que, efetivamente, poderia possibilitar uma visão *in loco*, porventura mais aprofundada, da realidade da integração europeia. Antes, porém, tive uma oportunidade verdadeiramente excecional, que foi, logo no final da licenciatura, ter ido para a Assessoria das Relações Internacionais da Presidência da República, em Lisboa, onde trabalhei com o Presidente António Ramalho Eanes, a partir de 1 de setembro de 1982. Foi uma experiência ímpar e um privilégio imenso. Quero – e devo – sublinhar neste ensejo que o Presidente Ramalho Eanes foi alguém que me marcou de forma especial, e que eu defino como um homem notável, de grande integridade, e uma referência maior na consolidação da democracia pluralista em Portugal. Estou-lhe, pois, muito especialmente agradecido por essa experiência única em Belém. Impõe-se aqui, aliás, acrescentar algo mais. Na verdade, eu fui, digamos assim, «inaugurar» os estágios na Presidência da República (*risos*). Na terceira edição dos Colóquios de Relações Internacionais da Universidade do Minho, realizados em maio de 1982, abertos precisamente pelo Presidente Eanes, ele referiu que concederia um estágio a um dos melhores alunos. E foi assim que fui para Belém. Ali, a presença inteligente

e especialmente lúcida dos politólogos Joaquim Aguiar e Carlos Gaspar era marcante, com quem aprendi imenso. Na Assessoria das Relações Internacionais beneficiei grandemente do contacto próximo com Ana Gomes, Luís Filipe Castro Mendes, António de Almeida Ribeiro, e Manuel Lobo Antunes, todos eles distintíssimos diplomatas da sua geração. Alguns meses mais tarde tive de explicar ao Presidente que eu tinha o tal desígnio de ir para Bruxelas. Ele interrogou-me: «Então, já nos vai deixar?» Mas eu estava determinado e queria ter uma medida mais próxima do que se passava nas instituições europeias porque era onde «quase tudo» estava a acontecer. Com efeito, Portugal estava numa fase crucial do processo negocial (primavera de 1983), na sequência do pedido de adesão que o país apresentara em fevereiro de 1977. Na minha cabeça mantinha, pois, o desiderato de ir para Bruxelas para conhecer mais de perto essa realidade, e foi assim que de Belém fui fazer um estágio para a Comissão Europeia (fevereiro a julho de 1983), na altura presidida por Gaston Thorn, cujo representante diplomático de Portugal era o distinto e saudoso professor Ernâni Rodrigues Lopes, de quem vim a ser amigo, tal como de Émile Noël – desde 1958 secretário-geral da CEE e mais tarde da Comissão Europeia. Neste plano, assinalo com especial júbilo que Émile Noël se deslocou a Portugal para inaugurar *in loco* o Centro de Documentação Europeia da Universidade do Minho (CDEUMINHO), em 1986 – um dos primeiros instalados numa universidade portuguesa, diga-se – que tive a iniciativa de promover e de lançar. Émile Noël era um europeísta de corpo inteiro, – um «*enfant de l'Europe*», como ele gostava de dizer – homem bom, de grande elegância intelectual, que acabaria por deslocar-se mais duas vezes à Universidade do Minho: em 1990 para receber o doutoramento *honoris causa* na sequência de uma proposta minha à reitoria, e em 1996 para participar num seminário que organizei sobre a conferência intergovernamental que decorria na altura e que desembocaria no tratado de Amesterdão. Émile Noël viria a falecer repentinamente em agosto desse mesmo ano quando se encontrava de férias em Itália (recordo, a propósito, ter redigido, a partir de São Pedro de Moel, a nota de imprensa relativa ao seu desaparecimento). Mas, retomando o fio da minha

resposta, como aspirava obter o maior conhecimento possível das múltiplas vertentes da ação das instituições europeias, acabei por «aterrar» na Direção-Geral de Informação (DGX) porque aspirava ter liberdade de movimentos no contexto da própria Comissão, e a vontade de «ir a todo o lado» em matéria das áreas mais relevantes e pertinentes. Estar naquela Direção-Geral, onde trabalhei com Enrico Breschi, permitiu-me acompanhar as visitas de chefes de governo e de delegações ministeriais de vários Estados-membros e de países terceiros, e de colaborar mesmo na preparação de algumas visitas. Uma deslocação à Comissão que recorro em especial foi a do antigo primeiro-ministro sueco, Olof Palme, um político inteligente e um líder invulgar na conjuntura especialmente difícil da Guerra Fria.

Poderia descrever-nos, em linhas gerais, a realidade comunitária desses tempos?

Aqui, uma confissão impõe-se. Muito devido ao facto de ter ido para a Comissão vindo do Palácio de Belém, naqueles seis meses tive acesso completamente livre às reuniões de trabalho com as delegações oficiais portuguesas – bem como às deslocações de delegações sectoriais, das regiões autónomas, sindicatos e associações patronais, e de outras delegações do sector privado. Mesmo nas reuniões com os partidos políticos portugueses eu estive presente. Recordo, entre outras, a visita do nosso colega professor Francisco Lucas Pires quando presidia ao CDS, que tinha um sentido apuradíssimo dos dilemas europeus contemporâneos. Em especial, estive presente em inúmeras reuniões dessas delegações portuguesas com os competentes negociadores da adesão por parte da Comissão – a dinamarquesa Inger Nielsen e o britânico David Goodchild – de quem guardei excelentes impressões, bem como com vários comissários europeus e, em especial, com Lorenzo Natali que era um dos vice-presidentes da Comissão e que detinha o pelouro geral dos dossiês da adesão de Portugal e de Espanha. Era interessante porque me telefonavam para estar presente ou, então, alguém descia ao meu gabinete do 2.º piso do Berlaymont (gabinete 119), que compartilhava com o meu colega Ali Erkmen, filho do antigo ministro dos Negócios Estrangeiros

da Turquia, Hayrettin Erkmen, para me acompanharem até ao gabinete de Natali no topo do edifício. Aí, não posso deixar de o referir, saboreava-se sempre um Campari antes do almoço, mas Natali, um expansivo e sábio italiano, amigo de Portugal, normalmente não dispensava mais um – uma espécie de «culto» ao final da manhã (*risos*)! Vários dossiês-chave foram fechados precisamente nessa primavera de 1983 – daí o vaivém contínuo de delegações portuguesas para Bruxelas. Ora, quando se reunia com grupos portugueses, Natali, que tinha sido ministro da Agricultura de Itália nos governos democratas-cristãos, dizia a respeito da «aplicação» da Política Agrícola Comum (PAC) a Portugal que – e cito – «o problema de Portugal é que os vossos únicos excedentes agrícolas não são financiáveis pela PAC». E, quais eram esses excedentes? A batata, o tomate e o azeite! Lembro-me, a propósito, de os meus colegas holandeses frisarem que na Holanda, em 1983, o azeite ainda se vendia sobretudo nas farmácias! Outra coisa que Lorenzo Natali dizia, normalmente apontando para a sua secretária, que fazia menção de abrir, era: «Eu tenho aqui o dossiê de reforma da PAC, mas como veem está na gaveta!», que correspondia na altura a uma mera intenção que nunca viria a ser efetivamente levada por diante. Note-se que em 1983 a PAC ainda representava quase 80% do chamado orçamento próprio da comunidade. Só que os governos, francês, alemão, belga, holandês, e também, devo dizer, dinamarquês, nem queriam ouvir falar em reforma da PAC (a Dinamarca, aliás, à imagem dos países que acabo de referir, beneficiava da transferência de montantes consideráveis para a sua agropecuária). Ou seja, no momento em que eu fui para Bruxelas, o orçamento da Comunidade Europeia era fundamentalmente sinónimo de PAC. Essa era, na altura, e em grande medida, a realidade orçamental comunitária.

Quais foram os momentos e os fatores determinantes para o desenvolvimento da área de Estudos Europeus em Portugal?

Permitam-me fazer um apontamento de forma crua: nós vivemos num país que foi não apenas um *late industrializer*, mas também um *late modernizer*. Temos bloqueios, comumente designados como «problemas estruturais». Regressar dos Estados Unidos, por

vontade própria, apesar dos convites e dos inúmeros incentivos para ficar do outro lado do Atlântico, e vir integrar uma universidade nova com um doutoramento nas mãos, especializado num domínio científico também ele novo em Portugal, era, nos princípios da década de 1990, um bem muito precioso. Tal como muitos outros colegas de outras áreas fomos imediatamente «cooptados» para todo o tipo de funções institucionais na Universidade: Direção de departamento, direção de cursos, primeiro ciclo nacional de avaliação dos projetos de ensino, conselho científico, comissões pedagógicas, etc. Na altura, em muitíssimos departamentos, por cada 10 docentes, havia dois ou três doutorados. Essa era a realidade em Portugal. Por isso, nem tive tempo de publicar a minha tese (*risos*). Fomos literalmente «triturados» pela necessidade de acudir ao que eram prementes necessidades institucionais. Fui eleito três vezes diretor de departamento, diretor de mestrado, e diretor do programa de doutoramento em Ciência Política e Relações Internacionais, e fui sempre vogal de várias pós-graduações existentes. Não podia deixar de ser! Éramos muito poucos. Ora, no capítulo específico das questões europeias, uma das iniciativas mais interessantes ocorreu em 1989 numa edição dos Colóquios de Relações Internacionais sob o lema «1993: que Comunidade Europeia?», quando o então presidente em exercício do Conselho das Comunidades Europeias, Francisco Fernández Ordóñez, foi expressamente a Braga abrir a conferência, algo que teve grande eco. Tenho gosto em assinalar que fiz parte do grupo pioneiro que inventou e lançou esses prestigiados colóquios de Relações Internacionais, os mais antigos do país, cuja 40.^a edição consecutiva ocorreu em 2019. Acresce que os Estudos Europeus são uma parte intrínseca dos Estudos Internacionais (*risos*). Devo, aliás, sublinhar, a propósito, que a primeira edição, realizada em maio de 1980 – seis anos antes da nossa entrada na CEE! – se intitulou sintomaticamente «Integração Europeia» – na qual participaram, entre outros, Vítor Constâncio, Albano Nogueira, e José Manuel Barros (presidente do Fundo de Fomento de Exportação, organismo que antecedeu o AICEP) – particularmente revelador de um patente interesse prospetivo pela questão (*risos*). Em relação a outro momento especialmente importante para a implantação da

área destacaria a criação na Universidade do Minho do primeiro curso de mestrado em Estudos Europeus em Portugal, para cujo projeto, apresentado logo no início de 1985, contribuiu também o professor António José Fernandes. A 1.^a edição viria a contar com o contributo ímpar dos professores Fausto de Quadros e Carlos Gaspar. Cumpre assinalar neste ensejo que, quer na faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, quer na faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, existiam simplesmente pós-graduações sem atribuição de grau, cujos programas eram dirigidos por dois prestigiados professores, Paulo de Pitta e Cunha e Manuel Lopes Porto, respetivamente. Manuel Lopes Porto viria, aliás, a fundar a importante revista *Temas de Integração* na Universidade de Coimbra, em 1996. Aqueles professores, tal como Fausto de Quadros e João Mota de Campos – este último de quem fui aluno no curso de mestrado em Relações Internacionais no ISCSP – tiveram um papel central na consolidação da área de Direito Comunitário e da Integração no nosso país, depois de um período, diga-se, em que havia muito boa gente que não queria «ouvir falar» de Direito Europeu como uma área verdadeiramente central dos *curricula* das faculdades de Direito. Era algo relegado para segundo plano. Na verdade, o Direito ainda era visto e achado como um domínio quase estritamente *nacional*! Noutra plano, deve referir-se que embora a área de Relações Internacionais não tivesse tradição na matriz do Ensino Superior em Portugal, curiosamente foi por este domínio específico do conhecimento político e não pela Ciência Política – que é a «área-mãe» – que se começou em Portugal. Este fenómeno explica-se pelo fim do regime autoritário e da Guerra Colonial, e sobretudo pelos anseios de abertura do país ao exterior. Sentia-se uma necessidade e uma urgência prementes no sentido de Portugal recompor rapidamente as ligações com o mundo e, concomitantemente, com a vasta rede de instituições internacionais. Essa foi a razão principal que tinha levado o professor Lúcio Craveiro da Silva, com assinalável sentido visionário, a criar o primeiro curso de Relações Internacionais na Universidade do Minho, logo em 1975. Do mesmo modo, a entrada nas Comunidades Europeias a 1 de janeiro de 1986 funcionou como o impulso imediato para a criação do primeiro mestrado em Estudos Euro-

peus em Portugal, como assinalei. Eu diria, aliás, que o nexu desta entrevista terá muito a ver com o facto de a instituição de que faço parte ter sido também pioneira neste particular (*risos*). Várias das primeiras dissertações do mestrado em Estudos Europeus da Universidade do Minho receberam o prestigiado prémio Jacques Delors ou menções honrosas. Sublinharia, entre outros contributos significativos, o trabalho vencedor da professora Sandra Fernandes. O reconhecimento deste carácter precursor levaria, nomeadamente, à escolha da Universidade do Minho como anfitriã do Seminário Internacional da UNESCO sobre a Evolução Recente das Ciências Políticas, em 1987 – organizado por proposta do então embaixador de Portugal naquela organização, professor José Augusto Seabra –, e do Congresso Oficial Portugal-Brasil de Ciência Política e Relações Internacionais, realizado no ano 2000, por escolha dos governos português e brasileiro, importantes iniciativas a quem nos foi atribuída a respetiva coordenação na Universidade do Minho. Por sua vez, em 2005, tive ensejo de realizar nesta universidade, em colaboração estreita com a Universidade de Cincinnati, uma importante mesa-redonda internacional no âmbito da minha cátedra Jean Monnet, que contou, entre outros participantes, com grandes nomes dos Estudos Europeus e Internacionais, como Amitai Etzioni, Philippe C. Schmitter, James A. Caporaso, Christian Lequesne, Andreas Føllesdal, Mario Telò, Richard J. Harknett, Rafael García Pérez, Stephen C. Sieberson, e Joel D. Wolfe, o meu orientador de doutoramento. Devo sublinhar, também, o lançamento em 2007, no âmbito da cátedra Jean Monnet, conjuntamente com o professor Luis Domínguez Castro da Universidade de Vigo, do primeiro mestrado de dupla titulação entre Portugal e Espanha sobre «Políticas Comunitárias e Cooperação Territorial», outra iniciativa pioneira que requereu, aliás, uma decisão expressa do conselho de ministros espanhol. Também com carácter pioneiro no âmbito dos estudos da integração regional, orientei, no Brasil, as primeiras dissertações de mestrado sobre o Mercosul, nas universidades Univali e Univille (Santa Catarina).

Não poderia, no plano específico da reflexão filosófica sobre a Europa, deixar de fazer uma referência especial ao extraordinário

labor do professor Acílio da Silva Estanqueiro Rocha, da Universidade do Minho, membro da Academia das Ciências de Lisboa. Do mesmo modo, cumpre destacar o trabalho da professora Maria Manuela Tavares Ribeiro que na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra teve um papel maior na expansão dos Estudos Europeus, sobretudo nas vertentes histórica e cultural. Ora, estes aportes muito contribuíram – tal como as Ciências Políticas, aqui em apreço – para que os Estudos Europeus deixassem de ser um «reduto» único do Direito e da Economia em Portugal. Devo, também, uma palavra especial ao professor Adriano Moreira, orientador da minha dissertação de mestrado no ISCSP, um trabalho que foi especialmente distinguido e que versou sobre as especificidades da política externa da Rússia, questão que permanece um dos problemas nucleares na definição do espaço europeu.

A sua tese de doutoramento toca em questões que permanecem bastante relevantes na conjuntura atual, como a da autonomia dos Estados que integram a União Europeia.

A questão da autonomia do Estado é, sem dúvida, pertinente no plano da Ciência Política. Ao tentar explicar qual era o impacto da integração europeia na autonomia do Estado, o que concluí foi que a integração reforçava o poder relativo de Portugal – a pertença à União Europeia soma, não subtrai, algo que é fundamental sublinhar. Essa é uma conclusão-chave da minha tese! O que sucede é que o «braço institucional europeu» não é imediatamente observável e verificável segundo o modelo hobbesiano ou soberanista clássico. Esta minha asserção não representa a mera manifestação de uma opinião, mas decorre da exploração e do aprofundamento criterioso das hipóteses testadas. É isso que distingue a área científica dos Estudos Europeus de outros registos mais superficiais. Na tese referimo-nos especificamente a formas de poder estatal de cariz mais *indireto* – na lógica do *Estado regulador* – num quadro parcialmente desterritorializado, transnacional. Daí que se articule a nova circunstância europeia, pelo menos em parte, como uma realidade pós-hobbesiana ou pós-vestefaliana, no sentido em que o Estado no quadro da União Europeia é um Estado

complexo, na linha da inteligente e oportuna noção de «soberanias complexas» que, nomeadamente, Acílio da Silva Estanqueiro Rocha propusera. A União Europeia é – podemos talvez enunciar – um *complex mix* dessa mesma realidade pós-vestefaliana, expressão da face atual dos Estados modernos, mais porosos, isto é, mais desterritorializados. A este propósito, não poderia deixar de referir a participação em sessões da Comissão de Assuntos Europeus da Assembleia da República, logo em setembro de 1995, no quadro da qual pude explicitar algumas das conclusões da tese, quando aquela comissão ainda era presidida pelo professor Jorge Braga de Macedo. Na altura discutiam-se alterações ao marco de Maastricht, alterações que vieram a ser plasmadas no tratado de Amesterdão, e que tinham a ver com o aprofundamento da cooperação a nível do terceiro pilar de Maastricht, ou seja, em matéria de cooperação judicial e de polícia. Esse desenvolvimento foi importante porque a partir do momento em que, com Schengen, se «abriram» as fronteiras era premente melhorar decisivamente a cooperação a nível policial, das magistraturas, das procuradorias, etc. Temos de reconhecer que na ocasião não havia por parte da sociedade civil em geral, quer em Portugal, quer no conjunto dos Estados-membros, a perceção nítida do que estava em causa com os avanços «revolucionários» de Maastricht, algo que, mais tarde, os atentados em Paris em novembro de 2015 puseram a nu: Ficámos a saber que os franceses «não falavam» com os belgas, e vice-versa, no que respeitava a questões tão básicas como a troca de informações sobre as redes terroristas e os principais suspeitos. A perplexidade foi total, para não dizer choque! Na Assembleia da República tive, mais do que uma vez, ensejo de evidenciar os défices e as insuficiências existentes na arquitetura institucional europeia e nas práticas que o novo quadro transnacional muito mais aberto necessariamente implicava e – devemos sublinhar – exige cada vez mais.

Poder-se-á dizer que, atualmente, a Ciência Política e os Estudos Europeus já adquiriram uma maior autonomia?

Permitam-me colocar a questão nos seguintes termos: A luta – sublinho, luta – por uma maior autonomização disciplinar

das Ciências Políticas não está encerrada e continua a ser uma necessidade no quadro da arrumação das diferentes áreas científicas em Portugal. Mas já avançámos muito, nomeadamente no que respeita a uma certa libertação do chamado «colete» do Direito. A criação da Associação Portuguesa de Ciência Política (APCP), em 1998, da qual fui um dos fundadores, bem como a autonomização da área no quadro dos projetos de investigação da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), são o resultado mais visível dessa aspiração. Note-se, porém, que, lamentavelmente, no passado recente se assistiu, no âmbito específico da FCT, a uma tendência de «diluir», de novo, esta área científica noutros domínios mais tradicionais. Não faz sentido! Naquilo que respeita mais especificamente aos estudos de área – no caso, dos Estudos Europeus – eu assinalaria que a Ciência Política privilegia mais o foco nas dinâmicas e nos processos internos da integração, entre outros tipos de fenómenos relacionados com a análise do poder e dos seus mecanismos e projeções várias, e não tanto na letra ou nas provisões dos tratados. Por outro lado, existe a necessidade de «descodificação» que é, simultaneamente, mais específica e mais lata, ou seja, a necessidade de uma compreensão fundamental do que representa a integração de Portugal na União Europeia no plano político e, em especial, no que releva das questões de poder nas Relações Internacionais. Cada ciclo específico, histórico e político, exige, pois, uma análise mais aprofundada, que não é, digamos, descortinável de forma mecânica nos artigos dos tratados.

Quais são os grandes temas na área de Estudos Europeus que, na sua opinião, podem e devem ser explorados em Portugal?

Eu mantenho que continua a haver um défice importante de reflexão, de pensamento, e, também, de estudos qualificados sobre o lugar e o posicionamento de Portugal na União Europeia. Em grande medida, estamos envolvidos, sem bússola, num processo de integração complexo. Se fôssemos pedindo a um conjunto vasto de titulares de cargos públicos que hierarquizasse, por exemplo, as prioridades e os objetivos de Portugal em cada momento do processo de integração – que deve ir muito para além da discussão em

torno dos «fundos comunitários» –, bem como que dilucidasse a própria lógica subjacente à nossa posição na Europa, verificavam-se dificuldades em hierarquizar ou indicar esses fatores. Por outro lado, convém ter consciência de que o processo de integração europeia não é um processo gradualista, antes é marcado por saltos bruscos, por saltos qualitativos, segundo a chamada hipótese ou «modelo de escada» articulado por Johan Galtung, um prestigiado cientista político norueguês. Isto não quer dizer que o processo não seja tendencialmente «realista» ou «pragmático» – resultado do acordo possível entre «todos» segundo a esperada lógica do «menor denominador comum» – mas, como afirmo, não é necessariamente gradualista! Do mesmo modo, é fundamental compreender o papel das elites no contexto da integração. É que o seu papel na história da integração europeia tem tido um carácter fundamentalmente voluntarista, descortinável no quadro da conceção teórica consociativa (ou *elitista*) da integração. O que o argumento consociativo sugere é que, de cada vez que as elites pró-europeias com influência real são fortes, o processo tende a avançar. Quando, em contrapartida, as elites são minoritárias ou com escassa influência política, o processo tende a abrandar ou a sofrer recuos significativos. As referências que acabo de fazer pretendem evidenciar, perante o eventual leitor, o que poderão constituir duas ilustrações interessantes do contributo da Ciência Política da integração, ou seja, desta área de Estudos Europeus, para a análise e reinterpretação das dinâmicas europeias. Permitam-me outra ilustração, que considero especialmente pertinente: Lembro-me de na altura da entrada na Comunidade Europeia se fazer frequentemente eco da ideia de que a integração de Portugal na Europa representava sobretudo um «seguro contra a ditadura» que poderia assegurar e garantir a continuidade do regime democrático, mas que ao mesmo tempo funcionava como um grande programa de «melhoria global da oferta», um vetor crítico para o futuro do país que tanto se aplicava à realidade empresarial e à formação das pessoas, como à modernização administrativa e ao conjunto do Estado e da Sociedade Civil. Neste sentido, a alusão aqui evidenciada sugere que a integração europeia é, no seu carácter geral, um instrumento crucial de modernização do

país, embora ainda não satisfatoriamente alcançado. A questão da *modernização* emerge recorrentemente como um elemento preponderante das análises politológicas nas suas várias expressões, despertando um dos nexos centrais do próprio processo de integração europeia. E o dito objetivo da «melhoria global da oferta» pode, ao mesmo tempo, funcionar como um barómetro aferidor do impacto da integração, e, em *ultima ratio*, do desempenho geral do país.

Falta-nos capacidade para (re)formular as nossas prioridades e os nossos objetivos de forma a adequarem-se às (novas) circunstâncias?

Reitero o seguinte ponto de reflexão: O conjunto das elites portuguesas não se tem mostrado totalmente capaz de, em cada momento específico do processo de integração, identificar aquelas que são as prioridades de Portugal. Eu também assumo a minha quota-parte de responsabilidade, mas aquilo que tenho formulado e escrito, sobretudo ao longo da última década, é que nós precisamos de, em cada instância do processo de integração, situar melhor os interesses nacionais desta comunidade política que é Portugal, mais consentânea com uma comunidade política com cerca de nove séculos de existência. Temos tido alguma incapacidade coletiva em definir de forma mais eficaz as políticas públicas, que hoje incluem a nossa relação com a Europa no seio das instituições comunitárias, e, daí, alguns resultados muito pouco positivos. Não nos podemos esquecer de que mais de 600 000 portugueses tiveram de sair de Portugal depois de 2010, com todas as consequências que tal «sangria» representa para o futuro do país! É imperioso reconhecer que ao contrário do que sucedeu com outros Estados-membros, em Portugal deu-se um «afunilamento estratégico» do quadro de relações externas que não nos favoreceu, e foi impeditivo de tirar mais partido da nossa imersão na União Europeia. Se olharmos, por exemplo, para a integração simultânea da Irlanda e do Reino Unido nas Comunidades Europeias, em 1973, vemos que o espectro de relações da República da Irlanda se altera, mas no sentido de um alargamento do leque das suas relações externas. Ora, por não termos diversificado

suficientemente a origem do investimento estrangeiro em Portugal – no quadro da própria União Europeia – fomos confrontados com a situação penosa de, em caso de extrema necessidade – como sucedeu sobretudo a partir do início de 2011 – cerca de 50% das nossas privatizações no sector energético terem ido parar às mãos do Estado chinês! Não se compreende como é que isto obedece às prioridades estratégicas de um país integrado na UE e inserido num quadro geopolítico ocidental amplo, considerando quer o Atlântico Norte, quer o Atlântico Sul. Outro sector que me vem à mente prende-se com a importância estratégica da economia do mar e dos oceanos, onde se impõe uma aposta séria, consistente, e de longo prazo. Existe demasiada retórica, muitos «chavões» e quase nenhuma realização. Olhemos para a nossa vizinha Espanha, que detém um fortíssimo empório marítimo e pesqueiro nas suas mais diversas valências. Basta ir a Vigo para nos fazer corar de vergonha! Note-se que a Espanha tem menos mar e uma zona económica exclusiva bem mais pequena. Pergunto: de que estamos à espera? O juízo comparativo, que aqui também tento evidenciar, é outra dimensão especialmente importante dos Estudos Europeus ao suscitar uma comparação *útil* com outros Estados de dimensão mais ou menos semelhante em que o acompanhamento das questões comunitárias – e, concomitantemente, o aproveitamento das oportunidades da integração – é especialmente eficiente e, diria mesmo, cerradíssimo. Dois exemplos ressaltam na minha mente: A Dinamarca, que constitui um caso quase perfeito, e a Holanda, também uma excelente ilustração. Em ambos os casos, existe um nível de acompanhamento metucioso das questões europeias. A comissão de assuntos europeus do parlamento dinamarquês faz um acompanhamento político profissionalíssimo das questões europeias e dos interesses nacionais dinamarqueses: Não há nenhum membro do governo dinamarquês que não reporte imediatamente ao parlamento os últimos desenvolvimentos na UE, um expoente daquilo que eu designo como *accountability comunitária*. E a Holanda é outro exemplo eloquente: O elevado grau de eficiência e eficácia a nível do funcionamento das suas instituições de controlo democrático, especialmente do seu parlamento.

As reformas preconizadas com o Tratado de Lisboa visaram o incremento da eficácia e o reforço dos procedimentos democráticos e da transparência multinível. Não obstante, será possível que, num contexto globalizante e de crescente interdependência, o Tratado tenha reaproximado os Estados-membros da power politics do passado?

Uma das questões porventura mais interessantes sobre a qual tenho refletido, é que a Ciência Política da integração permite esclarecer um paradoxo importante na atual fase do processo. Ao contrário de algum «ruído de fundo» e de juízos apriorísticos que consideram que nos encontraríamos hoje numa fase eminentemente intergovernamental, a exploração mais aprofundada desta questão permite localizar, ao invés, uma evolução atípica no processo de integração, com contornos inesperados, que não é inteligível ou compreensível de forma imediata no quadro do enunciado teórico do intergovernamentalismo. Vejam-se os avanços, embora ainda não muito ambiciosos, no caso da integração bancária e do chamado «Semestre Europeu». Na mesma linha, cumpre referir que as mais recentes dinâmicas no que respeita ao aprofundamento da união económica e monetária sugerem que mais integração está a processar-se, paradoxalmente fora dos tratados da União Europeia. Tal é especialmente visível, por exemplo, na criação do Mecanismo Europeu de Estabilidade em 2012. Trata-se, na realidade, de um acordo *intergovernamental* de tipo clássico que não opera sob a égide da legislação comunitária, sendo «controlado» com evidente zelo pelos 19 governos do Eurogrupo, um órgão ele mesmo com carácter «informal». Do mesmo modo, as transformações das estruturas de coordenação no âmbito específico da união bancária sugerem uma *centralização* algo atípica, que não é impulsionada ou dirigida pela Comissão Europeia, mas é, ao invés, comandada pelos Estados-membros, reforçando a importância do Conselho de Ministros da União Europeia na orgânica comunitária. Existe, pois, um aprofundamento! E, aqui pode estar parte do *puzzle*. O problema não está tanto no facto de a Comissão Europeia ter perdido algum espaço na arquitetura institucional, o que é verdade. Acontece que atualmente o «método comunitário» já não é o da Comissão,

mas sim o «método do Conselho»! Embora a Comissão continue a deter a prerrogativa formal de iniciativa, é o Conselho da UE, em tandem com o Parlamento Europeu (método de codecisão), que decide. Concomitantemente, outro órgão institucional de topo – o Conselho Europeu – que integra os chefes de Estado e de governo, tem um peso político que não cessou de aumentar, fixando orientações fundamentais. Ora, quando se aumentam os poderes e as competências das instituições comunitárias está-se a aprofundar o processo de integração embora de forma paradoxal. Nesta evolução esdrúxula, a Alemanha detém uma centralidade e uma preponderância ímpar – excessiva do meu ponto de vista – a que se somou alguma perda de visibilidade e de protagonismo da França dentro da UE, não só no que respeita às questões económicas e monetárias, mas também no plano da política pura, com repercussões negativas para o conjunto, dado não existir conceito de *unidade europeia* sem a França – um país-chave na balança da Europa. É certo que o presidente Emmanuel Macron tem tentado contrariar esta situação com algumas iniciativas interessantes. Em todo o caso, aqui podemos visualizar outra vertente do papel de *descodificador* do cientista político, cujo contributo analítico é não só fundamental, mas muitas vezes insubstituível, a partir dos quadros e modelos conceptuais e teóricos disponíveis. Ele é, como costume dizer, um descobridor de sinais, um explorador de tendências, sobretudo a nível de alterações significativas na *distribuição de poder* num determinado meio, neste caso no seio da UE. Atenemos, por exemplo, na tradição política e cultural francesa, que explica muito do «arrastar dos pés» que se deteta na sua política europeia, ou na falta de ambição política *tout court*. É que em termos de cultura política a prática fortemente *centralizadora* do Estado em França continua a ser uma realidade insofismável. Em rigor, a França é um dos Estados-membros responsáveis pelo facto de o processo de integração não ter avançado tanto quanto seria necessário em termos de coordenação política e de maior coerência, com tradução no chumbo do projeto de tratado constitucional no referendo nacional de 2005. Podemos afirmar que a França revela um padrão recorrente de desconforto em avançar mais decisivamente no sentido de um maior aprofundamento,

uma tendência que não é totalmente dissimilar da habitual «relutância» do Reino Unido (RU) antes do Brexit. Aliás, a teoria política sugere que a França e a Inglaterra partilham semelhanças históricas muito grandes em termos da formação do Estado, designadamente no que toca à sua lógica *centralizadora* e às suas práticas *soberanistas*. No entanto, a França tem sido mais eficaz a «fazer de conta». Detalhemos também um pouco mais a questão da Alemanha: A premência da realidade da união monetária – vulgo euro – conferiu à Alemanha um poder inusitado no seio da UE. Não é por acaso que a sede do BCE se encontra em Frankfurt (*risos*). A Alemanha assumiu que o arranjo estabelecido com François Mitterrand que implicou o «abandono» do marco alemão – em si mesmo uma concessão extraordinária por parte de Helmut Kohl – tinha como contrapartida, doravante, a sua liderança em matéria monetária. É claro que muito embora a unificação monetária fosse «forçada» pela França como contrapartida da reunificação – a conhecida tese de ancorar a Alemanha ao «cais europeu» –, Mitterrand tinha a percepção da significativa alteração da correlação de forças e da distribuição de poder dentro da UE que iria ocorrer. O desequilíbrio aparente entre a Alemanha e a França viria a acentuar-se com o Tratado de Nice (entra em vigor a 1 de fevereiro de 2003) que alterou a paridade da representação no Parlamento Europeu a favor da Alemanha, um fator de inulúvel nervosismo e grande preocupação de Jacques Chirac durante o Conselho Europeu de Nice, uma das razões que contribuíram para que fosse um dos mais longos da história das Comunidades Europeias – de 7 a 10 de dezembro de 2000! No que concerne mais especificamente ao Tratado de Lisboa (entra em vigor a 1 de dezembro de 2009), as competências aí definidas revelam mais uma vez, tal como acontece com arranjos anteriores, o carácter ambíguo da construção comunitária. Em que medida? Confirma a propriedade de alguma ação própria da União, mas simultaneamente consagra os limites dessa mesma ação dando ênfase às prerrogativas dos Estados-membros de acordo com o chamado *principle of conferral* – *princípio da conferência dos poderes dos Estados-membros*. Neste sentido, o Tratado de Lisboa vai em direções opostas. Podemos dizer que tal ambiguidade – que se adensa

com o novo enunciado – torna o chamado paradoxo comunitário ainda mais acentuado. Um traço distintivo – e por certo fascinante – da União Europeia é que o seu cunho fundacional mostra sempre estes dois lados distintos. O processo não é, nem nunca foi, linear.

No tempo presente, o fator identitário surge como decisivo de enquadramento das soluções políticas (e não o inverso). A tudo isto não será alheio o momento que o mundo atravessa relativamente ao fenómeno mais amplo que é a globalização.

Uma das ironias formidáveis das migrações em direção à Europa é a de que elas são, em grande medida, uma demonstração virtuosa do poder de atração da UE! Há, porém, outra dimensão, que eu enunciaria como um problema essencialmente *político* – e não meramente económico – que tem a ver com os índices de crescimento económico sofríveis na UE, coincidentes temporalmente com a entrada do euro em 1999 (só começaria a circular fisicamente em janeiro de 2002) e com a abertura abrupta do comércio mundial à China, processo que ocorreu sem qualquer gradualismo, diria mesmo sem limitações, e que nos foi particularmente desfavorável. Tenhamos consciência disso! Mas, permitam-me que deixe aqui um alerta para as responsabilidades da política monetária «europeia» excessivamente restritiva – diria neste particular, «alemã» –, ao contrário da política monetária dos Estados Unidos ou da China. Esta política, muito penalizante, é, pois, contraditória com a opção de outros grandes *players* no quadro da economia global, que não leva em linha de conta, por outro lado, a desindustrialização que ocorreu em muitos países europeus. É claro que quem diz transferência brutal de produção para o Oriente, diz transferência de riqueza, de capitais e de emprego! Note-se, porém, que a Alemanha não permitiu a perda da sua base industrial, e isso talvez explique a sua extrema relutância em implementar políticas de *quantitative easing* a nível do euro – isto é, de maior liquidez – que funcionariam, digamos, como políticas de «substituição», pelo menos em parte, dos efeitos da desindustrialização. A Alemanha, ao invés de outros Estados-membros, «não vê» essa necessidade. O despertar das questões identitárias

na Europa – referida na pergunta – terão, assim, muito a ver com o iniludível sentimento de insegurança económica, resultado da perda da base industrial em muitos países. Enquanto os indicadores económicos anémicos perdurarem, combinados com pressões (i)migratórias significativas, vamos continuar a ter problemas de cariz identitário, que exprimem por um lado essa insegurança económica, e por outro são exploradas eficazmente por alguns sectores como expediente político privilegiado. É certo que existem outras dimensões de carácter cultural e sociológico, mas eu diria que enquanto não formos capazes de aumentar o «bolo» a distribuir, vamos continuar a ter sobressaltos e crises deste tipo, com manifestações populistas de vários matizes.

Em que projeto(s) de investigação se encontra atualmente a trabalhar?

Um dos projetos de investigação teve a ver com o estudo das dinâmicas de descentralização na União Europeia. Foi um esforço de esclarecimento comparativo dos processos de descentralização política, com especial foco nos casos da França e do Reino Unido, que contou com a colaboração ímpar da professora Sandrina Antunes. No que respeita ao RU, focou-se nos processos de *devolution* ou *devolução de poderes* – lançados em 1999 – com maior incidência nos casos da Escócia e do País de Gales, cuja expressão mais importante foi a constituição dos parlamentos autónomos. Foi um estudo relativamente importante que incluiu trabalho de campo e um número significativo de entrevistas realizadas em Cardiff, Edimburgo e Glasgow. Em França, o estudo focou-se nas regiões de Toulouse, Nantes e Lille. O objetivo passava por avaliar em que medida a autonomização relativa de entidades «subnacionais» iria, de alguma forma, mudar o padrão clássico de relações externas, nomeadamente em termos da representação em Bruxelas. Com efeito, o aprofundamento da autonomia política da Escócia e do País de Gales teve como repercussão imediata um reforço das suas respetivas representações em Bruxelas, não obstante a «oposição» do *Foreign Office* em Whitehall. No caso da França, Paris também reagiu desfavoravelmente, pois não queria «ouvir falar» em representações diretas das suas regiões em Bruxelas.


O estudo contemplava, pois, ainda que de forma preliminar, a emergência de práticas *paradiplomáticas*, ou seja, o advento de formas de representação externa de entidades subnacionais. A *paradiplomacia* é uma diplomacia de «segunda geração» que exprime a aspiração de maior protagonismo e reconhecimento internacional de territórios e regiões subnacionais, como é o caso atual mais pungente da Catalunha, que tenta a todo o custo «contornar» Madrid nas suas relações com o exterior. Desta investigação derivou um primeiro memorando importante para a União Europeia (um estudo que depois nos foi solicitado pela Assembleia da República). No passado mais próximo, estive muito envolvido na investigação e discussão das mais recentes teses de doutoramento que orientei, intimamente relacionadas com a temática dos Estudos Europeus, a saber: a tese da professora Isabel Camisão sobre o papel da Comissão Europeia – com quem tinha publicado, em 2005, o livro *Construir a Europa: O Processo de Integração entre a Teoria e a História* –, a tese do professor Sérgio Neiva Ribeiro sobre o «contrato horizontal europeu», e a tese da professora Liliana Reis sobre as insuficiências da política externa e de segurança da UE, distinguida, aliás, pelo júri do Prémio José Medeiros Ferreira. O meu trabalho nesta área – para além de uma concentração igualmente significativa no capítulo das teorias das Relações Internacionais – tem tradução em artigos e intervenções sobre os dilemas europeus dos últimos anos, designadamente sobre os problemas políticos e institucionais existentes no figurino da UE, e, principalmente, sobre aquilo que considero ser a insustentabilidade futura de um modelo que o professor Amitai Etzioni caracterizou como de *halfway supranationality* – ou seja, uma espécie de construção «em suspenso» – justamente ilustrativa do modelo demasiado desequilibrado e incongruente da atual arquitetura comunitária. Uma construção muito imperfeita, pois faz perigar a sustentabilidade política do euro.

O que recomendaria a jovens investigadores que pretendam dedicar-se à área de estudo de Estudos Europeus?

A resposta é relativamente escurra, mas inclui duas dimensões fundamentais numa fase especialmente complexa das Relações

Internacionais: A primeira reporta-se ao plano do próprio projeto de unidade europeia, isto é, a construção de uma alternativa de paz para o continente, algo sem paralelo na história fratricida entre os europeus. Ora, afigura-se-me imprescindível ter a consciência exata do alcance extraordinário deste processo sem precedentes, e das consequências não só para a Europa, mas sobretudo para o mundo, que o seu eventual colapso poderia acarretar. É fundamental ter a noção de que todos os processos políticos são reversíveis. Todos! A União Europeia representa um espaço pacificado, que patenteia um elevado nível de institucionalização e uma significativa densidade normativa, na qual a defesa e a promoção dos direitos humanos emergem como elemento nuclear. Independentemente de outros juízos críticos, a sua vocação de *potência civil e pacífica* permite-lhe explorar um papel maior de moderação nas Relações Internacionais, podendo – e devendo – assumir-se, concomitantemente, como produtora de estabilidade. A segunda, que se estriba tanto quanto possível numa ideia de «neutralidade axiológica» do cientista político, por mais discutível que seja, entronca no exercício criterioso de inteção das várias vertentes da integração – incluindo eventuais cenários de desintegração – e dos seus principais dilemas.

Diria, por último, que o estudo e o aprofundamento das dinâmicas políticas internas desses processos requererão sempre o uso e a operacionalização de quadros conceptuais e teóricos mais apurados, não dispensando os mais jovens investigadores da procura e da descoberta de hipóteses inovadoras e de modelações e eixos de explicação mais ambiciosos.



Leituras recomendadas

- EILSTRUP-SANGIOVANNI, Mette, ed. 2006. *Debates on European Integration: A Reader*. Basingstoke: Palgrave Macmillan
- FEATHERSTONE, Kevin, e Claudio M. Radaelli, coords. 2003. *The Politics of Europeanization*. Oxford: Oxford University Press.
- GARCÍA PÉREZ, Rafael, e Luís Lobo-Fernandes, coords. 2007. *España y Portugal: Veinte años de integración europea*. Santiago de Compostela: Tórculo Edicións.
- MARTÍN DE LA GUARDIA, Ricardo, e Guillermo Á. Pérez Sánchez, dirs. 2012. *Portugal e Espanha: Vinte e Cinco Anos na União Europeia (1986-2011)*. Valladolid: Publ. Instituto de Estudios Europeos.
- MATTLI, Walter. 1999. *The Logic of Regional Integration: Europe and Beyond*. Cambridge: Cambridge University Press.
- SAURUGGER, Sabine. 2013. *Theoretical Approaches to European Integration*. Basingstoke: Palgrave Macmillan.
- WALLACE, Helen, Mark A. Pollack, e Alasdair R. Young, coords. 2015. *Policy-Making in the European Union*. Oxford: Oxford University Press.

Obras de referência

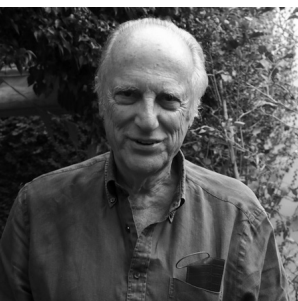
- CAMISÃO, Isabel, e Luís Lobo-Fernandes. 2005. *Construir a Europa: O Processo de Integração entre a Teoria e a História*. Cascais: Principia.
- LEITÃO, Nicolau Andresen. 2007. *Estado Novo, Democracia e Europa: 1947-1986*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- SOARES, António Goucha. 2006. *A União Europeia*. Coimbra: Almedina.
- TEIXEIRA, Nuno Severiano, e António Costa Pinto, eds. 2012. *The Europeanization of Portuguese Democracy*. Nova Iorque: Columbia University Press.

ESTUDOS DA PAZ

segundo

Luís Moita

*Maria Castello Branco
e Sara Epifânio*



LUÍS MOITA

é catedrático de Relações Internacionais na Universidade Autónoma de Lisboa, tendo sido nesta instituição vice-reitor entre 1992 e 2009, foi diretor do Departamento de Relações Internacionais, membro do Conselho Científico e coordenador do mestrado em Estudos da Paz e da Guerra. Dirigiu aí, também, a unidade de investigação OBSERVARE. Entre os vários temas a que se dedica, destaca-se a investigação em Estudos da Paz e da Guerra, Teorias das Relações Internacionais e Questões de Ética, tendo diversas obras publicadas a este respeito.

Notabilizou-se pelo seu percurso profissional e académico. Será que poderia fazer um balanço do percurso que fez até agora?

É um percurso muito diversificado e vou ter de abreviar. Tenho várias vidas. Digo isto, do ponto de vista da minha identidade, porque comecei por ter uma experiência muito forte do ponto de vista cristão. Fui padre católico durante uma série de anos. Doutorei-me em Roma em Teologia Moral e isto faz parte de um passado que não é só passado. Deixou marcas permanentes na minha existência. Fui-me crescentemente politizando neste trabalho (por razões que seria agora interessante explicar, mas seria demorado fazê-lo), e o cruzamento da experiência cristã foi muito grande com a ambição política de alcançar uma sociedade justa, onde se cruzam ideais marxistas com mensagens do Evangelho – uma coisa que parece muito estranha, mas que faz parte da minha identidade. Tive uma intervenção política nunca partidária, mas muito marcada, com relevo por uma longa intervenção anticolonial no tempo da ditadura. Teve como consequência que, a partir de 1974, eu criasse uma organização não-governamental, o CIDAC (inicialmente Centro de Informação e Documentação Anti-Colonial, agora Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral), para trabalho com África. Dirigi-o durante quinze anos, como uma organização política, mas também de solidariedade e cooperação dos povos. Não apoiávamos somente as ex-colónias portuguesas, mas numerosos processos a favor da emancipação e dos direitos humanos, entre outros. A partir de 1988 cumpri um sonho – ensinar, ser professor. Primeiro a UAL (Universidade Autónoma de Lisboa) convidou-me, vim para um curso de Sociologia e rapidamente comecei a lecionar Sociologia das Relações Internacionais e depois Teoria das Relações Internacionais. Apaixonei-me por este tema no qual tenho trabalhado nos últimos trinta anos.

Como se procedeu a sua transição da Ética para as Relações Internacionais? Cruzam-se?

Durante o meu percurso não se cruzaram, à partida. O meu doutoramento foi em Ética por uma Universidade Pontifícia romana, a Universidade Lateranense, em 1967. Aí aprofundei os temas

éticos, sendo este um doutoramento que na altura rompia muito com a tradição católica em várias coisas. Entretanto, com a atividade política que desenvolvi, nomeadamente no CIDAC, fiquei com a questão da Ética adormecida e não fazia parte da minha prática. Sou convidado para lecionar na UAL não a título da Ética, mas da cadeira anual de Sociologia do Desenvolvimento na licenciatura de Sociologia, que eu alimentava não só com estudo teórico, mas também com a experiência do desenvolvimento em África. Sobre este tema tinha conversa para um ano inteiro (*risos*). No ano seguinte convidam-me para outra cadeira, Sociologia das Relações Internacionais, que estava fora do meu radar, tema pelo qual me apaixonei. A questão da Ética – ultimamente tenho trabalhado sobre isso, curiosamente, em vários momentos quando ou universidades ou livros me convidam para desenvolver o tema da ética nas Relações Internacionais. Trabalhei sobre isto a convite da Universidade do Minho há uns anos e, mais recentemente, no ano passado, quando a professora Maria do Céu Patrão Neves e Nuno Severiano Teixeira coordenaram um livro sobre a ética aplicada às Relações Internacionais no qual colaborei com um capítulo. Portanto, volta e meia, os temas cruzam-se e tenho muito gosto nisso, mas são áreas apesar de tudo autónomas.

Qual a experiência que influenciou, mais tarde, a sua especialização em Estudos da Paz?

Essa é uma questão muito interessante. Referi o CIDAC e este trabalhava com África. Só que, na verdade, o CIDAC era uma constelação de coletivos que trabalhavam também com a América Latina, com Timor, etc. A dado momento há um amigo meu de Bruxelas que nos escreve a perguntar se queríamos ir a um encontro que ia lá acontecer do Movimento Europeu pela Paz. Estávamos cheios de trabalho, por isso convencemos João Carlos Espada, futuro professor da Universidade Católica, a ir em representação do CIDAC. De tal maneira que nós, na sequência desta iniciativa, criámos o chamado GAP, Grupo de Ação pela Paz, no CIDAC, em princípios dos anos 80. Esta era uma altura em que na Europa havia uma grande efervescência de movimentação em torno desta causa. E porquê? É interessante explorar esta questão

técnico-política para articular com isto. Em 1979 a NATO toma aquilo que ficou chamado como uma «dupla decisão», isto é, os soviéticos tinham modernizado o seu arsenal nuclear e colocaram mísseis de capacidade nuclear de médio alcance (SS-20) e criaram um avião bombardeiro especial que os meios da NATO consideravam particularmente perigoso. Como estes eram mísseis suscetíveis de transportar ogivas nucleares e de atingir toda a Europa Ocidental até ao extremo da nossa península, os meios da NATO intervêm com a dupla decisão – ou os soviéticos retiravam os mísseis nucleares ou a NATO, em alternativa, instalaria na Europa mísseis de resposta. Os soviéticos não retiraram os mísseis e a partir dos anos 1979 e 1980 a NATO inicia o processo de instalar mísseis na Europa. E é aqui que está a questão técnica. Estes eram mísseis de dois géneros. Uns são os chamados mísseis de cruzeiro que são os que ainda vemos nas reportagens de guerra: teleguiados, voam a baixa altitude e são capazes de evitar os acidentes do terreno. Desta forma, conseguem dirigir-se diretamente ao objetivo. São muito eficazes porque iludem a vigilância dos radares adversários, mas têm a particularidade de serem mais lentos do que outros. E, enquanto estes estavam disseminados pela Holanda, Itália e Inglaterra, a República Federal Alemã tinha instalado, em grande quantidade, os mísseis Pershing II no seu território. Estes mísseis eram dotados de uma velocidade incrível, que em poucos minutos atingiam Moscovo. Pode parecer uma questão militar normal, mas não o foi. Isto suscitou na Europa um debate e uma movimentação popular de uma envergadura enormíssima, porque aquilo que era suposto melhorar a segurança dos europeus e a sua capacidade de defesa perante uma eventual ameaça soviética acentuou, pelo contrário, a vulnerabilidade do continente, sobretudo dado que, com a existência dos Pershing II, os soviéticos não ficariam à espera de que um míssil destes chegasse a Moscovo. Se houvesse uma tensão internacional ou um agravamento crítico da situação, estes seriam os primeiros mísseis a ser neutralizados. Ou seja, aquilo que era suposto ser um objeto defensivo, tornava-se um alvo a abater em primeira mão. Dá para perceber a percepção de vulnerabilidade que os europeus tinham. Entretanto, por coincidência neste período, são tornados públicos dois relatórios

de peritos – um de cada bloco – que trabalhavam sobre um cenário de guerra nuclear limitada ao teatro de operações europeu, uma vez que era aqui que, no fundo, se geravam as grandes tensões entre os blocos, estando a Europa entalada, dividida, entre estes. Os cientistas estavam incumbidos de simular quais seriam as consequências de uma guerra desta natureza, limitada à Europa, onde apenas fosse utilizado um quarto do arsenal disponível. A previsão muito fundamentada era a da probabilidade de inexistência de vida humana a partir daí, porque gerar-se-ia o que na altura ficou conhecido com o termo «inverno nuclear». Ia abranger o planeta no seu conjunto e a probabilidade era que a vida humana desaparecesse da terra. Os europeus daquela geração, que se apanharam entalados neste confronto que os ultrapassava, aperceberam-se de que podiam ser as grandes vítimas de uma confrontação e aperceberam-se, também, de algo que ainda hoje é importantíssimo na nossa consciência – que uma guerra nuclear, a existir, será a última, sem vencedores nem vencidos. Estes elementos que acabei de referir explicam a dimensão verdadeiramente multitudinária do movimento de massas na Europa. Daqui derivam certos processos, como em Londres, onde foi criado o movimento END, European Nuclear Disarmament, com a Fundação Bertrand Russell por trás, uma fundação importantíssima em Inglaterra. Estes movimentos espalham-se por toda a Europa sempre em grandes manifestações em diferentes cidades – Perugia, Roma, Berlim, Amesterdão. Na sequência da ida do João Carlos Espada, nós vamos em grupo a Amesterdão em meados da década de 80 a uma grande assembleia do Movimento Europeu pela Paz. A isto adiciona-se outro fator importantíssimo, o facto de termos sentido e participado num processo de democratização dos próprios temas militares. Nós incorporámos, enquanto grande movimento coletivo, a inteligência acerca da natureza das armas e aprofundámos as doutrinas militares, isto é, como é que os altos quadros, de um lado e outro, teorizam e equacionam a utilização das armas. Para que serviam as armas? Em que circunstâncias as utilizariam? Como primeiro ataque ou como estritamente defensiva? Em caso de ataque por forças convencionais responder com armas nucleares? Para isto há teorias – havia uma doutrina estabelecida e as

doutrinas foram evoluindo. Nos meios da NATO acabámos por ter mais informação e aí durante muitos anos prevaleceu a doutrina de que se os soviéticos atacassem a Europa Ocidental, a resposta seria destruir as suas cidades com armas nucleares. Até que se deu um episódio que, da parte da NATO, significou uma alteração enorme: em 1957, os soviéticos põem em órbita o primeiro satélite artificial da História, o Sputnik, e os americanos acordaram a ouvir *beep beep beep* lá no espaço, questionando-se que, se os soviéticos tinham condições para pôr um satélite em órbita, podiam também colocar uma bomba por cima deles. Terminou aí a doutrina prevalecente (a da «retaliação maciça») e criaram a doutrina de «resposta flexível». Isto são pormenores de pequenos episódios de uma consciência coletiva que se gerou naquele período da nossa história recente e que gerou o que eu chamo «inteligência estratégica» e a sua democratização, pois a guerra é algo demasiado importante para ser deixada nas mãos de generais e as opiniões públicas têm de estar conscientes disto.

Isto, portanto, foi nos anos 80, no âmbito do CIDAC e do GAP, experiência que nunca mais me saiu da memória e que fui desenvolvendo.

E de que forma o desenvolveu doravante?

Participei com o José Manuel Pureza, que é uma pessoa que tem muito trabalho sobre isto, num colóquio de alguns dias sobre a cultura da paz. Escrevi, também, sobre a experiência que descrevi anteriormente e tenho vários textos disponíveis. Mais tarde, quando me encontro na UAL como diretor do Departamento de Relações Internacionais, surgiu a hipótese de avançar com uma pós-graduação conducente a mestrado, designada Estudos da Paz e da Guerra e o mestrado que se lhe seguiu recuperou esta mesma designação. E o que estava subjacente à conceção que presidiu à própria designação e ao conteúdo do mestrado? Porque Estudos da Paz e da Guerra? Porque na academia em geral havia tradicionalmente desenvolvida uma linha em Estudos Estratégicos. Era bastante cultivada nos meios militares por razões compreensíveis e aqui em Portugal desenvolvida no ISCSP que tinha um mestrado em Estratégia. Os Estudos Estratégicos diferem dos

Estudos da Paz. Os primeiros são o aprofundamento das condições de travar combates em determinada correlação de forças e de atingir os seus objetivos políticos e militares. A estratégia é sempre, por definição, uma perspectiva de combate, de confrontação e de alcançar objetivos vencendo as barreiras para os atingir, se necessário vencendo-as de modo militar. Portanto, esta é a tradição dos Estudos Estratégicos. Havia, nesta minha experiência de GAP e afins, um conhecimento crescente de temas trabalhados por outras academias e *think tanks* pelo mundo, desenvolvidamente Estudos da Paz, os Peace Studies, que tinham uma tradição bastante importante. Aliás, logo desde o fim da Primeira Guerra Mundial, as Relações Internacionais aparecem pela primeira vez numa universidade no País de Gales a pretexto do cataclismo que foi a Grande Guerra e a necessidade de que não se repetisse. Isto remete logo para o tema da paz e da promoção da paz. Nós, na altura da década de 80, já tínhamos, então, muito contacto intelectual e seguíamos muito a influência daquele que era porventura aqui na Europa o mais interessante núcleo de estudos pela paz que existia da Noruega, o PRIO, Peace Research Institute of Oslo, liderado por Johan Galtung. Na Europa foi certamente quem levou mais longe e com mais originalidade o tema da paz. Existem muitas outras escolas que tratam este tema, mas Galtung é talvez o mais referente e lidera ainda hoje a organização TRASCEND e tem um pensamento muito original e interessante. Isto eram os Estudos da Paz.

A intenção de base do nosso projeto de mestrado em Estudos da Paz e da Guerra era estabelecer uma ligação entre estas duas linhas de pensamento. Por um lado, dizemos que os Estudos Estratégicos – por todas as razões que mencionei anteriormente – têm de ser repensados, porque a guerra está a mudar de natureza e não se pode pensar a guerra como a guerra justa do passado, além de que, estranhamente, as nossas últimas décadas parecem insinuar que a guerra convencional tende para a ineficácia. Já não se ganham guerras e isto obriga a repensar os Estudos Estratégicos: sobre a maneira de fazer a guerra, sobre o uso dos meios militares para obtenção de fins políticos, etc. Por outro lado, têm-se desenvolvido não só os Estudos da Paz como, até no âmbito

das Nações Unidas (depois da quebra do Muro de Berlim em que parecia existirem condições para uma pacificação do mundo no alívio do fim da Guerra Fria), o secretário-geral Boutros Boutros-Ghali decreta a Agenda para a Paz fazendo que a questão da paz entrasse na agenda internacional. Tudo isto cria condições para, em conjunto, se trabalharem Estudos da Paz e Estudos Estratégicos no mestrado que criámos, mestrado este que ainda hoje dura ao fim destes anos todos. Adicionalmente, é de salientar que na primeira edição com cerca de vinte alunos teve uma particularidade, metade eram militares, para nossa surpresa. Vinham de vários ramos, mas entre eles estavam três oficiais da Força Aérea muito competentes, um deles com uma pós-graduação no King's College de Londres, que posteriormente foram fazer propaganda do nosso mestrado nos seus círculos. Na altura havia um Chefe de Estado-Maior da Força Aérea muito interessante, o general Taveira Martins, que negociava connosco a incorporação de conteúdos do mestrado num curso de formação para oficial superior no Instituto de Altos Estudos da Força Aérea, em regime de internato. Alargaram o período de permanência para que nós tivéssemos tempo de lá ir lecionar as nossas cadeiras de mestrado. De tal maneira que fomos e no ano seguinte quem quisesse ficaria com pós-graduação e poderia vir apresentar a tese. As melhores teses que tivemos foram as dos oficiais da Força Aérea. Aquilo durou algum tempo e a dada altura os outros ramos das Forças Armadas começaram a querer também. Com a Marinha não conseguimos acertar os modos, mas com o Exército sim. Na altura, o Instituto de Altos Estudos Militares estava a mudar para o Instituto de Estudos Superiores Militares que integrava os três ramos e, para grande surpresa nossa, convidam-nos a incorporar o nosso curso agora para todos os ramos e no curso de Estado-Maior Conjunto. Surpreendemo-nos a participar na formação dos altos quadros militares. Era nossa convicção, entretanto confirmada, de que as cabeças dos nossos militares tinham mudado substancialmente. Até há quarenta anos eram um exército colonial com 150 mil homens em armas em três teatros de guerra. Terminada a Guerra Colonial o que iriam fazer? Houve uma profunda reconversão para o quadro da Guerra Fria. É o tempo «heroico» em

que é criada a Brigada Mista Independente em Santa Margarida, no centro geográfico do país. Era uma força militar de dimensão significativa adstrita à NATO na missão de proteger o Norte de Itália da possível invasão da Jugoslávia e era aí que faziam manobras militares de treino, por exemplo. É também nesta altura que são compradas aos alemães fragatas para a luta antissubmarina no Atlântico contra os soviéticos. Está o dispositivo armado português reconfigurado para a Guerra Fria. Mas e quando acaba a Guerra Fria? De lá para cá observamos que as nossas Forças Armadas se ocupam em missões de paz, exclusivamente. As intervenções militares são em prol da paz, seja da sua manutenção, reconstrução das cidades, etc., desde Timor ao Kosovo, da Bósnia à República Checa. É natural que aquelas cabeças se tenham reconvertido porque estão a lutar pela Paz, pelos Direitos Humanos, pelo Estado de Direito.

Retrospectivamente, sente que contribuiu para esta reconfiguração?

Não, não. Já apanhei esta evolução em marcha. As missões de paz foram decididas pelo poder político. A minha observação foi em jeito de um balanço interessantíssimo. Aqui as Forças Armadas portuguesas tiveram grandes méritos. Por exemplo, em Timor foram impecáveis. Noutros casos, se calhar, não concordei tanto, como foi o da ida para o Afeganistão. De qualquer modo, enfim, a minha participação no curso foi enquadrar para grupos militares alargados e influentes uma teorização sobre estas questões no sentido das alterações em curso. Insisti muito com eles na compreensão das transições mundiais a que estamos a assistir e também na maneira de fazer a guerra, logicamente.

Acompanhou a criação deste campo de estudos em Portugal e, não sendo exclusivo, trabalhou bastante os temas que lhe são subjacentes, tendo contribuído para bastantes publicações neste âmbito. Qual o seu método para trabalhar Estudos da Paz?

O meu método poderá, eventualmente, parecer um pouco estranho. Quando pego num tema que quero, seja por encomenda ou deliberação minha, começo por ser intencionalmente caótico

no sentido que vou pesquisando, recolhendo, lendo, falando e vou acumulando informação que vou dispendo de maneira não sistemática nem sequencial. Chamo-lhe o adquirir de matéria-prima. Só depois de muita informação recolhida é que releio e retomo o tema, tentando organizá-la a meu gosto e com as minhas próprias perspectivas. Portanto, existem sempre dois momentos: a recolha e reorganização da informação, ver como ela se organiza, e repensar a sua utilização e, depois, passá-la à versão destinada, seja um artigo, seja um guia para uma conferência oral, dependendo do propósito da pesquisa e dos instrumentos que tenha à mão. Caótico, não avisei? Passa do caos para a ordem à minha responsabilidade, mas não tenho qualquer originalidade nisto. Depende também do tema, claro. Há temas que levam a estudos de elevada tecnicidade. Por exemplo, quando referi as doutrinas militares. Isso obrigou-me a aprofundar muito o assunto, bem como temas como a cultura da paz ou a evolução dos estudos da paz ou o balanço das missões de paz. Participei um trabalho muito intenso neste último, tendo feito o levantamento da participação portuguesa nas missões de paz das Nações Unidas. Obrigou a um trabalho empírico e de levantamento de testemunhos. São as condições científicas do trabalho sem nada de original da minha parte. Mas pronto, confesso que a minha pequena-grande experiência dos anos 80 determinou muito a minha abordagem das questões com as quais fui trabalhando, pois fui muito marcado por ela, o que me parece positivo.

E a experiência em Roma? Influenciou de alguma maneira como, mais tarde, se envolveu nos Estudos da Paz?

Não. Houve uma descontinuidade muito grande entre estas duas experiências, a não ser de uma maneira que explicarei. Eu fui para Roma porque o cardeal Cerejeira, na altura cardeal-patriarca de Lisboa, me escolheu para vir a ser professor no Seminário Maior dos Olivais na área da Teologia Moral e Ética. Estive em Roma cinco anos. Primeiro fiz uma disparatada licenciatura de dois anos nos Jesuítas e depois fui para um outro instituto muitíssimo mais interessante trabalhar a Ética na qual me doutorei. Curiosamente, cheguei a Roma por este percurso dois dias antes do Concílio

Vaticano II e apanhei todo o processo de renovação da Igreja nos anos 60, e que foi uma transição fortíssima. Regressei a Portugal, lecionei e estive numa paróquia, mas muito cedo despertou em mim a questão política. Houve até um momento bastante forte na minha consciência pessoal. A dada altura éramos bombardeados pelas notícias na rádio de que as tropas indianas estavam a entrar violentamente em Goa, Damão e Diu e a chacinar a tropa portuguesa. Eu, como qualquer cidadão, senti uma comoção por aquela agressão à nossa gente e vim participar a Lisboa numa marcha de silêncio na Baixa até à colina da Sé, com padres em altifalantes a falar contra a Índia e a desencadear todo o nosso nacionalismo patriótico. Quando mais tarde, pouco depois, vim a perceber que o general Vassalo e Silva, governador do Estado português, tinha optado por uma rendição honrosa e que não tinha havido nenhuma chacina sobre a tropa portuguesa, como a história depois comprovou, senti-me profundamente enganado. Episódios destes deixaram muitas marcas na evolução da minha consciência política, o que, curiosamente, teve muito que ver com Paz e Guerra. Ainda por cima, o papa que sucedeu a João XXIII, o papa Paulo VI, decretou que o dia 1 de janeiro passava a ser assinalado pela Igreja como Dia Mundial da Paz. Isto foi em 1968 e, na passagem do ano para 1969, um grupo de católicos organizou uma vigília na Igreja de São Domingos, a seguir à missa celebrada pelo cardeal Cerejeira para o Dia Mundial da Paz. Acorremos em grande número e no fim da missa reunimo-nos na sacristia e informámos o cardeal-patriarca de que ali ficaríamos em oração e em discussão sobre este tema da Paz. Foi a primeira ocupação numa igreja contra a Guerra Colonial. Estava lá muita gente, incluindo a Sophia de Mello Breyner que escreveu um poema propositalmente para essa vigília, que acabou cantado pela primeira vez pelo padre Fanhais, a *Cantata da Paz*. «Vemos, ouvimos e lemos; Não podemos ignorar.» Foi uma canção célebre desse período. Ter participado numa vigília pela paz também me marcou muito, pois no fundo questionava que paz tínhamos com Portugal em guerra há tantos anos? Isto para verem a evolução pessoal significativa, especialmente vindo eu de um mundo profundamente católico, mas depois com esta politização progressiva e, até, com

estes *inputs* culturais, ideológicos e académicos. Por isso é que no mestrado temos um tratamento interdisciplinar. Temos a perspetiva jurídica, a perspetiva política sobre a Guerra e a Paz, temos seminários sobre a evolução das doutrinas estratégicas, o que é uma coisa importantíssima, e temos outro seminário sobre a disseminação da Paz. É historiar, ao longo destes últimos séculos, por exemplo, como é que aqui na Europa se foi ambicionando construir um mundo de paz e quantas tentativas foram feitas para o instaurar nos mais variados registos – religioso, jurídico, internacionalista, um pouco de todos os modos e feitios... O historial das tentativas para aplicar a Paz é uma coisa incrível e é bom que nos sintamos herdeiros desta tradição.

Fala da influência do contexto das ideias no crescimento académico. Quais as influências académicas nacionais ou internacionais que marcaram o seu percurso?

Oh, mil influências! (*risos*). Tenho uma grande sincronia com o José Manuel Pureza nisto, como já frisei. Tal como tenho com o pensamento do grupo de Coimbra, com quem trabalhei nos anos 90, o Boaventura de Sousa Santos e o João Gomes Cravinho.

Do ponto de vista da conceção falei anteriormente do Johan Galtung, mas não só. Richard Falk, um jurista norte-americano, muito veterano, com um pensamento poderoso, teve muita influência na minha maneira de pensar. Tive a oportunidade de o conhecer. Por acaso tenho tido imensa sorte em situações deste género. Por razões diversas, tenho estado envolvido em algumas iniciativas internacionais onde encontrei pessoas incríveis de quem fiquei amigo e mantenho relações deste género. Em Relações Internacionais trabalhei com pessoas de grande nível. O uruguaio Eduardo Galeano, o egípcio Samir Amin, este norte-americano Richard Falk, entre tantos outros. Com Falk passei por um momento memorável. Estávamos numa grande assembleia em Roma nas vésperas da Guerra do Iraque quando a administração americana estava a desenvolver a tese da legitimidade da guerra preventiva. Este grande seminário internacional foi organizado por um grupo ao qual que estava ligado e deu-se num salão do Capitólio, um lugar nobre da cidade de Roma, onde Falk

fez uma longa intervenção contra a hipótese da guerra preventiva e a sua ilegitimidade ética, jurídica e militar.

Fazendo um balanço a todas as suas experiências académicas e profissionais, quais sobressaem no seu percurso?

Tudo o que se desenvolveu na época do CIDAC e do GAP foi marcante. Houve aí um momento muito importante no qual fomos participar numa assembleia em Amesterdão que reuniu o Movimento Europeu pela Paz. A grande palavra de ordem era a «Europa livre de armas nucleares desde a Polónia até Portugal», situando-se fora da contradição dos dois blocos. A ideia da desnuclearização da Europa era para nós uma ideia fundamental. Isto levou muita gente a dizer que estávamos a fazer o jogo dos soviéticos pois a eles interessava-lhes uma Europa desarmada, quando na verdade nós éramos antissoviéticos e não-alinhados e aquela não era uma questão sobre a que bloco é que pertencíamos, mas sim contra a nuclearização do continente, por causa da ideia que já partilhei antes de que uma defesa acrescida torna-se uma vulnerabilidade aumentada. Esta foi, realmente, uma experiência marcante. Destaco, também, a luta colonial à sua maneira, que foi também uma luta pela Paz. E não posso deixar de assinalar o trabalho em Relações Internacionais e os temas da cultura da Paz que aparecem no meu percurso intelectual, a hipótese deste mestrado e depois a experiência que é ensinar isto a altos quadros militares.

Posto isto, que recomendações faria a futuros estudantes de Estudos da Paz?

Quero dar-vos a referência de um investigador brasileiro, o Gilberto Carvalho de Oliveira. Só tive a oportunidade de o conhecer recentemente, mas já tinha lido os seus textos e estes são de uma categoria impressionante. Está publicado na nossa revista, a JANUS.NET, com o artigo que vale a pena ler: «Abordagens pacifistas à resolução de conflitos: um panorama sobre o pacifismo de princípios.» O Gilberto Carvalho de Oliveira é, para mim, de longe, um autor essencial. Descreve panoramas, isto é, põe-nos dentro das várias escolas de pensamento de uma forma muito pormenorizada, documentada e interessante.

Referiu os panoramas. Qual considera ser o panorama português de produção científica em Estudos da Paz? Como viu a sua evolução ao longo de todos estes anos em que lecionou?

Acho que há pouca coisa. Além da produção de Coimbra houve pouco. Existe um segmento próximo deste, o da Resolução de Conflitos, que é também cultivado com a inteligência de alguns sectores militares. Volta e meia o Instituto de Defesa Nacional (IDN) trabalha sobre isso. A este respeito há uma figura muito interessante, o general Carlos Branco, que é uma pessoa com muita experiência, tendo estado na Bósnia e no Afeganistão, por exemplo. Tem uma leitura muito rigorosa sobre as realidades no terreno e tem coisas escritas sobre isso que vale a pena consultar. Mas, fora estes casos, não se encontra muito mais no âmbito da Paz.

Então podemos considerar que esta é uma disciplina ainda marginalizada em Portugal como um campo científico distinto?

Não diria marginalizada, mas ainda limitada, isso é certo. É pouco estudada ainda. Depende do tema. Veja-se o tema que há pouco aflorei das missões de paz nas Nações Unidas. É bastante estudado, basta consultar a revista do IDN, a *Nação e Defesa*, volta e meia têm trabalhado sobre isto, mas são raros. Em geral os trabalhos de Estudos da Paz não têm grande difusão cá, além do Grupo de Coimbra.

Sendo que ainda existem limitações, que desafios considera existirem a quem se propõe trabalhar os Estudos da Paz em Portugal?

Têm mesmo de se dedicar a isso. Ainda há pouco falei do desafio que constitui, na verdade, uma questão que está pouco resolvida. Há um general inglês, de nome Rupert Smith, que tem um livro que está traduzido para o português intitulado *A Utilidade da Força*. É um livro notável. Consegue acreditar que li aquele livro e pensei para mim mesmo «o título só pode estar trocado, porque o que livro fala é da inutilidade da força». Quer dizer, temos um importante general inglês que não é nenhum menino de coro. Ele comandou a expedição inglesa em Bassorá, no Sul do Iraque,

integrada na missão internacional, portanto ele sabe fazer a guerra. Esta ideia foi um pouco retomada pelo general Loureiro dos Santos, num livro mais ou menos da mesma altura, com uma abordagem razoavelmente parecida. Tendo-os lido percebi que a guerra mudou porque agora é travada no meio da gente. Os conceitos clausewitzianos da guerra e da estratégia militar já não servem, porque hoje o inimigo está em toda a parte e, sobretudo, porque o enigma na conflitualidade contemporânea – algo que tenho andado a analisar há décadas e sobre o qual ainda não tenho uma explicação satisfatória – é a aparente inutilidade da guerra, a aparente inutilidade da força armada para a obtenção de fins políticos. Basta pensarem que nestes últimos 50, 60 anos, o mundo era dominado por uma hiperpotência militar, os Estados Unidos da América. Se fizermos o inventário das intervenções militares dos EUA no mundo, desde o pós-guerra até hoje, perceberemos que foi uma história de catástrofes e fracassos da hiperpotência militar! Já nem falo de perder na guerra do Vietname... É certo que ganhou algumas batalhas que travou, nomeadamente as operações de polícia no seu quintal, na América Latina, aí conseguem ser os gigantes junto dos pequeníssimos que são os seus vizinhos. Mas se formos ver, por exemplo, a intervenção dos *Marines* no Líbano, ou em Mogadiscio, na Somália, onde foram corridos vergonhosamente, ou no Afeganistão e no Iraque que são as guerras importantes que os americanos travaram. Aí vê-se a inutilidade da intervenção porque não conseguem impor uma vontade política. Eles de certeza pensaram que, ao ir para o Iraque, seria como na Segunda Guerra Mundial em que venceram a Alemanha e o Japão, tomaram conta daquilo e puseram lá pessoas a governar, fazendo destes países capitalistas, democráticos, ricos, e achariam que replicariam o mesmo no Iraque. Porque será que nos nossos tempos as guerras nunca têm eficácia? Se começarem a analisar conflito a conflito, percebe-se que os conflitos militares que habitualmente se resolviam numa vitória e numa derrota, ganhando guerra e batalhas, têm agora a tendência para se eternizar e arrastar no tempo sem desfecho nem solução. Veja-se o exemplo de uma das guerras mais importantes das últimas décadas que não envolveram os Estados Unidos, a guerra do

Irão-Iraque nos anos 80. Teve um milhão de mortos. Quem ganhou a quem? Porquê? Percebem a inutilidade da guerra? Rupert Smith em *A Utilidade da Força* mostra por A + B que a conceção tradicional da guerra deixou de ter sentido, de maneira que diz que a força militar deixou de ser útil. A força militar pode ter efeitos defensivos e a lógica disto seria que todos nos desarmássemos, mas ninguém de bom senso preconiza isso. Temos de estar preparados para o pior, sempre. Seria disparatado as nossas sociedades desarmarem-se. Portugal tem força militar seguindo este princípio. Mas quem é que ameaça Portugal? Quem são os nossos inimigos? Porque é que temos Forças Armadas? Houve um tempo na vida internacional em que Portugal teve um importante contencioso com um país, a Indonésia, aquando da ocupação de Timor. Do que é que nos valeu ter Forças Armadas perante uma luta contra a Indonésia lá no fim do mundo? Portugal neste momento não é ameaçado por nenhum inimigo externo! Nenhum! Durante séculos foi por Espanha e dela bem se defendeu com castelos, mas agora não é ameaçado por ninguém. O perigo e a ameaça que pairam sobre Portugal é ser envolvido num conflito internacional de envergadura contra os nossos interesses. Isto tudo são questões de agora, todas elas muito interessantes. Se estão de acordo com isto e acham que Portugal está ameaçado pelo seu envolvimento em conflitos internacionais de envergadura como é que isto se previne? Com uma diplomacia de paz. Por exemplo, o Galtung tem uma tese interessantíssima sobre a questão dos conflitos na qual diz que nós temos é uma falta terrível de imaginação perante as realidades conflituais. Ele dá o exemplo de que entre o Peru e o Equador há um conflito territorial por haver uma parte do território disputada pelos dois países. É uma disputa fronteiriça que já esteve à beira de uma guerra, mas depois não se concretizou. Diz o Galtung que há várias hipóteses para encarar uma situação destas. Uma delas é a à força, sendo que um ganha e o outro perde, e pronto, um deles fica com aquilo reivindicando-o para si. Há outra solução quase salomónica e sensata que é repartirem o território em disputa. É uma situação diplomática possível para uma mesma pretensão territorial, mas todos perdem com isso. Galtung sugere, então, que criemos soluções *win-win* em que todos ganhamos e

ilustra-o com um exemplo para este caso: dado que o Peru e o Equador não se entendem, porque não criarem naquele espaço um parque natural binacional em que todos ficam a ganhar? Esta questão é importantíssima porque, quando ocorreu o conflito da Ucrânia, toda a gente era anti-Rússia por esta ter invadido a Crimeia. Mas é preciso recordar como o conflito começou: foi uma corrente muito favorável a uma negociação com a União Europeia para beneficiar das vantagens do mercado europeu que contrariava uma negociação com o mercado pós-soviético que os russos estavam a preconizar naquela sua área de influência. Havia ali um conflito de interesses e redundou em violência armada. Mas pode perguntar-se: porque ninguém sugeriu encontrar uma solução que seja benéfica para todos? Em que tanto a Ucrânia beneficie das vantagens da União Europeia como das vantagens do espaço pós-soviético? Ninguém pensou nisso. Criam-se rapidamente antagonismos de coisas que, quem sabe, eram compatibilizáveis. Este é o problema da nossa normalidade de fazer conflitos – é não conseguir ter imaginação para superar as oposições e encontrar soluções *win-win*. Atribuo isto também aos políticos treinados para afirmar as suas posições e para as demarcar em oposição a outros. Eu sonho com o dia em que oiça um debate político e uma pessoa dê razão a outro de um partido diferente e que esteja recetivo ao modo de pensar diferente deste. Nenhum político dirá isso, pois será considerado um mau político por não ter afirmado o seu partido e estar a questionar-se com interesse para com o interlocutor de quem está em oposição. Isto, portanto, vicia o jogo. A prática internacional é esta. Temos interesses nacionais que entram em rota de colisão com outros e pronto, é esta a prática que vicia o diálogo internacional. É a anarquia internacional e o realismo, sabem como é.

Quais são os tópicos que mais lhe interessam em Estudos da Paz?

Tenho tido fases. Houve um tempo em que estive muito absorvido por um estudo que coletivamente fiz sobre o balanço das missões de Paz das Força Armadas portuguesas. Agora, por exemplo, estou noutra fase. Ando a preparar muito intensivamente um trabalho de âmbito internacional sobre o multilateralismo (que está a ser

atacado por todos os lados) como garantia de governação da globalidade. No fundo é uma questão da Paz através das instituições. Tenho uma perspetiva construtivista das Relações Internacionais. As instituições são produto da nossa prática, podendo por isso ser melhoradas construtivisticamente, digamos assim.

Deu a sua última lição recentemente. Doravante, o que podemos esperar dos seus projetos?

Fiz 80 anos. Essa foi uma lição simbólica, mas ao mesmo tempo não o foi. Teve efeitos concretos porque vou, efetivamente, deixar tudo o que é gestão académica. Portanto, deixo a direção do departamento e do OBSERVARE e vou dedicar-me mais livremente a dar aulas esporádicas e a trabalhos de investigação. Por exemplo, um projeto que me está agora a motivar muitíssimo é o desenvolvimento sobre o que se chama a democracia cosmopolita e que condições é que há no mundo presente para este tipo de ideias. Isto envolve Relações Internacionais de um tipo novo com alguma especialização do multilateralismo e outro tipo de coisas, mas sobretudo de uma questão que tenho andado a trabalhar – se é possível a democracia ter uma escala global, ou seja, se existe um espaço público mundial ou se a democracia é inevitavelmente circunscrita a espaços nacionais. Também mete Estudos da Paz (*risos*).



Leituras recomendadas

- DUNN, David J. 2018. *The First Fifty Years of Peace Research: A Survey and Interpretation*. Londres: Routledge.
- GALTUNG, Johan, e Charles Webel. 2007. *Handbook of Peace and Conflict Studies*. Nova Iorque: Routledge.
- LEDERACH, John Paul. 2003. *The Little Book of Conflict Transformation*. Intercourse: Good Books.

Obras de referência

- CRAVINHO, João Gomes. 2002. *Visões do Mundo. As Relações Internacionais e o Mundo Contemporâneo*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- CRAVO, Teresa Almeida, Paula Duarte Lopes, e Sílvia Roque. 2018. *Portugal e a Promoção da Paz: Uma Análise Crítica de Percursos Pós-Coloniais*. E-Cadernos CES.
- MOITA, Luís. 2001. «O que é o pacifismo no nosso tempo». In *Para uma Cultura da Paz*, coord. José Manuel Pureza. Coimbra: Quarteto.
- MOITA, Luís. 2008. *Rituais de Apaziguamento. Escritos sobre Relações Internacionais*. Lisboa: EDIUAL.
- MOURA, Tatiana. 2005. *Entre Atenas e Esparta: Mulheres, Paz e Conflitos Armados*. Coimbra: Quarteto.
- PUREZA, José Manuel, coord. 2001. *Para uma Cultura da Paz*. Coimbra: Quarteto.
- SANTOS, Boaventura de Sousa, e Bruno Sena Martins. 2019. *O Pluriverso Dos Direitos Humanos. A Diversidade das Lutas pela Dignidade*. Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. 2007. *Renovar a Teoria Crítica e Reinventar a Emancipação Social*. São Paulo: Bomtempo Editorial.

POLÍTICA EXTERNA

segundo

Nuno Severiano Teixeira

Pedro Seabra



NUNO SEVERIANO TEIXEIRA

é diretor do Instituto Português de Relações Internacionais, professor catedrático e antigo vice-reitor da Universidade Nova de Lisboa (2013/2017). Doutorado em História das Relações Internacionais pelo Instituto Universitário Europeu de Florença e agregado em Ciência Política e Relações Internacionais pela Universidade Nova de Lisboa. Foi diretor do Instituto de Defesa Nacional (1996-2000), ministro da Administração Interna (2000-2002) e ministro da Defesa (2006-2009) do governo português. Tem obra publicada sobre história militar, história das Relações Internacionais, história da construção europeia e questões de política externa, segurança e defesa.

Apesar de recente, quando comparado com outras disciplinas, o campo da política externa tem-se caracterizado por acompanhar de forma intrínseca a evolução da própria realidade que visa analisar em primeiro lugar. Que desenvolvimentos teóricos recentes assinalaria nesse sentido? Parece-me que os Handbooks das várias editoras internacionais ditam cada vez mais o ritmo, sobre o que deve ser ensinado e investigado.

É o *mainstream* de hoje! Mas uma coisa que começa a aparecer cada vez mais em matéria de política externa são os estudos sub-nacionais. Acho que começa a aparecer uma literatura sobre a influência da globalização na análise da política externa. Ou seja, a componente que está a roer as competências do Estado por via da globalização e da influência *top-down*. Começa a haver uma literatura significativa nesse sentido. Eu conheço um pouco o que se também faz em Espanha. Aí existe uma produção bastante interessante, assim como em Itália. Imagino que os nórdicos sejam muito mais anglo-saxonizados nesse sentido... Mas os clássicos norte-americanos continuam a prevalecer. O James Rosenau, por exemplo, é uma coisa ambiciosíssima, não é? Que ele nunca conseguiu verdadeiramente acabar...

Aplicando ao caso português, como acha que isso se tem refletido a nível de publicações especializadas? Acha que faltam parâmetros para uma verdadeira sistematização do que foi feito até hoje? Parece haver muitas obras sobre várias subáreas temáticas e relações com determinados países, mas tudo muito genérico e abrangente em termos do conteúdo e análise da política externa portuguesa.

Devo dizer-lhe que há poucas coisas em Portugal que dificilmente se possam considerar verdadeiras análises de política externa.

Quais as razões para esse tipo de avaliação? Prende-se com o próprio desenvolvimento lento da área no país ao longo dos anos?

A minha impressão é a seguinte, genérica. Passa-se aqui em Portugal muito do que se passou no resto do continente europeu, ou seja, durante um certo período a matriz dos estudos de política externa era muito historiográfica. Há uma tradição de

académicos mais antigos, de História daquela mais antiga, diplomática, e depois há uma mudança a pouco e pouco, de gente que vem da História e que continua na História, mas que começa a usar os métodos da análise da política externa. Que é como se diz, começa a importar o que foi feito lá fora. E depois, acho que há outro momento, mas que não é muito claro na sua epistemologia, através da geração seguinte, já formada em outras áreas. Eu diria que até aos anos 90, 90 e tal, as pessoas que faziam Relações Internacionais em Portugal ou vinham da História ou vinham do Direito, ou, muito raramente, vinham da Economia. Mas vinham sobretudo da História e do Direito. E depois, a partir dessa altura, há o começo de uma geração que não tinha nada a ver com isso, que vinha das Relações Internacionais puras e duras ou até mesmo da Ciência Política, como é o caso do Luís Lobo-Fernandes, etc. A partir daí, começa a surgir uma geração cuja matriz teórica é diferente. Mas essa gente nunca quis fazer análise de política externa porque achava que isso, é a minha opinião, tinha a ver com aquela coisa antiga do Estado, era uma coisa estado-cêntrica e tal...

Portanto nunca lhe chamariam verdadeiramente análise de política externa...

Nunca lhe chamariam, nem se interessavam muito por isso, não é? Mas passado algum tempo, acho que começou a haver de facto um re-interesse pela área. A Raquel Freire é talvez o primeiro exemplo. Mas as pessoas que a Raquel foi buscar para o seu livro de 2011 – porque não há muita gente – também não são propriamente pessoas que façam análise de política externa propriamente dita. São pessoas que sabem um bocadinho ou de França, ou de Itália, ou de Portugal, mas não de análise de política externa. Portanto o nosso panorama continua a ser um panorama assim um bocadinho...

Difuso?

Difuso, sim, um bocadinho difuso. Por isso, nesta área, se quiser utilizar um conceito de política externa um bocado mais alargado, pode ir inclusive até ao Jorge Borges de Macedo. É um primeiro caso de um historiador que introduz na análise da política externa

portuguesa, não aquela velha história do «este fez aquilo, e o outro fez aquele outro e acolá» – claro, um historiador tem de fazer isso –, mas introduz pela primeira vez uma perspectiva teórica, que não a perspectiva de análise de política externa, mas sim de geopolítica. Ou seja, ele introduz a geopolítica no estudo da política externa portuguesa, e eu acho que ele marca, à esquerda e à direita, toda uma geração que vem a seguir.

Os trabalhos de Medeiros Ferreira, por exemplo, não se incluem também nesse âmbito?

Os estudos do Medeiros Ferreiras são, para todos os efeitos, não em sentido global, mas num sentido mais restrito, uma análise geopolítica. Ou seja, ele vê toda a história da política externa portuguesa nas relações bilaterais Portugal-Espanha, é isso que marca tudo. Isso tem implícito, também, um certo conceito geopolítico, não é? Agora, eu próprio fiz um exercício semelhante – embora tenha depois abandonado – de análise sistémica nos anos 90. Acho que foi a primeira vez que, em Portugal, se usou uma teoria e um método desse género em matéria de política externa. Aquilo é um bocadinho tosco, eu tinha 20 e tal anos, portanto estava no início, foi quase: «este diz isto, vamos então aplicar ao caso português». É a primeira vez, eu acho, que em Portugal alguém utilizou uma teoria e uma metodologia importadas diretamente da Ciência Política americana para o caso português. A seguir, já na minha tese de doutoramento sobre a Primeira Guerra Mundial, fiz de forma mais elaborada um outro trabalho sobre a relação entre política externa e política interna. Havia toda uma bibliografia, toda uma literatura da relação política externa-política interna que não tinha sido usada até então, e eu apliquei isso ao caso da participação de Portugal na Primeira Guerra. Há depois, a partir daqui, uma série de gente que passou a trabalhar sob esta perspectiva, usando métodos das ciências sociais, da Ciência Política, etc.

Seria essa a obra que escolheria, enquanto melhor reflexo do seu trabalho na área?

Mais tarde, fiz também um trabalho sobre a NATO, que saiu primeiro na *Análise Social*, e que era no fundo uma tentativa de

fazer análise de política externa já num sentido de *bureaucratic politics*. Chama-se «Da neutralidade ao alinhamento: Portugal na fundação do pacto do Atlântico», e é uma análise do processo de decisão da entrada de Portugal na Aliança Atlântica. Eu tinha começado por ler toda a literatura, e todos diziam basicamente: «isto é o papel do Salazar, o Salazar era um tipo extraordinário, tinha uma visão magnífica, ele já tinha visualizado que era preciso a neutralidade e nos tinha salvo da guerra, e agora teve a visão que não sei quê, junto com o Franco Nogueira», e por aí fora. E eu tinha lido o Graham Allison, e disse, vamos ver como isto de facto funcionou. E fui ver! O que é que o parlamento fez, o que é que o governo fez, as reuniões dos Conselhos de Ministros, como é que os militares pressionaram, como é que a indústria pressionou, etc. No fundo, um exercício de *bureaucratic politics*. E concluí que Salazar não tinha outra alternativa, ou seja, ele não adere porque quer – ele vai aliás um bocadinho a contragosto –, ele adere porque não tinha margem de manobra alternativa. E eu chego a essa conclusão pela análise de *bureaucratic politics*, pela pressão do parlamento, o governo dividido, a oposição a fazer pressão, os militares a quererem entrar porque queriam receber material, etc. Acho que, no que diz respeito a *bureaucratic politics*, não conheço mais nenhum outro estudo do género. Portanto, acho que o nosso panorama acaba por ser de facto um bocado difuso. E claro, depois as pessoas fazem muita coisa, e também não continuam...

Mas numa lógica de continuidade do seu interesse por estes temas, qual a sua atual agenda de investigação, ou aquilo em que se encontra a trabalhar mais neste momento?

Eu neste momento estou a fazer justamente um estudo sobre a política externa portuguesa. Um projeto que começou com a Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), que já encerrou com a FCT, que tem alguns resultados sobre os quais preciso agora de trabalhar, no dia em que sair aqui da reitoria. É um trabalho sobre a política externa do Portugal contemporâneo, portanto não ando muito para trás, por assim dizer, mas foco-me em três áreas: as elites, a organização, e as políticas. No fundo, quem são as pessoas,

como funciona a máquina, e quais são as políticas. Será o meu grande trabalho para os próximos anos.

Já mencionou alguns nomes, mas ainda assim tenho de perguntar: ao longo do seu percurso, quais as referências intelectuais em termos da área de política externa que destacaria? Quem marcou mais o seu percurso ou influenciou mais os seus trabalhos?

Se me pergunta quais são as matrizes fundamentais que me marcaram, eu diria o Allison e o Rosenau, no panorama americano. E depois, mais recentemente, a sistematização feita pelo Christopher Hill. No panorama anglo-saxónico, por ordem cronológica, o Allison, o Rosenau e o Christopher Hill. No panorama francês, o Marcel Merle, uma coisa já datada, mas que também teve o seu impacto.

Acaso chegou a conhecer algum deles em pessoa?

O Christopher Hill esteve connosco no outro dia aqui [na NOVA] e o Rosenau ainda o cheguei a conhecer pessoalmente. Conheci-o em Washington, quando lá estive e ele já estava emérito. Mas ainda ouvi duas conferências dele, quando eu era professor em Georgetown. Dos historiadores ainda conheci o Jean Baptiste Duroselle, aqui em Lisboa, nos anos 70, anos 80 talvez. E depois, claro, os respetivos discípulos...

E alguma obra desses autores que mencionou, que salientasse como mais importante para o seu trabalho?

Isso são os clássicos, não é? O do Graham Allison sobre a crise dos mísseis de Cuba, o Christopher Hill com a versão final do *The Changing Politics*. E o Marcel Merle com aquele clássico da política externa, o *La politique étrangère*. Esse é um livro muito interessante, com base nisto que lhe dizia. Uma das coisas mais difíceis é definir a política externa. O que é a política externa? Uma coisa de que nunca mais me esqueci e que acho que é um conceito que ele nos dá, com base nessa história da política externa, é o seguinte: a política externa é o mecanismo de relação entre o interior do Estado e o meio internacional. Portanto, por

aquele mecanismo passa toda a formulação da política pública, é precisamente isso.

Aproveitando para obter a sua visão sobre o assunto, qual o balanço que faria relativamente à autonomia da área de política externa em Portugal? Obviamente, há essa relação, mais uma vez, com a História, que é sempre difícil de dissociar, mas...

Que não é só em Portugal! Nisso, acho que nem mesmo o mundo anglo-saxónico é uma exceção porque, em boa verdade, o material empírico é o mesmo, isto é, a política externa é a história dos Estados. Mas eu diria que se nós quiséssemos aqui em Portugal, neste momento, reforçar e autonomizar a área da política externa, nós temos condições para o fazer, e temos condições para o fazer pelo seguinte. Existe já uma massa crítica de uma geração nova que foi formada do ponto de vista teórico nas Relações Internacionais e, portanto, se eventualmente quiser, tem capacidade para aprofundar e dedicar-se à análise de política externa. E há muitas pessoas que estão a trabalhar em sítios diferentes, em universidades diferentes, nessa perspetiva. Mas essa massa crítica existe. O que não existe ainda é uma forma de organização dessa massa crítica. Mas ela existe.

Está dispersa, portanto?

Está dispersa e não tem relação entre ela. Não é só relação no sentido pessoal, é relação do ponto de vista intelectual. E, portanto, é uma coisa que se nós, neste caso, que estamos neste campo, entendermos que se pode ou se deve fazer, temos neste momento facilidade de o fazer.

Nesse contexto de dispersão, que estrutura existe neste momento a apoiar esta área? Quais acha que foram as principais instituições, universidades, institutos, etc., que ajudaram ou contribuíram para estes estudos iniciais de política externa, ou que possam estar agora finalmente a contribuir um pouco mais?

Isso fez-se nas universidades e faz-se ainda nas universidades, mas sem que houvesse uma liderança nesse campo teórico. Cada um estava a fazer as suas coisas, e, portanto, nunca houve uma

orientação, uma liderança, uma escola. Em certa altura, isso não era possível porque as pessoas vinham de áreas muito diferentes. Hoje, como já há uma massa crítica bastante grande, penso que isso já é possível fazer-se. Era uma questão de nós dizermos: «vamos criar aqui uma associação de política externa» no quadro da APCP, ou uma rede de investigadores que estão nos vários sítios, mas que se associam para um encontro, um *workshop*, um colóquio, para nos conhecermos uns aos outros, para sabermos o que cada um está a fazer. Basicamente, o que falta neste momento não é gente a trabalhar, falta é uma organização que potencie esse trabalho.

Mas não acha que o trabalho levado a cabo em certa altura pelo Instituto de Estudos Estratégicos Internacionais (IEEI) e depois, eventualmente, pelo Instituto de Defesa Nacional (IDN), pelo próprio Instituto Português de Relações Internacionais (IPRI-NOVA), e por outras instituições, não contribuiu também para o desenvolvimento da área, ainda que de forma gradual?

Na minha opinião, sobre Portugal, com certeza, sobre a posição de Portugal na Europa ou na Aliança Atlântica, sim. Mas do ponto de vista daquilo a que chamamos análise de política externa, nunca vi uma preocupação particular nesse sentido.

E em termos da formação das atuais gerações? No caso português, há uma geração considerável, inclusive o próprio professor, formada no Instituto Universitário Europeu (IEU). Qual o impacto que a diferença na formação entre as universidades portuguesas e as universidades estrangeiras teve na academia portuguesa? Acha que isso alargou os horizontes, ou contribuiu de alguma forma para os estudos sobre a área de política externa?

Sobre a área específica, não creio. Quer dizer, quando a gente vai para lá, abre os horizontes do ponto de vista teórico, isso é evidente. Mas essas pessoas foram talvez formadas com base numa orientação europeia, e europeia no sentido de integração europeia. Eu próprio tive também essa influência, e o António Costa Pinto, quando começámos a fazer aqueles trabalhos sobre a história da integração europeia. Mas aquilo não era análise de

política externa. Aquilo era um pouco teoria de integração, história de integração europeia, não era propriamente análise de política externa. Acho que aquela geração de pessoas de Florença, e que continua a ir para lá, é uma geração que marcou. Mas o princípio daquilo, enfim... na área das ciências sociais, da história das ciências sociais, da economia, é grande a abertura. E isso teve um impacto muito grande, obviamente. Teve um impacto muito grande, não só do ponto de vista conceptual, do ponto de vista teórico, da abertura ao método comparativo, mas também para a internacionalização dos que foram. Portanto teve essa influência de natureza genérica, mas não sei se teve uma influência concreta na análise de política externa, acho que isso é difícil de dizer. Teve indiretamente, claro.

Mas se me permite perguntar-lhe, o que é que então o levou a si a optar por Florença na altura? Era o prestígio da instituição, foi uma oportunidade que surgiu?

Foram duas coisas. Primeiro, eu tinha vontade de sair, queria abrir horizontes, queria conhecer outras coisas e internacionalizar-me, sentia a necessidade de internacionalizar-me. Florença era um instituto para aquelas áreas que interessavam, que me interessavam a mim. Era prestigiado. E depois tinha uma facilidade que as outras universidades não tinham. É que quando a gente fazia a candidatura e entrava, ganhava automaticamente a bolsa!

Era uma das perguntas que eu lhe ia precisamente colocar, a questão do financiamento, para também tentar traçar paralelos com a realidade atual. Se na sua altura se entrava e, como diz, se obtinha automaticamente uma bolsa, hoje em dia...

Hoje em dia, o sistema de bolsas instituído do ponto de vista nacional pela FCT teve um efeito sobre a internacionalização dos candidatos portugueses, dos universitários portugueses, extraordinário. Naquela altura, isso não era possível. Era uma coisa muito mais reduzida, as bolsas para o exterior eram uma coisa muito mais reduzida, e, portanto, a comparação não existe. Ou existe, no sentido de que a entrada de Portugal na União

Europeia (UE) potenciou de uma forma extraordinária, não só do ponto de vista da mobilidade dos estudantes, mas também da mobilidade dos pós-graduados. É um crescimento absolutamente exponencial.

E acaso acha que esse aumento de financiamento, através da FCT, possa também, de certa forma, ter incentivado uma preferência dos estudantes portugueses em procurar doutoramentos ou mestrados na área, preferencialmente no exterior em vez de Portugal? Consegue ver uma onda maior de interesse dos estudantes portugueses em optar por se formarem em primeiro lugar no exterior?

Não tenho números sobre isso, portanto o que lhe posso dizer é apenas especulativo. A impressão que tenho é que a facilidade de fazer hoje pós-graduações no estrangeiro não é aquilo que havia há 10, 15, ou 20 anos. Se a percentagem das pessoas que hoje saem é maior do que a das que ficam, não sei, mas creio que não, porque apesar de tudo, o desenvolvimento do sistema universitário em Portugal também potenciou extraordinariamente os mestrados e doutoramentos e, portanto, muitas pessoas ficam. De toda a maneira, o que acontece é que há muito maior flexibilidade, quer dizer, as pessoas podem fazer aqui o seu mestrado e fazer o doutoramento fora, ou podem fazer um Erasmus, ficam lá no mestrado, e depois vêm e fazem o doutoramento cá. A circulação da massa crítica hoje é muito maior!

E acredita que é uma experiência que acaba por compensar para quem opta por a fazer?

Compensa, compensa do ponto de vista muitas vezes profissional, e compensa do ponto de vista pessoal. É evidente que aquilo a que nós estamos a assistir hoje em Portugal – hoje provavelmente já não tanto, mas sobretudo aqui há uns anos durante a crise, embora ainda seja visível hoje – é nós, Portugal, exportarmos uma geração qualificadíssima de gente que se integra na Europa, nos Estados Unidos, em qualquer sítio, ao nível dos melhores. Pura e simplesmente é isso! Quer dizer, nós passámos de uma geração de emigrantes não-qualificados nos anos 60, 70, que vão numas

situações, digamos, de precariedade, para uma emigração qualificadíssima, que vai para a *City*, que vai para os grandes gabinetes de arquitetura em Londres...

E este aumento de mobilidade dos estudantes, dos investigadores, qual o impacto que isso também teve em termos de produção científica a nível nacional? Deixámos de nos preocupar tanto por publicar só em Portugal e tentamos agora publicar mais no exterior?

Eu acho que hoje, com a globalização da ciência e do ensino superior, e a própria globalização dos *rankings*, os investigadores não existem se não publicarem nas revistas que estão indexadas e se não publicarem em língua inglesa. E, portanto, acho que hoje as pessoas, e sobretudo as novas gerações – e bem porque têm as suas carreiras à sua frente – tendem a publicar nos locais onde obviamente isso lhes traga pontos para as suas carreiras. E se há uns anos – se calhar até não há muitos anos – as pessoas publicavam primeiro em Portugal e em português, e depois tentavam ir publicar ao estrangeiro, hoje está-se a passar o contrário: as pessoas publicam primeiro em inglês, porque o que interessa é publicar naquela revista que está indexada, e que tem aquele impacto, e depois logo se vê, se publica ou não publica em Portugal. Eu, por exemplo, hoje tenho uma estratégia de investigação que é dupla: tudo o que são pequenos trabalhos de investigação, muitas vezes exploratórios, trabalhos de investigação sobre temas sectoriais, com dados empíricos, muitas vezes coescrevo-os com outros colegas, e procuro publicar rapidamente em revistas internacionais. Mas procuro manter, e tenho mantido, também uma publicação constante em português de livros de maior fôlego.

Mas acha que é importante manter essa presença no âmbito nacional?

Eu acho que o sistema universitário, a globalização do sistema universitário e de investigação, sobretudo de avaliação dos investigadores, que a FCT reproduz por completo, está a subverter a agenda de investigação das pessoas. Está a subverter a agenda de investigação, com reflexos negativos na própria produção

científica em Portugal, e não só em Portugal. Porque eu não vou investigar aquilo que entendo que a minha agenda científica deveria fazer, vou investigar aquilo onde há dinheiro.

Isso parece inegável, o panorama mudou muito nos últimos anos, em termos de uma pessoa ter de se constranger ou ter que alterar os seus interesses, tendo em conta o financiamento disponível. O panorama para as ciências, já de si, é complicado, para a Ciência Política ainda mais complicado é, e para estudos mais específicos em Relações Internacionais e política externa, mais complicado aparenta ser. Concorda?

Eu posso dizer que sim. Vou-lhe dar exemplos meus: um artigo com uma colega sobre a análise comparativa da crise no financiamento das políticas de defesa da Europa do Sul. Eu faço, agarro, levanto os dados sobre o orçamento da defesa, sobre as despesas das operações de paz, sobre aquilo, sobre aqueleoutro, comparo tudo, arranjo uma variável, faço os cálculos, tenho um artigo de 15 páginas ou 20 páginas, publico numa revista internacional ou indexada, e ganho em termos da minha contabilidade de produção científica cerca de 15 pontos. Escrevo um livro de 600 páginas em português sobre a história da política externa portuguesa e dão-me 6 ou 7. Quer dizer, isto subverte completamente a nossa agenda de investigação científica.

Qual acha que é então a solução? Basearmo-nos mais em fontes de financiamento que permitam mais liberdade nesse sentido, como seja as da UE?

Talvez. Às vezes não é fácil, mas a forma que eu acho mais possível para viver neste, digamos, regime, é procurar construir redes em que a nossa agenda científica faça sentido, e nos permita potenciar aquilo que são os nossos interesses de investigação, ao mesmo tempo que essa rede seja capaz de fazer o *fundraising* necessário. Muitas vezes isto não é fácil. Por isso, muitas vezes, ou a pessoa abandona aquilo que quer fazer, que acha que deve fazer, que é importante para Portugal, para se concentrar numa agenda que não é propriamente a sua, ou então desenvolve uma estratégia esquizofrénica como aquela que eu, por exemplo, hoje em dia

faço. Que é por um lado ter coisas pequenas que se dirigem para um determinado público-alvo, e depois, se quiser escrever um livro maior, faço-o em português e depois logo vejo se o consigo traduzir ou não.

Uma pergunta, que não posso deixar de lhe fazer, prende-se com as suas anteriores responsabilidades governativas. Há esta questão da interação entre a política e a academia, e como é que uma pode ter um impacto sobre a outra, sobretudo no domínio da política externa. Acha que esta relação de proximidade pode ser incentivadora para o desenvolvimento da área? Existe aqui alguma ligação nesse tipo de contactos que possa vir a ajudar no desenvolvimento da área de política externa em Portugal?

Aí há duas coisas. Uma coisa é os académicos que passam pelas responsabilidades políticas. E isso é uma coisa pessoal, pessoal no sentido das pessoas que são académicos, têm a sua carreira e a determinada altura das suas vidas são chamados a desempenhar essas funções. Desse ponto de vista, acho que isso é útil, é muito útil para os dois lados. É útil para quem desempenha essas funções ter previamente um *background* sobre aquilo que vai fazer. E também, ao mesmo tempo, quando a pessoa regressa à sua vida académica, a experiência que teve do funcionamento das coisas por dentro dá-lhe uma visão que ela antes não tinha. Pelo menos, essa é a minha experiência. Portanto, do ponto de vista pessoal, não só é bom, do ponto de vista de quem toma decisões com esse *background*, mas também é bom para o académico que teve a experiência da realidade, que viu como é que as coisas funcionam por dentro, muitas daquelas que ele anteriormente só conhecia analiticamente. E traz essa visão para os seus trabalhos. Portanto, desse ponto de vista pessoal, a circulação das elites entre o poder político e a academia é uma coisa vantajosa, e é vantajosa para ambas as partes. Isso é uma coisa. Outra coisa é o aspeto institucional, e é aí que eu acho que nós não temos essa tradição e precisamos muito dela. Ou seja, existe uma tradição na academia portuguesa, vai-se esbatendo, mas ainda existe, de que a ciência é uma coisa pura, e, portanto, que a produção científica que se faz na universidade não deve ter qualquer contacto com, digamos, o exercício

de decisão – seja ele o empresarial, seja político, seja o que for – porque isso contamina a pureza científica do produto. Esta ideia de que a universidade deve estar fechada nos seus muros ainda existe um pouco. Por outro lado, com uma cultura idêntica, mas de sentido contrário, também existe nas administrações, existe nos ministérios: «eles [nas universidades] estão lá a fazer umas coisas que não servem para nada, nós estamos aqui a trabalhar no dia a dia, nós é que sabemos o que é que se está a fazer, eles estão lá a fazer uns estudos, umas coisas que não servem para nada». Isto é uma perceção completamente errada, é completamente errado do lado da universidade, e é completamente errado do lado do poder político. Isso não existe tanto em áreas tecnológicas, onde obviamente é mais imediata a relação entre um produto de inovação que vem de uma investigação científica e a indústria. Mas ainda existe muito nos sectores de decisão política em Portugal, onde não existe uma cultura de consultoria, de *think tanks*. E isso prejudica muito, prejudica em primeiro lugar as decisões políticas, porque elas muitas vezes são tomadas sem o fundamento de um estudo sólido que as possa suportar. E prejudica a academia, porque se vê privada da função social do conhecimento que produz.

Como se poderia então quebrar esses paradigmas, mudar esses pressupostos?

Eu acho que era muito importante que houvesse neste momento em Portugal a compreensão por parte do poder político da importância dos estudos na fundamentação das decisões, e que houvesse noção por parte dos académicos de que aquilo que fazem não é só para publicar na revista do percentil não sei quanto, mas que deve ter também um impacto social. E o impacto social é obviamente ser útil à sociedade! Nós praticamente não temos *think tanks* em Portugal, não temos tradição de os ministérios pedirem consultorias às universidades, nas áreas que são as nossas. E, no entanto, acho que essa cultura é absolutamente necessária.

Nem as unidades de investigação das universidades, quer seja da NOVA, quer seja do ISCTE, ou do IDN, não existe um pouco essa

tradição de recorrerem a essas instituições? Enfim, do ponto de vista do público em geral, seria expectável que isso acontecesse, ou não?

Tem conhecimento de algum estudo que tenha sido pedido a uma universidade, por exemplo, para tomar decisões em matéria de Conselhos Europeus? Tem algum conhecimento de estudos que tenham sido feitos em matéria de escolha de equipamentos de armamento? Que eu saiba não, aquilo é feito pela burocracia, pela burocracia militar, num caso, ou pela burocracia diplomática, no outro. Porquê? Porque eles acham que as pessoas andam aqui [nas universidades] a fazer coisas que não interessam. E em boa verdade, isso por vezes acontece...

De certa forma, as responsabilidades parecem ser partilhadas. Mas tendo em conta esse cenário que traçou, objetivamente, quais seriam então os grandes temas da agenda de política externa em Portugal que ainda carecem de estudos mais aprofundados ou que acha que vão suscitar mais interesse nos próximos anos? No fundo, o que é que ainda falta fazer em termos temáticos?

Oh, eu acho que falta praticamente tudo, ou seja, em termos de análise de política externa, no sentido académico do termo, no sentido teórico do termo, acho que ainda nos falta muito! Numa perspetiva já mais aplicada, não no sentido tão estritamente académico, acho que precisamos de pensar um conjunto de cenários que podem vir a colocar-se mais adiante. Em primeiro lugar, o projeto europeu. Eu acho que Portugal devia começar a pensar um conjunto de cenários possíveis para a UE e qual o papel que nós podemos vir a desempenhar. Entre aprofundamento, fuga para a frente, participação em núcleos duros, onde é que nós ficamos? Por exemplo, com relação ao que já se está a desenhar no campo da defesa. Se houver um aprofundamento puro e duro no sentido mais federal, onde é que Portugal fica? Está na periferia, mas quer ficar no centro? Vai ficar de fora? Até mesmo relativamente ao cenário extremo de desintegração da UE, se isso acontecesse, qual seria o nosso lugar, quais seriam os nossos parceiros, quais seriam os nossos aliados, qual seria a nossa área de inserção internacional? Pode haver aqui um leque de possibilidade diferentes, e eu

acho que isso é algo sobre o qual temos de refletir. Depois acho que também temos de pensar que tipo de relação se deve estabelecer com os países de expressão portuguesa...

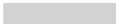
Que surge sempre como uma daquelas prioridades constantes...

É constante, só que vai mudando! Que tipo de relação é que vamos estabelecer? A CPLP mudou de natureza, e, portanto, o que é que vamos fazer no meio daquilo tudo? Será que faz sentido que Portugal esteja na CPLP, no estado em que as coisas estão? Se sim, como é que se vai relacionar? Lá está, aqui estão aqueles desenvolvimentos que não são de gestão quotidiana do Ministério dos Negócios Estrangeiros, que está a responder às necessidades das relações diplomáticas mais imediatas, mais concretas – por exemplo, a preparação do Conselho Europeu, a preparação das reuniões internacionais, etc. –, mas que para quem não tem a urgência do dia a dia, pode pensar e contribuir. Só que aí tem de haver o tal diálogo, o poder político tem de chegar e dizer: «vamos agora fazer uma coisa destas, pensem lá isto, tomem lá o dinheiro e pensem lá nisto, mas apresentem-me isto e isto». Portanto, esse tipo de relações é algo em que a academia pode ajudar o país a pensar-se. Agora é preciso que haja um bocadinho de mudança de mentalidade dos dois lados. Porquê? Porque eles [no poder político] acham que isso não é relevante, e nós estamos preocupados com a revista do percentil.

Essa perspetiva mais prospetiva enquadra-se diretamente na minha última pergunta. Que conselhos daria a um jovem investigador na área de política externa, tendo em conta todas estas dificuldades, todos estes obstáculos que mencionou, que queira começar ou aprofundar o seu interesse por esta área?

Eu, ao fim destes anos todos, e estou no fim da minha carreira, acho que isto é fascinante. Alguém que ao fim de 30 anos continua a ter entusiasmo, eu acho que é fantástico. Portanto, quem começa agora tem um campo fantástico à sua frente, disso não haja dúvida. E a primeira coisa que digo, se querem entrar, é que vão entrar num campo que é bom, que vai dar gosto, que vai dar prazer. Depois há as dificuldades práticas. E eu, aí, acho que depende

muito da gestão da carreira da pessoa, e daquilo que a pessoa quer fazer. Do meu ponto de vista, tem de se procurar conciliar duas coisas. Hoje não há mais carreiras nacionais, as carreiras são internacionais porque a produção está internacionalizada. O que é valorizado são esses critérios, e, portanto, a pessoa, se quer fazer uma carreira, não pode deixar de ter como prioridade esse horizonte internacional, e publicar. Trabalhar em rede e publicar em revistas internacionais! E se eu estivesse a começar, o que faria primeiro era isso. Não deixaria de ter a noção de que é um meio para ganhar, digamos, um estatuto, uma posição que permita depois entrar numa outra fase. E essa outra fase, do meu ponto de vista é a fase justamente em que as pessoas, através daquilo que já produziram, da posição que já conquistaram, tornam útil aquilo que fazem. Tornar útil quer do ponto de vista internacional, quer do ponto de vista nacional. A primeira fase é a de a pessoa receber e se afirmar, e só depois retribuir. Acho que na nossa carreira temos de ser suficientemente egoístas porque é preciso, até para nos afirmarmos, mas acho que há um momento – e esse momento é diferente, há pessoas que nunca passam por esse momento – em que a pessoa toma consciência e diz: «eu já recebi tanto, já me afirmei, já tive reconhecimento, está na altura de agora retribuir isto à sociedade».



Leituras recomendadas

- ALLISON, Graham. 1971. *Essence of Decision: Explaining the Cuban Missile Crisis*, Bonton, MA: Little Brown.
- HILL, Christopher. 2015. *Foreign Policy in the Twenty-First Century*. Nova Iorque: Palgrave Macmillan.
- MERLE, Marcel. 1984. *La politique étrangère*. Paris: PUF.
- SMITH, Steve, Amelia Hadfield, e Tim Dunne, coords. 2008. *Foreign Policy: Theories, Actors, Cases*. Oxford: Oxford University Press.

Obras de referência

- AAVV. 2005. *Visões de Política Externa Portuguesa*. Lisboa: Instituto Diplomático/Sociedade de Geografia de Lisboa.
- CRAVO, Teresa. 2012. «Consolidating partnerships: History and Geopolitics in Portugal's Twenty-First Century foreign policy». In *Portugal in the 21st Century: Politics, Society and Economics*, org. Sebastián Royo. Lanham, MD: Lexington, 215-244.
- FERREIRA, José Medeiros, coord. 2001. *Política Externa e Política de Defesa de Portugal Democrático*. Lisboa: Edições Colibri.
- FREIRE, Maria Raquel, coord. 2011. *Política Externa. As Relações Internacionais em Mudança*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- MACEDO, Jorge Borges de. 2006. *História Diplomática Portuguesa: Constantes e Linhas de Força – Estudo de Geopolítica*. Lisboa: Tribuna.
- MARQUES DE ALMEIDA, João, e Rui Ramos, coords. 2008. *Revoluções, Política Externa e Política de Defesa em Portugal – Sécs. XIX-XX*. Lisboa: IDN/Edições Cosmos.
- MOREIRA, Adriano. 2011. *A Circunstância do Estado Exíguo*. Lisboa: Diário de Bordo.
- MOREIRA DE SÁ, Tiago. 2015. *Política Externa Portuguesa*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- RAIMUNDO, António, coord. 2019. *Política Externa Portuguesa e África: Tendências e Temas Contemporâneos*. Lisboa: Centro de Estudos Internacionais do ISCTE-IUL, 2019.
- REIS, Bruno Cardoso. 2019. *Pode Portugal Ter Uma Grande Estratégia?*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- TEIXEIRA, Nuno Severiano. 2005. «Entre a África e a Europa: A política Externa Portuguesa, 1890-2000». In *Portugal Contemporâneo*, org. António Costa Pinto. Lisboa: Dom Quixote, 87-116.

Conclusões

com

Adriano Moreira

*Raquel Vaz-Pinto,
Andrés Malamud
e Marcelo Camerlo*



ADRIANO MOREIRA

é o fundador do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa, do qual foi professor catedrático, diretor e presidente do Conselho Científico. É doutor pelo seu Instituto e em Direito pela Universidade Complutense de Madrid. A sua carreira pode ser consultada online no site da Biblioteca Adriano Moreira em Bragança, em <https://bibliotec.aadrianomoreira.cm-braganca.pt/pages/208>.

Este livro foi uma aventura pela Ciência Política e permitiu-nos traçar o percurso da disciplina através das vidas e das obras dos seus protagonistas. Começamos esta conclusão com uma entrevista ao professor Adriano Moreira efetuada a 25 de julho de 2019 e atualizada a 15 de setembro de 2020, um protagonista privilegiado da fundação e consolidação da disciplina, que celebrou 98 anos no dia 6 de setembro de 2020. Dá-nos um olhar sucinto sobre a evolução da Ciência Política e os desafios principais do mundo de hoje.

* * *

A Associação Portuguesa de Ciência Política, que conta consigo como presidente da Assembleia-Geral desde a sua fundação, celebrou em 2018 os seus 20 anos. Nas últimas duas décadas, como tem visto a construção desta disciplina? A Ciência Política está autonomizada?

Isso creio que não há dúvida. Hoje praticamente todas as faculdades, todas as universidades têm já Ciência Política.

Mas há uma grande distinção a fazer. É que o comentário do reino da comunicação não é a Ciência Política. E, portanto, é preciso não confundir isso.

Na sua perspetiva, quais são os desafios do mundo?

Nas últimas aulas que dei há dois temas que me apareceram. Um é aquilo a que eu chamo *in-identidade*, ou seja, o processo eleitoral vota na imagem. Não vota na pessoa. É isso a que eu chamo *in-identidade*. É o que está a acontecer e é um fenómeno novo. Vai muito para além do «Estado-espetáculo» de Schwartzberg, que foi um grande tema que nós tivemos no século passado. Discutiu-se imenso. Aqueles comícios em que primeiro vinha uma cortina de fumo e depois aparecia o líder saído do fumo e fazia um grande discurso. Era o Estado-espetáculo, como o chamávamos seguindo o conceito de Roger Schwartzberg.

Por outro lado, há a meu ver um outro problema também. Após a Guerra de 1939-1945 foi elaborada só por ocidentais a famosa Carta das Nações Unidas. Esta ainda tinha o princípio da

aristocratização do poder, que são os cinco com direito de veto. Esse princípio da aristocratização do poder era baseado no poder militar. Neste momento, o poder não é apenas militar. É económico, científico, tecnológico e por aí fora. E mesmo nessa área da hierarquização das potências pela capacidade militar, a evolução técnica permite que o fraco vença o forte. Foi o que aconteceu com as Torres Gémeas.

Há uma hierarquia hoje em progresso que nós ainda não sabemos como é que se vai equilibrar, mas que já não coincide com o conceito das Nações Unidas. O que dá mais importância à disciplina da Ciência Política. Porque é a realidade e nós temos de olhar para ela. Esta é outra inovação importante que é crucial estudar melhor. Há uma mudança de tal maneira que eu já escrevi que «a única certeza que temos é que o imprevisto está à espera de uma oportunidade».

Mesmo na própria Europa?

Sim, mesmo na Europa «o imprevisto está à espera de uma oportunidade». Eu vejo o debate que nós tivemos por causa da nova presidente da Comissão. Quando se fundou a Comunidade Europeia (e eu fiz a minha tese sobre a Europa em formação), a estabilidade dos partidos estava feita. Nesta eleição só em França concorreram cerca de 30 partidos. Há uma dinâmica que é diferente. A primeira vez que senti isto verdadeiramente foi com a eleição do Presidente da República Francesa. Macron destruiu os partidos. Está provado que os partidos existentes não estão a responder à circunstância. Mas a resposta dele também ainda não foi dada. O imprevisto está à espera. E o mesmo para a Europa, que é o que está a acontecer.

Há uma coisa certa. Nenhum país europeu isolado tem capacidade para responder à mudança da circunstância. E os Estados Unidos da América estão a cometer o erro de supor que sozinhos podem responder à circunstância. Não há nenhuma soberania que sozinha o possa fazer. Em especial quando atravessamos uma guerra da saúde. Nesse sentido, precisamos de olhar para as lições da Idade Média. Basta pensarmos no impacto brutal da Peste Negra em meados do século XIV na Europa e na chamada Guerra

dos 100 anos. Atualmente, é preciso estudar a guerra da saúde e no final desta contar com todos os vivos. Todos sem distinção da cor da pele, de religião e de origem. E não deixar renascer a resposta da Idade Média e a guerra.

Para Portugal é fundamental manter o seu horizonte no mar. Mas repare que ao mesmo tempo que o atlantismo está a enfraquecer com o senhor Trump, tínhamos uma corrente dos nossos estrategas no sentido do que se chamava o triângulo do Atlântico Sul: seria o Brasil, Angola e Portugal. Mas a desordem da América Latina deve afetar a preocupação dos estrategas.

Que conselho daria a um aluno que queira ir estudar Ciência Política?

Nós, hoje em dia, temos muitas faculdades com muito mérito. Há várias escolhas. Mas, deveríamos ter menos universidades com melhores recursos. Se não há recursos não podem fazer-se coisas senão com qualidade. E por isso é que eu tinha a regra que dizia: Bolonha é ritmo, cada país tem de fazer a melodia de acordo com as suas possibilidades e as suas necessidades.

* * *

E, acompanhando esta breve entrevista ao professor Adriano Moreira, gostaríamos de reiterar a observação com a qual começamos esta viagem: nem todas as subáreas estão representadas e nem todos os grandes politólogos portugueses estão no livro, mas todos os que estão são grandes – mesmo sendo, alguns deles, ainda jovens.

Há várias leituras que podemos fazer deste leque de protagonistas e há uma, em particular, que salta à vista: a fraca presença feminina. Na verdade, este é um dos aspetos que gostaríamos de ver alterado num próximo livro, daqui a vinte anos. Hoje em dia, há inúmeras académicas a trabalhar na área da Ciência Política, mas falta maior representatividade nos lugares de topo. Há muito a fazer para um maior equilíbrio entre homens e mulheres com talento e mérito nesta matéria, e acreditamos que a fotografia que aqui fica será alterada de forma significativa nos tempos que vêm.

Uma das conclusões deste livro é a consolidação da disciplina de Ciência Política e um potencial de crescimento das suas subáreas. A autonomização face à Sociologia e ao Direito é, hoje em dia, indiscutível. Nas palavras de Marina Costa Lobo, a Ciência Política é distinta do Direito «porque nós não nos ficamos pelas regras do jogo. Direito são regras do jogo – e as regras do jogo são muito importantes, mas são o ponto de partida, não são o ponto de chegada –, e nós estamos interessados nas regras do jogo, mas, depois, em particular na forma como elas interagem com os agentes políticos e interagem com o eleitorado e se transformam». A independência da disciplina está assegurada, mas não podemos ser complacentes. Nas palavras de Luís Lobo-Fernandes «a luta por uma maior autonomização disciplinar das Ciências Políticas não está encerrada e continua a ser uma necessidade no quadro da arrumação das diferentes áreas científicas em Portugal».

O potencial de crescimento da disciplina como um todo foi uma das características mais realçadas ao longo deste livro. Todas as partes têm áreas em relação às quais muito ainda falta fazer. Um dos exemplos dá-se nas Relações Internacionais, um dos subdomínios da Ciência Política com maior crescimento em Portugal, nomeadamente, em relação à sua componente teórica. Nas palavras de Maria Raquel Freire «a dimensão teórica precisa de ser mais bem trabalhada, no sentido em que ainda há uma concentração muito grande nas teorias mais tradicionais: falamos de realismo(s), liberalismo, institucionalismo».

Há desafios igualmente importantes em relação à consolidação da disciplina. É compreensível que sendo um domínio científico recente em Portugal haja a preocupação da sua «soberania» face a outros saberes mais implementados. No entanto, como avisa Pedro Tavares de Almeida, «a compartimentação dos saberes disciplinares não é, de todo, benéfica, sem prejuízo de se reconhecer a identidade própria de cada campo científico». A interdisciplinaridade é uma mais-valia científica também pela natureza do processo a que chamamos globalização e pela complexidade de muitos objetos de estudo. Em paralelo, temos a importância de «valorizar o seu corpo docente», como destaca João Bilhim, e as

dificuldades de financiamento que englobam as ciências sociais. A Ciência Política não é alheia a este tema de fundo que é relevante no contexto nacional, mas também europeu. Para António Costa Pinto a preocupação é fundada: «Confesso que vejo o decréscimo significativo de bolsas para o estrangeiro e de mobilidade, nos últimos anos, e também de candidatos internacionais que queiram vir para Portugal, com algum receio.»

É consensual na nossa comunidade científica que a integração de Portugal no projeto europeu foi crucial para o investimento na Ciência Política (e na ciência em geral). No entanto, há questões de fundo que são e serão importantes no quadro europeu. Para António Costa Pinto, «a União Europeia é um grande agente aglutinador de áreas de estudo, com uma capacidade de mobilização brutal da comunidade académica. Os cientistas políticos praticam muito menos a investigação individual, pacata e livre de constrangimentos financeiros que é dominante nos EUA. Hoje em dia, para conseguirem financiamento para as suas investigações, os europeus têm de candidatar-se a grandes projetos que mobilizem qualquer coisa como 40 ou 50 politólogos de 10 ou 12 países. Esta configuração acabou por permitir o desenvolvimento de diferentes áreas de estudo, como os estudos europeus e de atitudes perante a União Europeia. Mas não quero ‘culpar’ a UE, antes pelo contrário. O seu papel na ‘desprovincialização’ nacional da Europa tem sido muito importante».

A estratégia europeia de privilegiar uma agenda científica é acompanhada de outro fenómeno importante. Nuno Severiano Teixeira destaca «a globalização da ciência e do ensino superior, e a própria globalização dos *rankings*: os investigadores não existem se não publicarem nas revistas que estão indexadas e se não publicarem em língua inglesa». Para estes dois dilemas, a língua e o tipo de publicação (livro ou artigo), a solução encontrada por Nuno Severiano Teixeira pode ser útil: «hoje tenho uma estratégia de investigação que é dupla: tudo o que são pequenos trabalhos de investigação, muitas vezes exploratórios, trabalhos de investigação sobre temas sectoriais, com dados empíricos, eu muitas vezes coescrevo-os com outros colegas, e procuro publicar rapidamente em revistas internacionais. Mas procuro manter e tenho mantido

também uma publicação constante em português de livros de maior fôlego».

E em relação a prioridades de investigação e de áreas com potencial de crescimento? Ao longo do livro foram indicadas várias pistas das quais gostaríamos de realçar algumas. Desde logo, as «questões na fronteira entre a filosofia política e a ética» como destaca João Cardoso Rosas. Hoje em dia, esta é uma das áreas mais relevantes tendo em conta a evolução tecnológica, a possibilidade das chamadas «ditaduras digitais», a relação intergeracional ou o impacto humano no planeta Terra.

Noutra vertente, a União Europeia e os seus desafios externos e internos continuam a ser um dinamismo em matéria de investigação. Para Viriato Soromenho-Marques há «uma incompreensão generalizada do significado essencial do federalismo», cujo significado importa explorar. Mais ainda, «continua a haver um défice importante de reflexão, de pensamento, e, também, de estudos qualificados sobre o lugar e o posicionamento de Portugal na União Europeia. Em grande medida, estamos envolvidos, sem bússola, num processo de integração complexo» nas palavras de Luís Lobo-Fernandes.

Para além das dimensões institucional europeia e da política externa portuguesa, há temas que são hoje importantes e que vão continuar a sê-lo, tais como a qualidade e as variantes de democracia. Por exemplo, para Luís Moita, é importante estudar a «democracia cosmopolita e que condições é que há no mundo presente para este tipo de ideia». Para André Freire, «a área da reforma do sistema eleitoral» é crucial, enquanto para Tiago Fernandes falta trabalhar mais a «confiança nas instituições democráticas». Em relação a esta última e, tendo em conta a importância dos movimentos sociais, Tiago Fernandes realça um ponto muito importante: «Em Portugal faltam estudos que comparem cidades e regiões.» Esta investigação é complementada pela importância crescente da dimensão subnacional. Para Filipe Teles, «no caso português, sublinharia a questão da coesão territorial. Importa olhar para a política de cidades, mas é determinante olhar para todo o território. O país não é só urbano nem é só o centro de poder, tem realidades muito díspares». Se pensarmos nas alterações climáticas e a

urbanização crescente do nosso país facilmente constatamos que esta é uma área de investigação interdisciplinar crucial.

Por último, gostaríamos de destacar as várias dimensões dos membros da comunidade de Ciência Política. Somos muitas vezes para além de investigadores e docentes, divulgadores, comentadores e nalguns casos desempenhamos funções políticas fundindo assim a teoria e a prática. Este é um ponto muito importante e exigente e, por isso mesmo, por vezes desgastante. Se é verdade que a Ciência Política em Portugal está viva, também é verdade que muitas vezes o conhecimento produzido na academia não chega à sociedade em geral. Olhando para o percurso de Pedro Magalhães conseguimos compreender melhor o porquê de ter criado o seu blogue «Margens de Erro»: «Ninguém lê as coisas que nós fazemos na academia. Esta informação é muito discutida e debatida e pensei de que forma eu poderia contribuir para que o registo seja um bocadinho diferente. A minha motivação foi essa. Estou mais no *Twitter* agora.» Este é um desafio ao qual temos de saber responder enquanto comunidade científica, ou seja, como é que somos capazes de comunicar melhor.

Em suma, o que procuramos quando escolhemos a Ciência Política para estudar e para trabalhar? O que podemos oferecer em termos de competências? Quais são os objetivos de um professor ou de um investigador? A resposta dada por Carlos Jalali é muito certa: «formar alguém que sabe pensar e que depois pode aplicar essas competências de forma transversal». No mundo de hoje em que estamos rodeados das chamadas *fake news* e de rejeição do conhecimento científico é «fundamental ter a noção de que todos os processos políticos são reversíveis. Todos!». Estas palavras de Luís Lobo-Fernandes sobre a União Europeia, a Democracia e a Paz são ainda mais relevantes nos tempos que vivemos porque, como diria Adriano Moreira, «a única certeza que temos é que o imprevisto está à espera de uma oportunidade».

